

Relatório de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental Consolidado

Duplicação da BR-386/RS

Trecho Tabaí-Estrela

TOMÓ VI



MAR - SET / 2013

DNIT

GESTÃO
AMBIENTAL
BR386/RS


UFSC


FAPEU

Lista de Figuras

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS 07 ALDEIAS KAINGANG INTEGRANTES DO PBA.	15
FIGURA 2 – OFICINA NA COMUNIDADE KAINGANG LOMBA DO PINHEIRO	25
FIGURA 3 - CAMISETAS.....	26
FIGURA 4 – BANHEIROS PARA BANHOS	27
FIGURA 5 - FERRAMENTAS	28
FIGURA 6 – BANHEIRO COLETIVO – COMUNIDADE MORRO DO OSSO	93
FIGURA 7 – CAMISETAS ETNOCULTURAIS	96
FIGURA 8 – FERRAMENTAS ADQUIRIDAS	100
FIGURA 9 – OFICINA – GESTÃO DO LIXO	105
FIGURA 10 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS	118
FIGURA 11 - PORTEIRA	122
FIGURA 12 – PALESTRA: “COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG”.	127
FIGURA 13 – APRESENTAÇÃO DA PALESTRA	128
FIGURA 14 – APRESENTAÇÃO DE PALESTRA	128
FIGURA 15 – APRESENTAÇÃO DE PALESTRA	129
FIGURA 16 – ENTREGA DE MATERIAL INFORMATIVO	130
FIGURA 17 - DECLARAÇÃO.....	372
FIGURA 18 – REGISTRO DA REUNIÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 2013, NA ALDEIA ESTRELA.	372
FIGURA 19 – EXEMPLO DE SEMENTES ENTREGUES.	383
FIGURA 20 – ENTREGA DE MATERIAL.	384
FIGURA 21 – KIT ENTREGUE AS COMUNIDADES.	385
FIGURA 22 – PREPARAÇÃO DOS KITS ENTREGUES AS COMUNIDADES INDÍGENAS.	385
FIGURA 23 – ADORNOS CONFECCIONADOS COM AS SEMENTES DOADAS.	408
FIGURA 24 – ADORNOS CONFECCIONADOS COM AS SEMENTES DOADAS.	408
FIGURA 25 – ADORNOS CONFECCIONADOS COM AS SEMENTES DOADAS.	408
FIGURA 26 – ADORNOS CONFECCIONADOS COM AS SEMENTES DOADAS.	409
FIGURA 27 – ADORNOS CONFECCIONADOS COM AS SEMENTES DOADAS.	410
FIGURA 28 – ADORNOS CONFECCIONADOS COM AS SEMENTES DOADAS.	410

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS NO ANO DE 2011.....	376
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS NO ANO DE 2012.....	377
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS NO ANO DE 2013.....	378
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS POR COMUNIDADE NOS ANOS DE 2011 A 2013.	379

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG	14
1.1 SUBPROGRAMA DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO COMPONENTE INDÍGENA	16
1.1.1 Atividades de formação e fortalecimento institucional das associações Kaingang	16
1.1.2 JUSTIFICATIVA.....	18
1.1.3 CONTEXTO	19
1.1.4 OBJETIVOS.....	20
1.1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
1.1.6 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	20
1.1.7 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	21
1.1.8 PRIMEIRA FASE	22
1.1.9 SEGUNDA FASE	22
1.1.10 TERCEIRA FASE	23
1.1.11 Anexos	29
1.2 SUBPROGRAMA DE INFRAESTRUTURA	114
1.2.1 CONSTRUÇÃO DA NOVA ALDEIA.....	123
1.3 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	126
1.4 SUBPROGRAMA RELATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	267
1.5 SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL	271
1.6 SUBPROGRAMA DE AQUISIÇÃO FUNDIÁRIA	358
1.7 SUBPROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR	374
1.8 SUBPROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE	380
1.9 SUBPROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS..	411
1.10 AÇÕES RELATIVAS AO USO DA RODOVIA (Sinalização, Passagens)	411

INTRODUÇÃO

O presente TOMO foi elaborado contemplando o cronograma e os resultados das atividades desenvolvidas ao longo do período de vigência do Termo de Cooperação do Convênio nº 667/2011 DNIT - UFSC para a Gestão Ambiental Definitiva.

Na sequência apresentam-se as atividades e resultado do programa de:

- Apoio à Comunidade Indígena Kaingang.

1 PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG

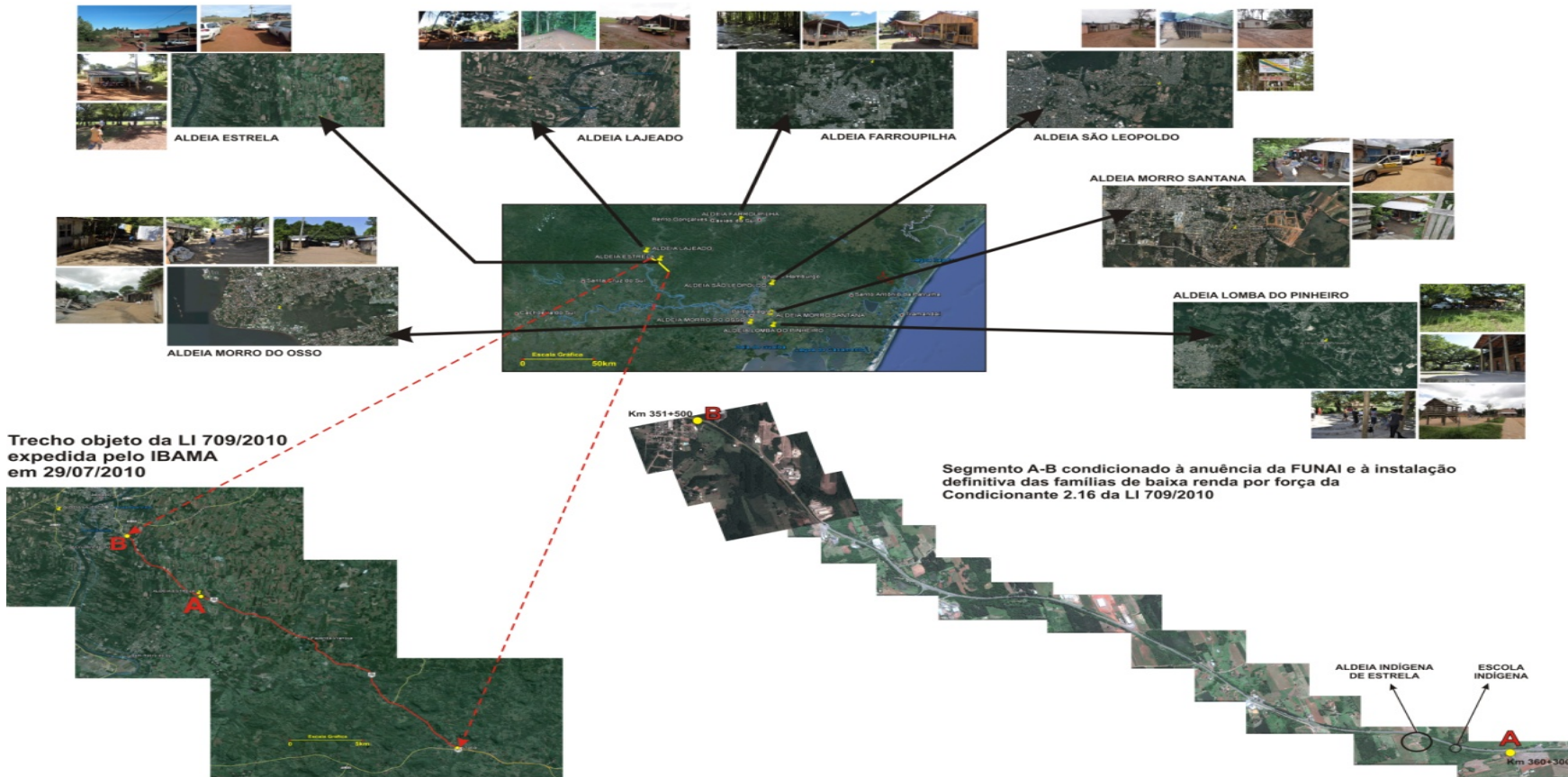
Dentre do conjunto de ações previsto no Plano Básico Ambiental resultante das Obras de Duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Tabaí e Estrela, a cargo da UFSC/FAPEU toma-se como referência para este relatório as atividades desenvolvidas no período de janeiro de 2011 a setembro de 2013 pertinentes ao Programa de Apoio às Comunidades Kaingang.

A primeira fase, ainda em caráter interino, incluiu a elaboração do Plano Executivo para implementação do Programa de Apoio às Comunidades Kaingang. Após essa primeira fase, o novo termo de cooperação, firmado em dezembro de 2011 com finalização em setembro de 2013, incluiu a execução dos subprogramas. Neste contexto pretende-se descrever as atividades executadas neste período.

Buscando espacializar o conjunto de aldeias e comunidades Indígenas envolvidas na execução do presente Programa, foi elaborado um mapa (Figura 1) contendo a localização de todas as 07 aldeias Kaingang, bem como o trecho em obras de duplicação objeto da LI n^o 709/2010 expedida pelo IBAMA, com destaque ao segmento sujeito à anuência da FUNAI para início das atividades.

Figura 1 – Mapa de localização das 07 aldeias Kaingang integrantes do PBA.

LOCALIZAÇÃO DAS 07 ALDEIAS INTEGRANTES DO PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG NO ÂMBITO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS ENTRE TABAI E ESTRELA



1.1 SUBPROGRAMA DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO COMPONENTE INDÍGENA

O subprograma de gestão e supervisão do Componente Indígena teve como objetivo estabelecer procedimentos e instrumentos técnico gerenciais necessários para a implementação e execução dos Programas de Compensação, bem como, dos programas de mitigação, referentes ao componente indígena assim como monitorar e fiscalizar as atividades de construção que afetem a população indígena remanescente na região.

No período compreendido entre os meses de outubro de 2012 a setembro de 2013, a equipe responsável pela gestão e supervisão do componente indígena realizou a coordenação e organização de todas as atividades em curso que envolveram a temática indígena.

Tendo em vista a execução dos demais subprogramas, prevista no Termo de Cooperação para gestão definitiva, assinado em dezembro de 2011, foi realizado planejamento para execução dos subprogramas e mobilização de equipe técnica especializada para tais atividades.

No ano de 2011, algumas Lideranças manifestaram interesse na estruturação de associações indígenas. Considerando a relevância de tal demanda, a equipe de Gestão e Supervisão do Componente Indígena viabilizou um conjunto de atividades de informação e fomento por meio de equipe especializada na estruturação de associações para atuar junto àquelas Comunidades que assim o desejaram.

As descrições das atividades referentes às associações formadas serão apresentadas na sequência desse relatório.

1.1.1 ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS ASSOCIAÇÕES KAINGANG

As comunidades indígenas possuem um modo tradicional de organização social e política. Esta organização foi ajustada ao longo dos

anos aos hábitos culturais próprios, relações de gêneros e parentesco. Esta forma de organização social sempre foi dinâmica e sofreu mudanças por diversos fatores, como alianças e cisões internas, que por sua vez aconteciam devido a ações externas ou apenas rearranjos internos.

Mas precisamente, na década de 80 e 90, as organizações indígenas mudaram radicalmente, antes necessárias para fortalecer o grupo e a comunidade e em caráter informal, as organizações indígenas partiram para uma nova forma de organização social, muito influenciada pela forma com que o governo e a sociedade envolvente foram tratando os assuntos de interesses dos povos indígenas.

Neste estágio, surgiu a necessidade da institucionalização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas, o que pode acontecer em torno de uma causa comum, como a criação de uma associação de pescadores indígenas, ou em causas mais amplas como Institutos Indígenas de Conservação e uso Sustentável das Florestas, nas duas situações o fator comum ficou por conta da necessidade da formalização e da personalidade jurídica atribuída às estas organizações por conta do reconhecimento do estado brasileiro.

Com estas mudanças, as instituições indígenas passaram a ser protagonistas de projetos sociais, ambientais e/ou culturais, mas, para isso tiveram que formalizar suas instituições nos moldes da cultura não indígena que prevê procedimentos técnicos, contábeis e jurídicos que trouxeram obrigações e novas rotinas administrativas além de gastos fixos com os quais as comunidades indígenas não estavam acostumadas. Por outro lado, as comunidades indígenas passaram a elaborar seus próprios projetos, vinculados as suas reais necessidades e anseios, garantindo a essência da participação, direitos e demandas de suas comunidades.

Com todas as mudanças, as organizações indígenas, que do modo tradicional e cultural passaram para os moldes adotados pelo governo brasileiro, com direito a CNPJ, conta em banco e em alguns casos, funcionários e sede, além de projetos e recursos para geri-los e fazer com

que cumpram o propósito para qual foram elaborados, é inegável a atual necessidade de uma ação conjunta que vise o fortalecimento institucional dos povos indígenas em todo território brasileiro, neste contexto que este Plano de Fortalecimento Institucional das Aldeias Kaingang se insere.

Ao propor o fomento de atividades que visam o fortalecimento institucional Kaingang este plano objetiva no médio e longo prazo dar condições que estas comunidades organizadas em associações direcionem suas ações para: a) melhoria da qualidade de vida em suas comunidades; b) elaboração de projetos que visam à geração e a distribuição de renda; c) promova planos e projetos que visam à segurança alimentar; d) ações de saúde e de educação entre outras ações que serão possíveis mediante parcerias institucionais com governos, ONGs e empresas, portanto além de apresentar neste as ações de formalização e capacitação para criação das associações/organizações é idealizado um cronograma de ações futuras que visam o fortalecimento e a manutenção dessas instituições para que as mesmas cumpram os propósitos pelas quais elas serão criadas.

1.1.2 JUSTIFICATIVA

A criação das associações Kaingang passa pela interferência externa, principalmente aquelas ligadas aos impactos da duplicação da BR-386/RS, que no contexto da possibilidade da potencialização de impactos positivos e na atenuação dos impactos negativos possíveis, se viu diante da possibilidade de fomentar o fortalecimento institucional e gerencial das comunidades Kaingang. Assim a criação das associações respeita a demanda dessas comunidades por ações que visam à promoção do etnodesenvolvimento e da representatividade dessas comunidades perante parceiros estratégicos na elaboração e execução de atividades e projetos que possam contribuir com a melhoria dessas comunidades.

Portanto, essas associações foram formatadas como organizações jurídicas, dotadas de representação legal perante o Governo e outros atores da sociedade, o que certamente contribuirá para captação, execução e prestação de contas dos serviços e iniciativas prestados as comunidades e às instituições responsáveis pela sua manutenção.

O fortalecimento institucional indígena passa pelo reconhecimento das suas organizações tradicionais, respeitando suas formas próprias de organização social e segue adiante possibilitando o acesso às informações e práticas para criação e abertura de instituições formais, prestando apoio ao trabalho de administração dessas organizações, necessários à execução de projetos, funções administrativas, reuniões, atas, controle de documentos e prestação de contas.

1.1.3 CONTEXTO

Neste contexto o fortalecimento institucional através da mediação e elaboração das associações indígenas Kaingang está intimamente ligado ao Subprograma de Sustentabilidade do Componente Indígena do PBA para as obras de duplicação da BR-386/RS, visando o etnodesenvolvimento das comunidades, por meio de projetos de geração e distribuição de renda. O que será possível graças ao atual cenário de articulação e representatividade das organizações indígenas que estão assumindo cada vez mais a formulação, a execução e o controle de projetos de sustentação política, econômica e cultural que antes estavam quase que exclusivamente sob a responsabilidade do órgão indigenista.

1.1.4 OBJETIVOS

Promoção do fortalecimento institucional/gerencial e criação das organizações/associações indígenas da etnia Kaingang.

1.1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Programar e organizar a primeira oficina de fortalecimento institucional indígena, com vista a esclarecer sobre as finalidades, oportunidades e obrigações das associações;

b) Desenvolver e dialogar com as comunidades sobre a construção dos estatutos, definição da associação, seus representantes, eleição de dirigentes, e formalização do processo junto ao cartório;

c) Instrumentalizar os indígenas para gestão e organização das associações, capacitação técnica para autogestão. Definir o organograma das associações e seu funcionamento;

d) Assessorar as associações, monitorar e avaliar a sua implantação e funcionamento;

e) Criar apostilas de administração das associações.

1.1.6 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As atividades foram realizadas a partir de dados secundários sobre as formas de organização dos Kaingang, com finalidade de promover processos educativos, que propiciem a criação e manutenção de associações com objetivos específicos de acordo com as demandas de cada aldeia. Somados a estes processos educativos, as ações e as oficinas foram conduzidas por meio de atividades participativas, seguindo

metodologias das ciências sociais, econômicas, ambientais e etnoculturais.

1.1.7 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Este documento estabelece a continuação do alcance dos objetivos propostos para as atividades da terceira fase do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang, que correspondem ao acompanhamento, ajustes e avaliações dos projetos desenvolvidos em cada comunidade, no período de outubro de 2012 a setembro de 2013.

Em relatório anterior foram descritas as ações da segunda fase que, em síntese, teve como objetivo a criação de material didático específico para os dois temas, Gestão e Gerenciamento de associações e Elaboração e Gestão de projetos, e a realização das oficinas, resultando na construção de projetos das comunidades, além da criação e execução do Plano de Apoio aos Pequenos Projetos Kaingang¹.

Em relação à terceira fase, diz respeito às atividades realizadas a partir de junho de 2012, sendo que, no relatório anterior, foram descritas as ações até o mês de setembro de 2012. Nesse período, por meio de atividades de supervisão, acompanhamento, intervenção e apoio presencial e a distância, foram feitos os ajustes dos projetos, avaliação, elaboração de documentos, repasse de recursos e orientações às comunidades.

¹ O Plano de Apoio aos Pequenos Projetos Kaingang é uma linha de financiamento disponibilizada pela FAPEU destinado à pequenos projetos entre os índios Kaingang atendidos pelo PBA da BR-386. Este plano é uma oportunidade encontrada pela FAPEU de destinar uma linha de recursos a ser disponibilizada as associações recém criadas, para que estas sejam capacitadas na prática para obtenção dos recursos (elaboração do projeto), gestão dos recursos (uso e aplicação das atividades previstas nos projetos) e prestação de contas (para comunidade e financiadores), onde as associações serão acompanhadas para a correta aplicação dos recursos, resultando em uma integração de aprendizado prático

Dando sequência as ações da terceira fase, nesse relatório serão descritas as atividades realizadas até setembro de 2013 que dão conta da finalização das metas e objetivos propostos.

Por fim, antes de avaliar os resultados obtidos na continuação da terceira e última etapa de trabalho, apresentam-se as atividades de cada fase de trabalho, lembrando os objetivos de cada fase.

1.1.8 PRIMEIRA FASE

A primeira fase de trabalho resultou na criação do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang que teve por objetivo a promoção do fortalecimento institucional/gerencial e criação das organizações/associações indígenas da etnia Kaingang e;

- i. Programação e organização da primeira oficina de fortalecimento institucional indígena, com vista a esclarecer sobre as finalidades, oportunidades e obrigações das associações;
- ii. Desenvolvimento e diálogos com as comunidades sobre a construção dos estatutos, definição da associação, seus representantes, eleição de dirigentes, e formalização do processo junto ao cartório;
- iii. Criação de apostilas de administração das associações; e
- iv. Criação e formalização das associações das comunidades atendidas.

1.1.9 SEGUNDA FASE

A segunda fase foi marcada por medidas que consolidaram as atividades da primeira etapa e resultaram na capacitação para o gerenciamento das associações e para construção de projetos, além de:

- v. Capacitação dos indígenas para gestão e organização das associações, capacitação técnica para autogestão
- vi. Definição do organograma das associações e seu funcionamento;
- vii. Capacitação dos indígenas para elaboração e gestão de projetos por meio das associações, capacitando-os para elaboração de propostas, plano de trabalhos, projetos, prestação de contas, montagem de arquivos e processos de compras e uso dos recursos;
- viii. Criação de apostilas de administração das associações e de elaboração de projetos;
- ix. Elaboração do Plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang;
- x. Elaboração dos projetos de cada comunidade pelos próprios indígenas.

1.1.10 TERCEIRA FASE

A terceira fase de trabalho, iniciada em junho de 2012 e finalizada em setembro de 2013, teve por objetivos a análise dos projetos, a avaliação das etapas de trabalhos realizados e o acompanhamento das associações na execução dos projetos e demais atividades, além de:

- xi. Assessorar as associações, monitorar e avaliar a sua implantação e funcionamento;
- xii. Fornecer a FAPEU relatórios mensais de acompanhamento;
- xiii. Elaborar formulário de avaliação dos projetos e aplicá-los em cada aldeia;

- xiv. Verificar e oferecer novas capacitações à medida que elas forem identificadas.

Ao rever os objetivos de cada etapa de trabalho, pode-se perceber o empenho dispensado pela FAPEU ao estruturar o plano de fortalecimento institucional de forma que todos os objetivos planejados foram alcançados com 100% de aproveitamento como poderá ser visualizado no item: Avaliação Integrada dos Resultados Alcançados neste relatório.

Por meio das atividades de supervisão, acompanhamento, intervenção e apoio presencial e a distância, foram desenvolvidas as principais atividades, no período de outubro de 2012 a setembro de 2013.

A Terceira fase do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang incluiu dentre as principais atividades ajustes dos projetos desenvolvidos pelas comunidades, avaliação e aprovação dos projetos, assinatura dos convênios, repasse de recursos, orientações e acompanhamento presencial e a distância.

Foram desenvolvidos os projetos pelas comunidades, com acompanhamento e monitoramento da equipe de Gestão Ambiental, descritos a seguir.

Comunidade Indígena Kaingang Lomba do Pinheiro

A comunidade kaingang da Lomba do Pinheiro Fág Nhig desenvolveu dentro das oficinas de projetos uma proposta de limpeza e organização da aldeia.

O projeto buscava conscientização ambiental e a gestão comunitária do lixo na Comunidade. Promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo.

A proposta incluiu a compra de equipamentos para corte de grama (roçadeira, rastelo, enxada, carrinho de mão, luvas e foice), lixeiras para lixo seco e orgânico, mutirão de limpeza e uma oficina de reciclagem do lixo. A oficina (Figura 2) ocorreu no mês de outubro de 2012 e contou com a parceria da assessora técnica do DMLU Rosa Maria Ellwanger que explicou o processo de separação e acondicionamento do lixo seco e promoveu práticas de tipos de lixo.

Figura 2 – Oficina na Comunidade Kaingang Lomba do Pinheiro



Comunidade Indígena Kaingang de Morro Santana

O projeto desenvolvido pela Associação Indígena Kaingang do Morro Santana Rá Théj buscava apoio à confecção de camisetas (Figura 3) visando à comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Théj. A comercialização de camisetas visou beneficiar 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

O projeto desenvolveu estampas com identidade da etnia Kaingang e foi entregue para a Comunidade em 20 de fevereiro de 2013.

Figura 3 - Camisetas



Comunidade Indígena Kaingang de Morro do Osso

A Associação do Morro do Osso Tupen Pãn desenvolveu um projeto para construção de 02 (dois) banheiros (Figura 4) comunitários exclusivos para banho que veio a beneficiar às 37 famílias da comunidade especialmente nos meses de frio intenso com a inclusão de chuveiros elétrico. O Projeto cobriu os custos do material de construção e a realização das obras foi feita pela comunidade em formato de mutirão.

Figura 4 – Banheiros para banhos



Comunidade Indígena Kaingang de Farroupilha

A Associação Indígena Pãnh Mág de Farroupilha fez seu projeto pensando no apoio à produção artesanal dos “bichos de madeira” e no reforço das atividades tradicionais da Comunidade.

A falta de ferramentas (Figura 5) foi o principal problema apontado pelo projeto. Além disto, o projeto visava ainda à qualificação e ampliação da produção envolvendo 19 famílias.

Foram adquiridas serra fita, lixadeira manual, pirógrafo, lixas. O projeto incluía ainda a capacitação das famílias envolvidas e o aumento da produção de 100 peças mês para 200 peças mês.

Figura 5 - Ferramentas



1.1.11 ANEXOS

ATAS E ESTATUTOS

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE MORRO DO OSSO

ATA DE ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO

Às 15 horas e 20 minutos do dia 27 do mês de Fevereiro de 2012 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPEN PÃN, DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO DO OSSO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN; 2. ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS À CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE MORRO DO OSSO.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por todos. De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a esta Assembleia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros natos da Assembleia Geral de Sócios. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, **com mandato de 27 de Fevereiro de 2012 até 27 de Fevereiro de 2013**, os Diretores **ALIPIO MINEIRO (PRESIDENTE); ÁLVARO DE PAULA (VICE-PRESIDENTE); ANTÔNIO RAUL DA SILVA (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **LUIZ FELIPE LOUREIRO**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **VALDOMIRO VERGUEIRO**, como presidente do conselho, **VOLMIR VERGUEIRO E MARIO VERGUEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **CLEONICE VERGUEIRO E ROSANE GONÇALVES**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 27 de Fevereiro de 2012.

_____ Presidente da Associação	_____ Conselheiro
_____ Vice-presidente	_____ Conselheiro
_____ Tesoureiro	_____ nome e assinatura dos demais presentes
_____ Secretário da Mesa	_____ nome e assinatura dos demais presentes
_____ Secretário	_____ nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN**, fundada em 27 de Fevereiro de 2012, com sede e foro na Rua Professor Padre Werner, número 77, bairro Tristeza, Aldeia Morro do Osso, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser criadas subsedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN** congregará e representará os integrantes da comunidade Morro do Osso da Etnia Kaingang, tendo como objetivos:

- 1) Promover o desenvolvimento de atividades socioeconômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 2) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 3) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 4) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais
- 5) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo único - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;
- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

Capítulo 2 – Dos associados

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de associados.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **Associação Indígena TUPE PÃN** todos os indivíduos pertencentes a **comunidade Morro do Osso da Etnia Kaingang** que tenham mais de 18 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos associados:

- 1) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 2) tomar parte nas Assembleias Gerais;

art. 5º

São deveres dos associados:

- 1) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 2) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 1) Assembleia Geral;
- 2) Conselho Consultivo;
- 3) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembleia Geral:

- 1) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 2) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 3) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 4) Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 5) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 6) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;

Convênio N^o 667/2011 DNIT – UFSC

- 7) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade.
- 8) Destituir os administradores e demitir funcionários ou associados

Parágrafo primeiro - O associado que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, ou praticar atos que desabonem o nome da associação, ou perturbem a sua ordem, é passível das seguintes penalidades, conforme deliberação da Diretoria, ouvida a Assembleia Geral:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) desligamento;
- d) demissão.

Parágrafo segundo - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para o desligamento de qualquer associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da decisão.

Parágrafo Terceiro – Qualquer funcionário ou associado, pode pedir a qualquer momento demissão da associação sem que aja restrição de sua saída, sendo necessário apenas que o interessado o faça por meio de requerimento assinado.

art.9º

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembleia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembleia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 1) Representar a associação judicialmente e extra judicialmente;

- 2) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- 3) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 1) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- 2) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 3) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 1) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 2) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 1) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 2) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 3) Informar à Assembleia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembleia Geral que eleger a Diretoria.

Capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores

Convênio N^o 667/2011 DNIT – UFSC

adquiridos ou oriundos do patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembleia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

art. 22

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, com a devida ratificação da Assembleia Geral.

Porto Alegre, RS - 27 de Fevereiro de 2012.

Alipio Mineiro – Presidente
RG. 103.421.08.96

Luiz Felipe Loureiro – Secretário
CPF. 016.351.030-02

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE MORRO SANTANA

ATA DE ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO SANTANA DA ETNIA KAINGANG.

Às 10 horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove do mês de Fevereiro de 2012 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral de fundação da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA Rá Théj da ETNIA KAINGANG DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO SANTANA**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ATA DE FUNDAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDIGENA KAINGANG; 2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS À MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE MORRO SANTANA.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de fundação do estatuto que, depois de analisada, tendo sido aprovada por todos. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, com mandato de **29 de Fevereiro de 2012 até 28 de Fevereiro de 2013**, os Diretores **ARI RIBEIRO (PRESIDENTE); ODIRLEI FIDELIS (VICE-PRESIDENTE); NOELI FIDELIS (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **NERLEI FIDELIS**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **BENTO DA SILVA**, como presidente do conselho, **ERIDSON FIDELIS E NELI FIDELIS**, como titulares do conselho e os suplentes **JÉSSICA DE ALMEIDA SANTARÉM DOS SANTOS E ANNE CAROLINE MEIRELES FAVERO**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei à presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 29 de Fevereiro de 2012.

_____ Presidente da Associação	_____ Conselheiro
_____ Vice-presidente	_____ Conselheiro
_____ Tesoureiro	_____ nome e assinatura dos demais presentes
_____ Secretário da Mesa	_____ nome e assinatura dos demais presentes
_____ Secretário	_____ nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA RÁ THÉJ**, fundada em **29 de Fevereiro de 2012**, com sede e foro na **Rua Nilson do Santos Costa, número 437, bairro Vila Safira, Aldeia Morro Santana, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul**, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser criadas sedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA RÁ THÉJ** congregará e representará os integrantes da **comunidade Morro do Santana da Etnia Kaingang**, tendo como objetivos:

- 6) Promover o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 7) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 8) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 9) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais
- 10) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo único - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;
- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;

- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

Capítulo 2 – Dos associados

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de associados.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA RÁ THÉJ** todos os indivíduos pertencentes a **comunidade Morro do Santana da Etnia Kaingang** que tenham mais de 16 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos associados:

- 3) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 4) tomar parte nas Assembleias Gerais;

art. 5º

São deveres dos associados:

- 3) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 4) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 4) Assembleia Geral;
- 5) Conselho Consultivo;
- 6) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembleia Geral:

- 9) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 10) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 11) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 12) Aceitar novos associados ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;

- 13) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 14) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- 15) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade;
- 16) Destituir os administradores e demitir funcionários ou associados

Paragrafo primeiro - O associado que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, ou praticar atos que desabonem o nome da associação, ou perturbem a sua ordem, é passível das seguintes penalidades, conforme deliberação da Diretoria, ouvida a Assembleia Geral:

- e) advertência;
- f) suspensão;
- g) desligamento;
- h) demissão.

Paragrafo segundo - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para o desligamento de qualquer associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da decisão.

Paragrafo Terceiro – Qualquer funcionário ou associado, pode pedir a qualquer momento demissão da associação sem que aja restrição de sua saída, sendo necessário apenas que o interessado o faça por meio de requerimento assinado.

art.9º

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente e por um quinto dos associados, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembleia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembleia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 4) Representar a associação judicialmente e extra-judicialmente;
- 5) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- 6) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 4) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 5) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 6) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 3) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 4) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 4) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;

- 5) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 6) Informar à Assembleia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembleia Geral que eleger a Diretoria.

Capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores adquiridos ou oriundos do patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembleia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

art. 22

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, com a devida ratificação da Assembleia Geral.

Porto Alegre, RS - 29 de Fevereiro de 2012.

Ari Ribeiro – Presidente
RG. 5070613962

Nerlei Fidelis – Secretario
CPF. 020.084.010.06

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE FARROUPILHA

ATA DE ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO

As 14 horas e 10 minutos do dia 06 do mês de Março de 2012 na cidade de Farroupilha, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral de abertura da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG, DA COMUNIDADE INDÍGENA FARROUPILHA**, com sede domicílio e foro na cidade de Farroupilha, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA; 2. ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS À CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE DE FARROUPILHA.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por todos. De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a esta Assembleia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros natos da Assembleia Geral de Sócios. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, com mandato de 06 de Março de 2012 até 06 de Março de 2013, os Diretores **SILVIO GRUM RIBEIRO (PRESIDENTE); VANDERLEI RIBEIRO (VICE-PRESIDENTE); EDUARDO DANIEL JARAM RIBEIRO SALLES (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **AURELINO RIBEIRO**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **WESLEY FIDELIS RIBEIRO**, como presidente do conselho, **NOTELI RIBEIRO E LUCAS RIBEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **ISAIAS DA SILVA E ORILDE RIBEIRO**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Farroupilha, RS. 06 de Março de 2012

_____ Presidente da Associação	_____ Conselheiro
_____ Vice-presidente	_____ Conselheiro
_____ Tesoureiro	_____ nome e assinatura dos demais presentes
_____ Secretário da Mesa	_____ nome e assinatura dos demais presentes
_____ Secretário	_____ nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG , fundada em 06 de março de 2012, com sede e foro na Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da Corsan, Estrada Santa Rita N. 11 Aldeia Farroupilha, Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser criadas subseções em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG congregará e representará os integrantes da Comunidade Farroupilha da Etnia Kaingang, tendo como objetivos:

- 11) Promover o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 12) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 13) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 14) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais
- 15) Promover atividades educativas relacionadas à saúde, saneamento e vida social.

parágrafo único - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;
- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

Capítulo 2 – Dos associados

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de associados.

Parágrafo único - Poderão se tornar associados à **Associação Indígena PÃNH MÁG** todos os indivíduos pertencentes à **Comunidade Farroupilha da Etnia Kaingang** que tenham mais de 18 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos associados:

- 5) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 6) tomar parte nas Assembleia Gerais;

art. 5º

São deveres dos associados:

- 5) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 6) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 7) Assembleia Geral;
- 8) Conselho Consultivo;
- 9) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembleia Geral:

- 17) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 18) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 19) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 20) Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 21) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;

22) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;

23) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade;

24) Destituir os administradores e demitir funcionários, diretores e ou associados;

Parágrafo primeiro - O associado que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, ou praticar atos que desabonem o nome da associação, ou perturbem a sua ordem, é passível das seguintes penalidades, conforme deliberação da Diretoria, ouvida a Assembleia Geral:

- i) advertência;
- j) suspensão;
- k) desligamento;
- l) Demissão.

Parágrafo segundo - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para o desligamento de qualquer associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da decisão.

art.9º

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembleia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembleia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- 7) Representar a associação judicialmente e extra-judicialmente;
- 8) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- 9) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 7) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- 8) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 9) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 5) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 6) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 7) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 8) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 9) Informar à Assembleia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembleia Geral que eleger a Diretoria.

Capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores adquiridos ou oriundos do patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembleia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

art. 22

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, com a devida ratificação da Assembleia Geral.

Farroupilha, RS - 06 de Março de 2012.

Silvio Grum Ribeiro – Presidente
CPF. 750.361.000-00

Aurelino Ribeiro – Secretário
RG. 703.931.34.86

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE LOMBA DO PINHEIRO

ATA DE ASSEMBLEIA DE ALTERAÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA LOMBA DO PINHEIRO DA ETNIA KAINGANG.

As quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e oito do mês de Fevereiro de 2012 na cidade de Porto Alegre,RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG, DA COMUNIDADE INDÍGENA LOMBA DO PINHEIRO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDIGENA FÁG NHIG KAINGANG; 2. ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE LOMBA DO PINHEIRO.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de Alteração do estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por todos. Decidiu-se incluir no estatuto o seguinte:

Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, **com mandato de 28 de Fevereiro de 2012 até 28 de Fevereiro de 2013**, os Diretores **CLAUDIR DA SILVA (PRESIDENTE); MARCELINO DE SALVADOR (VICE-PRESIDENTE); DENILSON TRINDADE (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **PAULO SÉRGIO TRINDADE**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **TEREZINHA DE PAULA RIBEIRO**, como presidente do conselho, **CLAUDEMIR SOUZA DE CARVALHO E JAIR RETAHN DA SILVA**, como titulares do conselho e os suplentes **SAMUEL DA SILVA E VERA LÚCIA KANINHKA DA ROSA**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 28 de Fevereiro de 2012.

_____ Presidente da Associação	_____ Conselheiro
_____ Vice-presidente	_____ Conselheiro
_____ Tesoureiro	_____ nome e assinatura dos demais presentes

Convênio N^o 667/2011 DNIT – UFSC

Secretário da Mesa

nome e assinatura dos demais presentes

Secretário

nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1^o

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG**, fundada em **08 de maio de 2006**, com sede e foro na **estrada João de Oliveira Remião, N 9105 Lomba do Pinheiro, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que a partir do dia vinte e oito de fevereiro de 2012 se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser criadas sub-sedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2^o

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG** congregará e representará os integrantes da **comunidade Lomba do Pinheiro da Etnia Kaingang**, tendo como objetivos:

- 16) Promover o desenvolvimento de atividades socioeconômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 17) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 18) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 19) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais;
- 20) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo primeiro - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;
- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

parágrafo segundo – A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

parágrafo terceiro – No desenvolvimento de suas atividades, a **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Capítulo 2 – Dos sócios

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de sócios.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **Associação Indígena FÁG NHIG KAINGANG** todos os indivíduos pertencentes a **comunidade Lomba do Pinheiro da Etnia Kaingang** que tenham mais de 18 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos sócios:

- 7) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 8) tomar parte nas Assembleia Gerais;

art. 5º

São deveres dos sócios:

- 7) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 8) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 10) Assembleia Geral;
- 11) Conselho Consultivo;
- 12) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembleia Geral:

- 25) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 26) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 27) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 28) Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 29) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 30) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- 31) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade

art.9º

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembleia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembleia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 10) Representar a associação judicialmente e extrajudicialmente;
- 11) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- 12) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 10) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- 11) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 12) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 7) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 8) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 10) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 11) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 12) Informar à Assembleia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembleia Geral que eleger a Diretoria.

Capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores

Convênio N^o 667/2011 DNIT – UFSC

adquiridos ou oriundos do patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembleia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

Farroupilha, RS - 28 de Fevereiro de 2012.

Claudir da Silva – Presidente
CPF.

Marcelino de Salvador – Vice-Presidente
CPF.

Denilson Trindade – Tesoureiro
CPF.

Paulo Sérgio Trindade – Secretário
CPF.

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

ANEXO - ROTEIRO DE PROJETOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (informar aqui o nome do projeto a ser desenvolvido)			
LINHA TEMÁTICA (assinalar com X a linha temática a qual corresponde o projeto a ser desenvolvido)			
<input type="checkbox"/> GERAÇÃO DE RENDA <input type="checkbox"/> SAÚDE <input type="checkbox"/> MEIO AMBIENTE <input type="checkbox"/> CULTURA <input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO INFORMAL <input type="checkbox"/> ETNODESENVOLVIMENTO			
ABRANGÊNCIA DO PROJETO (informar o tamanho do alcance do projeto, estado, município e comunidade)			
PRAZO DE EXECUÇÃO:			
VALOR DO PROJETO:			
INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE Nome: Endereço: CNPJ: _____ Telefone: _____			
INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL Nome: Endereço: CPF: _____ RG: _____ Telefone: _____ Email: _____			
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO (informar as principais atividades desenvolvidas pela associação da comunidade ao longo dos últimos anos)			
APRESENTAÇÃO DO PROJETO			
PÚBLICO ALVO			
JUSTIFICATIVA			
OBJETIVOS Geral Específicos			
METAS			
METODOLOGIA			
INDICADORES			
AVALIAÇÃO			
Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
ORÇAMENTO			
Atividade	Detalhamento	Valor	Período
RESULTADOS ESPERADOS			
PARCERIAS			
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL Data: Assinatura:			

ANEXO - PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE FARROUPILHA, LOMBA DO PINHEIRO, MORRO DO OSSO E MORRO SANTANA

**PROJETO DE APOIO A PRODUÇÃO ARTESANAL
Bichos de madeira**

Comunidade indígena Kaingang de Farroupilha



Farroupilha – RS
Maio de 2012

TÍTULO:

PROJETO DE APOIO A PRODUÇÃO ARTESANAL

Atividade produtiva: Bichos de madeira

LINHA TEMÁTICA

(X) GERAÇÃO DE RENDA () SAÚDE () MEIO AMBIENTE
() CULTURA () EDUCAÇÃO INFORMAL (X) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO:

O projeto de apoio a produção artesanal, da atividade desenvolvida conhecida como Bichos de madeira atenderá a 19 famílias da comunidade indígena farroupilha localizada na cidade de Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

Quatro (04) meses

VALOR DO PROJETO:

1.500,00 – um mil quinhentos e cinquenta reais.

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG

Endereço: Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da CORSAN, Estrada Santa Rita N. 11

CNPJ: 000000000000000000

Telefone: (54) 9663-3829

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Silvio Grum Ribeiro – Presidente

Endereço: Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da CORSAN, Estrada Santa Rita N. 11

CPF: 750.361.000-00

RG:

Telefone: (54) 9937-9973

Email: não possui

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG, fundada em 06 de março de 2012, com sede e foro na Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da CORSAN, Estrada Santa Rita N. 11 Aldeia Farroupilha, Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que tem por finalidade:

- Promover o desenvolvimento de atividades socioeconômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;

- Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais;
- Promover atividades educativas relacionadas à saúde, saneamento e vida social dos índios Kaingang da referida comunidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

O projeto de apoio à produção artesanal da atividade “bichos de madeira” é uma proposta de valorização e ampliação da produção desse artesanato resultando: na melhoria das condições de trabalhos dos indígenas, aumento da produção e consequentemente aumento da renda.

Atualmente moram na comunidade de farroupilha cerca de setenta e três pessoas entre homens, mulheres e crianças. A comunidade conta com infraestrutura básica com casa de madeiras feitas em parceria com a FUNAI que fez a doação das madeiras, estas casas se encontram em bom estado e a comunidade conta ainda com uma escola, um banheiro coletivo, sistema de água e coleta de lixo. A principal atividade econômica desenvolvida entre os Kaingang da comunidade de farroupilha é a produção de artesanato e o extrativismo de algumas espécies vegetais além de pessoas que trabalham como vendedores ambulantes.

PÚBLICO ALVO

O projeto é destinado aos moradores da comunidade indígena Farroupilha da etnia Kaingang.

JUSTIFICATIVA

O projeto se justifica a partir da observação da reduzida capacidade produtiva do artesanato feito em madeira. Esta limitação tem impedido os indígenas de ampliarem sua renda e ao mesmo tempo aumentado o tempo de produção das peças que são confeccionadas com ferramentas inadequadas. Diante da possibilidade do aumento das vendas desse tipo de artesanato, visto que a comunidade atualmente vende toda a produção que não ultrapassa a média de 100 peças mensalmente e afirmam que poderia vender mais como pode ser visto: *“hoje nós vendemos tudo, é cerca de 100 peças por*

mês, mas se tivesse 200 peças, venderia tudo, porque depois que acaba o pessoal procura”.

OBJETIVOS

Geral:

Ampliar e apoiar a produção de bichos talhados em madeira, reforçando o apoio a uma atividade tradicional, possibilitando o aumento da renda das famílias Kaingang

Específicos:

- Ampliar a produção do artesanato;
- Promover a capacitação dos indígenas para melhoria da produção;
- Adquirir ferramentas e materiais mais adequados para ampliar a produção artesanal;
- Aumentar a geração e a distribuição de renda

METAS

- Adquirir ferramentas para facilitar a produção do artesanato;
- Capacitar 19 famílias para uso das ferramentas e melhoria da produção;
- Aumentar a produção do artesanato (bichos de madeiras) dos atuais 100 peças por mês para 200 peças;
- Reforçar atividades tradicionais;

METODOLOGIA

As atividades serão executadas de forma participativas por meio de reuniões na casa de fala e por oficinas realizadas com os indígenas mais experientes que repassarão o conhecimento sobre as técnicas de produção e uso das ferramentas.

INDICADORES

- Número de famílias realmente atendidas;
- Número de máquinas adquiridas;
- Número de peças fabricadas;

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- Verificação do aumento da renda;

AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
Adquirir ferramentas e materiais mais adequados para ampliar a produção artesanal; Promover a capacitação dos indígenas para melhoria da produção; Ampliar a produção do artesanato; Aumentar a geração e a distribuição de renda	Número de famílias realmente atendidas; Número de máquinas adquiridas; Número de peças fabricadas; Verificação do aumento da renda;	Visitas técnicas; Registros fotográficos; Notas fiscais; Avaliação da comunidade; Relatórios de andamento das atividades; Relatório final;	Bimestral; Por atividade desenvolvida; Por atividade desenvolvida; Bimestral; Mensal; Ao término do projeto (quarto mês)

ORÇAMENTO:

Atividade	Detalhamento	Valor	Período
Pesquisa de preços	Envio da cotação de preço	Contrapartida da comunidade	1º mês
Infraestrutura	Preparação do local para produção comunitária chamada de casa de ferramenta	Contrapartida da comunidade	1º mês
Ferramentas	Serra de fita – 1 Und	500,00	2º mês
Ferramentas	Lixadeira manual – 1 Und	250,00	2º mês
Ferramentas	Pirógrafo – 1 Und	500,00	2º mês
Ferramentas	Lixas para lixadeira – 100 metros	150,00	2º mês
Capacitação	Oficina de uso de ferramentas e melhoria da produção comunitária	Contrapartida da comunidade	3º mês
VALOR FINAL		1.500,00	

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que ao término desse pequeno projeto, que a nossa comunidade seja beneficiada com capacitação e melhoria das técnicas de produção, que podem ser alcançadas graças ao apoio de ferramentas mais adequadas. Também esperamos ampliar a nossa produção e aumentar a nossa renda mensal.

PARCERIAS

Nesta atividade a parceria desejada e firmada é com a FAPEU que fará a avaliação e o acompanhamento das atividades desse projeto garantindo a correta aplicação dos recursos e o apoio para realização da oficina de produção e uso das ferramentas.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data:

Assinatura:



**PROJETO DE GESTÃO DO LIXO
Comunidade Limpa Saúde de Todos**

Comunidade indígena Lomba do Pinheiro

Porto Alegre/RS
Maio de 2012

PROJETO COMUNIDADE LIMPA SAÚDE DE TODOS

Comunidade da Lomba do Pinheiro

LINHA TEMÁTICA

() GERAÇÃO DE RENDA (x) SAÚDE (x) MEIO AMBIENTE

() CULTURA (X) EDUCAÇÃO INFORMAL (x) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

O projeto tem abrangência local para todos da comunidade

PRAZO DE EXECUÇÃO:

4 meses

VALOR DO PROJETO:

1000,00 Reais

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: Associação Indígena Fág Nhin

Endereço: Estrada João de Oliveira Remião, nº 9105

CNPJ: Telefone: (51) 9120 2619

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Irma Keme Sales

Endereço: Estrada João de Oliveira Remião, nº 9105

CPF: 01440955050 RG: 1062815181 Telefone: (51) 9120 2619

Email: pst.trinda@hotmail.com irmakaingang@gmail.com

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A associação Indígena Fág Nhin foi criada para assessorar na busca de projetos em prol da comunidade,. Como principal atividade está o projeto realizado com a parceria do Ministério das Comunicações conseguindo internet via satélite com o projeto presença do Gesac, Promovendo a inclusão digital na aldeia. A associação esteve presente também junto com a comunidade nas atividades do Projeto promovido pela UFRGS, Projeto Saúde Mental Conviver para Viver Melhor, projeto este que foi premiado pelo ministério dos direitos humanos onde o cacique foi até Brasília receber o premio em nome da comunidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto será apresentado em oficinas de conscientização ambiental, com a proposta de gestão comunitária do lixo na Comunidade Indígena da Lomba do pinheiro. Promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas pela aldeia, utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo.

PÚBLICO ALVO

Comunidade indígena da Lomba do Pinheiro e visitantes

JUSTIFICATIVA

A comunidade sofre com o acúmulo do lixo e o crescimento rápido das gramas e capins no entorno do Centro Cultural, no pátio da Escola, na Praça e por toda a extensão das ruas da aldeia. É importante para manter a aldeia limpa e com isso as crianças poderem brincar mais tranquilas e por consequência a boa saúde de todos os membros da comunidade e manter a boa estética da aldeia para os visitantes.

OBJETIVOS

Geral:

- Manter a boa saúde da comunidade promovendo a separação do lixo reciclável e poda do mato e das gramas.

Específicos:

Fazer a separação do lixo;

- Realizar a poda do mato e da grama;
- Promover a conscientização ambiental na comunidade;
- Manter a boa estética Da comunidade;
- Colaborar com a saúde da comunidade.
- Promover oficinas de materiais reciclados.

METAS

Manter a comunidade da Lomba do pinheiro conscientizada a respeito da coleta seletiva do lixo reciclável. Manter a aldeia sempre limpa e com o mato e as gramas cortadas a cada dois meses, e envolver todas as famílias da comunidade nas atividades de limpeza a cada quinze dias.

METODOLOGIA

A associação chamará a comunidade para explicar numa palestra a importância de manter a aldeia sempre limpa, a importância da separação do lixo seco do orgânico, organizando quinzenalmente um mutirão de limpeza e separação do lixo e corte e poda do mato ao redor da escola, do centro cultural, na praça, campo de futebol e nas ruas da aldeia, uma vês por mês e manter como rotina na comunidade por tempo indeterminado.

Com a coleta dos produtos recicláveis após um certo acúmulo vender para Gerar uma renda coletiva e aproveitar nos almoços coletivos que acontecem todas as segundas-feiras na comunidade.

INDICADORES

Numero de sacos de lixo reciclável acumulado por mês, número famílias atendidas, mutirões realizados por mês, Número de latões disponível para a comunidade, número de podas e corte realizados.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará por meio de um relatório de acompanhamento com fotos e pesquisa de satisfação na comunidade e das instituições visitantes da aldeia e uma aceitação da instituição financiadora.

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
1-Fazer a reciclagem do lixo; 2-Realizar a poda do mato e da grama; 3-Promover a conscientização ambiental na comunidade; 4-Manter a boa estética Da comunidade; 5-Colaborar com a saúde da comunidade	Número de sacos de lixo reciclável acumulado por mês, número famílias atendidas, mutirões realizados por mês, Número de latões disponível para a comunidade, número de podas e corte realizados.	Relatório e fotos	Quinzenalmente e Mensalmente

CRONOGRAMA

Atividade	Detalhamento	Periodo
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto Aldeia Limpa Saúde de Todos.	Junho
Oficinas educativas	Oficinas e distribuição de folders sobre a importância da separação do lixo e poda do mato e grama na aldeia	Junho
Orçamentos	Realiza orçamento de uma Roçadeira a gasolina para o corte dos capins e da grama na aldeia, rastelo e sacos de lixo. Buscar doações de tonéis	Junho
Execução das atividades	Mobilizar a comunidade para a realização da coleta do lixo, separação do lixo seco do orgânico, corte e poda da grama e do mato nos arredores do centro cultural, da escola, da praça, nas ruas da aldeia e no campo de	Julho

Atividade	Detalhamento	Período
	futebol.	
Apresentação dos resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Agosto

ORÇAMENTO

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR
Roçadeira a gasolina	1	750,00 Reais
Rastelo	1	20,00 Reais
Enxada	1	20,00 Reais
Carrinho de mão	1	70,00 Reais
Sacos de Lixo	1 fardo	50,00 Reais
Palestrante	1	Contra partida da comunidade
Gasolina		Contra partida da comunidade
Luvas		40,00 Reais
Foice	1	50,00 Reais
TOTAL		1.000,00 Reais

RESULTADOS ESPERADOS

Membros da comunidade conscientizados da importância da separação do lixo seco do orgânico e manter a aldeia sempre limpa e livre de vetores

PARCERIAS

Contrapartida comunidade com mão de obra, FAPEU, DNIT.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data: 24 de maio de 2012

Assinatura:



PROJETO APOIO A INFRAESTRUTURA DA ALDEIA
Instalação de Banheiros de Uso Coletivo

Comunidade indígena Morro do Osso.

Porto Alegre – RS
Maio de 2012

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROJETO INSTALAÇÃO DE BANHEIROS DE USO COLETIVO
Na comunidade indígena Morro do Osso.

LINHA TEMÁTICA

() GERAÇÃO DE RENDA (x) SAÚDE (x) MEIO AMBIENTE
() CULTURA () EDUCAÇÃO INFORMAL (x) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

Abrangência local e irá beneficiar diretamente 37 famílias da Comunidade do Morro do Osso.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

4 meses

VALOR DO PROJETO:

Custo Final: R\$ 3.434,56 reais

Custo Projeto: R\$ R\$ 1.434,56

Contrapartida: R\$ 2.000,00

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: Associação Indígena Tupe Pãn

Endereço: rua professor padre Werner, 77 – bairro tristeza - Porto Alegre

CNPJ: Telefone: (51)95404437

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Alípio Mineiro

Endereço: rua professor padre Werner, 77 – bairro tristeza - Porto Alegre

CPF: 585.959.450-05 RG: 1034210896 Telefone: (51)95404437

Email: Felipe_lipe671@gmail.com

HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Atualmente a comunidade indígena do Morro do Osso, situada no bairro tristeza em Porto Alegre, é composta de 37 famílias (aproximadamente 160 pessoas) entre homens, mulheres e crianças. Residem em casas de madeiras, muitas necessitando de reformas e algumas sendo reconstruídas. Existe também uma pequena escola onde são atendidas crianças de 1^a à 5^a série, mas está em estado bem precário. Também tem uma horta comunitária onde são cultivadas algumas verduras e hortaliças para consumo da comunidade. Sua renda é baseada nas vendas de artesanatos e alguns, em empregos diversos.

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Esta instituição foi fundada em março de 2012 com o apoio do Plano de Fortalecimento

Institucional dos Índios Kaingang do Programa Básico Ambiental da BR 386. Essa associação representa 37 famílias da Comunidade do Morro do Osso. A associação conta com a parceria da FAPEU e do DNIT. Como foi recém criada, este é o primeiro projeto a ser elaborado.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Este projeto visa a construção de 2 banheiros comunitários exclusivo para banho, pois na nossa comunidade não existe um lugar adequado para tomar banho. O problema principal é no inverno, quando é muito frio, as crianças e idosos acabam por adoecer.

PÚBLICO ALVO

As 37 famílias da comunidade indígena Morro do Osso.

JUSTIFICATIVA

Este projeto tende a atender uma das necessidades mais urgentes da comunidade Kaingang do Morro do Osso, pois não há, no momento, uma infra-instrutora adequada e nem saneamento básico para atender as 37 famílias que residem lá, neste caso estrutura de banho com chuveiro elétrico.

OBJETIVOS

Geral:

- Melhorar as condições habitacionais da comunidade.

Específicos:

- melhorar a condição de vida de cada morador;
- melhorias na saúde em geral;
- construção de banheiros,

METAS

- construção dos estabelecimentos para instalar os chuveiros;
- instalar 2 chuveiros elétricos;
- atender as 37 famílias;
- reduzir o número de doenças que ocorrem principalmente no inverno;
- concluir a obra.

METODOLOGIA

- definir o local pra instalar os chuveiros;
- construção da fossa para onde irá a água;
- definir os materiais necessários para a instalação dos chuveiros;
- compra dos materiais;
- fazer o orçamento dos materiais.

INDICADORES

- definição de equipe da comunidade que irá instalar os chuveiros;
- definição do projeto (escoamento de água e entrada de energia elétrica);
- início da obra;
- entrega da obra.

AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
Construção de banheiro coletivo	Uso coletivo;	Fotos;	Diário
Melhoria nas condições de vida dos moradores;	Uso coletivo;	Satisfação;	Mensal
Melhoria na saúde em geral.	Reduzir as doenças de inverno.	Comparar ocorrência de doenças de inverno entre 2011 e 2012.	Anual

ORÇAMENTO

Atividade	Detalhamento	Valor	Período
Compra dos materiais	Mil tijolos	375,00	1 ^o mês
	2 metros areia	107,60	1 ^o mês
	10 sacos de cimento de 50 kg	205,00	1 ^o mês
	5 sacos de cal de 20 kg	38,75	1 ^o mês
	1 metro de brita rosa	62,90	1 ^o mês
	1 metro areia grossa	49,90	1 ^o mês
	2 kg alvenarite	14,60	1 ^o mês
	9 telhas isdralit	84,60	1 ^o mês
	1 kg pregos telheiro	14,40	1 ^o mês
	6 madeira de cedro – 3 m	83,94	1 ^o mês
	3 madeira de cedro – 4 m	77,85	1 ^o mês
	1 Tubo de água tigre	10,79	1 ^o mês
	2 duchas Lorenzetti	73,00	1 ^o mês
	2 registros lecat	28,70	1 ^o mês
	1 tubo tigre esgoto	13,90	1 ^o mês
	10 m fio cabo	35,00	1 ^o mês
	2 portas PVC	123,00	1 ^o mês
	1 caixa sifonada quadrada	13,93	1 ^o mês
1 caixa sifonada redonda	6,70	1 ^o mês	
Frete	15,00	1 ^o mês	
	Total de materiais	1.434,56	
Contrapartida	Mão de obra	2.000	Durante todo o

	Caixa d'água fibra	152,48	projeto Durante todo o projeto
Total do projeto		3.587,64	

RESULTADOS ESPERADOS

Satisfação da comunidade;

Melhoria na condição de vida;

Melhoria na saúde em geral.

PARCERIAS

DNIT, UFSC, FUNAI, FAPEU e HABITAT

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data: 23 de maio de 2012

Assinatura:

PROJETO DE APOIO A GERAÇÃO DE RENDA
Confecção de Camisetas
Comunidade indígena Morro Santana



Porto Alegre/RS
Maio de 2012

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

CONFECÇÃO DE CAMISETAS

LINHA TEMÁTICA

(X) GERAÇÃO DE RENDA () SAÚDE () MEIO AMBIENTE

(X) CULTURA () EDUCAÇÃO INFORMAL (X) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

Local incluindo Comunidade e Associação

PRAZO DE EXECUÇÃO:

6 MESES

VALOR DO PROJETO:

R\$ 1.500

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: RÁT HÉJ

Endereço: RUA NILSON DO SANTOS COSTA N: 437 BAIRRO: VILA SAFIRA

CNPJ: Telefone: 51 91950937

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: ARI RIBEIRO

Endereço: RUA NILSON SANTOS COSTA

CPF: 531.400.100.44

RG: 50706139-62

Telefone: 51 91950937

Email: of44427@gmail.com

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A associação indígena RÁ THÉJ, fundada em 29 de fevereiro de 2012, com sede na rua Nilson do Santos Costa, Numero 437, Bairro Vila safira, Aldeia Morro Santana, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma associação sem fins lucrativos e conta com o apoio do Plano de Fortalecimento Institucional dos Índios Kaingang do Programa Básico Ambiental da BR 386. Essa associação representa 11 famílias da Comunidade do Morro Santana. A associação conta com a parceria da FAPEU e do DNIT. Historicamente a Comunidade vive na região desde 1995. Originários de Nonoai a Comunidade, buscando novas formas de venda do seu trabalho, começou a se deslocar para Porto Alegre onde construiu vínculos com outros familiares que aqui moravam, fazendo com que ao longo do tempo decidissem morar definitivamente em Porto Alegre. Aqui vivem em comunidade e produzem e comercializam artesanato e ervas medicinais e mantém ponto de venda fixo na Praça da Alfândega e Brique da Redenção.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto de apoio a confecção de camisetas visando a comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Théj beneficiando 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças ,tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

PUBLICO ALVO

Associação e comunidade.

JUSTIFICATIVA:

Este projeto se justifica considerando que a associação e a Comunidade já contam com ponto de venda fixo de seu artesanato. Nesta comercialização são incluídos: artesanato em sementes, taquara, cipó do mato e ervas medicinais, diversificando a produção de colares, cestos, pulseiras, brincos, cestaria em geral, flechas, cocar, mantas de tricô, anéis. Devido a baixa venda destes produtos tradicionais acreditamos que a diversificação da oferta de produtos pode ser ampliada com a inclusão de camisetas com estampas próprias que resgatem a cultura e a identidade da etnia e da Comunidade. Desta forma, a inclusão das camisetas e a sua venda aumentaria a renda e ajudaria a divulgar a nossa cultura com imagens nelas postas.

OBJETIVOS

Geral:

- Ampliar a oferta de produtos a serem comercializados visando divulgar e expandir a Associação através da criação de camisetas com estampas próprias da comunidade.

Específicos:

- Buscar cursos de design e publicidade para desenvolver parceria na criação das estampas;
- Criar estampas com identidade da etnia Kaingang;
- Desenvolver parcerias para a comunidade;
- Gerar renda.
- Capacitar a comunidade para a gestão da associação;
- Envolver a comunidade na atividade conjunta de criação e comercialização;

METAS

- Envolver e capacitar as 11 famílias da comunidade para a gestão da associação;
- Buscar apoio de Universidade através dos cursos de design e publicidade para desenvolver parceria na criação das estampas;
- Produzir e comercializar 100 camisetas nos primeiros seis meses;
- Criar fundo de reserva para associação que possa ser reinvestido em novas ações visando a melhoria da qualidade de vida na comunidade;

METODOLOGIA

No primeiro mês:

- pesquisar malharias e fornecedores e orçamentos;
- buscar apoio para a definição das estampas e arte usadas;
- definir tamanho, cores e quantidade;

No segundo mês:

- definir as estampas e a arte das camisetas;

No terceiro mês:

- produzir as camisetas;

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- produzir embalagens;
- receber e conferir mercadorias e fazer o pagamento.

No quarto mês:

- incluir as camisetas nos pontos de venda existentes e definir novos locais de vendas;

No quinto mês avaliação.

No sexto mês avaliação final e prestação de contas.

INDICADORES

- 100 camisetas produzidas;
- Venda das 100 camisetas
- Criação do fundo de reserva em conta de corrente;

AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
Buscar cursos de design e publicidade para desenvolver parceria na criação das estampas;	Termo de parceria	Entrega das estampas	01 mês
Criar estampas com identidade da etnia Kaingang;	Estampas com identidade própria	Entrega das estampas e/ou nota fiscal do serviço	01 mês
Desenvolver parcerias para a comunidade;	Novos parceiros		
Gerar renda.	Criação do fundo de reserva	Extrato da Conta bancária	Todos os meses
Capacitar a comunidade para a gestão da associação;	Incluir a comunidade na gestão da associação	Fotos, reuniões, encontros, prestação de contas	Desde o início
Envolver a comunidade na atividade conjunta de criação e comercialização;	Incluir a comunidade no projeto	Fotos, reuniões, encontros, prestação de contas	Desde o início

ORÇAMENTO

Atividade	Detalhamento	Valor	Periodo
Confecção de camisetas	Compra de camisetas Criação a estampa Impressão das estampas	R\$ 1.000,00 R\$ 200,00 R\$ 300,00	3 meses
Comercialização	Ponto de Venda e equipe de venda. 90 diárias	Diária de R\$ 30,00 por 90 dias. R\$ 2.700,00	4º mês em diante
Embalagens	Criação e confecção das embalagens (100)	R\$ 500,00	3 meses
Total do projeto		R\$ 4.700,00	Final
Total do financiamento		R\$ 1.500,00	Primeiro mês
Total de contrapartida		R\$ 3.200,00	Durante o projeto.

RESULTADOS ESPERADOS

Ampliação da renda e fortalecimento da Associação e da cultural Kaingang através das 100 camisetas produzidas e comercializadas e da criação do fundo de reserva em conta corrente;

PARCERIAS

DNIT, UFSC, FUNAI, FAPEU, HABITAT

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data: 23/05/2012

Assinatura:

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES

Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang

INTRODUÇÃO

Este é o relatório de acompanhamento da terceira e última fase de atividades de suporte às associações indígenas Kaingang atendidas pelo PBA da BR 386/RS no âmbito do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang, composto pelas atividades do Plano de Apoio aos Pequenos Projetos, este último, implantado durante a segunda fase de atividades na oficina de projetos.

“O plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang é uma linha de financiamento disponibilizada pela FAPEU destinada a pequenos projetos entre os índios Kaingang atendidos pelo PBA da BR-386. Este plano é uma oportunidade encontrada para destinar uma linha de recursos as associações recém criadas, para que estas sejam capacitadas na prática para obtenção dos recursos (elaboração do projeto), gestão dos recursos (uso e aplicação das atividades previstas nos projetos) e prestação de contas (para comunidade e financiadores), onde as associações serão acompanhadas para a correta aplicação dos recursos, resultando em uma integração de aprendizado prático. (ARAÚJO, 2012)

A terceira fase de trabalho iniciada em junho de 2012 teve por objetivos a análise dos projetos, a avaliação das etapas de trabalhos realizados e o acompanhamento das associações na execução dos projetos e demais atividades, além de:

- Dar suporte as associações, ajudando no seu funcionamento;
- Auxiliar a diretoria na condução das atividades assumidas com os projetos e na proposição de outras atividades que estejam ligadas a agenda futura das comunidades;

- Elaborar o formulário de avaliação dos projetos e aplicá-los em cada associação, permitindo aos indígenas que expressem suas primeiras impressões na execução dos projetos;
- Receber e avaliar a prestação de contas das associações referente aos projetos, indicar medidas corretivas se necessárias, dar retorno as comunidades e as devidas orientações a diretoria;
- Promover o gradativo desligamento do apoio dado pela FAPEU com a finalidade de fortalecer as associações indígenas e de diminuir a dependência técnica.

Devido às diversas situações apresentadas no calendário interno das comunidades e nas dificuldades naturalmente encontradas durante a execução do projeto, todas as atividades e o cronograma de ações de apoio foram ajustados ao tempo indígena, pois as comunidades precisaram de um pouco mais de tempo para a execução dos projetos.

Visto que, a questão do atendimento aos prazos é um item fundamental, no processo de prestação de contas e para as boas práticas da execução de projetos, todas as associações foram alertadas para esta situação, sendo que duas das quatro instituições criadas não conseguiram atender aos prazos de execução.

Essa situação já era esperada, porque, a maioria das comunidades com exceção da comunidade Lomba do Pinheiro, não detinham conhecimento prévio de como funcionava uma associação, ou como elaborar e tão pouco executar um projeto. Neste sentido a forma de propor e executar os projetos foi simplificada e adaptada a dinâmica das comunidades, permitindo que estes construíssem propostas de acordo com sua agenda interna e que a execução também não confrontasse com a agenda de outras atividades cotidianas.

METODOLOGIA

As atividades de suporte foram feitas a partir da realização de oficinas de apoio, visitas informais, elaboração e aplicação de formulários de avaliação, além de instruções via e-mail, telefone e apoio presencial.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR PERÍODO

A seguir detalha-se as principais atividades desenvolvidas entre outubro de 2012 a março de 2013. Indicando as ações propostas e desenvolvidas com vistas a dar suporte as associações na execução dos projetos e na condução das associações.

OUTUBRO/2012

Principais atividades desenvolvidas

-
- Acompanhamento e orientação das associações para a realização dos orçamentos e cotação dos preços;
 - Suporte por e-mail e telefone às comunidades que entraram em contato;

Durante o mês de outubro, após a emissão de todas as orientações possíveis e também após a liberação dos recursos para cada associação proponente dos projetos, foi dado tempo para que a diretoria e os demais representantes iniciassem a execução das atividades apresentadas no plano de trabalho anexo a cada projeto, em especial a realização dos orçamentos.

O que se percebeu na prática, que mesmo o plano tendo sido definido por representantes indígenas, estes nem sempre foram seguidos na prática pela associação, mas o planejamento nunca pode ser encarado como algo estático, mas como uma ferramenta adaptável as diversas dificuldades enfrentadas pelas associações e ainda adaptáveis as especificidades indígenas.

O que seria constatado mais a frente é que duas associações apresentaram problemas na cotação dos preços, com erros comuns, como a falta dos orçamentos e/ou orçamentos apresentados com ausência de dados das empresas. Como esta e outras atividades da execução do projeto tem o caráter primordialmente educativo, todas as comunidades receberam novas orientações a partir das dificuldades encontradas por cada associação.

NOVEMBRO/2012

Principais atividades desenvolvidas

- Elaboração do formulário de avaliação e suporte aos pequenos projetos Kaingang;
- Orientação às associações para a abertura das contas.

Novembro foi marcado pela elaboração do formulário de avaliação e suporte aos projetos. Foi pensando em uma ferramenta que permitisse aos indígenas observarem o processo onde estavam inseridos, confrontando-os com sua realidade tradicional, pois até este momento, os indígenas já estavam em contato com procedimentos burocráticos, regras para elaborar, acessar e utilizar os recursos, além da apreensão de fazer a coisa correta perante a sua própria comunidade evitando assim conflitos e desconfianças dos membros da comunidade.

De todo modo, a ferramenta de avaliação proposta também tinha por finalidade demonstrar a FAPEU como as atividades estavam sendo executadas, se existiam atividades atrasadas e se os indígenas estavam precisando de apoio.

DEZEMBRO/2012

Principais atividades desenvolvidas

- Visita e entrega do formulário de avaliação e suporte aos pequenos projetos;
- Orientação quanto ao arquivamento da documentação que comprova a execução do projeto

Em dezembro as comunidades foram novamente visitadas para a entrega do formulário de avaliação e suporte aos pequenos projetos e orientadas quanto ao seu preenchimento e quanto ao arquivamento dos orçamentos realizados nos meses anteriores.

Apenas duas associações fizeram esta avaliação escrita, assim estes puderam praticar o exercício de sistematizar as experiências de sua comunidade com os projetos, onde os protagonistas são eles mesmos. Para evitar prejuízos para a avaliação de todas as associações, essas que não apresentaram o formulário preenchido, foram entrevistadas e responderam as perguntas durante a visita as comunidades em março de 2013.

JANEIRO/2013

Principais atividades desenvolvidas

- Suporte às comunidades que ainda não haviam conseguido executar o projeto.
- Apoio à comunidade Morro Santana para a confecção das camisetas

Até janeiro de 2013, apenas as comunidades Morro do Osso e Lomba do Pinheiro haviam executado o projeto completando todas as etapas previstas. As demais, Morro Santana e Farroupilha até o momento apresentaram diversas atividades pendentes.

A FAPEU concedeu o devido suporte as duas comunidades que puderam avançar em suas atividades, estes avanços serão vistos mais a frente no item de gestão e acompanhamento dos projetos.

FEVEREIRO/2013

Principais atividades desenvolvidas

- Elaboração da programação de visitas às comunidades para prestação de contas;
- Visita e entrega da programação das atividades em cada aldeia.

Convênio N^o 667/2011 DNIT – UFSC

Em fevereiro de 2013 a fim de dar continuidade ao suporte as associações foi elaborada e entregue as comunidades a programação de atividades a serem desenvolvidas para fechamento dos projetos e da prestação de contas e também ações para gestão das associações com a realização da assembleia geral para tratar da eleição ou reeleição da diretoria, conforme segue abaixo na íntegra.

PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

PLANO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS PROJETOS KAINGANG

APRESENTAÇÃO

Com a finalidade de dar andamento às ações de capacitação, estrutura e suporte as associações criadas durante o processo de diálogo sobre associativismo entre os índios Kaingang no âmbito do PBA da BR 386, por meio do Plano de Fortalecimento Institucional, a FAPEU vem informar as comunidades as datas e temas da próxima reunião que tem por finalidade dar suporte às comunidades quanto à prestação de contas e avaliação dos resultados do exercício de 2012, além de verificar e atender as demandas apresentadas neste período conforme segue abaixo.

ASSUNTOS E TEMAS DAS REUNIÕES

MANHÃ

- Entrega da prestação de contas da execução do projeto
- Avaliação da prestação de contas e da documentação apresentada;
- Apresentação e aprovação dos resultados para a comunidade;
- Avaliação do processo e dos resultados;
- Avaliação do primeiro ano de atividades;

TARDE

- Diálogo sobre o funcionamento e a gestão das associações;
- Avaliação do exercício de 2012;
- Eleição de nova diretoria e alteração estatutária sobre a vigência dos mandatos de um ano para dois anos;
- Abertura das contas das associações;
- Diálogo sobre o processo de finalização do apoio dado pela FAPEU.

TEMAS ESPECÍFICOS

- Definição e Suporte para o andamento dos projetos de Lajeado e Estrela que não foram iniciados ou iniciados parcialmente;
- Verificação da demanda para abertura da associação da comunidade de Lajeado;

DATAS DAS ATIVIDADES

PORTO ALEGRE – 04,05, 06 DE MARÇO

Comunidade – Morro do Osso – 04/03/13

Comunidade – Morro Santana – 05/03/13

Comunidade – Lomba do Pinheiro – 06/03/13

ESTRELA – 07, 08, 09 DE MARÇO.

Comunidade – Estrela – 08/03/13

Comunidade – Lajeado – 09/03/13

FARROUPILHA – 10, 11 DE MARÇO.

Comunidade – Farroupilha – 11/03/13

PALAVRAS FINAIS

É muito importante que a diretoria da associação juntamente com a liderança reúna toda a comunidade para juntos conversarmos sobre os resultados alcançados até aqui e sobre os próximos passos que vamos precisar dar para ver a associação crescendo e trazendo resultados ainda maiores para contribuir com o desenvolvimento de todos.

Lembre-se que a participação da atual diretoria é obrigatória, pois iremos tratar da reeleição ou eleição de nova diretoria.

MARÇO/2013

Principais atividades desenvolvidas

- Entrega da prestação de contas da execução do projeto;
- Avaliação da prestação de contas e da documentação apresentada;
- Apresentação e aprovação dos resultados para a comunidade;
- Avaliação do processo e dos resultados;
- Avaliação do primeiro ano de atividades;
- Eleição de nova diretoria e alteração estatutária sobre a vigência dos mandatos;
- Abertura das contas das associações;

Em março de 2013 foram realizadas as oficinas com as comunidades para tratar da prestação de contas e das demais atividades listadas a cima, os resultados da avaliação dos resultados da prestação de contas apresentadas por cada associação será visto no item de gestão e acompanhamento dos projetos neste relatório.

Outra atividade fundamental realizada neste período foram as assembleias de cada associação onde em sua grande maioria foi decidido por unanimidade a reeleição da atual diretoria e também a alteração estatutária sobre o período de duração dos mandatos. A seguir segue na integra as atas das assembleias:



ASSOCIAÇÃO INDÍGENA
TUPEN PÂN
COMUNIDADE MORRO DO OSSO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLÉIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO TUPEPÂN

Às 10 horas e 20 minutos do dia 05 do mês de março de 2013 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÂN, DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO DO OSSO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o indígena Álvaro de Paula e para secretariar Luiz Felipe Loureiro. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAINGANG, APENAS QUANTO AO ART. 16 QUE TRATA DA DURAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA CONFORME SEGUE ABAIXO:

Art. 16 - O mandato da diretoria passará de **um ano**, podendo ser renovado. Para um período de **quatro anos** mantendo a possibilidade de renovação.

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;

Houve a eleição de novo presidente, onde: o atual passou a ser vice presidente e o vice foi eleito o presidente da associação. Por unanimidade o Conselho Diretor, com mandato de **05 de Março de 2013 até 05 de Março de 2017**, passou a ser o seguinte: os Diretores **ÁLVARO DE PAULA (PRESIDENTE)** e **ALIPIO MINEIRO (VICE-PRESIDENTE)**; foram reeleitos; **ANTÔNIO RAUL DA SILVA (TESOUREIRO)**. **LUIZ FELIPE LOUREIRO (SECRETÁRIO)**. O Conselho Fiscal reeleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **VALDOMIRO VERGUEIRO**, como presidente do conselho, **VOLMIR VERGUEIRO E MARIO VERGUEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **CLEONICE VERGUEIRO E ROSANE GONÇALVES**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu Luiz Felipe Loureiro, lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos.

Porto Alegre, RS. 05 de Março de 2013

Álvaro de Paula – Presidente

Luiz Felipe Loureiro – Secretário

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLEIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E ELEIÇÃO

DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RÁ THÉJ

Às 14 horas e quarenta minutos do dia quatro do mês de março de 2013 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia de Alteração Estatutária e Eleição (nova) da Diretoria da Associação **RÁ THÉJ** da etnia Kaingang da **COMUNIDADE INDÍGENA MORRO SANTANA**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o presidente da associação o indígena Ari Ribeiro e para secretariar Nerlei Fidelis. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAINGANG, APENAS QUANTO AO ART. 16 QUE TRATA DA DURAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA CONFORME SEGUE ABAIXO:

Art. 16 - O mandato da diretoria passará de **um ano**, podendo ser renovado. Para um período de **quatro anos** mantendo a possibilidade de renovação.

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO.

Por unanimidade foram reeleitos para o Conselho Diretor, com mandato de **04 de Março de 2013 até 04 de Março de 2017**, os Diretores **ARI RIBEIRO (PRESIDENTE); ODIRLEI FIDELIS (VICE-PRESIDENTE); NOELI FIDELIS (TESOUREIRA)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **NERLEI FIDELIS**. Quanto ao Conselho Fiscal a maioria dos presentes votaram para eleição de novos conselheiros, pelo mesmo período de mandato da diretoria, ficando assim constituído: **MARCOS VESOLOSQUZKI**, como presidente do conselho, **ERIDSON FIDELIS E NELI FIDELIS**, como titulares do conselho e os suplentes **JÉSSICA DE ALMEIDA SANTARÉM DOS SANTOS E ANGÉLICA DOMINGOS**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos.

3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE MORRO SANTANA.

Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, e eu, Nerlei Fidelis lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 04 de Março de 2013

Ari ribeiro – Presidente

Nerlei Fidelis – Secretário

Gustavo de Machado Costa / OAB –SC 30.855



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PÃNH MÁG

Às 11 horas e 10 minutos do dia 11 do mês de Março de 2013 na cidade de Farroupilha, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG, DA COMUNIDADE INDÍGENA FARROUPILHA**, com sede domicílio e foro na cidade de Farroupilha, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Silvio Grum Ribeiro e para secretariar Aurelino Ribeiro. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAINGANG, APENAS QUANTO AO ART. 16 QUE TRATA DA DURAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA CONFORME SEGUE ABAIXO:

*Art. 16 - O mandato da diretoria passará de **um ano**, podendo ser renovado. Para um período de **três anos** mantendo a possibilidade de renovação.*

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;

Por unanimidade foram **REELEITOS** para o Conselho Diretor, com mandato de **11 de Março de 2013 até 11 de Março de 2016**, os Diretores **SILVIO GRUM RIBEIRO (PRESIDENTE); VANDERLEI RIBEIRO (VICE-PRESIDENTE); EDUARDO DANIEL JARAM RIBEIRO SALLES (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **AURELINO RIBEIRO**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **NELINHO PAULO substituindo WESLEY FIDELIS RIBEIRO**, como presidente do conselho, sendo mantidos **NOTELI RIBEIRO E LUCAS RIBEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **ISAIAS DA SILVA E ORILDE RIBEIRO**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Aurelino Ribeiro lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Farroupilha, RS. 11 de Março de 2013.

Silvio Grum Ribeiro – Presidente

Aurelino Ribeiro – Secretario

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO FÁG NHIG

Às treze horas e vinte minutos do dia seis do mês de março de 2013 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG, DA COMUNIDADE INDÍGENA LOMBA DO PINHEIRO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Irma Kamê Sales e para secretariar Paulo Sergio Trindade. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. OBSERVAÇÃO DO ESTATUTO QUANDO AO MANDATO DA DIRETORIA, NO ARTIGO 13 CONFORME SEGUE ABAIXO:

Art. 13 - ... A diretoria é composta por membros eleitos em assembleia, previamente convocados para esse fim, com mandato de três anos e após pode haver reeleição...

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;

Após uma reunião da comunidade, foram apresentados e aprovados por unanimidade os seguintes dirigentes, com mandato de **06 de MARÇO de 2013 a 06 de MARÇO de 2016**, sendo: **ELEITOS** para presidência da associação a indígena IRMA KEME SALES (PRESIDENTE); os diretores: AMILTON MELLO (VICE-PRESIDENTE); e **REELEITOS** o indígena DENILSON TRINDADE (TESOUREIRO), e PAULO SERGIO TRINDADE (SECRETARIO) a seguir passou-se a composição do conselho fiscal, sendo aprovado e reeleitos por unanimidade os seguintes nomes: TEREZINHA DE PAULA RIBEIRO, CLAUDEMIR SOUZA DE CARVALHO, JAIR REATAHN DA SILVA E SAMUEL DA SILVA, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos com mandato pelo mesmo período da diretoria. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Paulo Sergio Trindade lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 06 de Março de 2013

Irma Kamê Sales - Presidente

Paulo Sergio Trindade – Secretario

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

Todas as atas, juntamente com o requerimento e os estatutos devidamente alterados foram encaminhadas ao contador para registro no cartório em duas vias sendo uma destinada à associação e a outra para arquivo junto ao contador.

A reeleição dos atuais diretores das associações demonstrou a intenção da liderança e de cada comunidade em dar continuidade ao trabalho que os atuais diretores vem fazendo, mesmo cientes de que existem muitos pontos a serem melhorados os caciques são unânimes em afirmar que apenas um ano é pouco para permitir um trabalho mais amplo.

É importante ressaltar que o trabalho com as associações em muito respeitou a forma tradicional de organização social, onde não foram registrados acontecimentos de divisões ou cisões de lideranças por disputa de poder entre associação e caciques, mas sim uma integração dessas duas formas de exercer a representação da comunidade.

Assim como previsto no Plano de trabalho, o fortalecimento institucional indígena proposto pela FAPEU, passou pelo reconhecimento das suas organizações tradicionais, respeitando suas formas próprias de organização social e possibilitando o acesso a informações e praticas para criação e abertura de instituições formais, prestando apoio ao trabalho de administração dessas organizações, necessários à execução de projetos, funções administrativas, reuniões, atas, controle de documentos e prestação de contas. (Araújo, 2012).

A GESTÃO E O ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

A seguir se detalha por comunidade como os projetos foram executados, a efetividade das ações, a comprovação da execução com a visita do técnico da FAPEU, o recebimento dos orçamentos e notas fiscais e a avaliação da própria comunidade e da diretoria de cada associação.

PROJETO COMUNIDADE MORRO DO OSSO - Construção de banheiro coletivo.

Este projeto visou à construção de dois banheiros (Figura 6) comunitários exclusivos para banho, pois na comunidade não existia um lugar adequado para tal finalidade. O problema principal segundo membros da comunidade era no inverno, quando é muito frio, onde as crianças e idosos acabavam adoecendo por tomarem banhos diários em água fria.

Durante todo o processo de execução do projeto a diretoria da associação buscou apoio da FAPEU para a correta utilização dos recursos e para a sua correta aplicação na construção dos banheiros e o resultado desses esforços é que esta comunidade foi aquela que concluiu o projeto dentro dos prazos estabelecidos, entregando a comunidade em Dezembro de 2012 as instalações sanitárias para banho com chuveiros elétricos de acordo com o que havia sido planejado no projeto apresentado a FAPEU.

Figura 6 – Banheiro Coletivo – Comunidade Morro do Osso



Indígena próximo a um dos banheiros



Visão geral do banheiro coletivo



Detalhe - chuveiro elétrico



Vista interna do banheiro

Houveram pequenas mudanças entre os banheiros planejados e o banheiros entregues à comunidade, mas nenhuma dessas pequenas mudanças descaracterizaram o projeto da comunidade que teve a sua aprovação emitida pela FAPEU.

A diretoria da associação Tupé Pãn, entregou todos os três orçamentos, a nota fiscal de compra de acordo com o menor preço apresentado e também o formulário de avaliação e suporte entregue a comunidade que emitiu as seguintes observações:

- *Sobre a experiência de escrever e executar o primeiro projeto pela associação da nossa comunidade, podemos dizer que foi uma experiência que levou o aprendizado e que contribuiu para o fortalecimento da associação;*
- *Para fazer os orçamentos, foi muito cansativo, pois os lugares eram distantes e exigiu gastos com o transporte e o deslocamento de pessoas da comunidade;*
- *Uma coisa diferente que fizemos foi trocar as portas, no projeto original as portas eram sanfonadas e foram substituídas por porta de madeira, as sanfonadas eram muito frágeis;*
- *O nosso projeto contou com a mão de obra da comunidade e no fim todo mundo ajudou um pouco e agora que ficou pronto todo mundo está usando;*

- *Aprendemos a usar o recurso e a fazer o projeto, mas achamos que precisamos de outras experiências;*
- *A ajuda que precisamos é de mais orientação e para conseguir outros projetos.*

Abaixo segue a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto de construção dos banheiros coletivos.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto;	Realizada
Preparação	Definição de equipe da comunidade que irá instalar os chuveiros;	Realizada
Orçamentos	Definição do projeto (escoamento de água e entrada de energia elétrica);	Realizada
Execução das atividades	Início da obra; Entrega da obra.	Realizada
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Realizada

PROJETO COMUNIDADE MORRO SANTANA - Confeção de camisetas etnoculturais.

O projeto da comunidade Morro Santana, visou o apoio à confecção de camisetas etnoculturais (Figura 7), visando à comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Théj beneficiando 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

Figura 7 – Camisetas Etnoculturais



Comunidade Morro Santana



Indígenas fazendo uso das camisetas produzidas



Apresentação das camisetas para a comunidade



Camiseta em detalhe

A diretoria e os responsáveis pela execução das atividades do projeto como cotação de preço, definição de estampas e outras fases necessárias para a confecção de camisetas, tiveram muitas dificuldades,

principalmente com a questão de organização e definição de responsáveis por cada tarefa e o resultado foi um enorme atraso para finalização do projeto.

Previsto para ser finalizado em dezembro de 2012, o projeto só foi concluído em março de 2013. A diretoria da associação apresentou a prestação de contas completa, com três orçamentos, e a nota fiscal de compra realizada junto à empresa que apresentou o menor preço, neste sentido está aprovada a prestação de contas da referida associação.

A comunidade seguiu o plano de trabalho e nenhuma atividade prevista deixou de ser executada, esta ainda apresentou completamente preenchido o formulário de avaliação e suporte entregue a diretoria que emitiu as seguintes observações:

- *Sobre a experiência de escrever e executar o primeiro projeto, podemos dizer que fica uma preocupação porque fica um pouco de medo, porém a capacitação deixou claro o que tínhamos que fazer;*
- *Sobre a realização das etapas do projeto, foi feito um cronograma, mas na prática a comunidade não conseguiu seguir a agenda, pois tem muitos que estão ocupados por que trabalham o dia inteiro, por isso achamos que a escolha das estampas ficou um pouco equivocada, mas todo mundo ajudou um pouco e por isso nosso projeto contou com a participação de todos os moradores.*
- *Uma das maiores dificuldades foi para fazer e escolher as estampas, que só saiu porque a FAPEU ajudou.*
- *A gente não conseguiu atender o prazo do projeto porque tivemos problemas internos que envolveram o grupo, inclusive em novembro parte da comunidade ficou 10 dias na TI Nonoá/RS.*

- *Também encontramos dificuldades na hora de conseguir os orçamentos, pois as empresas queriam dar o orçamento em um pedaço de papel de rascunho. Foi uma coisa nova, por não haver costume, achamos que fomos mal recebidos, mas foi bom que aprendemos a ter paciência, inclusive com as empresas que deram um prazo para entregar os orçamentos e nem nos retornaram;*
- *Ainda aprendemos que a escolha dos modelos de camisetas não pode ser só no nosso gosto, pois as vezes o gosto de quem poderia comprar é diferente, desse jeito temos que ir pensando no público para que a meta de venda seja atingida.*

Abaixo segue a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto de confecção das camisetas.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto;	Realizado
Preparação	Pesquisar malharias e fornecedores e orçamentos;	Realizado
	Buscar apoio para a definição das estampas e arte usadas;	Realizado
	Definir tamanho, cores e quantidade;	Realizado
Orçamentos	Definir as estampas e a arte das camisetas para cotação dos preços;	Realizado
Execução das atividades	Produzir as camisetas;	Realizado
	Produzir embalagens;	Realizado pela FAPEU
	Receber e conferir mercadorias e fazer o pagamento;	Realizado

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
	Inclui as camisetas nos pontos de venda existentes e definir novos locais de vendas;	Realizado
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Realizado

PROJETO COMUNIDADE DE FARROUPILHA - Aquisição de ferramentas para qualificação da produção artesanal.

O projeto de apoio à produção artesanal da atividade “bichos de madeira” tratava da valorização e ampliação da produção resultando, na melhoria das condições de trabalhos dos indígenas, no aumento da produção e conseqüentemente aumento da renda. O projeto incluiu a aquisição de ferramentas (Figura 8) e a realização de uma capacitação para uso destas.

Figura 8 – Ferramentas adquiridas



Reunião com a comunidade de Farroupilha



Indígenas apresentando as ferramentas compradas com os recursos do projeto



Apresentação da prestação de contas



Serra fita em detalhe

A associação Pãnh Mág que representa a comunidade de Farroupilha, não conseguiu atender aos prazos de execução do projeto e

ainda cometeu uma série de erros de gestão, principalmente aqueles ligados a realização dos orçamentos e a realização das compras, onde foi comprado itens diferentes do que estavam previstos, sem solicitação de autorização a FAPEU conforme previa no item C da cláusula 3 do convênio Nº 03/2012.

Somados a esses fatos a diretoria não apresentou corretamente os orçamentos, além de ferramentas compradas sem orçamentos e produtos adquiridos sem a nota fiscal, impossibilitando assim a comprovação da correta aplicação dos recursos, mesmo que neste caso a ferramenta tenha sido apresentada pela comunidade.

A comunidade não teve a sua prestação de contas aprovadas e foi novamente orientada conforme instruções fornecidas no próprio convênio assinado pela comunidade, cujo a cópia ficou com a diretoria e servia de guia para execução das atividades previstas, como pode ser visto abaixo.

RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO

- a. Executar o projeto aprovado, zelando pela boa qualidade das ações e dos serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;*
- b. Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emitidas pela FAPEU para o bom andamento do projeto aprovado;*
- c. Movimentar os recursos financeiros recebidos, objeto deste CONVÊNIO, sempre observando o orçamento enviado pela comunidade e aprovado pela FAPEU. Qualquer gasto diferente do previsto deverá ser informado a FAPEU que irá autorizar ou não a sua efetivação;*
- d. Não utilizar os recursos financeiros recebidos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência.*

DO USO DOS RECURSOS

Para as compras dos itens previstos no andamento do projeto é importante seguir corretamente o cronograma financeiro do projeto, considerando importante que a associação siga o fluxo da contratação dos produtos ou serviços necessários para o projeto como:

- a. Realizar a pesquisa de preços, buscando três orçamentos;*
- b. Guardar os três orçamentos juntamente com os demais documentos para prestação de contas;*
- c. Apurar o vencedor da proposta, ou seja aquele que apresentou menor preço;*
- d. Informar aos participantes da concorrência quem foi o vencedor da proposta;*
- e. Realizar a aquisição dos itens orçados e após conferência, realizar o pagamento do fornecedor;*

- f. Recolher as notas fiscais e anexar as mesmas aos demais documentos da prestação de contas.*

DOS RECURSOS

*Para o cumprimento das metas estabelecidas neste CONVÊNIO, a FAPEU repassará, a **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA** R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) de acordo com o estipulado no Plano de Trabalho anexo.*

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

*A associação indígena elaborará e apresentará a FAPEU a prestação de contas comprovando a realização do objeto desse, assim como de todos os recursos e bens recebidos mediante este CONVÊNIO, **bimestralmente**, a contar da assinatura deste, e a qualquer tempo por solicitação da FAPEU.*

A prestação de contas para a comunidade será feita através de uma reunião que apresentará a todos os resultados, as notas fiscais e uma avaliação geral de como o projeto foi

executado, informando as dificuldades encontradas e quais foram os aprendizados.

Sub-cláusula Primeira - *Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes deverão ser arquivados na associação e encaminhados a FAPEU no momento da entrega da prestação de contas o que pode ser feito a cada 02 meses ou no fim do projeto.*

Sub-cláusula Segunda - *Como parte da prestação de contas a associação deve encaminhar a FAPEU a cada dois meses a ficha de avaliação das atividades do projeto, que será disponibilizada pela FAPEU.*

Sub-cláusula Terceira - *Havendo indícios de mal uso dos recursos, os responsáveis pela execução deverão providenciar os devidos acertos e até mesmo devolver a FAPEU os valores não aplicados corretamente no projeto em questão.*

Como a prestação de contas da associação não foi apresentada corretamente foi solicitado à comunidade correção quanto: a) Providenciar corretamente os orçamentos apresentados, visto que muitos estavam sem os dados da empresa como CNPJ, e dois orçamentos apresentados estavam escritos em um pequeno pedaço de papel branco. B) Providenciar nota fiscal original comprovando a compra de uma lixadeira e de outras ferramentas.

Em visita a comunidade no dia 11 de março de 2013 foi feita a verificação das ferramentas e a comprovação da compra, sendo a pendência de caráter administrativo, visto que a atividade foi finalizada, mas sem os devidos cuidados que comprovam a sua efetividade. A fim de tornar as contas da associação mais transparente e de comprovar para o financiador o correto uso dos recursos dispensados, foi solicitada à diretoria a correção das pendências conforme mencionado acima.

A seguir a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto da associação Pãnh Mág.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto;	Realizada
Orçamentos	Envio da cotação de preço e pesquisa de três orçamentos	Não realizada
Execução das atividades	Promover a capacitação dos indígenas para melhoria da produção;	Não realizada
	Ampliar a produção do artesanato;	Parcialmente
	Adquirir ferramentas e materiais mais adequados para ampliar a produção artesanal;	Realizada
	Preparação do local para produção comunitária chamada de casa de ferramenta;	Realizada
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Parcialmente

PROJETO COMUNIDADE LOMBA PINHEIRO - Gestão do lixo.

O projeto da associação Fág Nhin teve por finalidade a conscientização ambiental, com a proposta de gestão comunitária do lixo na Comunidade Indígena da Lomba do Pinheiro. Promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas pela aldeia, utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo. O projeto previa a compra de uma roçadeira e da realização de uma oficina (Figura 9) sobre a gestão do lixo.

As atividades foram executadas dentro dos prazos estabelecidos no projeto, com a realização das compras previstas e da oficina de resíduos sólidos. Por outro lado a prestação de contas da associação apresentou erros na realização dos orçamentos, com diferentes descrições dos produtos.

Figura 9 – Oficina – Gestão do lixo



Detalhe dos participantes



Oficina de resíduos sólidos

Em relação à execução das compras, a associação não priorizou o menor preço, visto que duas empresas apresentaram valores menores para o mesmo produto, a justificativa da diretoria foi devido à distância da loja vencedora.

A associação realizou compras de produtos não previstos e sem a autorização da FAPEU como previa no item C da cláusula 3 do convênio Nº 03/2012.

c. Movimentar os recursos financeiros recebidos, objeto deste CONVÊNIO, sempre observando o orçamento enviado pela comunidade e aprovado pela FAPEU. Qualquer gasto diferente do previsto deverá ser informado a FAPEU que irá autorizar ou não a sua efetivação;

A associação entregou a FAPEU todos os orçamentos e notas fiscais de compra das ferramentas previstas e necessárias para manutenção das atividades do projeto de gestão do lixo. A prestação de contas da associação foi aprovada com algumas observações e recomendações como:

- Fazer justificativa para uso do saldo de 92,80 reais;
- Sempre priorizar o menor preço na execução das compras orçadas, a não ser que o produto apresente qualidade inferior, mas caso seja o mesmo produto, priorizar o menor preço;
- Marcar data para reunião de apresentação e aprovação dos resultados do projeto.

A seguir a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto da comunidade Lomba do Pinheiro.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto Aldeia Limpa Saúde de Todos.	Realizada
Oficinas educativas	Oficinas e distribuição de folders sobre a importância da separação do lixo e poda do mato e grama na aldeia	Realizada
Orçamentos	Realiza orçamento de uma Roçadeira a gasolina para o corte dos capins e da grama na aldeia, rastelo e sacos de lixo. Buscar doações	Realizada

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
	de tonéis	
Execução das atividades	Mobilizar a comunidade para a realização da coleta do lixo, separação do lixo seco do orgânico, corte e poda da grama e do mato nos arredores do centro cultural, da escola, da praça, nas ruas da aldeia e no campo de futebol.	Realizada
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Em andamento

ESTRELA E LAJEADO

O projeto de estrela assim como o da comunidade de lajeado, foram desenvolvidos como maneira de reconhecer os esforços dessas duas comunidades por terem participado ativamente das oficinas de projetos, uma vez que nestas decidiram pela não abertura de associações.

Durante a avaliação preliminar das oficinas de projetos foram emitidas as conclusões abaixo, que mais tarde viria a ser mudado, devido a nova decisão do comitê de avaliação dos projetos.

- *As comunidades de Estrela e Lajeado não apresentam as condições necessárias (Terem constituído associação; Possibilidade clara de constituição de rede de parcerias; Nexo do projeto com o objetivo de fortalecimento da gestão das comunidades), portanto, não serão incluídas na linha de financiamento da FAPEU; Indica-se a apresentação do projeto da Nova Aldeia e do Espaço de comercialização do artesanato à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a Secretaria de Assistência Social de Estrela de forma a iniciar a rede de acompanhamento e apoio futuro.*
- *A comunidade de Lajeado cujo projeto trata do resgate de plantas medicinais poderá executar projeto semelhante através das ações de aquisição de mudas e apoio ao plantio e manejo previstos no PBA.*

Após a mudança de decisão do comitê de avaliação dos projetos Kaingang, as duas comunidades foram recebendo apoio para a correta utilização dos recursos como pode ser visto mais adiante no relatório de acompanhamento de atividades, mas muitos imprevistos e situações que colocaram em risco a execução dos projetos foram surgindo.

- *Na comunidade de Estrela, nenhum representante indígena estava presente para formalização do convênio e solicitaram que a equipe voltasse em outra data;*
- *Na comunidade de Lajeado o convênio foi assinado mas o recurso será liberado gradualmente, diferente das outras comunidades onde o recurso foi entregue integralmente em uma única parcela;*

Os acontecimentos tanto em Estrela como em Lajeado, permitiram uma reflexão sobre os propósitos iniciais dos projetos como ferramenta educativa para a elaboração de projetos, gestão de recursos e prestações de contas. E também reforçou o entendimento que o apoio da FAPEU seria para as associações formais que foram abertas e também para as organizações tradicionais onde não houve a formalização de associações.

Mas é importante dizer que, nas comunidades onde existiam as preocupações formais com a prestação de contas, houve um cuidado maior com a gestão dos projetos, onde estes seguiam com mais precisão o projeto proposto por suas comunidades.

De todo modo, apesar das diversas situações apresentadas por estas comunidades como:

- Problemas sérios com a liderança de Estrela que desestabilizou o grupo, e;
- O desinteresse da comunidade de Lajeado em seguir com a linha de pensamento proposto no projeto inicial;

As duas comunidades conseguiram executar os respectivos projetos, em Estrela a comunidade seguiu a mesma linha de pensamento e concluiu em março de 2013 a construção de uma cozinha comunitária, pois, na comunidade não havia um espaço de convívio para o entretenimento e convivência comunitária. Além disso, algumas famílias, principalmente as de passagem, não possuíam utensílios para preparar seus alimentos.

Após a reunião realizada no dia 09 de março de 2013, decidiu-se pela retomada do projeto, que até o momento se encontrava parado. Em aproximadamente 10 dias, contando com ajuda da FAPEU, a comunidade conseguiu finalizar o projeto, de acordo com o e-mail enviado pelo técnico da FAPEU.

“O trabalho que ia levar uma tarde acabou levando 3 dias, mas acho que rendeu um resultado melhor pra comunidade. Como eles já tem o local para a cozinha comunitária, mas faltava alguns ajustes para suprir a necessidade deles, ao invés do forno que era muito caro, eles trocaram por uma chapa e tijolos, e ao invés da Pia (parece que eles tem uma doada pela escola, solicitaram outros itens mais urgentes, como tinta pra pintar o local, lâmpadas para iluminar e utensílios como pratos, copos, baldes , bacias, etc. Para isso, pedimos novos orçamentos, aprovação da comunidade e já fechamos, inclusive com o material entregue. A comunidade fara a contrapartida de fazer o novo fogão no local a base de tijolo e barro (rustico) e pintar o local. A cor escolhida foi verde claro. O local já esta iluminado com lâmpadas econômicas para ajudar nas reformas. (Ronaldo Machado)

Por sua vez a comunidade de lajeado contou com muitas indefinições, pois em uma reunião realizada no dia 08 de março de 2013, onde esteve presente a liderança e demais membros da comunidade, decidiu-se em continuar com o projeto de resgate do uso de remédios tradicionais na cultura Kaingang, este seria finalizado através de um encontro de conhecimento tradicional a ser realizado em abril de 2013 durante a festa do KIKI (festa tradicional Kaingang) que aproveitaria a vinda de diversos pajés e velhos vindo de Nonoáí, mas ao retornar a aldeia

o técnico da FAPEU recebeu novas solicitações onde a comunidade precisaria utilizar o recurso em atividades operacionais da festa do KIKI como alimentação e passagens para os convidados indígenas, como pode ser visto no e-mail abaixo:

“Eles estão pedindo ajuda pra todo mundo pra esta festividade que deve entrar no calendário deles. 1- Eles querem trazer um Foxá (também conhecido como cajarana ou Cedro) de outro local pra fazer a cuia (+/- 2 m) para fazer o cauim. Pediram nossa ajuda para conseguir autorização para esta retirada. Eles acham que tem na comunidade de Estrela no local onde será degradada para construção da nova Aldeia 2- O Evento já tem uma pré-programação onde acontecerão diversas atividades, sendo algumas atividades internas (logística e confecção do cauim, para o dia da festa) e externa (ou aberta) onde eles no dia 13 farão festa, com abertura, almoço, esportes, dança típica, e encerramento, esta para os convidados das outras comunidades. 3 - Eles não souberam explicar o que combinaram contigo, por isso perguntei se poderiam inserir a programação que tu fez em um dos dias, sem concorrer com as outras programações. Então foi sugerido que: No dia 11 seria a recepção dos cunhãs, no dia 12 de preparação, poderá haver palestras para os jovens da comunidade e início da feira das sementes e ervas indo até o dia 13 com demais presentes (cunhãs e lideranças de algumas aldeias), no dia 13, portanto teria a abertura oficial do KIKI, almoço, preparação de chás palestra. Eles estão pedindo uma serie de ajudas, dentre as quais as passagens dos Cunhãs e alimentação.

Após esta solicitação a FAPEU autorizou o uso dos recursos onde a comunidade achar melhor, de modo que a festa conte com apoio devido, onde o técnico da FAPEU fará o devido acompanhamento para o correto uso do recurso, incluindo a solicitação de notas fiscais para comprovação das despesas.

Assim o projeto original da comunidade foi totalmente modificado para apoio a atividades de uma festividade tradicional e não mais resgate do uso de ervas medicinais. Mas vale lembrar que durante a festa do KIKI

a medicina tradicional Kaingang será trabalhada, vivida, e repassada aos mais novos.

CONCLUSÃO

Ao chegar ao fim da terceira etapa e do fim do Apoio dado pela FAPEU às comunidades Kaingang atendidas pelo PBA/BR386, voltamos ao início para lembrar que fundamental foi à maneira como a FAPEU atendeu a solicitação das comunidades, pois ela não saiu abrindo associações de qualquer maneira, mas antes estabeleceu um diálogo transparente e responsável sobre as motivações e principalmente sobre as obrigações e responsabilidades de uma associação.

Pois atender ao desejo das comunidades para abertura de associações na qual o objetivo central é somente a captação de recursos e o atendimento de expectativas financeiras é um dos principais motivos de frustração dentro das comunidades indígenas que abrem associações.

O consultor em associativismo José Strabeli diz em seu blog que muitas vezes “O foco na captação de recursos externos desconsidera a importância e potencial da contribuição financeira dos associados, desvaloriza as potencialidades da própria comunidade para a solução de seus problemas, além de não valorizar outras oportunidades além dos recursos financeiros que parceiros podem oferecer”.

Neste sentido a FAPEU conduziu suas atividades buscando desenvolver as potencialidades de cada comunidade, dando ferramentas como as diversas capacitações oferecidas, cartilhas adaptadas à realidade e a cultura Kaingang, além de uma vasta agenda com oferta de atividades com vistas ao gerenciamento e administração das associações e por fim o apoio e fomento a pequenos projetos pilotos.

Ao término dessa terceira etapa, fechou-se o ciclo de aprendizagem fomentado pela FAPEU que ofertou diversos recursos possíveis, assim além de fazer o fechamento dos projetos com a apresentação da

prestação de contas e a avaliação desta, proporcionou-se uma avaliação integrada dos doze meses de trabalho, onde os próprios indígenas foram convidados a promoverem uma autoanálise, no qual os resultados ainda serão sentidos pelos mesmos, mas o fato de manterem a mesma diretoria e de darem sinais de avanço na organização e nas motivações para o fortalecimento de suas associações, estes reforçam a validade do Plano de Apoio aos Pequenos projetos Kaingang oferecidos pela FAPEU como medida de ampliação das atividades do PBA/BR386.

1.2 SUBPROGRAMA DE INFRAESTRUTURA

O subprograma de infraestrutura teve como objetivos: estimular a comercialização de artesanato através da instalação de ponto de venda ao longo da rodovia; reconstruir dezesseis residências para habitação das famílias Kaingang da aldeia de Estrela; reconstruir a escola indígena da aldeia de Estrela; garantir acesso a saneamento básico e energia elétrica para as residências e para a escola indígena e construir espaço cultural nas sete aldeias envolvidas no impacto da duplicação.

Desta forma, o subprograma previa a melhoria das condições de habitação na Aldeia Estrela e as condições de convívio social nas demais, com a construção de residências na primeira e de galpões rústicos com função de casa de fala nas demais.

A primeira questão equacionada para dar início às ações previstas no presente subprograma trata-se da aquisição das áreas em favor das Comunidades. Isto decorre do fato de que nenhuma das sete Comunidades integrantes do Programa possui áreas demarcadas, ocupando hoje terras que do ponto de vista formal e cartorial pertencem a terceiros. Tendo em vista a inexistência da propriedade da terra o DNIT, enquanto poder público federal possui limitações administrativas para proceder à construção das benfeitorias previstas.

Visando esclarecer estas questões foi realizada, no dia 18 de março de 2011, a primeira oficina do Subprograma Fundiário junto à Comunidade de Estrela. Durante a reunião os membros da Comunidade, bem como as Lideranças da Aldeia, manifestaram que seu desejo é permanecer residindo no local onde atualmente se encontram, destacando que a área a ser adquirida será usada pela Comunidade para coleta de materiais. Eles argumentaram que não desejam mudar daquele local, pois a história deles encontra-se ali. Foi esclarecido à Comunidade que tendo em vista aquela área hoje estar hoje em fase de estudos de fundamentação antropológica com vistas à demarcação, não seria possível a FUNAI dar anuência à

aquisição da mesma pelo DNIT antes da conclusão dos estudos, sendo que a anuência para aquisição no âmbito do Subprograma Fundiário somente poderia ocorrer caso os mesmos demonstrassem não se tratar de território de ocupação tradicional.

Diante de tal limitação e tendo em vista a demanda da Comunidade de permanecer naquele local identificou-se a possibilidade de incluir a Comunidade Indígena de Estrela no Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento, integrante do PBA das Obras de Duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Tabaí e Estrela.

Este Programa destina-se à realocação da população diretamente afetada pela duplicação e originalmente destina-se à Comunidade não indígena de baixa renda situada às margens da rodovia, entre o km 354+667,35 e o km 354+880,60, no município de Estrela. A Comunidade Indígena de Estrela não foi inicialmente identificada no bojo deste Programa tendo em vista seu tratamento diferenciado e o fato de a mesma contar com diversas ações no Programa de Apoio às Comunidades Kaingang.

Desta forma, apesar de não estar inicialmente elencada no Programa, a Comunidade Indígena de Estrela se enquadra nos critérios do mesmo, ou seja, constitui-se em famílias afetadas diretamente pelas obras e que devem ser adequadamente realocadas, preferencialmente para um local de sua preferência, a fim de minimizar os impactos da obra. Assim foi realizada consulta informal à FUNAI que informou não haver óbices em ampliar o benefício à Comunidade Indígena de Estrela. Para dar início às ações neste sentido foram realizadas, ainda no ano de 2011, reuniões junto à Comunidade Indígena de Estrela a fim de discutir aspectos específicos da nova aldeia.

Durante as reuniões ficou decidido que as casas serão de alvenaria, por solicitação da Comunidade. As casas atualmente habitadas, construídas pela Emater, são de madeira o que não confere isolamento

térmico adequado, especialmente durante o inverno. Considerando a elevada umidade no local e na região, a madeira se deteriora com maior rapidez e hoje as casas construídas no local atual se encontram em condições inadequadas de manutenção. Estes foram os principais fatores que levaram à escolha por casas de alvenaria na nova aldeia.

Um segundo aspecto observado pela equipe da Gestão em relação ao projeto da nova aldeia foi a questão do número de cômodos por residência, tendo em vista que há famílias numerosas hoje residindo no local. A equipe de Gestão Ambiental realizou cadastramento das famílias a fim de dimensionar a quantidade de casas e seus respectivos cômodos. O cadastro das famílias é apresentado a seguir.

Também houve a preocupação de que na nova aldeia se mantivesse a proximidade entre subgrupos familiares e/ou por afinidade. Assim sendo foi realizada distribuição de casas por família no projeto da nova aldeia, segundo os critérios estabelecidos pela Cacique. Tal distribuição é apresentada após o cadastro e conta com assinatura de aprovação da própria Cacique.

Para a Nova Aldeia Estrela foi definido um total de 29 casas, de 02 a 04 quartos, segundo cadastro realizado. Destaca-se que o PBA previa a construção de 17 casas. O DNIT permitiu o ajuste no número de casas considerando o aumento do número de famílias residentes em Estrela. Além das casas a nova aldeia contará com escola, casa de fala e casa de artesanato.

Os projetos das casas e casa de fala estão sendo desenvolvidos diretamente pela empresa STE. Os projetos da escola e casa de artesanato foram desenvolvidos pela UFRGS que em 2007 realizou um projeto junto às comunidades indígenas de diversas etnias no Rio Grande do Sul, para elaboração de propostas arquitetônicas diferenciadas para algumas aldeias escolhidas por meio de sorteio. Uma das comunidades sorteadas foi a de Estrela e, agora, no projeto de engenharia da Nova Aldeia Estrela tais concepções estão sendo detalhadas.

Em março de 2012 foi realizada reunião na CGGAM/FUNAI para apresentação e aprovação do projeto básico da nova aldeia Estrela, com a participação das lideranças indígenas. O projeto foi aprovado, sendo autorizado o detalhamento em nível de projeto executivo e estabelecido um cronograma tentativo para o início das obras da nova aldeia no mês de setembro do corrente ano.

Para possibilitar a realização das obras, a equipe de Gestão Ambiental realizou consulta junto à Prefeitura Municipal de Estrela acerca da necessidade de realizar o licenciamento ambiental da Nova Aldeia. Tendo em vista que nova aldeia tem a conotação de um loteamento a Prefeitura manifestou a necessidade de elaboração de Estudo Ambiental para licenciamento da área.

O Estudo Ambiental relativo à construção da Nova Aldeia Estrela foi elaborado pela equipe de Gestão Ambiental da FAPEU tendo sido licenciada a obra, pela Prefeitura, ainda em 2012. Destaca-se que esta se constitui em atividade adicional uma vez que não estava prevista no PBA.

Ademais, com o avanço das obras de duplicação da BR-386/RS junto a Aldeia Indígena de Estrela, houve a necessidade de realizar, dentro desse subprograma, uma série de ações que garantissem a segurança da comunidade Kaingang, o que inclui a transferência da Escola indígena para local mais adequado e seguro para o deslocamento das crianças. Desta forma, foi construída na área da atual “aldeia”, uma escola provisória, com estrutura que inclui sala de aula, banheiros, depósito de materiais (contêiner).

As equipes da Gestão Ambiental, do DNIT e do IBAMA realizaram visita de inspeção da obra e, após a conclusão da obra, as dependências foram vistoriadas, em 23 de agosto de 2012, pela Secretaria Estadual de Educação, a qual constatou que as mesmas estavam adequadas à finalidade educacional, autorizando o início das atividades letivas, até que seja construída a escola definitiva na área destinada a “Nova Aldeia”. Em 03 de setembro de 2012, foi realizada a mudança para a escola provisória.

De um modo geral, a escola provisória apresenta importantes melhorias nas condições, com sanitários adequados (substituindo a “patente”), abastecimento de água potável (bomba elétrica e reservatório), refeitório, salas de aula com boa iluminação e ventilação natural (duas janelas de cada lado), luminárias (lâmpadas fluorescentes 4x2, 40 Watts), duas tomadas de energia e fiação em “conduíte” (segurança), todas as janelas com trancas, cadeados na porta e secretaria com porta de ferro e chave quadrupla. A seguir, registros fotográficos (Figura 10).

Figura 10 – Registros Fotográficos





Equipe do DNIT e IBAMA inspecionam obras



Equipe do DNIT e IBAMA inspecionam obras



Escola provisória e pátio em condições de receber alunos.



Trabalhadores executando a mudança para escola provisória.



Continuidade da mudança.



Escola provisória – detalhe dos sanitários.



Escola provisória - pia externa



Escola provisória – Sala de aula



Alunos ocupando sala de aula da escola provisória.



Sala de apoio da escola provisória.



Escola provisória – detalhe do reservatório de água



Caminho interno a “aldeia” entre as moradias e escola provisória



Cozinha anexa a escola- produção de pão caseiro para o lanche dos alunos



Sinalização externa da sede provisória da Escola

Neste período, atendendo a uma solicitação da Comunidade Indígena kaingang de Estrela (Linha Glória), para evitar a invasão de vândalos que costumavam transitar ao anoitecer colocando em risco os integrantes da comunidade especialmente as crianças, a equipe de gestão ambiental colaborou, com a anuência do DNIT, com a colocação de uma barreira física – Porteira (Figura 11) - e colaborando com a melhoria da iluminação os acessos à aldeia, impedindo a entrada voluntária de estranhos e melhorando a visão na frente da Aldeia. Abaixo os registros fotográficos da porteira e da cerca de arame na frente da comunidade.

Figura 11 - Porteira



Porteira como forma de barreira física para
segurança da comunidade Indígena



Placa de Boas vindas colocada pelos
indígenas após a construção da porteira

1.2.1 CONSTRUÇÃO DA NOVA ALDEIA

Após o cumprimento de todos os trâmites necessários, estabelecidos pela prefeitura do Município de Estrela, para a construção da nova Aldeia Kaingang de Estrela e após a obtenção das licenças de construção, da licença ambiental, bem como da conclusão da minuta do projeto estrutural das construções previstas no Subprograma de Infraestrutura, foi publicado o edital para a licitação em regime de RDC da nova Aldeia de Estrela.

-DOU - Aviso de Licitação - Edital nº 241/2013-00

- Processo nº: 50610.000264/2013-86

Lote(s) – Único

Descrição: Rodovia: BR-386/RS; Trecho: ENTR. BR-158(A) (DIV. SC/RS) - ENTR. BR-116(B)/290 (PORTO ALEGRE); Subtrecho: ENTR. BR-453(B)/RS-129 (ESTRELA) - ENTR. BR-287(A) (TABAÍ); Segmento: Km 351,5 - Km 385,3. Valor (R\$) - N/D

Prazo de execução: 630 Dias

Modalidade: Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC

Tipo: Técnica e Preço

Objeto: Contratação integrada de empresa para a prestação de serviço técnico especializado de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de construção da nova aldeia indígena no município de Estrela/RS.

Local: Sala de Licitações da CGCL _ DNIT Brasília

Data/Hora: 19/06/2013 às 09:30h

Data da Abertura Adiada para: Data Base: Jul/2012

Permite participação em Consórcio? -Sim

Quantidade máxima de empresas ligadas em Consórcio: N/D

Prazo de validade da proposta: 60 Dias

Data limite para esclarecimentos: 12/05/2012

Fax: (61) 3315 4055 Fone:(61) 3315 4156

O processo ocorreu conforme previsto no edital no dia 19 de junho de 2013 e devido ao valor orçado, pelo consórcio de empresas representado pela Iccila Planus, ultrapassar o valor de referência à licitação desclassificada e considerada fracassada.

Novo edital foi publicado em 17 de setembro de 2013 conforme resumo e aviso do edital abaixo:

Resumo edital licitação Aldeia Estrela - DNIT

Processo nº:	50610.000264/2013-86
Modalidade:	Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC
Tipo:	Técnica e Preço
Edital nº:	0412/13-00
Valor Global (R\$):	Não informado
Objeto:	Contratação integrada de empresa para a prestação de serviço técnico especializado de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de construção da nova aldeia indígena no município de Estrela/RS.
Local:	Sala de Licitações da CGCL
Data/Hora:	
Data da Abertura Adiada para:	
Data Base:	Jul/2012
Permite participação em Consórcio?	Sim
Qtde máxima de empresas ligadas em Consórcio:	
Prazo de validade da proposta:	60 Dias
Data limite para esclarecimentos:	01/11/2013
Fax:	(61) 3315 4055
Fone:	(61) 3315 4156

Fonte: DNIT², 2013.

(SIDECA - 16/09/2013) 393003-39252-2013NE800045

RDC PRESENCIAL No- 412/2013 - UASG 393003

Processo nº - 5061000264201386

Objeto: Contratação integrada de empresa para a prestação de serviço técnico especializado de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de construção da nova aldeia indígena no município de Estrela/RS.

Total de Itens Licitados: 00001.

² <http://www1.dnit.gov.br/editais/consulta/resumo.asp?NUMIDEdital=4196>

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Edital: 17/09/2013 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59.

Endereço: San Q. 03 Bloco "a" - Mezanino Sul - Cgcl Asa Norte - BRASÍLIA - DF.

Entrega das Propostas: 08/11/2013 às 09h00.

Informações Gerais: O edital poderá ser obtido na Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações ou por meio sítio: www.dnit.gov.br

LEILA SZCZECINSKI COTICA
Presidente da Comissão de Licitação
(SIDEF - 16/09/2013) 393003-39252-2013NE800045

1.3 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Este subprograma teve como objetivos, a) veicular informações aos trabalhadores, população circulante sobre a especificidade cultural e legal da condição indígena, e à população indígena da AID sobre as atividades e projetos ambientais em curso, b) Produzir e distribuir materiais educativos direcionados à comunidade escolar Indígena da AII sobre as etapas de construção da obra e sobre os processos de desenvolvimento regional.

Neste sentido foram desenvolvidas atividades de educação ambiental e comunicação social especialmente voltadas aos trabalhadores da obra.

As atividades tiveram por objetivo orientar os trabalhadores envolvidos nas obras de duplicação quanto à existência das Comunidades Indígenas na região, quanto a sua importância e quanto à necessidade de respeitá-las, principalmente no dia-a-dia da obra. Tal atividade foi mantida tendo em vista que as obras encontram-se próximas à Comunidade Indígena de Estrela, no entroncamento da BR-386/RS com o acesso para Bom Retiro do Sul.

PALESTRA PARA OS TRABALHADORES: “Comunidade Indígena Kaingang”.

O Subprograma de capacitação continuada dos trabalhadores aconteceu, no dia 23 de agosto e foi composto por 1 (uma) palestra (Figura 12), com duração de 20 minutos e contou com a presença de 8 trabalhadores da rodovia BR-386/RS³. A palestra foi direcionada aos trabalhadores que atuaram no novo trecho liberado de 4km e devido a proximidade com a Comunidade Indígena Kaingang, os mesmos receberam o treinamento.

³ Encontra-se no apêndice deste relatório a lista de presença dos trabalhadores.

Esta palestra teve como tema: “Comunidade Indígena Kaingang” e como objetivo sensibilizar os trabalhadores da rodovia BR-386/RS para a importância das comunidades indígenas, seus direitos legais e das principais características dos Kaingang presentes na Área de Influência Direta do empreendimento.

Figura 12 – Palestra: “Comunidade Indígena Kaingang”.



A equipe do Programa de Educação Ambiental iniciou a palestra (Figura 13) discorrendo sobre a importância dos índios para a história do Brasil e como eles contribuem para a riqueza cultural do país.

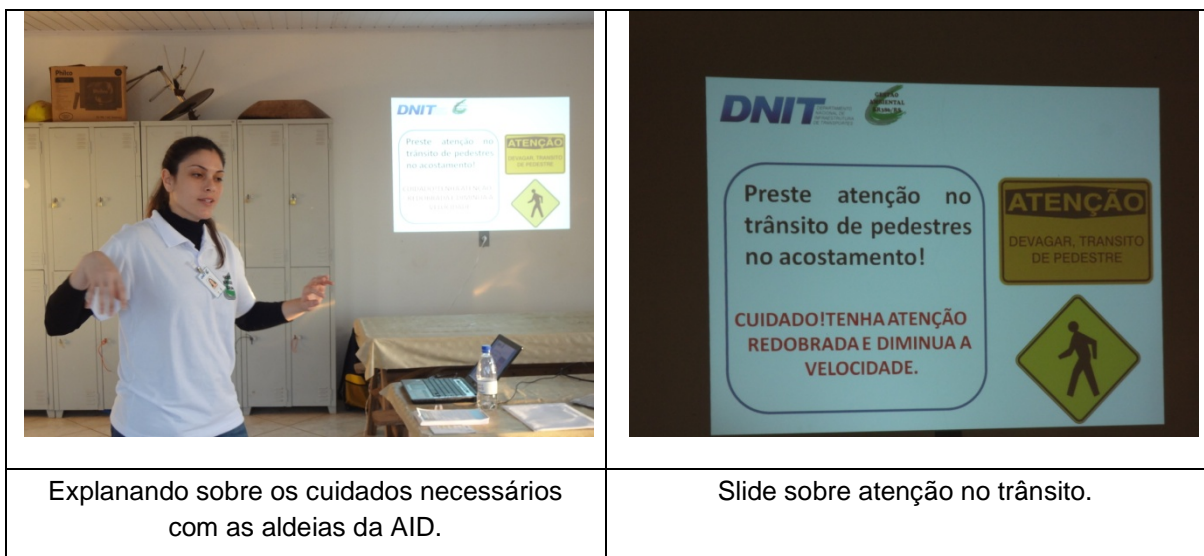
Figura 13 – Apresentação da Palestra



Os trabalhadores foram informados que devido ao histórico de não valorização e exploração dos indígenas, hoje no Brasil, existem leis específicas que garantem direitos especiais a esses povos.

Em seguida, foram repassadas informações sobre as comunidades indígenas Kaingang pertencentes à área de influência direta (AID), assim como os cuidados necessários (Figura 15) com essa população.

Figura 14 – Apresentação de Palestra



Entre os cuidados necessários com a Comunidade Indígena Kaingang abordados na apresentação, estão à importância de se prestar atenção no trânsito e pedestres (Figura 14), a gentileza com os indígenas, o acesso restrito a aldeia, a proibição de oferecer bebidas alcoólicas aos índios, além de atitudes que configurem preconceito, crime previsto em lei no Brasil.

Figura 15 – Apresentação de Palestra



Explicando sobre os cuidados necessários com as aldeias

A equipe encerrou a palestra lembrando os trabalhadores que o Brasil será um país melhor se todos fizerem a sua parte, respeitando e valorizando as diversas culturas que contribuem para que o país seja rico culturalmente.

Ao término da palestra, os trabalhadores receberam um folder⁴ (Figura 16) contendo informações sobre os cuidados necessários com a Comunidade Indígena Kaingang. O objetivo do folder foi disponibilizar aos trabalhadores, informações de forma simples e objetiva, possibilitando, em caso de dúvidas, a consulta ao material em seu local de trabalho e/ou sua residência.

⁴ O modelo do folder entregue aos trabalhadores encontra-se no apêndice deste relatório.

Figura 16 – Entrega de Material Informativo



Para as palestras alusivas à temática indígena, foi utilizada a cartilha educativa (em Anexo) elaborada no ano de 2011 e já aprovada pela FUNAI. Tal material foi distribuído e discutido junto aos trabalhadores durante as dinâmicas realizadas.

No âmbito das atividades da comunicação social foi realizado, ainda, acompanhamento da pauta da mídia regional envolvendo as obras da BR-386/RS e as Comunidades Indígenas, especialmente a de Estrela. Foi elaborado clipping de notícias, apresentado no Tomo I do presente Relatório.

No ano de 2012, foram identificadas nas Comunidades Indígenas, agentes com perfil para realizar as ações de comunicação com as comunidades Kaingang. Desta forma, foram contratados, em julho e agosto de 2012, 02 agentes indígenas, estudantes do Curso superior na UFRGS nas áreas de Comunicação e Ciências Sociais com ênfase em Assistência Social. Além dos agentes de comunicação, foi formalizada ainda a contratação do agente de meio ambiente, um estudante do Curso

Superior de Agronomia, que já está atuando no levantamento de áreas degradadas nas atuais sedes das 07 aldeias.

Dentre as ações que foram executadas pelos agentes de comunicação, consta a elaboração de boletim informativo Kaingang com pauta e linguagem adequada a garantir a divulgação das ações junto às 07 Comunidades. Desta forma, foram produzidos textos, comunicados e fotos das principais ações desenvolvidas até setembro de 2012 e da atual situação das mesmas. O boletim foi nomeado com o nome Kaingang de RÁ TEJ RÁ RÓR, traduzido como Metade Kamé Metade Kayhrú, símbolo da dualidade Kaingang.

Após a produção do primeiro Boletim Informativo Kaingang, o mesmo foi submetido a FUNAI e ao DNIT para avaliação e aprovação e, depois de impresso, foi distribuído, em outubro e novembro de 2012, para as sete comunidades indígenas, além do DNIT, IBAMA, FUNAI e Prefeituras. A seguir tem-se o registro do primeiro boletim informativo produzido, e da entrega dos exemplares para as comunidades.

ANEXO - PRIMEIRO BOLETIM INFORMATIVO KAINGANG



OFICINAS DE
PLANEJAMENTO



Nos meses de abril e maio, as comunidades se reuniram pra pensar seu futuro. Além da apresentação dos projetos do Programa Indígena Kaingang e informações sobre o andamento das ações, as comunidades participaram de uma oficina de futuro, preparatória à oficina de projetos.

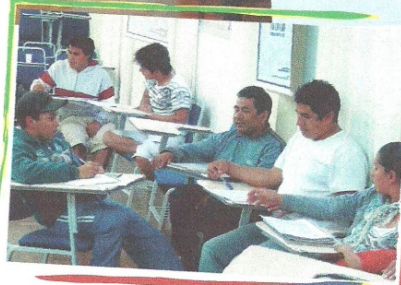
ASSOCIATIVISMO
EM MARÇO DE 2012

Em março de 2012, as 7 comunidades Kaingang reuniram-se com os técnicos da FAPEU para conversar sobre associativismo e sobre criação de associações indígenas. Das 7 aldeias, 4 decidiram formar suas associações. Foram criadas a Associação Indígena TUPEN PAN do Morro do Osso; a Associação Indígena FAG NHIG da Lomba do Pinheiro; a Associação RA THEJ de Morro Santana, e a Associação PANH MAG de Farroupilha. Lajeado, Estrela e São Leopoldo decidiram pela não criação de associação. A definição dos símbolos que iriam marcar a identidade visual das Associações foi feita pela própria comunidade.





OFICINA DE PROJETOS DE 21 A 25 DE MAIO



Durante cinco dias, na Vila Betânia, em Porto Alegre, lideranças indígenas e membros das Associações e comunidades da Lomba do Pinheiro, Farrroupilha, Morro Santana, Morro do Osso, Estrela e Lajeado, reuniram-se para aprender como desenvolver projetos. Foram repassados recursos para as 6 comunidades que participaram da oficina para o desenvolvimento dos projetos. Cada comunidade terá até dezembro para realizar os projetos e prestar contas dos recursos gastos.

PRIMEIROS PROJETOS:

- Morro do Osso: Construção de banheiro coletivo;
- Morro Santana: Confecção de camisetas;
- Lomba do Pinheiro: Organização da aldeia para a coleta seletiva e compra de máquina de cortar grama;
- Lajeado: Horta de ervas medicinais;
- Farrroupilha: Ferramentas para produção de artesanato;
- Estrela: Cozinha comunitária.



VISITANDO AS COMUNIDADES

O indígena Odirlei e o biólogo Cléber, da FAPEU, visitaram as aldeias por dois dias, para verificar a realidade das alternativas econômicas e de renda Kaingang. Durante o trabalho, Odirlei e Cléber reuniram toda a comunidade para explicar o que seria feito. Na visita aos pontos de coleta e de venda, contaram com a participação de um a três membros indígenas da comunidade. Foram verificadas as dificuldades encontradas na coleta e no transporte do material até a Aldeia; o tipo de artesanato que é feito; os pontos de vendas e as despesas com a produção do artesanato.

Odirlei e Cléber explicaram às comunidades que por uma questão de viabilidade de venda imediata pra sobrevivência, os índios, principalmente de Porto Alegre, acabam vendendo material industrializado, sem identificação com a cultura kaingang. Além da necessidade financeira, os

locais na cidade para coletar os cipós, madeira, taquara e a marcela, usados no artesanato, são limitados.

Conversaram ainda sobre a má localização dos pontos de venda e a necessidade de calcular os custos da produção do artesanato. AS comunidades reclamaram sobre falta de um veículo para fazer o transporte do material coletado e do artesanato a ser vendido.



As comunidades do interior ainda preservam a produção de artesanato típico, com boa venda, principalmente porque não existe competição com outras comunidades.



ESCOLA NOVA NA ALDEIA DE ESTRELA

A aldeia Estrela está recebendo, de forma provisória, uma nova Escola Indígena. As obras da BR-386/RS vão avançar e a construção da nova Escola visa a garantir a segurança das crianças e adolescentes que estudam no local. Assim sendo, o DNIT encaminhou, de forma urgente, a construção das novas instalações em espaço junto a atual Aldeia.



COMPRA DA TERRA

GA VYG MÃN - "CONQUISTA DE TERRAS"

No dia 9 de julho, a FAPEU, responsável pela execução do Programa Indígena do DNIT, em reunião na FUNAI com todas as lideranças das 7 comunidades Kaingang, apresentou a equipe que ficará responsável por ouvir as comunidades e verificar as terras disponíveis para aquisição.

Os grupos estão visitando as aldeias e donos de propriedades nas regiões próximas e para avaliar se não existem

problemas na justiça que não permitam a compra do lote.

As terras encontradas serão visitadas pelos líderes das comunidades, que definirão se estão de acordo com o desejo de todos.

O valor do lote deve ser calculado de acordo com o preço de mercado, independente da vontade do proprietário. Propriedades ilegais ou com dívidas não poderão ser compradas.

Nessa mesma reunião, as lideranças indígenas Kaingang apresentaram suas propostas de terras.



MURAL
Kaingang

Detalhe
O meu amor ♥
A minha vida sem você
Fica sem sentido.
Eu olho para o espelho.
Vejo meu coração partido.
O meu coração ficou sozinho.
E sente falta do teu sorriso.
Eu queria ser mais que
Um amigo.
Pois ficar longe de você não consigo.
Eu não sei se foi eu
Que te achei
Ou foi você que me achou.
Mas isso não importa.
O que importa é que você me conquistou.
Por você eu estou apaixonado
Pois quero te falar
Que quero ser seu namorado

Poesia feita por: Edmilson do Sacramento.
Aldeia: Bojardo. Foz. I
17/08/12 | PARA: S. LEOPOLDO: Maruana





22 de agosto 2012.

Saudações

Querida Marta,
É com prazer que venho escrever, e
que estamos procurando para uma
área nova, te convidado para conhecer
e a onde vamos ter nossa cultura e
nossa campo de bola escola posto
de saúde. E também plantar algum
pe' de fruta ou ar galinha. tudo
isso nos queremos ter. ~~Posto de saúde~~
Então estou muito contente, porq
ali com mais folga, mais ar livre



Sou índio Kaingang
Sou do morro Santana
Tuzza Leques.

MURAL
Kaingang





GESTÃO AMBIENTAL DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS, NO TRECHO TABAÍ - ESTRELA.
PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG. SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 677/2011 DNIT-UFSC



TEXTOS: Odirlei Fiddis - Agente Indígena de Comunicação - Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS
e estudante Kaingang de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COORDENAÇÃO: Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS



ANEXO - REGISTROS DA ENTREGA DO PRIMEIRO BOLETIM



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.

O segundo boletim informativo Kaingang foi produzido nos meses de dezembro de 2012, janeiro e fevereiro de 2013, tendo sido distribuído no mês de março, marcando mais uma importante ação no subprograma de comunicação social voltada para as comunidades dentro do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Kaingang. A pauta, plenamente adaptada às informações de interesse das Comunidades, foi desenvolvida pelo agente indígena Odirlei Fidélis e contou com o apoio das sugestões

colhidas pelo mesmo na entrega da primeira edição. Os temas centrais incluíram: relatos sobre as oficinas de resgate do conhecimento tradicional e encontro dos Pajés; informações sobre o projeto de revitalização e desenvolvimento do artesanato de tradição Kaingang; a situação da compra das sementes para o artesanato e sobre o desenvolvimento dos projetos financiados pela FAPEU; explicações sobre a situação das terras e jogos comunitários Indígenas de futebol.

ANEXO - SEGUNDO BOLETIM INFORMATIVO KAINGANG



OFICINAS DE CONHECIMENTO TRADICIONAL

Resgatar e valorizar o conhecimento tradicional Kaingang é um dos objetivos das ações previstas no PBA das obras de duplicação da BR-386. Para tanto, o DNIT e a FAPEU contrataram uma equipe especializada em antropologia para o levantamento dos aspectos culturais ainda presentes nas 7 comunidades indígenas Kaingang atingidas pela duplicação da rodovia.

A antropóloga Marlinda Patrício e o consultor Michel Melo Patrício visitaram as sete comunidades, acompanhados pelos membros da equipe de gestão ambiental da Fapeu, Eneida Brasil, Ronaldo Machado e Odirlei Fidélis, no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013.

A equipe realizou oficinas com foco no resgate de



aspectos culturais como a dança, as músicas e a história local, e também oficinas sobre a saúde da mulher, com ênfase no parto. Além dos adultos, as crianças também participaram das atividades, através de suas expressões em desenhos e pinturas.

O resultado das oficinas dará origem à publicação de um livro e um DVD, os quais serão distribuídos junto às aldeias e às escolas das Comunidades Indígenas Kaingang do RS, além de instituições federais, estaduais e municipais.

A equipe da Fapeu acompanhou e registrou ainda o encontro de cunhãs que ocorreu na Aldeia do Morro do Osso de 21 a 24 de novembro de 2012. Esse encontro resultará num vídeo que será entregue às comunidades.





Arte Indígena
KAINGANG

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO DE TRADIÇÃO KAINGANG

Está previsto para o mês de março a apresentação, às 7 comunidades, do programa de Revitalização e Desenvolvimento do Artesanato Kaingang que inclui a criação da marca e submarcas para os produtos desenvolvidos. Foram criados também modelos de embalagens, como caixas e sacolas, folders, etiquetas, camisetas, uniforme para os artesãos e outras ferramentas de proteção e qualificação que permitirão aos indígenas agregar maior valor aos seus artesanatos. Esta proposta de qualificação é resultado do diagnóstico das atividades produtivas Kaingang, realizado em 2012. As oficinas de qualificação deverão ocorrer nas 7 comunidades em abril de 2013.

SEMENTES PARA O ARTESANATO

O Programa de Apoio às Comunidades Kaingang prevê a aquisição de 10 Kg de sementes para confecção de artesanato por família, como forma de proporcionar a inovação dos produtos artesanais, especialmente na confecção de colares e pulseiras.

As sementes já foram adquiridas e já estão sendo separadas e embaladas para entrega às famílias. A compra foi realizada em 2012, mas problemas de logística com o fornecedor atrasaram a entrega. Devido ao grande volume, a equipe de gestão ambiental alugou um depósito para organizar a separação das sementes por família.

Segundo o fornecedor, algumas sementes aguardam o tempo certo para serem coletadas, e por essa razão alguns tipos ainda não foram entregues. Cada família receberá 10 kg de sementes e um KIT de ferramentas contendo uma Furadeira especial, um suporte de mesa



para furar sementes, um conjunto de brocas, luvas e óculos de proteção e três rolos de fio encerado, também será a entregue as comunidades.

O propósito desse KIT (um kit por comunidade) é dar condições para que cada aldeia desenvolva um processo contínuo de produção tornando o artesanato uma das práticas perenes de geração de renda, após a entrega da obra da BR-386.





OFICINA DE PROJETOS

Em março de 2012 as 7 comunidades Kaingang reuniram-se na oficina de projetos para a criação de associações indígenas. Das 7 aldeias, 4 decidiram formar associação. Associação Indígena *Tapen Pân* do Morro do Osso, Associação Indígena *Fág Nhig* da Lomba do Pinheiro, Associação *Rá Thėj* Morro Santana, Associação *Pânh Mág* Farroupilha. Lajeado, Estrela e São Leopoldo decidiram pela não criação de associação. Como exercício prático da oficina foram desenvolvidos projetos pilotos e repassados recursos para execução. Os primeiros resultados já podem ser observados:

LOMBA DO PINHEIRO

A comunidade kaingang da Lomba do Pinheiro *Fág Nhig* desenvolveu dentro das oficinas de projetos uma proposta de limpeza e organização da aldeia.

O projeto buscava a conscientização ambiental e a gestão do lixo na Comunidade, promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas, utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo.

A proposta incluiu a compra de equipamentos para corte de grama (roçadeira, rastelo, enxada, carrinho de mão, luvas e foice), lixeiras para lixo seco e orgânico, mutirão de limpeza e uma oficina de reciclagem do lixo. A oficina ocorreu no mês de outubro de 2012 e contou com a parceria da assessora técnica do DMLU, Rosa Maria Ellwanger que explicou o processo de separação e acondicionamento do lixo seco e promoveu práticas de tipos de lixo.

MORRO DO OSSO

A Associação do Morro do Osso *Tapen Pân* desenvolveu um projeto para construção de 2 (dois) banheiros comunitários exclusivos para banho. O projeto, que inclui a instalação de chuveiros elétricos, beneficia as 37 famílias da comunidade, especialmente nos meses de frio intenso. A realização das obras foi feita pela comunidade, em mutirão.



MORRO SANTANA

O projeto desenvolvido pela Associação Indígena Kaingang do Morro Santana *Rá Thėj* buscou apoio para a confecção de camisetas a serem comercializadas com o objetivo de fortalecer a marca da Associação Indígena *Rá Thėj*. A venda das camisetas irá beneficiar 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

O projeto desenvolveu estampas com a identidade da etnia Kaingang e está na fase de confecção das camisetas, com prazo de entrega até 20 de fevereiro de 2013.

FARROUPILHA

A Associação Indígena *Pânh Mág* de Farroupilha fez seu projeto pensando no apoio à produção artesanal dos "bichos de madeira" e no reforço das atividades tradicionais da Comunidade.

A falta de ferramentas foi o principal problema apontado pelo projeto. Além disso, o projeto buscava ainda a qualificação e ampliação da produção envolvendo 19 famílias.

Foram adquiridas serra fita, lixadeira manual, pirógrafo e lixas, além da capacitação das famílias envolvidas objetivando o aumento da produção de 100 peças por mês para 200.





LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DEGRADADAS



As obras de duplicação da BR-386 terão impacto sobre algumas áreas de uso indígena, pois haverá o corte da vegetação, com a retirada de diversas espécies no entorno da Rodovia.

Com o objetivo de assegurar a recuperação dessas espécies e promover o plantio das mesmas nas futuras áreas indígenas, foi realizado no mês de outubro um levantamento das atuais áreas degradadas nas Aldeias e dos espaços disponíveis para o plantio a partir da indicação pelas comunidades das espécies que são utilizadas na produção de artesanato e na medicina Kaingang.

As próximas ações incluem a aquisição de mudas, o plantio e o monitoramento das espécies e a recuperação das áreas degradadas nas atuais aldeias, sendo necessário o envolvimento das comunidades em todo o processo.

O trabalho foi realizado pela equipe de gestão ambiental da Fapeu, com a participação do indígena Nerlei Fidelis, estudante de agronomia, com o apoio das comunidades e de suas lideranças.

SITUAÇÃO DA TERRA - Ga vyg mǎn - “conquista de terras”

A conquista das terras pela Comunidade Kaingang está cada vez mais próxima. Os documentos para declarar as áreas como de utilidade pública, que permitirão a compra das mesmas, para as comunidades de Estrela, Lajeado, São Leopoldo, Morro Santana e Lomba do Pinheiro já foram encaminhados para o DNIT de Brasília.

No último dia 24 de janeiro de 2013, em reunião na FUNAI com caciques e lideranças Kaingang, as equipes da Fapeu, do DNIT, da FUNAI e representantes da Secretaria Estadual de Educação e do COMIN, foi prestado esclarecimento quanto ao processo de compra e distribuição das sementes para o artesanato e os próximos passos para a aquisição definitiva das terras.

DEFINIÇÕES DA REUNIÃO:

Estrela - foram definidos 6 hectares junto a atual aldeia. Os 8 hectares remanescentes serão definidos junto

a área de entorno e mais 19 hectares ainda devem ser definidos pela Comunidade, considerando que a Cacique Maria havia sugerido a compra destes remanescentes na Praia de Tramandaí.

Lajeado - foram definidos e aprovados 11 hectares. Os 6 hectares remanescentes deverão ser adquiridos na mesma região.

São Leopoldo – foram definidos 8 hectares e os 9 hectares remanescentes deverão ser adquiridos na mesma região.

Morro Santana – foram definidos e aprovados 29 hectares com preço compatível com as demais terras.

Lomba do Pinheiro – foram definidos e aprovados 22 hectares com preço compatível com as demais terras.

A Comunidade de **Farrroupilha** irá continuar a procurar nas áreas do entorno com a equipe da FAPEU.

A comunidade do **Morro do Osso** suspendeu temporariamente a área que havia sido escolhida para procurar uma área mais próxima da atual aldeia.



ENCONTRO DE PAJÉS

A comunidade do Morro do Osso mais uma vez sediou o encontro anual de Cunhãs. O encontro realizou-se de 21 a 24 de novembro de 2012 e contou com a participação das comunidades Kaingang de todo o Estado.

A abertura foi feita pelo grupo de dança do Morro do Osso e apresentação dos apoiadores. A programação incluiu apresentação das comidas típicas, grupos de dança e canto do interior do Estado, manifestações políticas, troca de experiências entre cunhãs, oficina sobre conhecimento cunhã e indicação de indígenas

com conhecimento das ervas medicinais para assumirem a função na aldeia no futuro.

O cacique Valdomiro, do Morro do Osso, foi fundamental na realização do encontro e manifestou seu agradecimento à presença de todos acrescentando a importância do encontro para troca de conhecimento cultural e a garantia dos seus direitos.



JOGOS COMUNITÁRIOS INDÍGENAS DE FUTEBOL 7

As finais do primeiro campeonato "Jogos Comunitário Indígena de futebol 7, organizado pela aldeia Kaingang Fug Nhtg da Lomba do Pinheiro, ocorreram no dia 2 de dezembro de 2012. O evento foi um sucesso, e contou com equipes de outras etnias, com a presença de times das aldeias Indígenas de Porto Alegre, da região metropolitana e do Vale do Taquari.

Silvino Amaral, um dos organizadores do evento, diz que objetivo foi alcançado: "o objetivo é melhorar o convívio social entre as comunidades, onde nossos garis e gurias possam conhecer outras pessoas de outras Comunidades Indígenas para futuros casamentos". Ciente da responsabilidade, Silvino pensa ainda mais alto: "futuramente queremos trazer uma olimpíada indígena para nossa aldeia, para trazer uma maior visibilidade por parte das outras aldeias do interior, o reconhecimento seria maior para as aldeias da região".

No dia 2, as partidas começaram a ser disputadas pelas equipes femininas. Na disputa de terceiro lugar a Equipe da Lomba do Pinheiro venceu a segunda equipe feminina de São Leopoldo. A decisão do primeiro lugar ficou entre a primeira equipe da aldeia *Por Fi Ga* de São Leopoldo e a temida equipe feminina *As Feras* da aldeia guarani da Estiva.

Com o time mais organizado taticamente e com a grande presença da sua torcida a equipe Guarani abriu o placar logo no início do jogo. De baixo de forte chuva, a equipe de São Leopoldo teve a chance de empatar a partida, mas desperdiçou o pênalti, o que abalou a equipe. Melhor defensivamente, a equipe Guarani explorou os contra-ataques e fez o segundo gol, mesmo com o placar em desvantagem a



equipe de São Leopoldo não desistiu, com muita raça e espírito esportivo lutou até o final e fez seu gol no finalzinho do jogo. Com o placar de 2x1 a equipe Guarani foi a grande campeã feminina dos primeiros jogos comunitários de futebol 7.

Na disputa masculina a equipe Kaingang *Bianquini*, da aldeia Lomba do Pinheiro, venceu a equipe Guarani da Estiva por 5x4 na primeira semi-final. Na segunda semi-final a equipe Kaingang do E.C.São Paulo, também da Lomba do Pinheiro, perdeu para a equipe Guarani da Coxilha por 2x0.

Na decisão de terceiro e quarto a equipe do E.C.São Paulo venceu a equipe Guarani pelo placar de 6x4.

A grande final entre as equipes Kaingang, da Lomba do Pinheiro, e Guarani, da Coxilha da Cruz, ocorreu com muita chuva, música e a grande presença de público, principalmente a ala feminina. Com muita qualidade e garra a equipe da Coxilha da Cruz abriu o placar, porém, com o jogo a seu favor, o time recuou e passou a jogar nos contra-ataques, permitindo a reação da equipe da Lomba do Pinheiro que empatou a partida. No segundo tempo, com mais volume de jogo e mais organizado em campo, a equipe da Lomba do Pinheiro não teve dificuldade para vencer o time da Coxilha da Cruz pelo placar de 6x3 e sagrar-se campeão dos primeiros Jogos Comunitários Indígenas de futebol 7.

Ao final dos jogos, todos foram convidados para o grande baile de premiação dos campeões.



GESTÃO AMBIENTAL DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS, NO TRECHO TABAÍ - ESTRELA.
PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG. SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 677/2011 DNIT-UFSC



TEXTOS: Osirlei Fidéls - Agente Indígena de Comunicação - Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS
e estudante Kaingang de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COORDENAÇÃO: Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS

ANEXO - REGISTROS DA ENTREGA DO SEGUNDO BOLETIM



ANEXO - CARTILHA EDUCATIVA PARA TRABALHADORES DAS OBRAS



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: Comunidade Indígena Kaingang



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

APRESENTAÇÃO

Este livreto integra uma coletânea de materiais didáticos elaborados pelos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social desenvolvidos pela equipe de Gestão Ambiental das obras de duplicação da rodovia BR-386, no trecho entre o Km 350,8, no município de Tabaí e o Km 386,0, no município de Estrela.

O objetivo principal deste material é de sensibilizar a comunidade do entorno e os trabalhadores da rodovia BR-386/RS para a importância das comunidades indígenas, seus direitos legais e das principais características dos Kaingang presentes na Área de Influência Direta do empreendimento.



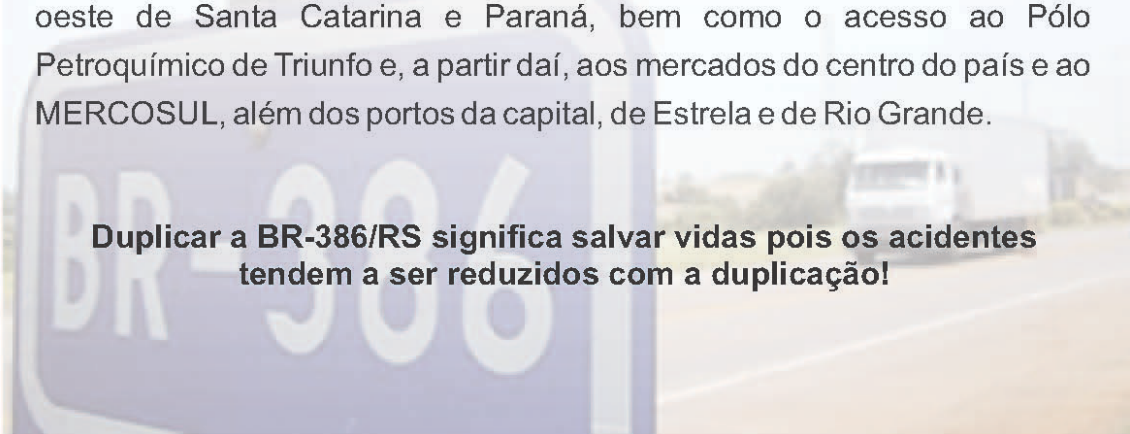
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

O que é a BR- 386?

A rodovia BR-386 é uma rodovia federal brasileira, de sentido diagonal que liga a região metropolitana de Porto Alegre ao município de Iraí, a noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Vários trechos desta rodovia já são duplicados e o trecho em obras já está com um volume médio de tráfego muito superior à sua capacidade, sendo considerado um dos principais gargalos do percurso. Hoje passam pelo trecho do empreendimento, mais de 20.000 veículos por dia.

Por que a rodovia vai ser duplicada?

Os principais motivos para a duplicação do trecho da rodovia BR-386 entre Tabaí e Estrela são melhorar o tráfego, facilitando o trânsito e oferecendo melhores condições de segurança para o usuário, reduzindo os custos de transporte e contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. A duplicação da BR-386/RS é uma obra de grande importância socioeconômica, pois esta rodovia permite o acesso da região metropolitana de Porto Alegre ao norte e ao centro-oeste do estado e ao oeste de Santa Catarina e Paraná, bem como o acesso ao Pólo Petroquímico de Triunfo e, a partir daí, aos mercados do centro do país e ao MERCOSUL, além dos portos da capital, de Estrela e de Rio Grande.



Duplicar a BR-386/RS significa salvar vidas pois os acidentes tendem a ser reduzidos com a duplicação!

Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Existem grupos indígenas morando na Área de Influência Direta (AID) do Empreendimento?

Sim, existem as Aldeias Estrela e Lajeado, formadas por famílias indígenas da etnia Kaingang.

Os Kaingang pertencem à família lingüística Jê, constituindo seu idioma. Atualmente, os Kaingang vivem em aldeias localizadas nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

O artesanato é hoje considerado a principal fonte de sustento das comunidades indígenas em questão. Os índios produzem uma variedade de trabalhos que utilizam a fibra de taquara ou tiras de cipó, servindo-se da técnica de trançado para sua transformação em artigos de decoração ou de utilidade doméstica.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: Comunidade Indígena Kaingang

Esses produtos revelam uma identidade estética da arte Kaingang que transmitem valores, crenças, conceitos e ajudam a preservar sua cultura e a difundi-la para a sociedade envolvente.



Em função da presença dos índios Kaingang na área de influência da BR-386/RS o DNIT, empreendedor responsável pela execução da obra, firmou diversos compromissos com estas comunidades no decorrer do processo de licenciamento do empreendimento. Estes compromissos estão estabelecidos no Programa de Apoio à Comunidade Indígena Kaingang e seu descumprimento pode paralisar a obra, tão importante para todos.

Assim, caro trabalhador e comunidade lindeira: ajude o DNIT a cumprir seus compromissos, valorizando essa comunidade, evitando conflitos e respeitando seu território!



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

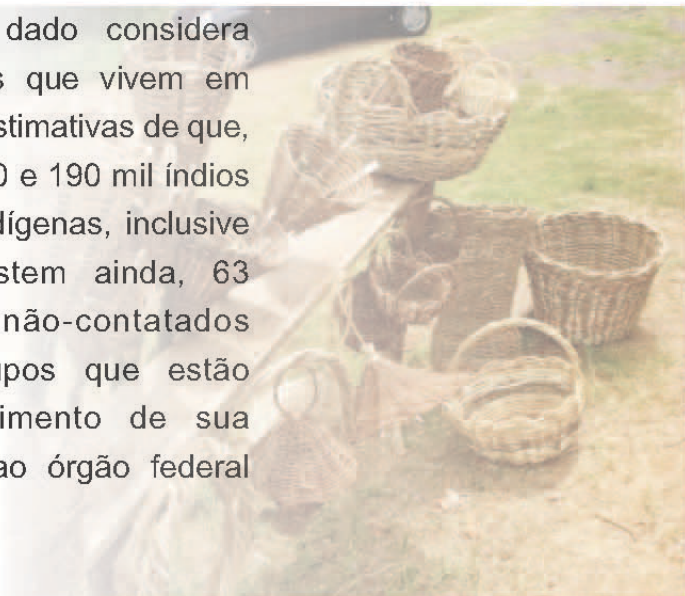
Os Povos Indígenas e os Índios Kaingang

Os índios, de forma geral, têm um papel primordial na história do Brasil, pois constituem um dos pilares da nossa formação social. Apesar de serem chamados genericamente de índios, internamente há uma grande variedade cultural entre estes povos que contribuem para a riqueza da cultura brasileira.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (www.funai.gov.br) vivem hoje no país, aproximadamente 460 mil índios, distribuídos entre 225 sociedades indígenas que perfazem cerca de 0,25% do total da população brasileira.



No entanto, este dado considera apenas aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo, porém, estimativas de que, além destes, haja entre 100 e 190 mil índios vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Existem ainda, 63 referências de índios não-contatados (isolados), além de grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Para se ter uma idéia desta variedade cultural, pelo menos 180 línguas indígenas são faladas no Brasil, que, por sua vez, pertencem a mais de 30 famílias lingüísticas diferentes.

KAINGANG

Os kaingang são uma destas sociedades e estima-se que sua população total, distribuída nos estados em que estão presentes seja de aproximadamente 29 mil pessoas, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos do Brasil.

Os índios desta etnia têm seu modo próprio de ver o mundo e estas particularidades culturais devem ser respeitadas.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Além disto, os Kaingang também possuem crenças bastante peculiares de sua cultura como o enterramento dos “umbigos” (cordão umbilical) como forma de criar vínculo com a terra que ocupam. No entanto, as crenças tradicionais são observadas em sincretismo com idéias cristãs, sendo que muitos Kaingang se declaram evangélicos, e até oficiam cultos em suas aldeias.

Quanto à chefia e a representação, a principal figura é a do cacique, seguido do vice-cacique. Estes representantes são, em geral, eleitos pela comunidade e atuam principalmente na mediação de conflitos e interesses externos.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

As Leis de Proteção aos Índios

Como historicamente não se valorizou devidamente as diversas contribuições dos índios para a sociedade nacional, hoje eles são vistos por muitos de forma estereotipada ou preconceituosa.

Assim, consideramos muito importante ressaltar que no que diz respeito à identidade étnica dos índios, as mudanças ocorridas em muitos de seus costumes, como o fato de interagirem com a sociedade normalmente, falarem português, vestirem roupas iguais a de qualquer pessoa, usarem tecnologias modernas, como o celular, o computador, máquinas fotográficas etc, não faz com que percam sua identidade étnica e muito menos seus direitos.

Eles não deixam de ser índios por aproximarem seus costumes dos hábitos da sociedade nacional.

No Brasil há uma ampla legislação indigenista, responsável por garantir direitos especiais a estes povos tendo em vista sua importância para a história e o futuro do Brasil, país essencialmente multicultural.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Selecionamos aqui algumas das principais leis que garantem os direitos indígenas:

Constituição Federal Brasileira

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232 – Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

**Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto
do Índio**

Regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas.

**Decreto – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –
Código Penal**

Também o Código Penal Brasileiro prevê sanções para casos de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



**Portanto, lembre-se: Os índios
são protegidos pela Constituição
Federal Brasileira! Não respeitar a
cultura, as crenças, as tradições e as
terras dos índios é violação da lei.**

Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Cuidados com os moradores das Comunidades Indígenas durante as obras de duplicação da BR-386/RS

➡ Prestar atenção no trânsito de pedestres no acostamento da rodovia. Os índios costumam vender seu artesanato, fonte de sua sobrevivência, na beira da rodovia e as crianças indígenas precisam utilizar o acostamento para chegarem em sua escola.

MUITO CUIDADO! TENHA ATENÇÃO REDOBRADA E DIMINUA A VELOCIDADE.



➡ Use a gentileza com os índios. TRATE-OS COM RESPEITO E EDUCAÇÃO!

➡ Lembre-se que a aldeia indígena é o espaço de moradia dos índios. SEU ACESSO É RESTRITO. Caro trabalhador, você gostaria que algum estranho entrasse em sua casa sem ser autorizado? Os índios também tem direito à privacidade.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

➡ Quando dirigir na rodovia ou operar máquinas e equipamentos RESPEITE TODAS AS NORMAS DE SEGURANÇA, PRESTE MUITA ATENÇÃO E TRAFEGUE EM VELOCIDADE REDUZIDA.

➡ NÃO OFEREÇA BEBIDAS ALCOÓLICAS AOS ÍNDIOS.



➡ NÃO FAÇA BRINCADEIRAS DISCRIMINATÓRIAS, PIADAS OU MANIFESTE QUALQUER TIPO DE PRECONCEITO. Lembre-se de que isto é crime previsto em lei no Brasil.

Lembre-se de que o Brasil será um país melhor se todos fizermos a nossa parte. É necessário reconhecer e valorizar nossos diversos povos indígenas, reconhecendo sua identidade étnica, respeitando suas formas tradicionais de organização social, de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais. Isto significa garantir direitos coletivos especiais dos povos indígenas o que leva ao convívio pacífico, ao intercâmbio cultural e ao ganho de toda a sociedade.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Para os usuários da rodovia tirarem suas dúvidas sobre a obra de duplicação da BR- 386/RS, a Equipe de Gestão Ambiental disponibiliza um número gratuito.

0800-6430386

Horário Comercial

Produção:

A produção do presente material foi realizada pela equipe da UFSC/FAPEU, do convênio nº2010/166, responsável pela Gestão Ambiental das Obras de Duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Tabai-Estrela.

Neste período foram produzidos ainda outros materiais. O primeiro (anexo) faz uma relato do PBA com ênfase no subprograma de sustentabilidade, através do projeto de desenvolvimento do artesanato tradicional e do projeto de apoio ao fortalecimento institucional. O outros materiais (anexos) tratam especificamente da Gestão e Gerenciamento das Associações Kaingang e Elaboração e Gestão de Projetos das Comunidades Kaingang. Os materiais foram distribuídos na Feira do Dia Mundial do Meio Ambiente do DNIT, realizada em Brasília no dia 05 de junho de 2013 e servem, até hoje, como material de apoio quando da comercialização do artesanato Kaingang.

ANEXO - CARTILHA “ARTE INDÍGENA KAINGANG”





Arte Indígena
KAINGANG

LOGOMARCAS, EMBALAGENS, FOLDERS E ETIQUETAS
PLANO DE QUALIFICAÇÃO DO ARTESANATO KAINGANG
PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE INDÍGENA
PBA DA BR 386/RS

por Cleber Oliveira de Araújo



Subprograma de
sustentabilidade
KAIINGANG
PBA/BR 386/RS

LOGOMARCAS, EMBALAGENS, FOLDERS E ETIQUETAS
PLANO DE QUALIFICAÇÃO DO ARTESANATO KAIINGANG
PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE INDÍGENA
PBA DA BR 386/RS

EQUIPE

Textos e metodologia
Cleber Oliveira de Araújo

Revisão
Viviane Oliveira de Araújo

Design e diagramação
Alexandre Marinho

Interlocutor Indígena
Odirlei Fidelis

DNIT



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	8
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
3. INDICADORES	9
4. IDENTIDADE KAINGANG	11
4.1 ADORNOS	13
4.2 CERÂMICA	14
4.3 CESTARIA	12
5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O UNIFORME	15
6. EMBALAGENS	16
6.1 CAIXAS PARA AS CAMISETAS	19
6.2 CAIXAS PARA AS CERÂMICAS	18
6.3 CAIXAS PARA COLARES E PULSEIRAS	20
6.4 PRODUÇÃO DE ETIQUETAS	22
6.5 PRODUÇÃO DE FOLDERS	21
6.6 SACOLAS	17
7. ORIENTAÇÕES FINAIS	24
8. BIBLIOGRAFIA	26



1. INTRODUÇÃO

Esta é a proposta para a identidade visual do Artesanato de Tradição Kaingang. Fazem parte dessa identidade a logomarca principal, "Arte Kaingang" juntamente com as logomarcas de apoio, baseadas nos principais tipos de produtos produzidos e comercializados pelos Kaingang como a Cerâmica, os Adornos e a Cestaria.

Esta atividade é uma ação do PLANO DE ATIVIDADES DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO DE TRADIÇÃO KAINGANG, que além da proposição da marca e submarcas para os produtos kaingang, elaborou uma série de embalagens, como: Caixas, Sacolas, Etiquetas, e outras ferramentas de proteção e qualificação que permitem aos indígenas agregarem maior valor aos seus artesanatos.

Esta proposta de qualificação baseada em ferramentas de valorização e comunicação dos principais artesanatos Kaingang é resultado do diagnóstico das atividades produtivas Kaingang e parte integrante do Plano de Atividades de Revitalização e Desenvolvimento do Artesanato de Tradição Kaingang.

Esta atividade já estava prevista no plano de trabalho e foi reforçada com os resultados do diagnóstico que identificou a situação atual de como os Kaingang apresentam e comercializam os seus produtos. Onde as principais observações residem na:

- Produção descontinuada e insuficiente;
- Baixo ou nenhum valor agregado aos produtos;



- Falta de estruturas de divulgação e de valorização da produção;
- Estruturas deficientes de comércio;
- Falta de matéria prima;
- Baixa receita gerada;
- Ausência de uma identidade para os produtos associada a produção indígena.

Portanto esta ação é resultado de um planejamento integrado onde já se previa o Desenvolvimento de estrutura de Marketing:

**No sentido mais abrangente de infraestrutura, considerada além da trivial como casas de artesanatos, pontos de comercialização e outros necessários, inclui-se aqui o desenvolvimento de infraestrutura de marketing e comércio que é igualmente importante como as estruturas físicas para produção e abrigo dos produtos até serem comercializados. Assim sendo será desenvolvida um conjunto de papelaria (embalagens e materiais promocionais relacionados a divulgação, valorização e prospecção dos produtos Kaingang como: identidade comercial; sacolas, caixas, catálogos, folders e site de venda e divulgação". (Araújo, 2011).*

Esta ação ao alcançar o objetivo proposto quanto ao item de desenvolvimento de estrutura e ferramentas de marketing e comércio, encaminha à FAPEU para conhecimento e providência a identidade visual do Artesanato Kaingang e as propostas de embalagens e demais papelaria a serem produzidos de acordo com as especificações apresentadas neste plano.

2. OBJETIVOS

Apresentar a identidade visual e comercial do artesão Kaingang e encaminhar para produção as embalagens e papelerias associadas ao comércio dos artesanatos da etnia.

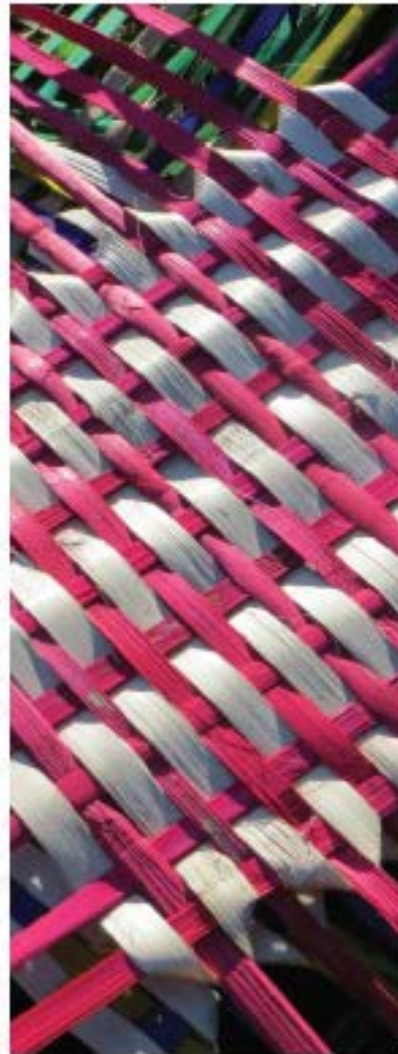
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

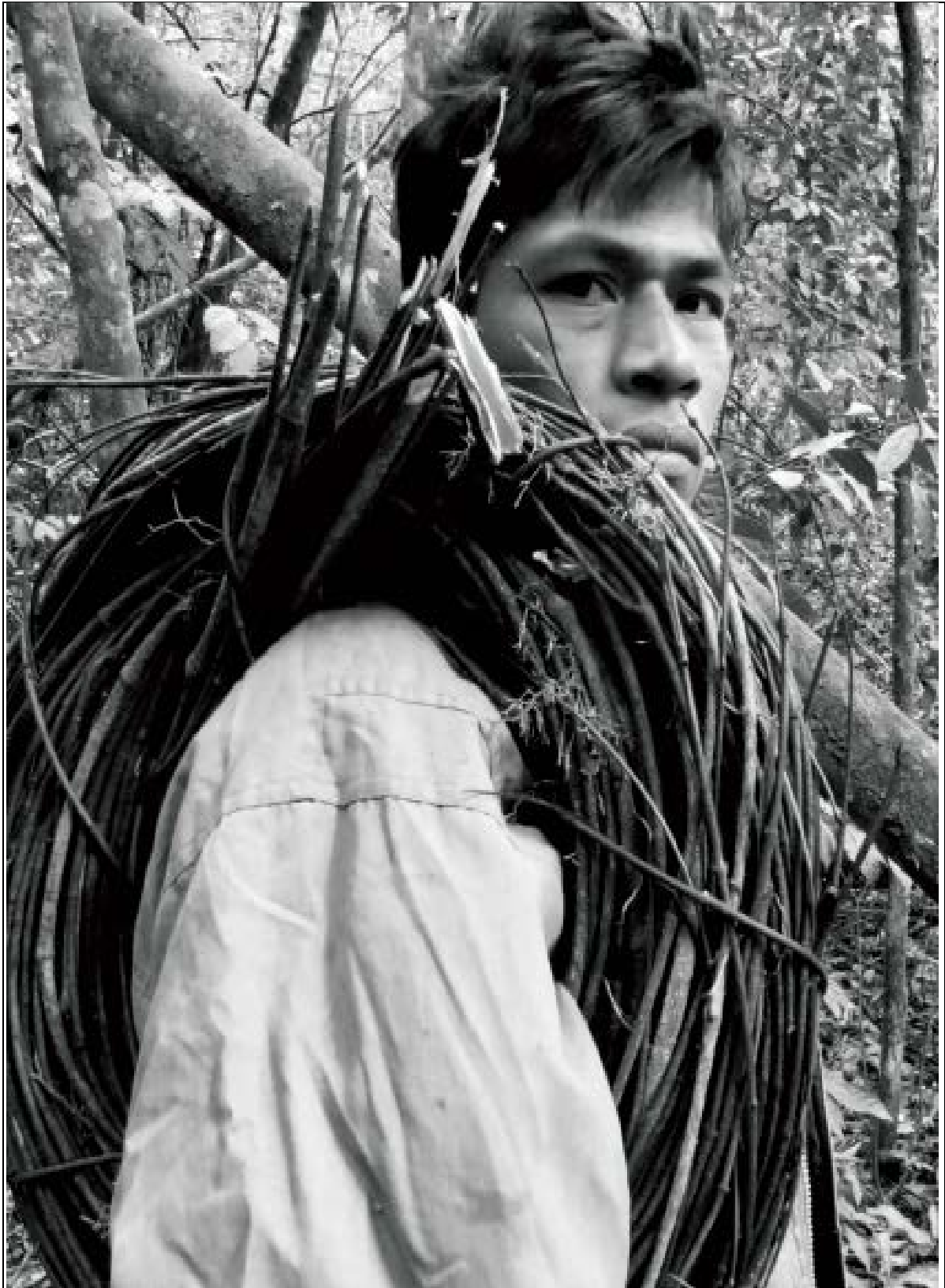
- Apresentar identidade Arte Kaingang e as submarcas associadas;
- Produzir os uniformes dos artesãos Indígenas;
- Produzir três tamanhos de sacolas;
- Produzir caixas para a cerâmica;
- Produzir caixas para as camisetas;
- Produzir caixas para os colares
- Produzir dois folders;
- Produzir três modelos de etiquetas (principal, cestaria e adornos).



3. INDICADORES

- 300 camisetas em malha PET RECICLADO, com reforço nos ombros, sendo 150 brancas e 150 cinzas;
- 3.000 sacolas de Kraft gramatura 300g com impressão colorida sendo 1.000 und de cada tamanho de sacola, somando 21.000 sacolas (3.000 x 7 comunidades);
- 1.000 caixas para cerâmica em papel Kraft gramatura 300g com Impressão colorida, somente comunidade Morro do Osso;
- 1.000 caixas para camisetas em papel Kraft gramatura 300g com Impressão colorida somente comunidade Morro Santana;
- 7.000 caixas para colares pulseiras e brincos em papel Kraft gramatura 300g com Impressão colorida;
- 14.000 folders em papel reciclado gramatura 160g com Impressão colorida sendo 7.000 de cada modelo em um total de dois modelos;
- 21.000 etiquetas em um total de três modelos onde a principal é de papel Kraft gramatura 120g e as outras duas em papel reciclado 120g em um total de 7.000 etiquetas de cada modelo (mil de cada modelo por comunidade).





4. IDENTIDADE KAINGANG



Propor uma identidade comercial, através de logomarcas da arte indígena Kaingang, foi uma tarefa cercada de cuidados e respeito às tradições e a cosmologia dessa importante etnia.

Foi um processo de diálogo onde todas as comunidades envolvidas foram visitadas e também um processo de observação onde se identificou elementos da rica e diversa cultura material e imaterial Kaingang para propor à identidade visual para o projeto de geração de renda e desenvolvimento do artesão.

A marca principal tem o formato dos cipós (kré) que constantemente são usados para a produção da cestaria e demais artesanatos como o filtros dos sonhos. A parte inferior da logo tem lascas em formatos de riscos (linhas retas disformes) que representam o uso da taquara em formato de estelo que são utilizados para dar forma aos cestos de bambu.

E o nome utilizado foi "ARTE INDÍGENA KAINGANG" por ser mais abrangente e representar toda a produção artesanal dos indígenas que na verdade são a forma de expressar a sua visão de mundo. Em um contexto mais específico a junção dos dois elementos na produção da logomarca da Arte Indígena Kaingang evidência o dualismo representado pelo círculo que representa a metade kalnrú e traços como marca compridas (rá téj) que corresponde a metade kamé.

4.1 CESTARIA



Cestaria
KAINGANG

A logomarca da cestaria foi proposta a partir da iconografia do fundo e das tampas dos cestos de cipós e de taquaras.



4.2 ADORNOS



Adornos KAINGANG

Utilizando o mesmo conceito de iconografia dos colares e sementes utilizados pelos Kaingang, esta logo seguiu a mesma padronização de forma circular com elementos longos remetendo ao Kamé e circulares ao Kalnú.



4.3 CERÂMICA



Cerâmica
KAIINGANG



A logomarca proposta para a cerâmica kaingang foi criada, a partir do vetor da forma da panela feita pelos índios.

A panela de barro é emblemática e representa bem a cerâmica produzida pela comunidade do Morro do Osso.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O UNIFORME

A proposta de criar o uniforme para os Indígenas que comercializam os artesanatos em diversos pontos de várias cidades é parte da estratégia de melhorar a apresentação dos produtos, do ponto de venda e dos próprios artesãos Indígenas, além disso o uso de uniformes apresentando a logomarca da Arte Indígena Kaingang reforça a sua divulgação e contribui para que os clientes saibam

identificar e diferenciar os produtos Indígenas dos demais artesanatos feitos na região.

O uniforme reforça uma questão estética e permite aos Indígenas uma exposição positiva de sua organização produtiva, reduzindo assim o preconceito e promovendo a valorização dos artesãos e de suas comunidades.



FIGURA 01 - MODELO DE COR PRETO



FIGURA 02 - MODELO DE COR BRANCO

Para atender as sete comunidade kaingang que produzem e comercializam seus artesanato em uma extensa área, cada produtor receberá duas camisetas sendo uma de cinza e outra branca.

Ao todo deverão ser produzidas 300 camisetas sendo 150 brancas e 150 cinzas, conforme segue na tabela abaixo. As camisetas deverão ser feitas em malha de PET RECLADO com reforço de costura nos ombros e a grade é a seguinte 50P 100M 100G 50GG.

COMUNIDADE	QUANTIDADE	TOTAL
Estrela	10 pessoas	20 camisetas
Lajeado	25 pessoas	50 camisetas
Farroupilha	20 pessoas	40 camisetas
Morro do Osso	20 pessoas	40 camisetas
Morro Santana	10 pessoas	20 camisetas
São Leopoldo	30 pessoas	60 camisetas
Lomba do Pinheiro	25 pessoas	50 camisetas
Equipe Gestora	10 pessoas	20 camisetas
Total	150 pessoas	300 camisetas

TABELA 017 - CAMISETAS

6. EMBALAGENS

As embalagens propostas neste plano de ações de Desenvolvimento de estrutura de Marketing é uma das soluções encontradas para agregar maior valor a produção, pois estas servirão como ferramenta de comunicação do modo de fazer e das etnocaracterísticas dos artesanatos produzidos e comercializados pelos Kaingang. Além disso, segundo o designer Lars Diederichsen podemos destacar três características básicas das embalagens. A importância de cada uma varia de acordo com o produto, local de comercialização, transporte, etc.

Estas características são:

- **Proteção:** O produto precisa ser protegido contra os danos de transporte, do armazenamento e do Intemperismo.

- **Comunicação:** A embalagem é portadora de informações como conteúdo, peso, fabricante, principalmente sobre informações da comunidade e seu modo de fazer.
- **Valor psicológico:** A embalagem transmite uma "mensagem", de forma consciente ou inconsciente, neste caso a mensagem a ser transmitida é de uma produção etnocultural, e sustentável.

6.1 SACOLAS

São três tamanhos de sacolas e isso se deve aos diversos tipos de artesanatos comercializados, por exemplo os cestos são grandes e precisam de uma sacola maior, já os colares são peças pequenas e podem ser colocados em sacolas menores.

Deverão ser produzidas mil unidades de cada tamanho de sacola a ser entregue em cada comunidade isso quer dizer que cada comunidade receberá três mil sacolas e o total a ser produzido para atender a cada comunidade é de vinte e uma mil sacolas, conforme especificação abaixo:

TIPO DE PAPELARIA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
Sacolas de Kraft GRANDE	7.000 UND	40cm X 50cm X 20cm
Sacolas de Kraft MÉDIA	7.000 UND	33cm X 45cm X 16cm
Sacolas de Kraft PEQUENA	7.000 UND	20cm X 26cm X 12cm
21.000 sacolas de Kraft gramatura 300g com impressão colorida.		

FIGURA 03 // SACOLAS

FIGURA 03 // SACOLAS



6.2 CAIXAS PARA AS CERÂMICAS

Com o objetivo de destacar um produto exclusivo de cada comunidade e evitar assim a concorrências entre elas, este plano desenvolveu embalagens para produtos chaves dentro de cada comunidade, neste caso a cerâmica é uma atividade exclusiva da comunidade Morro do Osso localizada no bairro tristeza em Porto Alegre. A proposta é agregar valor as cerâmicas dessa comunidade de modo que as mesmas possam passar a ser oferecidas como presente uma vez que a embalagem proposta tem essa intenção.

TIPO DE PAPELARIA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
Caixa em Kraft	1.000 UND	18cm X 10cm X 18cm
1.000 caixas para cerâmica em papel Kraft gramatura 300g com impressão colorida, e apoio interno para encabe da cerâmica.		

TABELA 01 // CAIXAS PARA CERÂMICAS

TABELA 01 // CAIXAS PARA CERÂMICAS



6.3 CAIXAS PARA AS CAMISETAS

A produção de camisetas é uma iniciativa da comunidade Morro Santana. O projeto de apoio a confecção de camisetas visando a comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Thêj beneficia 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

A proposta de uma caixa para as camisetas tem por finalidade também agregar maior valor ao produto e possibilitar que as mesmas sejam oferecida como presente ampliando assim a sua venda.

TIPO DE PAPELARIA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
Caixa em Kraft	1.000 UND	26cm X 19cm x 6cm
1.000 caixas para camisetas em papel Kraft gramatura 300g com impressão colorida somente comunidade Morro Santana.		

TABELA DA # 04 KASINRA CAMISETAS

TABELA DA # 04 KASINRA CAMISETAS



6.4 CAIXAS PARA COLARES E PULSEIRAS

A produção de colares não é feita por todas as comunidades e há Indígenas que afirmam que esta atividade passou a ser desenvolvida após a ida das comunidades para Porto Alegre, mas em campo conhecemos Indígenas que produzem colares e adornos de sementes ainda encontradas em suas Terras Indígenas de origem e afirmam que no passado esta produção era com sementes exclusivamente das matas juntamente com partes da fauna como rabos de tatus e dentes de primatas.

Em todo caso a atividade de produção de adornos de sementes ocupa um lugar central em boa parte das comunidades que fazem para serem comercializada principalmente no verão e nas praias do litoral. A idéia de propor uma caixa para os colares e de possibilitar que os Indígenas ofereçam kits contendo colar, pulseiras e brincos, agregando maior valor aos produtos e melhorando sua apresentação.

TIPO DE PAPELARIA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
Caixa em Kraft	1.000 UND	18cm X 10cm X 18cm
7.000 caixas para colares pulseiras e brincos em papel Kraft gramatura 300g com impressão colorida;		

TABELA DE Y GAMING PARA COLARES E PULSEIRAS

FIGURA DE Y GAMING PARA COLARES E PULSEIRAS



6.5 PRODUÇÃO DE FOLDERS

O folder tem um importante papel de comunicação com os clientes é por meio dele que as pessoas conhecem mais sobre o projeto, sobre as comunidades e o modo de fazer o artesanato. Estamos propondo inicialmente dois modelos de folders o primeiro é geral e trata do projeto, subprograma e apresenta um pouco sobre as comunidades kaingang, já o segundo é específico para promover a remuneração justa pela produção indígenas ou seja trata-se de comércio justo e valorização da produção de comunidades tradicionais.

TIPO DE PAPELARIA	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO
Folder geral	7.000 UND	14 cm x 15cm/ 4 dobras
Folder comércio Justo	7.000 UND	14 cm x 15cm/ 4 dobras

14.000 folders em papel reciclado gramatura 160g com impressão colorida sendo 7.000 de cada modelo em um total de dois modelos;

TABUJA 00 / FOLDS

FIGURA 00 / FOLDS



6.6 PRODUÇÃO DE ETIQUETAS

As etiquetas são instrumentos poderosos de valorização do artesanato, pois nela tem informações importantes sobre os produtos e comunidades e a sua simples presença dar uma ar de organização e qualidade da produção etnocomunitária.

Textos da etiqueta principal

TEXTO DA ETIQUETA PRINCIPAL - FRENTE

**PARA FAZER ESTA PEÇA O ARTESÃO INDÍGENA
UTILIZOU MATÉRIA PRIMA MANEJADA + CONHECIMENTO
TRADICIONAL+ CULTURA + RESPEITO A NATUREZA + UM
CARINHO TRILEGAL!**

TEXTO DA ETIQUETA PRINCIPAL - VERSO

**OBRIGADO POR VALORIZAR NOSSA TRADIÇÃO, AO LEVAR
PARA SUA CASA UM POUCO DA NOSSA CULTURA.**

*Valorizar a Cultura Material dos Kaingang do Rio Grande
do Sul também faz parte da cultura do gaúcho.*

TEXTO DA ETIQUETA INTERNA - CESTARIA

*Esta cestaria foi confeccionada com cipós e/ou toqueiras
(bambu) dos remanescentes de matas das cidades
de Porto Alegre, Lajeado, Estreito, Farroupilha e São
Leopoldo ao levar para casa esta linda peça, tenha a
certeza de está contribuindo para proteção de matas
nativas e para a manutenção das tradições dos índios
Kaingang.*

É um pouco da nossa cultura em sua casa!

TEXTO DA ETIQUETA INTERNA - ADORNO

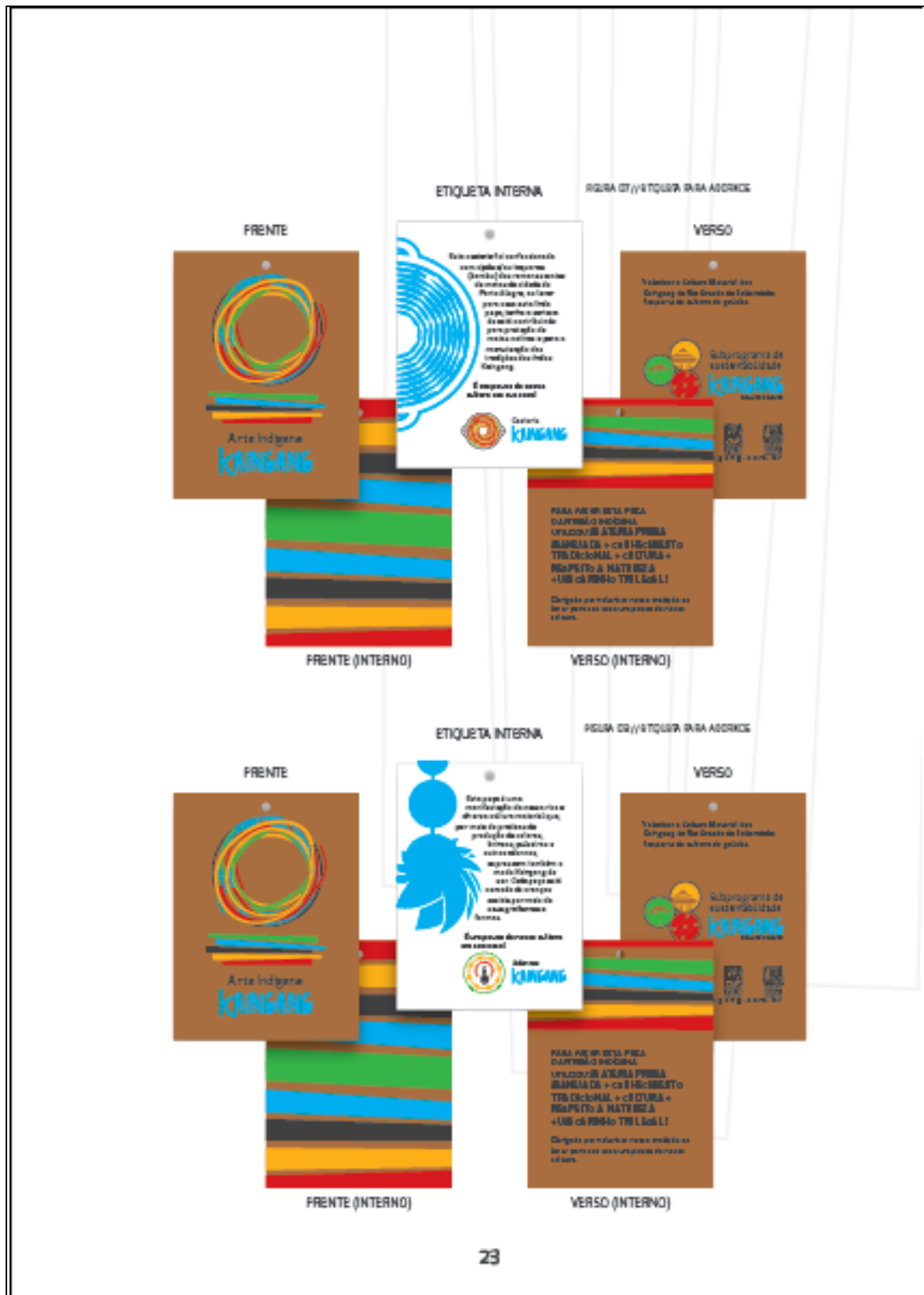
*Esta peça é uma manifestação da nossa rica e diversa
cultura material, que por meio de práticas de produção de
colares, brincos, pulseiras e outros adornos expressam
também o modo de ser Kaingang onde cada peça está
carregada de crenças sociais por meio de seus grafismos
e formas.*

É um pouco da nossa cultura em sua casa!

TIPO DE PAPELARIA	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO
Etiqueta principal /Kraft	7.000 UN	6cm X 16cm
Etiqueta cestaria /Reciclato	7.000 UN	6cm X 8cm
Etiqueta adornos /Reciclato	7.000 UN	6cm X 8cm

21.000 etiquetas em um total de três modelos onde a principal é de papel Kraft gramatura 120g e as outras duas em papel reciclato 120g em um total de 7.000 etiquetas de cada modelo (mil de cada modelo por comunidade).

ANEXO 07// ETIQUETAS



7. ORIENTAÇÕES FINAIS

Esta ação é um passo fundamental e muito importante dentro do processo de qualificação e desenvolvimento do artesanato Kaingang, a disponibilização de todos os materiais previstos aqui são condicionantes para a realização do ciclo de capacitações pelos quais os indígenas das sete comunidades passarão em fevereiro e março de 2013.

Conforme plano de trabalho inicial as atividades que dependem do material a ser desenvolvido e proposto neste plano são:

- Desenvolvimento de capacidades;
- Oficina de comércio justo e formação de preços;
- Oficina de produção, comércio e gestão dos produtos;
- Oficina marketing e valorização do artesanato de tradição;

Estas atividades vão de encontro as linhas de ação III e IV do plano de trabalho.

LINHA DE AÇÃO III

Fortalecimento de identidade étnica relacionada aos Artesanato e produtos Kaingang.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Desenvolvimento de logomarcas da etnia e dos produtos Kaingang;
- Criação de etiquetas, folders e catálogos para prospecção da produção etnocomunitária.
- Desenvolvimento de embalagens culturalmente adequadas com a finalidade de se valorizar os produtos Kaingang.

LINHA DE AÇÃO IV

Comércio justo e relacionamento com o mercado local.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Conhecer o princípios do comércio Justo;
- Adotar as práticas do comércio justo em bases solidárias apoiadas por fundamentos da economia solidária;



- Desenvolver habilidades de cooperação e produção comunitária;
- Estudo e pesquisa de mercado;
- Desenvolvimento de canais de comercialização da produção Indígena;
- Construção de um Site de Produtos;
- Construção de uma Casa de Cultura;
- Construção de Pontos de Vendas (PDVs).

Este plano, assim como todas os layouts em modo digital, serão entregues no dia 10 de janeiro e precisam está disponível para uso no dia 10 de fevereiro para uso nas oficinas mencionadas acima.

Neste sentido usando as palavras finais do plano de trabalho reforçamos nosso desejo de que ao fim dessas atividades, tenhamos como resultados: o fortalecimento da produção artesanal dos Kaingang; o desenvolvimento de novos produtos; a valorização dos produtos Kaingang pelos consumidores das cidades como Porto Alegre, Estrela, São Leopoldo e Farroupilha; aumento das vendas; aumento da geração e distribuição de renda; melhor relação, com o mercado e com os consumidores, aumento da visibilidade da etnia na região; aprendizado de processos de gestão e organização da produção.

Que no médio prazo o artesanato e produtos Kaingang possam alcançar lugar de destaque na economia local, promovendo o desenvolvimento das famílias Kaingang. (Araújo, 2011).



8. BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Cleber Oliveira. Diagnóstico das atividades produtivas Kaingang (não publicado) – Programa de sustentabilidade Indígena - PBA da BR 386/RS julho a novembro de 2011

ARAÚJO, Cleber Oliveira. Plano de trabalho – Programa de sustentabilidade Indígena - PBA da BR 386/RS julho a novembro de 2011

DIEDERICHSEN, Lars. Artesanato e Design - SEBRAE/RO



ANEXO - CARTILHA “GESTÃO E GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES KAINGANG”





Realização:

*Fundação de Amparo à Pesquisa e
a Extensão Universitária - FAPEU*

Textos e metodologia:

Cleber Oliveira de Araújo

Revisão:

Ana Luiza Malnati Panariello

Viviane Oliveira de Araújo

Ilustrações:

Cleber Oliveira de Araújo

Fotografias:

Ronaldo Machado

Design e Diagramação:

Alexandre Marinho





Estas são as identidades visuais das associações indígenas Kaingang, o processo de criação das mesmas envolveu as comunidades nas escolhas de símbolos mais representativos que posteriormente foram transformados em logomarcas.

APRESENTAÇÃO

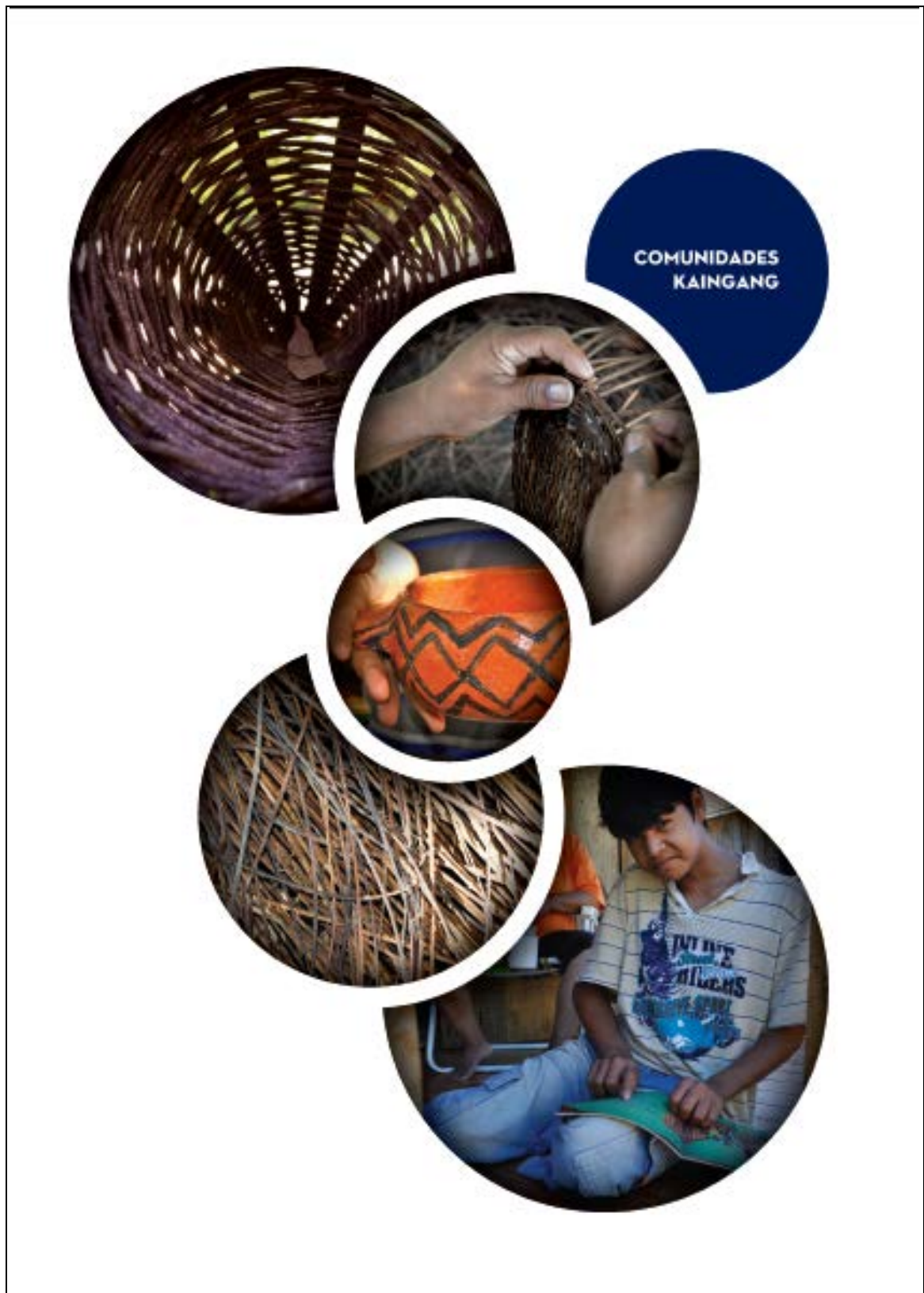
A FAPEU parabeniza a todas as comunidades pelo excelente resultado das Oficinas de Fortalecimento Institucional Kaingang realizada em março de 2012. Essas oficinas realizadas em cada uma das sete comunidades, foram importantes por trazer a cada comunidade a primeira iniciativa educativa relacionada à manutenção de organizações tradicionais e a criação e a abertura de associações formais.

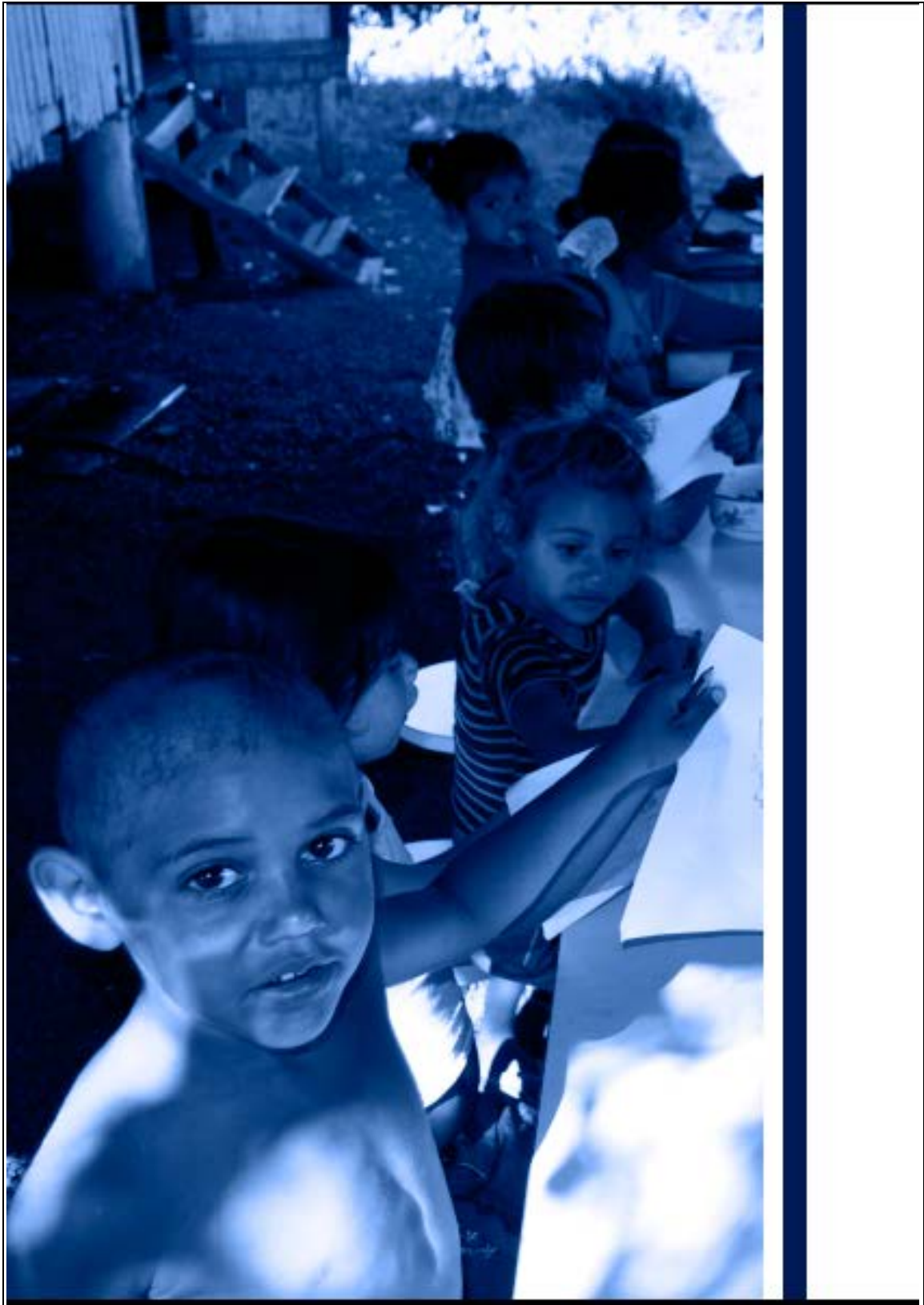
Esta iniciativa permitiu que as comunidades tirassem dúvidas e encontrassem respostas para que pudessem decidir sobre o futuro de suas comunidades e sobre a abertura ou não de associações indígenas.

Essa atividade foi apenas o primeiro passo dado para o fortalecimento das organizações indígenas Kaingang, pois ao longo do andamento do PBA da BR 386/RS, estão previstas uma sequência de atividades que irão preparar ainda mais as comunidades, tanto para organizar e colocar para funcionar as associações indígenas criadas, quanto para reconhecer as formas próprias de organização social das comunidades que não desejaram criar associações.

Neste sentido, a FAPEU apresenta a cartilha de gestão e gerenciamento das associações, que trás informações e práticas adaptadas ao contexto Kaingang, com a finalidade de facilitar a administração das organizações/associações Kaingang. Esta ação é mais um importante passo na contínua preparação dos indígenas para a auto gestão de suas prioridades e para o alcance de uma maior autonomia frente aos projetos que desejam implantar em suas comunidades.







ÍNDICE

1. A estrutura do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang	08
2. O que temos de resultados até agora	10
3. Entendendo o que já foi feito e o que ainda vamos fazer	12
4. Administrando nossa associação	15
5. O que a diretoria deve observar para fazer uma boa administração	17
6. Reforçando as responsabilidades do setor de administração	19
7. Conhecendo a estrutura da associação	21
8. Cobrando a associação para funcionar	25
9. Planejamento	27
10. Outras considerações sobre o planejamento	29
11. Atividades de secretaria	31
12. Atividades do setor financeiro	33
13. Dicas para o controle financeiro	33
14. Função do tesoureiro da associação	34
15. Documentos	36
16. Palavras finais	39

1

A ESTRUTURA DO PLANO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL KAINGANG

A *Figura 01* apresenta as comunidades como o Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang está estruturado. Esse esquema apresenta todas as atividades e fases de trabalho que resultaram e estão resultando no apoio as comunidades Kaingang na busca de ações de desenvolvimento e organização social.

Observações:

Rascunho

2



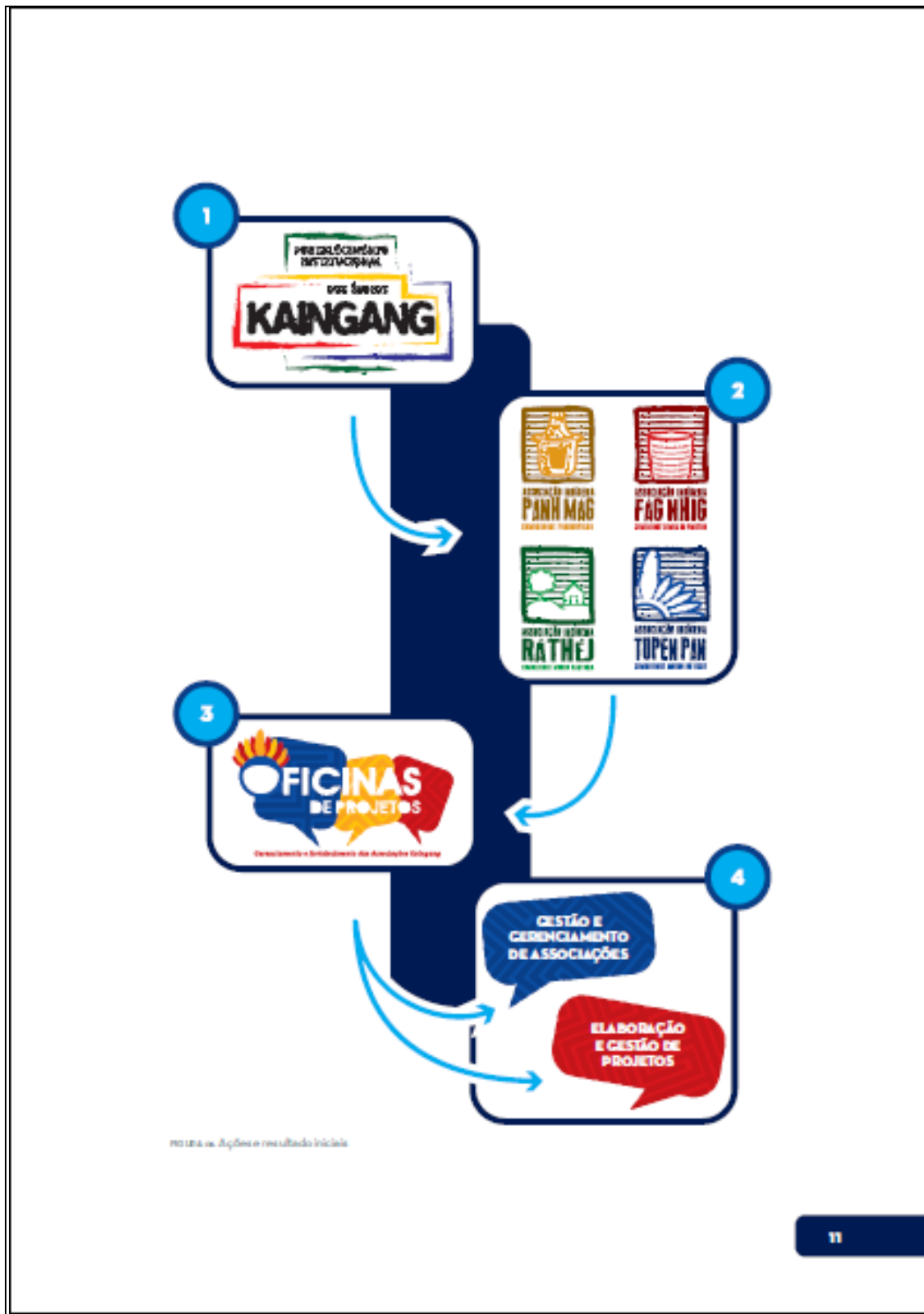
nota: a Estrutura do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang

O QUE TEMOS DE RESULTADOS ATÉ AGORA

A partir das atividades realizadas na Figura 02 já é possível enxergar o que já alcançamos de resultados com as primeiras oficinas e conversas com as comunidade indígenas.

1. Em dezembro de 2011, foi elaborado o plano de trabalho que definiu o Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang. Em março de 2012 foi iniciado os trabalhos junto as comunidades com a realização da primeira oficina sobre associativismo;
2. Como resultado da primeira oficina, quatro comunidades desejaram abrir e formalizar associações. Estas foram criadas e registradas no cartório e após os ajustes necessários foram formalizadas e a FAPEU providenciou a contratação de um contador para dar entrada no CNPJ, abertura de contas e apoio a contabilidade durante 12 meses;
3. Hoje estamos aqui! Iniciaremos as atividades de gestão e gerenciamento das associações criadas como maneira de dar suporte ao correto funcionamento das organizações indígenas criadas, e também desenvolveremos o plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang que por meio da oficina de elaboração e gestão de projetos vai preparar a comunidade para criar seus projetos e acessar recursos no âmbito regional e nacional;
4. Para dar este passo as oficinas envolvem duas atividades; gestão e gerenciamento das associações e elaboração e gestão de projetos.

Observações:



3

ENTENDENDO O QUE JÁ FOI FEITO E O QUE AINDA VAMOS FAZER

O Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang, nasceu da solicitação das comunidades indígenas e é resultado da busca de apoio para o desenvolvimento de atividades e projetos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades Kaingang de Estrela, Lajeado, Farroupilha, São Leopoldo, Morro do Osso, Morro Santana e Lomba do Pinheiro.

A FAPEU desenvolveu as suas atividades, com vistas a atender as comunidades através dos seguintes processos:

1. ESCUTA COMPROMETIDA

Escuta comprometida - onde atendentes buscam entender as solicitações das comunidades, quando estas pediram apoio para a criação de associações indígenas.



2. ATENDIMENTO E ELEIÇÃO DE PRIORIDADES

Atendimento e eleição de prioridades a partir da decisão da FAPEU em atender uma solicitação, inicia-se a fase de planejamento de um plano maior que foca além da criação de associações e que prepararam melhor as comunidades, até levando a necessidade de criação de entidades indígenas formais, contrapondo com as necessidades e necessidades, as reais obrigações e deveres impostos por esta nova dinâmica de organização social.



3. CRIAÇÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS

Criação de processos educativos - esta etapa envolve a criação e construção de materiais educativos, como cartilhas, folders e outros materiais de apoio para as oficinas.



4. REALIZAÇÃO DAS OFICINAS

Realização das oficinas é o processo de contato com as comunidades por meio de cursos, oficinas e capacitações sobre os diversos temas relacionados ao fortalecimento institucional, pois os trabalhos desde a criação, manutenção, elaboração de projetos e o desenvolvimento da associação indígena. Entre as atividades a realização de quatro oficinas conforme o cronograma abaixo:

OFICINA	PREVISTO	REALIZADO
Introdução às associações	MAIO 2011	REALIZADA
Governança de associações	MAIO 2011	EM ANDAMENTO
Elaboração e gestão de projetos-projetos	MAIO 2011	EM ANDAMENTO
Acesso e editais e elaboração de projetos de mídia e grande mídia	SETEMBRO 2011	PREVISTA



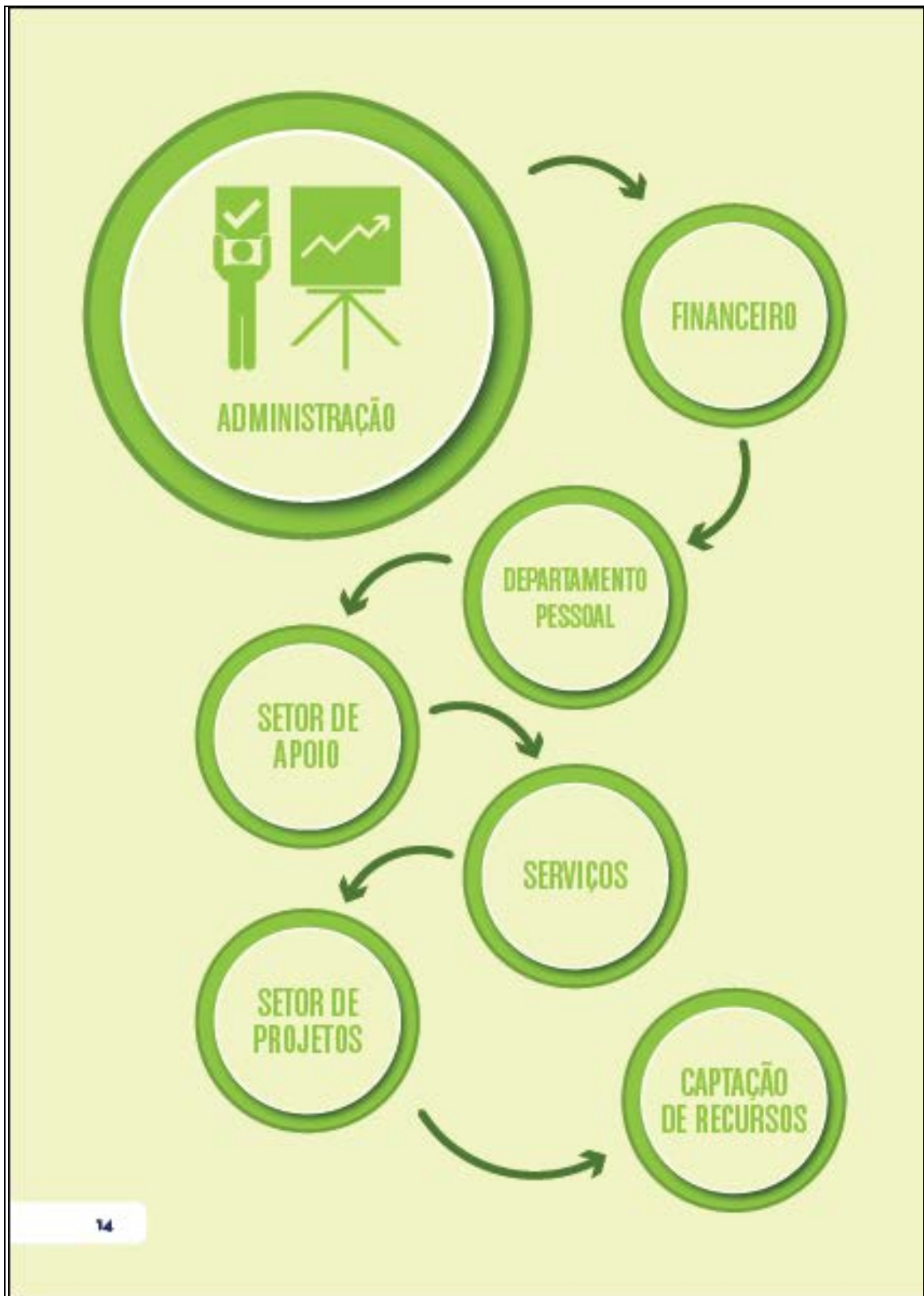
Todo o plano de fortalecimento Institucional é estruturado em três bases de ação:

- Estruturação - que trata do apoio para a formalização das associações; pagamento de taxas de cartório e outras despesas básicas; até o apoio a implantação de infraestrutura básica das associações criadas.
- Sustentação - por meio de capacitações diversas, como as oficinas previstas e realizadas.
- Mecanismos de suporte - acompanhamento das atividades e das associações por meio do consultor (mensalmente) e também do suporte contábil através do contador contratados pela FAPEU.

Por meio da visualização dessas etapas e do que era previsto em cada atividade fica claro que um grande caminho já foi percorrido até aqui e que ainda, as comunidades terão outro grande caminho a percorrer até terem suas associações estruturadas, executando bons projetos e promovendo a melhoria de toda comunidade.

Portanto, esta segunda etapa é iniciada com a realização de mais uma oficina, que visa adaptar e preparar toda a comunidade, onde sobretudo a diretoria que será capacitada para gerenciar e administrar a associação de sua comunidade. Assim esta cartilha torna-se parte fundamental desse processo de educação e de informação para o correto funcionamento das associações Kaingang.

Sejam bem vindos a mais esta etapa de trabalho.



4

ADMINISTRANDO NOSSA ASSOCIAÇÃO

Uma das primeiras atividades que a comunidade adota para ajudar a administrar uma associação é a escolha de sua diretoria, em outras palavras a comunidade está se organizando para que a associação tenha pessoas atuando nas suas diferentes áreas. É esta diretoria que terá a função de administrar e gerenciar a associação junto com a comunidade.

A diretoria da associação terá pela frente a responsabilidade de administrar, ou seja, fazer funcionar corretamente a associação da comunidade. A palavra ADMINISTRAR sempre esteve presente no dia a dia dos Kaingang, mas agora esta palavra estará relacionada a uma nova finalidade que é ORGANIZAÇÃO da associação da comunidade.

ADMINISTRAR significa em outras palavras; arrumar, organizar, planejar, escolher prioridades, tomar decisões para o bom funcionamento da associação.

Desse modo, podemos dizer que a administração é uma das partes mais importantes, para o bom funcionamento da associação. O que coloca sobre a diretoria da associação uma importante responsabilidade, onde estes terão que realizar diversas atividades como cuidar do financeiro, da elaboração de projetos, da capacitação da comunidade, do administrativo, departamento pessoal, secretária e outros.

Anotações:

5



5

O QUE A DIRETORIA DEVE OBSERVAR PARA FAZER UMA BOA ADMINISTRAÇÃO

- Dividir a associação em setores, como financeiro, administrativo, projetos e outros necessários;
- Estabelecer prioridades, definindo os objetivos e a função de cada setor da associação;
- Estimular os diretores e demais membros da associação para que invistam na obtenção de novos conhecimentos;
- Sempre observar as exigências de contrato, como prazos, documentação, prestação de contas e outros.
- Observar se cada trabalhador da associação está desempenhando sua função corretamente.

Anotações:

Rascunho

7



6

REFORÇANDO AS RESPONSABILIDADES DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

É importante que os indígenas responsáveis pelo setor de administração da associação entenda bem a sua função e suas responsabilidades, pois o bom andamento da associação dependerá em grande parte do desempenho desses trabalhadores.

Neste sentido, a maior parte da estrutura funcional da associação estará vinculada ao setor administrativo. Para esclarecer, as áreas de serviços, de financeiro e de contabilidade, geralmente fazem parte do setor administrativo.

Anotações:

Rascunho



7

CONHECENDO A ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO

Para facilitar ainda mais a compreensão do funcionamento da associação, geralmente as instituições indígenas adotam um ORGANOGRAMA, uma espécie de representação gráfica que mostra como é a estrutura de uma instituição. Esta representação gráfica não é definitiva e pode ser alterada a qualquer momento pela assembleia geral.

Citando o exemplo da associação indígena Tupé Pãn da comunidade Morro do Osso podemos demonstrar como seria a estrutura organizacional, ou seja, a estrutura de funcionamento da referida associação.

Anotações:

Rascunho



São órgãos da administração da associação:

- Assembléia Geral;
- Conselho Consultivo;
- Diretoria.

São atribuições da Assembléia Geral:

- Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- Analisar e aprovar as contas da associação;
- Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos da associação;
- Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade;

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- Informar à Assembléia Geral o resultado de seu trabalho;



8

COLOCANDO A ASSOCIAÇÃO PARA FUNCIONAR

Agora que já entendemos a estrutura de funcionamento de uma associação e também já sabemos quais são as responsabilidades do setor administrativo, chegou a hora de colocarmos a nossa associação para funcionar. Uma das primeiras atividades para essa finalidade é o planejamento.

Anotações:

Rascunho



9 PLANEJAMENTO

Esta palavra fará parte de todas as conversas e reuniões de nossa associação, por isso todos precisam saber o seu significado. Podemos entender como planejamento a capacidade de antecipar uma situação. Uma forma simplificada de planejamento é a construção de um plano de trabalho, nele indicamos as atividades, datas e responsáveis além de outras situações previstas.

Abaixo é indicado uma ficha de planejamento, trata-se apenas de um modelo de plano de trabalho. A associação e a própria comunidade podem realizar esta atividade de outras formas, neste caso utilizaremos o exemplo da comunidade Morro Santana que pretende desenvolver um projeto de geração de renda entre os moradores. A ficha abaixo deve orientar a comunidade para eleição de prioridades e para a execução de atividades em um determinado período.



PLANO DE TRABALHO ASSOCIAÇÃO RÁ THÉJ				
ATIVIDADE	REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO	INVESTIMENTOS

FIGURA 04 Modelo de um plano de trabalho



10

OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO

Com o uso da ficha de plano de trabalho fica fácil realizar um planejamento, mas existe algumas questões a serem observadas na construção desse planejamento, são elas:

- Definir as atividades de acordo com os objetivos de cada projeto ou ação;
- Definir a equipe de trabalho;
- Listar prioridades;
- Descrever possíveis contratempos ou situações que possam impedir ou interromper determinada ação;
- Distribuir tarefas e eleger responsáveis;
- Definir um prazo para cada atividade.

Anotações:

Rascunho



II ATIVIDADES DE SECRETARIA

O trabalho da secretária ou do secretário da associação é assessorar o presidente e os demais diretores da associação, mas além disso é importante detalhar quais são estas atividades, segundo o ISA é responsabilidade da secretaria de uma associação:

- Estabelecer uma rotina de trabalho em conjunto com os demais setores da associação;
- Organizar e manter atualizada a agenda da associação;
- Criar e organizar um sistema de assuntos pendentes e ou em andamento;
- Ter uma rotina de trabalho junto com a diretoria;
- Atender telefone, fazer chamadas e anotar recados;
- Supervisionar o trabalho dos auxiliares;
- Receber e enviar correspondências;
- Arquivar os documentos e manter o arquivo atualizado;
- Marcar, preparar e ajudar nas reuniões;
- Verificar o estoque de materiais de escritório (papel, canetas, grampos, cliques, pastas e outros);
- Manter organizado o local de trabalho;
- Receber visitas;
- Digitar e redigir correspondências e outros documentos.

Anotações:



12

ATIVIDADES DO SETOR FINANCEIRO

Este é um setor fundamental para o bom funcionamento da associação. É preciso que a instituição tenha um plano de obtenção de recursos por meio de bons projetos, mas tão importante quanto captar os recursos é a correta utilização desses recursos, por isso o setor financeiro é o responsável pelo controle e acompanhamento da utilização dos recursos, fazendo isso sempre por meio de planilhas, relatórios ou formulários.

Anotações:

13

DICAS PARA O CONTROLE FINANCEIRO

- Controlar os recursos recebidos por meio de depósitos em conta corrente e por extratos e comprovantes de comunicação de depósitos;
- Controlar os gastos realizados por meio do arquivamento de despesas como notas fiscais, recibos e outros.

14

FUNÇÃO DO TESOUREIRO DA ASSOCIAÇÃO

- Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- Registrar toda a movimentação financeira da associação;
- Auxiliar na prestação de contas de projetos e atividades.

Anotações:

Rascunho



DOCUMENTOS

Uma outra atividade importante dentro da associação é o recebimento e envios de documentos. São diversos, desde projetos escritos pela associação passando por avisos, convites, ofícios e até relatórios. Neste sentido é importante ter em mente que além de receber documentos a associação precisará enviar documentos a diversos destinos e para isso será necessário redigi-los.

Por isso sempre que redigir um documento deve-se adequar a linguagem formal, não precisa ter palavras difíceis e nem termos complicados, apenas coerência e clareza, mas é importante que os documentos tenham uma estrutura mínima como:

- Título/assunto do documento;
- Local e data em que foi escrito;
- Nome do responsável com assinatura;

Anotações:

Rascunho

A seguir, utilizando como exemplo a associação indígena das comunidades Farroupilha e Lomba do Pinheiro, apresentaremos alguns exemplos dos documentos mais utilizados:

AVISO



CARTA



ATESTADO



REQUERIMENTO

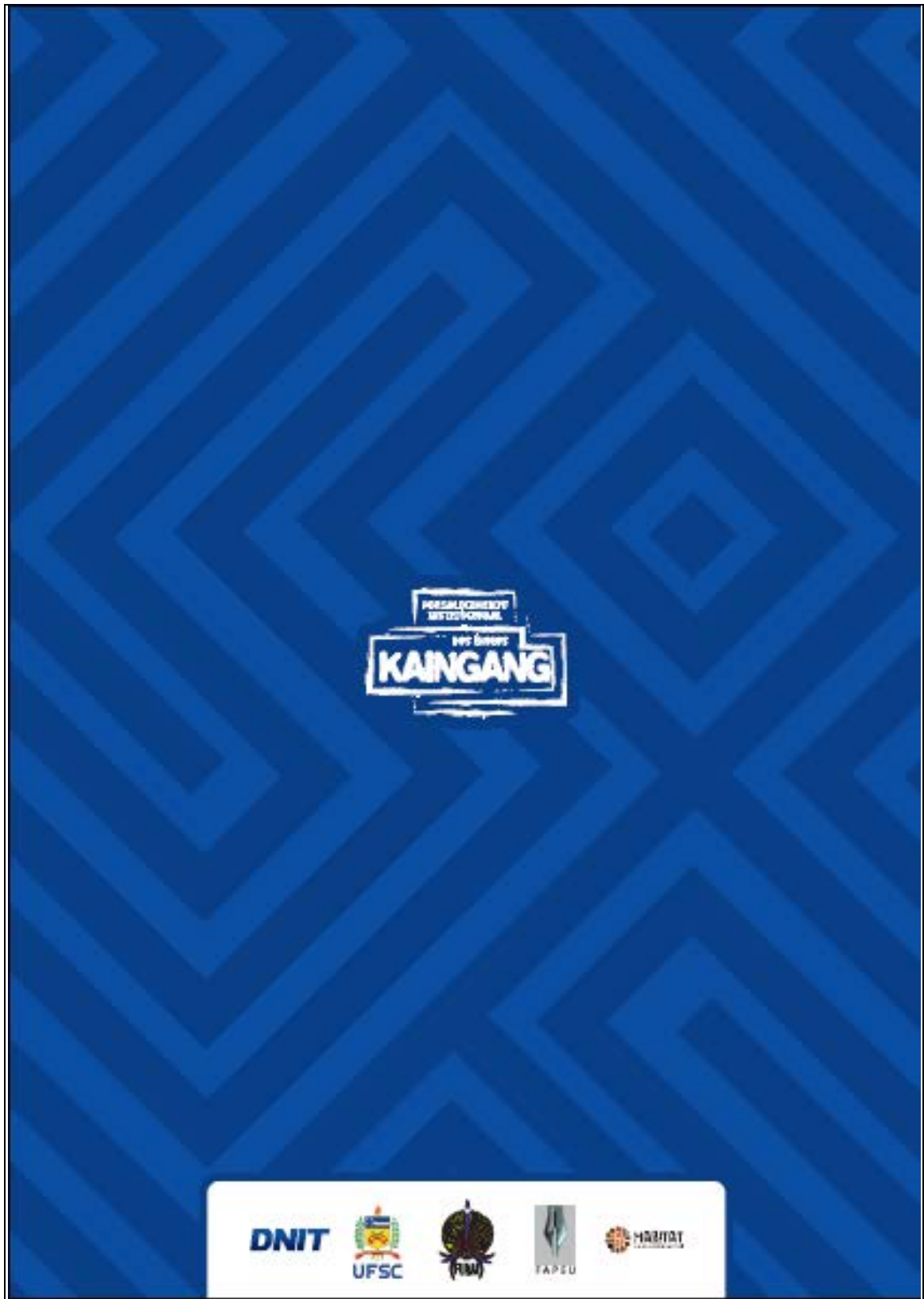


Estes são apenas alguns exemplos dos diversos documentos que certamente a associação indígena de sua comunidade deverá redigir, além disso existem ainda outros como: relatórios, ofícios, portaria, memorandos, convites, atestados, contratos e outros que serão disponibilizado em meio digital a todas as associações indígenas atendidas pelo Plano de Fortalecimento Institucional.

PALAVRAS FINAIS

Ao término dessas atividades educativas, que tiveram como objetivo preparar a associação indígena de sua comunidade, a FAPEU espera ter contribuído com o esclarecimento de práticas relacionadas a administração, gestão e gerenciamento das organizações indígenas. Mais do que isso, esperamos contribuir ainda mais, andando junto com todas as associações até que estas estejam aptas a darem seus próprios passos, consolidando assim um trabalho de fortalecimento da autonomia indígena com a finalidade de reduzir dependências técnicas e de estimular e proporcionar o protagonismo das comunidades indígenas Kaingang, frente as suas demandas e prioridades.





ANEXO - CARTILHA “ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS DAS
COMUNIDADES KAINGANG”





Realização:

*Fundação de Amparo à Pesquisa e
a Extensão Universitária - FAPEU*

Textos e metodologia:

Cleber Oliveira de Araújo

Revisão:

Ana Luiza Mainati Panariello

Viviane Oliveira de Araújo

Ilustrações:

Cleber Oliveira de Araújo

Fotografias:

Ronaldo Machado

Design e Diagramação:

Alexandre Marinho





Estas são as identidades visuais das associações indígenas Kaingang, o processo de criação das mesmas envolveu as comunidades nas escolhas de símbolos mais representativos que posteriormente foram transformados em logomarcas.

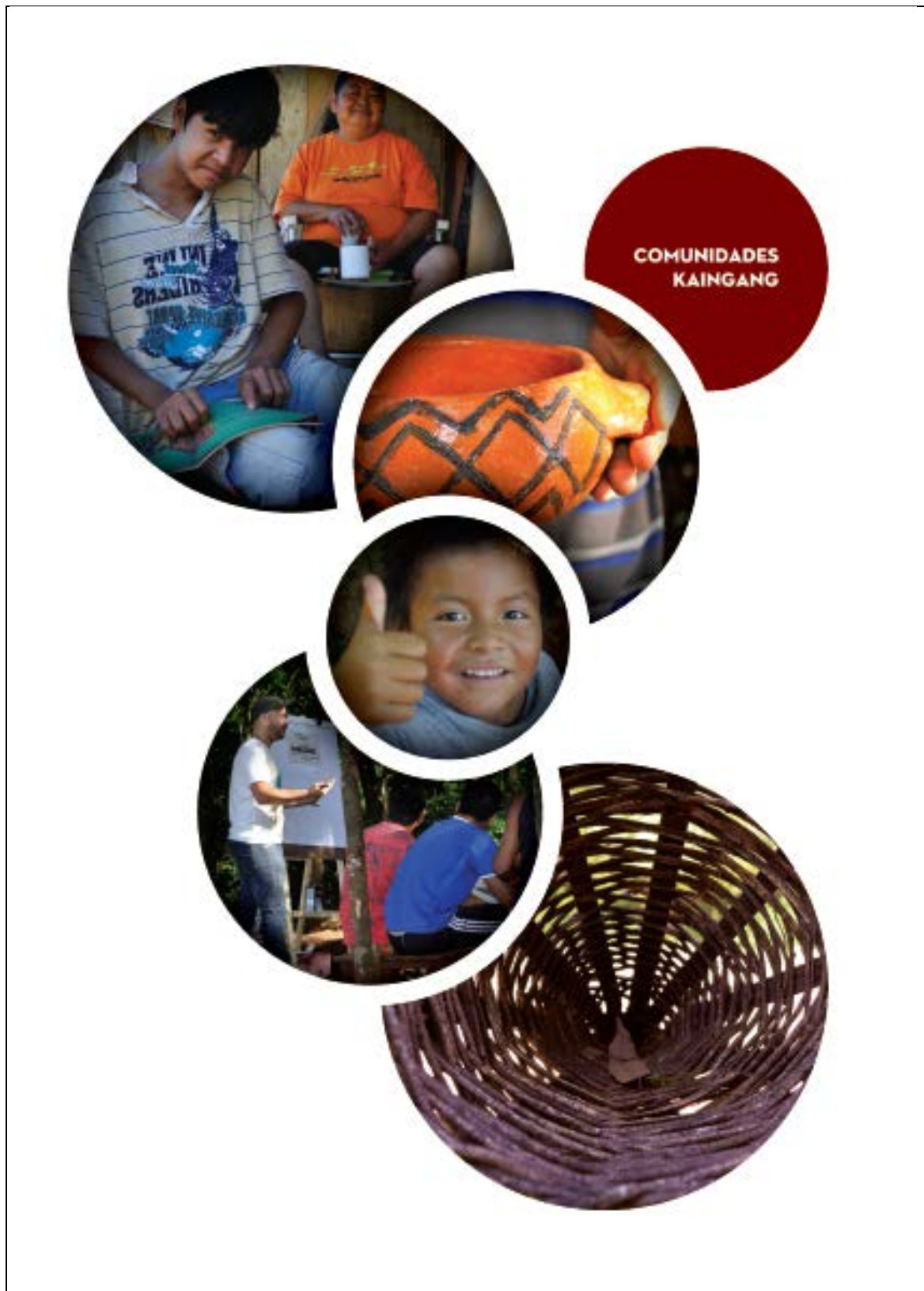
APRESENTAÇÃO

Ao programar um conjunto de ações estruturantes, a FAPEU antevia a continuidade das ações de fortalecimento das associações indígenas Kaingang,

Neste sentido, ao dar condições para que as comunidades elaborem e executem pequenos projetos fomentados por esta fundação, estamos, em outras palavras, contribuindo para a solução de diversos problemas locais, ao passo que proporcionamos as essas associações uma oportunidade prática de exercer corretamente o exercício de suas atividades, pois o fomento desses pequenos projetos está intimamente ligado a oportunidade de aprendizado para construção e condução de projetos, resultando na capacitação para o correto uso dos recursos arrecadados.

Dessa forma, ao apresentar a terceira cartilha de uma série de materiais didáticos elaborados com a finalidade de empoderar as comunidades de informações e práticas relacionadas a organização social, associativismo, gerenciamento das associações e por fim a elaboração e gestão de projetos, a FAPEU vem reforçando o seu compromisso com estas comunidades, uma vez que prezou pelo protagonismo indígena e apenas deu passos em relação ao atendimento das solicitações e demandas vindas das próprias comunidades.

Com este material, esperamos contribuir para que as comunidades escrevam e aproveitem projetos que possam ir ao encontro de solução para situações diversas. Além disso, ao propor um conjunto de ações de gestão dos projetos estamos preparando as comunidades para as boas práticas da gestão e da prestação de contas de todos os recursos que forem captados, para que se cumpram os objetivos estatutários de cada associação, resultando na melhoria de vida das comunidades envolvidas.





ÍNDICE

Capítulo 1	
1 O PLANO DE APOIO AOS PEQUENOS PROJETOS KAINGANG	09
1.1 Quem pode participar?	09
1.2 Finalidades e objetivos dos pequenos projetos?	10
1.3 Quais as linhas temáticas de apoio aos projetos?	10
1.4 Quais os princípios que devem orientar os projetos apoiados pela FAPEUP?	11
1.5 Os recursos financeiros?	12
1.6 Como será feito o repasse dos recursos para os projetos?	13
1.7 Onde os recursos do projeto deverão ser depositados?	13
1.8 Quais são as responsabilidades da associação?	13
1.9 O que não pode ser pago com os recursos do projeto?	14
Capítulo 2	
2 ELABORANDO UM PROJETO	16
2.1 O que é um projeto?	16
2.2 Como escrever um projeto?	17
2.3 O método de árvore de problemas	19
2.4 O que não pode faltar no projeto?	22
Capítulo 3	
3 EXECUTANDO E GERENCIANDO PROJETOS	26
3.1 O uso dos recursos	26
3.2 Boas práticas na gestão de projetos indígenas	27
3.3 Planejamento de despesas	27
3.4 Fluxo de contratação	27
3.5 Pesquisa de preços	28
3.6 Análise de propostas	30
3.7 Apuração do vencedor	30
3.8 Comunicação ao vencedor	30
3.9 Recebimento e conferência	31
3.10 Pagamento	31
3.11 Arquivamento	31
3.12 Prestação de contas	32
3.13 Palavras finais	33



1 O PLANO DE APOIO AOS PEQUENOS PROJETOS KAINGANG

O plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang é uma linha de financiamento disponibilizada pela FAPEU destinada à pequenos projetos entre os índios Kaingang atendidos pelo PBA da BR-386.

Este plano é uma oportunidade encontrada pela FAPEU de destinar uma linha de recursos a ser disponibilizada as associações recém criadas, para que estas sejam capacitadas na prática para obtenção dos recursos (elaboração do projeto), gestão dos recursos (uso e aplicação das atividades previstas nos projetos) e prestação de contas (para comunidade e financiadores), onde as associações serão acompanhadas para a correta aplicação dos recursos, resultando em uma integração de aprendizado prático.

1.1 QUEM PODE PARTICIPAR?

O plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang é destinado as comunidades indígenas de Estrela, Lajeado, Farroupilha, São Leopoldo, Morro do Osso, Morro Santana e Lomba do Pinheiro.

Lembrando que apenas as comunidades que possuem associações receberão os recursos direto na conta bancária da associação. As demais comunidades poderão executar os pequenos projetos por meio de instituições parceiras, uma vez que é exigência desse plano que os proponentes de cada projeto sejam Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos e de preferência organizações indígenas das próprias comunidades ou próximos a estas, inclusive apresentando histórico anterior de apoio oferecido.

1.2

FINALIDADES E OBJETIVOS DO PLANO DE APOIO AOS PEQUENOS PROJETOS

Promover a capacitação dos indígenas para elaboração e gestão de projetos por meio das associações, capacitando-os para elaboração de propostas, planos de trabalhos, projetos, prestação de contas, montagem de arquivos e processos de compras e uso dos recursos.

1.3

QUAIS AS LINHAS TEMÁTICAS DE APOIO AOS PROJETOS

A FAPEU financiará os pequenos projetos nas seguintes linhas de ação:

Linha temática 1 - Apoio a ações de saúde:

Poderá ser apoiada pela FAPEU qualquer iniciativa educativa que direta ou indiretamente contribua para melhoria da saúde das comunidades Kaingang, desde palestras, material educativo e ou preventivo, até ações sistemáticas de Intervenção como; saúde bucal ou alimentar; prevenção de DST; alcoolismo, e outras doenças das quais as comunidades possam estar susceptíveis.

Linha temática 2 - Apoio as atividades de geração de renda:

Nesta linha de ação, serão apoiados pequenos projetos que resultem na geração e distribuição de renda entre os Kaingang, dos quais pode ser direcionada a produção, criação e venda de artesanatos, alimentos, animais e outros produtos das atividades produtivas Kaingang.

Linha temática 3 - Apoio a valorização da Cultura Kaingang:

Serão apoiadas iniciativas que visam o resgate a manutenção e a valorização de todos os aspectos da cultura Kaingang como: recuperação e revitalização de técnicas culturais de produção, fala escrita, cantos e outros; preservação e recuperação de Sementes tradicionais; apoio a rituais festas e outros relacionados a transmissão das tradições Kaingang.

Linha temática 4 - Apoio a preservação do meio ambiente:

Podem ser apoiadas ações que: Resultem na capacitação dos indígenas em gestão e proteção ambiental e territorial; Projetos para apoiar atividades de uso e destinação adequada do lixo; ações com ênfase em educação ambiental formal ou informal; além do apoio a projetos que contemplem publicações na área de gestão ambiental;



14 QUAIS OS PRINCÍPIOS QUE DEVEM ORIENTAR OS PROJETOS APOIADOS PELA FAPEU

- Os projetos devem sempre refletir os desejos de toda comunidade e não apenas de um pequeno grupo;
- As ações devem ser criadas pelas próprias comunidades evitando assim influências externas, que desconhecem as necessidades e prioridades das comunidades;
- Os projetos devem visar o etnodesenvolvimento das comunidades;
- Contribuir com o fortalecimento das associações Kaingang;

- Valorizar e respeitar os conhecimentos tradicionais da etnia;
- Observar as normas e leis ambientais do país, respeitados os direitos indígenas sobre seus territórios e recursos naturais;
- Evitar a introdução de espécies exóticas de flora e de fauna no ambiente da comunidade;
- Valorizar os recursos naturais locais e seu aproveitamento nas atividades produtivas;

1.5

OS RECURSOS FINANCEIROS

A FAPEU apoiará projetos com valores até: R\$ 1.000,00. Mas as associações podem apresentar contrapartidas e até mesmo quando existir, incluir recursos de outras instituições parceiras das comunidades para os casos em que o valor final do projeto ultrapasse o teto de apoio disponibilizado pela FAPEU.

O prazo de execução dos projetos não poderá ultrapassar seis (06) meses e por esta razão os projetos apresentados deverão informar claramente o que se deseja alcançar entre o período de início e término do projeto com teto de até seis meses. Para isso, os projetos devem apresentar um cronograma com as etapas e atividades a serem realizadas dentro desse período conforme roteiro de projetos.

1.6

COMO SERÁ FEITO O REPASSE DOS RECURSOS PARA OS PROJETOS?

Como a linha de pequenos projetos disponibilizada pela FAPEU é destinado às associações indígenas Kaingang criadas por meio do apoio do Plano de Fortalecimento Institucional, o repasse dos recursos será feito exclusivamente na conta de cada associação.

As comunidades que não constituíram associações ficam impedidas de receber recursos em contas de pessoas físicas, devendo indicar uma organização sem fins lucrativos para receber e gerenciar os recursos ou fazer isso através da solicitação de apoio a FAPEU, ou utilizando o apoio de uma das associações indígenas das quatro comunidades.

1.7

ONDE OS RECURSOS DO PROJETO DEVERÃO SER DEPOSITADOS?

Os recursos serão depositados, obrigatoriamente, em conta bancária da associação não sendo necessária a abertura de uma conta exclusiva para o projeto.

1.8

QUAIS SÃO AS RESPONSABILIDADES DA ASSOCIAÇÃO¹

- Assinar e cumprir, rigorosamente, o contrato do projeto aprovado pela FAPEU;
- Garantir a participação efetiva da comunidade executora em todas as atividades relacionadas ao projeto;
- Repassar uma ou mais cópias do contrato aos responsáveis pelo projeto na comunidade executora, para conhecimento e acompanhamento das atividades previstas;

¹ Fonte: adaptado Carteira Indígena MMS.

- Promover reuniões periódicas de acompanhamento do projeto;
- Submeter as prestações de contas à aprovação da comunidade executora;
- Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as normas legais e o Manual de Instruções fornecido pela FAPEU no capítulo 3 dessa cartilha;
- Acompanhar o uso dos recursos, que deve ser de acordo com o previsto no planejamento e orçamento do projeto;
- Elaborar, junto com a comunidade executora, os relatórios técnicos e a prestação de contas dos projetos e enviá-los nos prazos estabelecidos.

1.9

O QUE NÃO PODE SER PAGO COM OS RECURSOS DO PROJETO²

- Bens ou serviços que não estejam previstos no orçamento do Projeto, com exceção de despesas necessárias, mas não previstas, ainda assim, será necessária autorização prévia da FAPEU;
- Pagamento de salários a membros da comunidade envolvidos no projeto como beneficiários;
- Pagamento da coordenação do projeto (deve ser contrapartida do proponente e da comunidade).
- Qualquer despesa que não seja considerada como custo para a realização das atividades do projeto.

² Fonte adaptado Carteira Indígena MIBL.



2

ELABORANDO UM PROJETO

Chegamos em uma parte fundamental para sobrevivência da associação, não apenas do ponto de vista da captação de recursos, mas porque a construção de projetos refletem a saúde de uma associação.

Ao se pensar em elaborar um projeto, a comunidade na verdade está buscando alcançar um objetivo que ainda está no futuro, por isso primeiro se coloca no papel aquilo que se deseja alcançar e a partir daí busca-se encontrar uma maneira de tirar do papel e colocar na realidade da comunidade o que se deseja alcançar com um determinado projeto.

Neste capítulo da nossa cartilha, as comunidades Kaingang vão conhecer e apreender como se faz um projeto e serão preparados para, além de elaborar, também executar projetos que melhorem a vida de suas comunidades.

Mas para isso antes vamos prestar muita atenção para conhecermos alguns termos para ficar claro o que é? como se faz? e por que se faz? um projeto.

21

O QUE É UM PROJETO?

Projeto é um instrumento de planejamento de intervenção numa dada realidade, através do qual comunica-se as intenções para outras pessoas, para conseguir delas, seja a autorização, seja

o apoio e o financiamento, ou ainda, a cumplicidade e a parceria?

Em outras palavras podemos dizer que um projeto é uma maneira de resolver problemas que atingem nossas comunidades, mas que de alguma maneira resolvemos enfrentá-los, buscando solução para os mesmos.

Ao recorrer a construção de um projeto, devemos expressar **o que** pretendemos fazer (objeto), **por que** (justificativa), **para que** (objetivos), **para quem** (população-alvo), **como** (estratégias/metodologia), **com que recursos/meios** (materiais e financeiros), **com que pessoas** (responsáveis pela facilitação do processo), **quando, onde e quanto** deve custar⁴.

2.2

COMO ESCREVER UM PROJETO?

O projeto deve ser escrito a partir do diálogo com toda comunidade que apresentará suas prioridades, problemas, anseios, desafios e desejos. Neste sentido, a FAPEU buscou conversar com as comunidades para que estas apontassem os primeiros pequenos projetos a serem construídos. Esta conversa foi uma preparação, quede alguma maneira já foi o primeiro passo para se escrever o projeto de sua comunidade.

A seguir apresentamos quatro passos para escrever um projeto:

³ Fonte adaptado - ONG Amigos do Futuro

⁴ Fonte adaptado - ONG Amigos do Futuro

Diagnóstico - Mostra a situação real da comunidade e dos problemas a serem enfrentados. Por isso, antes de começarmos um projeto, devemos conhecer bem o local, as pessoas e a realidade em que se deseja intervir;

Planejamento - Nós já aprendemos que esta etapa é a fase de preparação para ver se temos todas as ferramentas e recursos necessários para começarmos a resolver os problemas encontrados. Nesta hora é que sabemos quem vai fazer, como vai fazer, com o que vai fazer e quanto vai custar;

Implementação - Essa é a fase onde já se sabe o que vai fazer e chegou a hora de colocar em prática as atividades que foram planejadas na fase anterior;

Monitoramento e Avaliação - Essa é uma das fases mais importantes, onde é preciso verificar junto a comunidade se o projeto está sendo executado e se está de acordo com os objetivos iniciais, ou seja, se tudo está ocorrendo como planejado ou se a comunidade e a associação executora do projeto estão encontrando dificuldades e precisam de ajuda.

A comunidade não precisa se preocupar, pois certamente ao chegar esta fase da nossa oficina, ainda existirá dúvidas sobre como escrever projeto. Por isso, neste primeiro projeto, a FAPEU vai ajudar as comunidades, escrevendo junto com elas cada projeto. Para isso foi disponibilizado um roteiro simplificado que vai explicar e facilitar a escrita de cada projeto.

2.3

O MÉTODO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS⁵

Este método vem sendo usado com algumas variantes e nomes diversos. É mais reconhecido como o **Método da Árvore de Problemas** é uma ferramenta simples que facilita a construção do projeto a partir da identificação da situação problema que se deseja intervir.

Nós vamos trabalhar usando este método para escrever os projetos, porque se trata de uma atividade participativa que ajuda, de forma criativa, a identificar problemas e a organizar as informações colhidas a respeito deles.

A árvore de problemas tem tronco, raízes e copa. No tronco estão os problemas principais; as raízes são as causas desses problemas e a copa são os efeitos/consequências que eles geram;

Cada problema principal tem como causa outros, que aparecem na parte inferior do gráfico. Ao mesmo tempo, o problema principal gera outros, que aparecem na parte superior do gráfico. Desta forma, a Árvore de Problemas reflete a interrelação entre causas e efeitos.

Para facilitar a compreensão vamos utilizar um exemplo do projeto de prevenção do alcoolismo⁶ entre indígenas, que foi construído a partir do uso da árvore de problemas, vejamos:

⁵ Fonte adaptado - ONG Amigos do Futuro

⁶ Fonte: Cláudia Oliveira de Araújo



Com a árvore de problemas, definimos as situações que desejamos mudar e estabelecemos o nome e os objetivos do projeto, quando transformamos os problemas em alvos a serem modificados. Para isso precisamos construir uma outra árvore utilizando a palavra contrária da árvore de problemas, vejamos:



A construção da árvore de objetivos é o exercício realizado, com a maior participação possível, na sequência da elaboração da árvore de problemas. Trata-se de rever cada problema (negativo) e convertê-lo em um objetivo (positivo) realista e desejável.

Assim, se a causa é A, então o efeito é B. O objetivo é: atingir o resultado X (eliminando ou transformando o efeito), através do meio Y (atuando sobre a causa).

Os passos a serem seguidos são:

- Traduzir o problema principal da árvore de problemas em um objetivo e colocá-lo no centro da árvore.
- Analisar as causas diretas do problema principal, perguntando: quais são os meios que permitem alcançar este fim? Colocam-se as respostas na árvore de objetivos, de acordo com as causas a elas relacionadas.
- Identificar todas as causas que são modificáveis e as que não são modificáveis, como por exemplo: clima, desastres naturais, coeficiente intelectual, etc.
- Após a identificação dos meios, converter os efeitos da árvore de problemas em fins.
- Examinar as relações entre meio e fim.

24

O QUE NÃO PODE FALTAR NO PROJETO?

A FAPEU disponibilizará a cada associação um roteiro para elaboração dos pequenos projetos Kahngang. Esse roteiro indicará o que não pode faltar para a correta elaboração do projeto de sua comunidade, mas estes são apenas alguns tópicos importantes, dependendo do financiador o roteiro para elaboração do projeto pode mudar.

Orientações e um possível roteiro de elaboração de projeto:

1- Título

Deve refletir o objeto do projeto

2 - Apresentação da organização

Deve conter : nome ou sigla da entidade; composição da diretoria, da coordenação e nome do responsável pelo projeto; endereço completo para contatos e correspondências; histórico da entidade (quando foi criada, diretrizes gerais, percurso ligado ao social, trabalhos realizados, resultados conseguidos e principais fontes de recursos ou financiamentos).

3 - Justificativa

Deve descrever as deficiências e as potencialidades da região/comunidade onde o projeto vai se inserir. O fundamental é demonstrar a importância do projeto diante da realidade da comunidade.

4 - Objetivos e metas

Deve descrever o objetivo geral e os objetivos específicos e metas do projeto. O objetivo geral é aquele que expressa maior amplitude e um tempo mais longo para ser atingido; só será alcançado pela somatória de várias ações e pelo trabalho de vários atores; indica como o projeto poderá contribuir para a minimização dos problemas descritos anteriormente. Os objetivos específicos são desdobramentos do objetivo geral e devem expressar diretamente os resultados esperados.

5 - População-alvo

Deve descrever detalhadamente as características da população que será diretamente beneficiada: perfil, número e demais dados significativos.

6 - Metodologia

Deve descrever o caminho a ser percorrido, como se vai desenvolver, os métodos e técnicas a serem utilizados, de acordo com as especificidades do projeto.

7- Cronograma de atividades

Este cronograma é um instrumento que apresenta todas as atividades a serem desenvolvidas, nas diferentes etapas do projeto, numa sequência de tempo.

7 Fonte: adaptado - ONG Amigo do Futuro, Carta Indígena, Fletob dia.

8 - Sistema de monitoramento e avaliação

Deve, neste item, ser informado como se dará o monitoramento e a avaliação do projeto. Devem ser informados também quais serão os indicadores:

- do processo
- dos resultados imediatos e mediatos
- do impacto
- e da sustentabilidade do projeto

9 - Composição do orçamento e cronograma físico-financeiro do projeto

O orçamento deve indicar o custo de todos os elementos do projeto, por item de despesa e o planejamento de sua composição

10 - Observações finais

Este item é opcional e pode ser incluído, no caso de ser necessário apresentar algumas informações adicionais, importantes para a melhor compreensão do leitor.

11 - Anexos

Como por exemplo:

- A Árvore de Problemas e a Árvore de Objetivos
- Relatório Conclusivo do Diagnóstico
- Gráficos, quadros estatísticos, tabelas etc.



3

EXECUTANDO E GERENCIANDO PROJETOS

Parabéns a cada comunidade, pois, se chegamos até este ponto, significa que seu projeto já foi escrito e em breve estará aprovado e já estará na fase de execução. Agora chega uma das mais importantes atividades relacionadas aos projetos, trata-se da execução e a gestão do projeto.

Estas duas palavras juntas querem dizer que chegou a fase de fazer tudo corretamente para tirar o projeto do papel e fazer com que este contribua com toda a comunidade e, para isso, basta seguir o que foi colocado no planejamento do projeto e também seguir as orientações que serão apresentadas neste capítulo para a boa gestão dos recursos do projeto.

33

O USO DOS RECURSOS

Este é um importante momento, onde se iniciará a compra dos itens previstos para o andamento do projeto. Para isso é importante seguir corretamente o cronograma financeiro do projeto que diz o que? e em qual quantidade? precisa ser comprado para os avanços das atividades do projeto.

Caso exista a necessidade de comprar algo que não foi listado anteriormente, a associação deverá solicitar a FAPEU a autorização que será encaminhada pela comunidade juntamente com uma carta contendo as justificativas para tal.

3.2

BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE PROJETOS INDÍGENAS

É importante que a associação e toda a comunidade saibam que a boa gestão dos projetos é necessária para que os objetivos desses projetos sejam alcançados com efetividade e para que no futuro a associação não tenha problemas com a prestação de contas ou com acúmulo de dívidas ou suspeitas.

3.3

PLANEJAMENTO DE DESPESAS

A gestão financeira é uma parte importante da execução dos projetos. Ela compreende a realização de diversos procedimentos e ações. Para uma correta gestão financeira, é importante realizar um planejamento prévio das despesas. Para isso, basta acessar o projeto original e ver a parte do orçamento, lá estarão listados todos os materiais, ferramentas e itens que devem ser comprados para o andamento do projeto.

3.4

FLUXO DE CONTRATAÇÃO⁸

A seguir apresentaremos um modelo que irá facilitar as atividades e etapas envolvidas no correto uso dos recursos do projeto. Lembre-se que não dá para sair por aí com a lista de compras do projeto e comprar um produto ou contratar um serviço, sem antes realizar uma pesquisa de preços, consultando no

⁸ Fonte adaptado - ICPN - Recomendações de Boas Práticas de Gestão de Projetos

mínimo três estabelecimentos ou empresas diferentes, para ter a certeza que se está pagando o preço justo pelo produto ou serviço.

Este fluxograma apresenta o que se deve fazer primeiro quando chegar a hora de realizar as compras e ou contratações previstas no projeto:



Modelo em Fluxo de contratação

3.5 PESQUISA DE PREÇOS

Essa é a fase que a associação deve buscar as melhores opções de fornecedores. Para que não ocorram imprecisões, é importante que a associação escreva uma espécie de Termo de Referência, que se trata da formalização da cotação dos produtos ou serviços. Neste termo de referência, a associação vai indicar as características, prazos e descrição das atividades conforme exemplo:

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS E SERVIÇOS

Associação Indígena
Kaingang

Porto Alegre, maio de 2012

Prezado Sr.,

Convidamos sua empresa para apresentar a cotação de preços para os serviços e produtos abaixo especificados.

ITEM	DESCRIÇÃO
01	
02	
03	

Atenciosamente
Secretário da Associação

3.6

ANÁLISE DE PROPOSTAS

Após receber as propostas, chegou a hora de verificar quem foi o vencedor, portanto é importante considerar o menor preço e também a qualidade dos produtos e serviços apresentados. Para a FAPEU, o menor preço apresentado é o vencedor, desde que o produto ou serviço atenda os requisitos de qualidade, e caso o menor preço apresentado não atenda os requisitos técnicos, o segundo menor preço deve ser considerado.

3.7

APURAÇÃO DO VENCEDOR

Esta etapa se dá após a análise das propostas, onde os responsáveis por analisá-las vão chegar ao consenso do vencedor e para isso devem registrar em uma pasta de memória da reunião todas as propostas enviadas.

3.8

COMUNICAÇÃO AO VENCEDOR

Neste momento a associação entra em contato com o vencedor, ou seja, a empresa que apresentou menor preço, para informar sobre o resultado da cotação de preços, com a finalidade de que este se prepare para fornecer o produto ou o serviço. Lembrando que, se a contratação for de um serviço, a associação deve elaborar um contrato simples descrevendo todos os objetivos da contratação.

Além de entrar em contato com o vencedor das propostas, é importante entrar em contato com os demais participantes informando os resultados, pois no futuro é possível que se precise novamente de um novo orçamento.

30

RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA

Esta é a fase onde a associação recebe o produto ou serviço, e é importante verificar se o serviço foi bem executado e se está de acordo com o previsto em contrato. Também se deve verificar se o produto entregue está de acordo com o orçado e se está em perfeitas condições.

310

PAGAMENTO

Após a conferência e confirmação do produto/serviço, a associação deve proceder com o pagamento do fornecedor ou prestador de serviço. Como toda empresa, deve emitir nota fiscal a associação só poderá adquirir produtos de empresas que emitam nota fiscal, pois esta nota, juntamente com os orçamentos, é a comprovação da execução das etapas do projeto.

3.3

ARQUIVAMENTO

Esta é a última etapa do fluxo de compra. É importante arquivar em pastas específicas todas as propostas e também todas as notas fiscais, para posteriormente serem encaminhadas a FAPEU que irá verificar se a associação investiu corretamente os recursos do projeto.

31

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Esta é uma fase muito importante da boa condução de projetos, quando a associação vai apresentar a comunidade e também a FAPEU os resultados da execução do projeto.

Durante a execução do projeto, a FAPEU irá visitar as comunidades uma vez por mês ou quando se fizer necessário, para ajudar a construir os relatórios que, no final da execução do projeto, serão as prestações de contas que serão enviadas pela comunidade a FAPEU.

A prestação de contas para a comunidade será feita através de uma reunião que apresentará a todos os resultados, as notas fiscais e uma avaliação geral de como o projeto foi executado, quais as dificuldades encontradas e quais foram os aprendizados.

Após a prestação de contas, a associação passará por uma análise de como os recursos foram gastos e se o projeto executado atingiu seus objetivos. Se as contas da associação forem aprovadas, a FAPEU emitirá um certificado comprovando que a associação executou corretamente o projeto. Caso as contas da associação não forem aprovadas, a mesma deverá proceder com as medidas a serem indicadas pela FAPEU para correção ou comunicação a comunidade sobre o ocorrido.

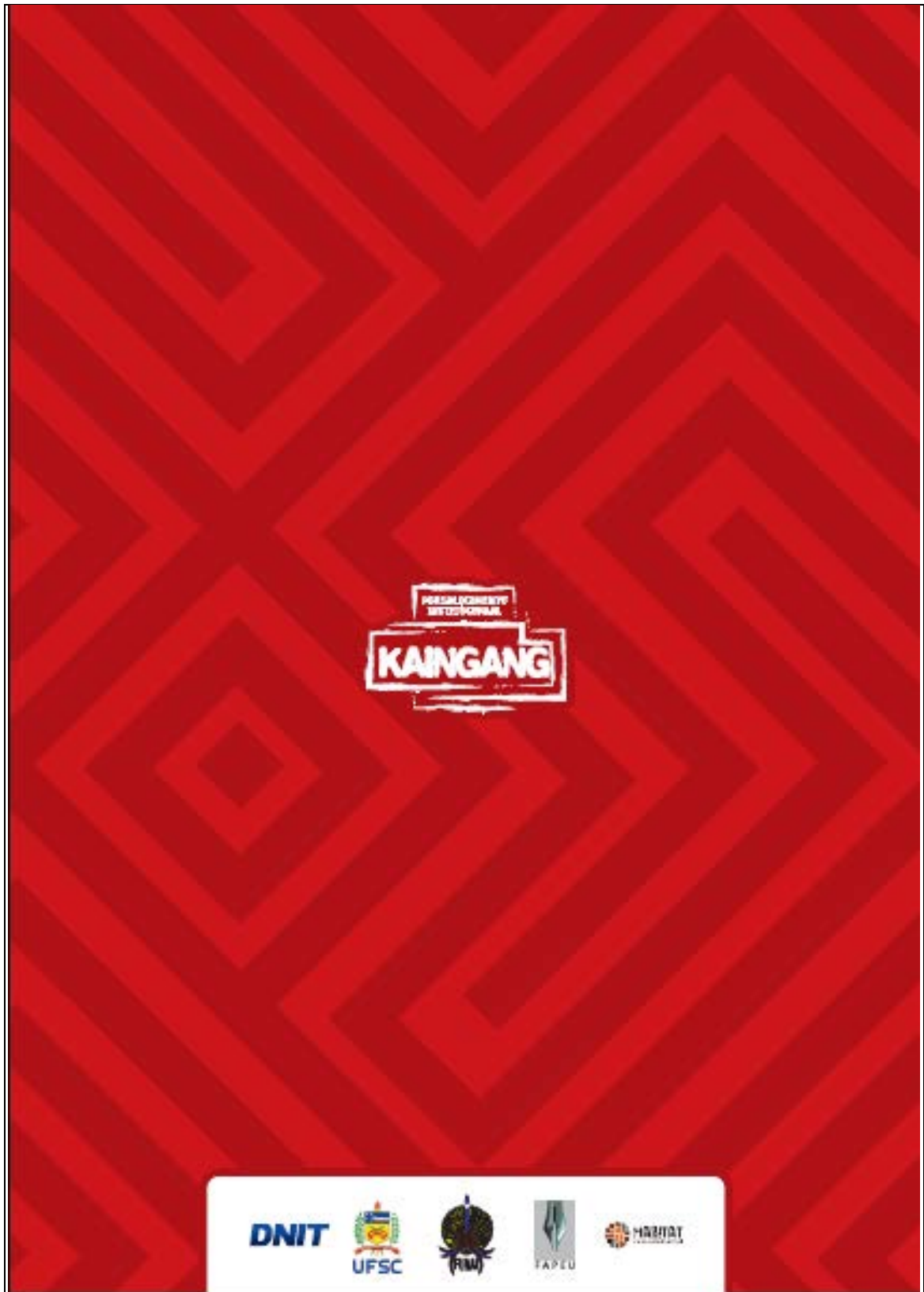
PALAVRAS FINAIS

Chegamos ao fim de mais uma etapa importante, na qual as associações indígenas Kaingang passaram por uma série de treinamentos práticos e teóricos que tiveram a função de fortalecer, organizar e preparar a associação para contribuir com o desenvolvimento de toda a comunidade.

Agora a associação de sua comunidade deve continuar investindo tempo para aprimorar seus conhecimentos. Elaborar e executar bem um projeto é o primeiro passo para que a associação comece a ser respeitada e reconhecida como instituição séria e capaz de conduzir bons projetos, isso vai facilitar a captação de recursos e também trará novas oportunidades e também obrigações e responsabilidades.

Esperamos que este material, juntamente com as oficinas práticas, tenham contribuído para o crescimento e fortalecimento das comunidades, das associações e de todos os diretores e lideranças que tem a função de representar bem suas comunidades.





1.4 SUBPROGRAMA RELATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O subprograma de recuperação de áreas degradadas teve como objetivo recuperar fragmentos florestais de uso indígena; plantar espécies vegetais nativas e de uso indígena; incentivar a gestão ambiental pelos indígenas e preservar e recuperar a vegetação de mata atlântica e de uso Indígena.

Neste sentido foi realizado o levantamento de tais áreas nas 07 aldeias integrantes do programa. Isto se fez necessário tendo em vista que o PBA não indicou quais seriam as áreas, qual a natureza da degradação e quais os mecanismos sugeridos para recuperação. O primeiro levantamento, por meio de imagens de satélite e visitas a campo foi realizado nos meses de fevereiro e março de 2011. Tal levantamento revelou que não existem áreas degradadas que se enquadrem nos critérios para implantação de um PRAD em nenhuma das 07 aldeias. Os levantamentos revelaram os seguintes pontos que merecem destaque:

- As áreas desprovidas de vegetação existentes são aquelas que atualmente se encontram em uso pelas comunidades, sejam como acessos, quintais de casas, áreas construídas ou áreas de uso comum;
- O histórico da ocupação das áreas revelou que a maioria das aldeias encontra-se em expansão, ou seja, nos últimos três anos houve o surgimento de novas construções;
- Uma das aldeias, Morro Santana, encontra-se inteiramente inserida e integrada no mosaico urbano envolvente, sendo impossível fazer a individualização espacial da aldeia, enquanto unidade de ocupação do grupo Kaingang.

Diante do quadro de ocupação das áreas hoje verificado constatou-se que a meta de “recuperação de áreas degradadas nas sete aldeias” constante do PBA, por meio de PRAD’s, não se justifica.

Um aspecto importante a ser esclarecido é o fato de que as aldeias possuem áreas degradadas devido à ausência de vegetação, com solo exposto, e localmente algumas aldeias possuem áreas com acúmulo de resíduos, seja como depósito ou não. Entretanto tais áreas encontram-se em uso pela comunidade, como é o caso dos acessos e quintais de casas, não sendo viável tecnicamente reflorestá-las. Outro destaque a ser feito é que nas áreas de solo exposto não foi verificada a ocorrência de processos erosivos de intensidade significativa, com abertura de sulcos com potencial de evolução para voçorocas.

As imagens da ocupação histórica e do levantamento de campo em cada uma das aldeias encontram-se apresentadas na sequência.

Diante da constatação da inexistência de áreas degradadas em desuso pela comunidade, está sendo realizado o levantamento das espécies vegetais de uso por cada uma das comunidades, bem como as tendências de expansão das áreas ocupadas em cada aldeia, a fim de que seja proposta uma ação de enriquecimento florestal nas áreas. Destaca-se que, na maioria dos casos, as aldeias ocupam áreas de terceiros, o que impossibilita diversas ações por parte do poder público. Uma segunda meta do programa tratou do plantio e monitoramento de espécies vegetais nos territórios de uso indígena. Tendo em vista a configuração de uso e ocupação do solo no entorno das aldeias, com a maioria das áreas de propriedade de terceiros, o plantio das espécies será concentrado nas áreas a serem adquiridas para cada uma das comunidades por meio do subprograma fundiário. Esta medida garantirá que as espécies plantadas ficarão a disposição das comunidades, evitando a perda dos investimentos realizados.

Para atuação direta neste programa, já iniciado pela identificação das espécies de uso indígena e dos locais destinados ao enriquecimento

florestal em cada aldeia, foi contratado como estagiário da UFRGS em parceria com a UFSC, um membro da Comunidade de Morro Santana que estuda agronomia naquela Universidade Federal.

Assim, em outubro de 2012, o estudante indígena de agronomia, Nerlei Fidélis, juntamente com a equipe de Gestão Ambiental responsável por esse subprograma e também junto a algumas lideranças indígenas, deu sequência ao trabalho de levantamento das espécies vegetais que podem ser utilizadas pelas comunidades, bem como de possíveis espaços para plantio.

As próximas ações incluem a aquisição de mudas, o plantio e o monitoramento das espécies, fazendo um trabalho que envolva as comunidades em todo processo. Estas ações estão intrinsecamente relacionadas à compra das novas áreas previstas no subprograma de aquisição fundiária.

ANEXO - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO LEVANTAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS REALIZADO EM OUTUBRO DE 2012



Estrela



Lajeado



São Leopoldo



Farroupilha



Morro do Osso



São Leopoldo

1.5 SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

Resgatar e valorizar o conhecimento tradicional Kaingang, assim como a produção de documento de manifestação indígena sobre as estratégias de fortalecimento do conhecimento tradicional foram os principais objetivos das ações previstas no PBA das obras de duplicação da BR 386.

Neste sentido o desenvolvimento das ações de incentivo ao conhecimento tradicional possui forte interface em relação às ações de fortalecimento institucional Kaingang em curso, considerando que estas últimas visam à estruturação das comunidades para sua afirmação enquanto Comunidades Indígenas tradicionais, por meio de seu artesanato e demais manifestações culturais que poderão vir a se constituir em fontes de renda e sustentabilidade.

Assim sendo as atividades desenvolvidas no âmbito do subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional tiveram objetivo de promover a participação das comunidades no processo e a garantia de transparência das ações que estão sendo desenvolvidas; promover o empoderamento das comunidades acerca do processo; promover o fortalecimento institucional a partir do fomento à criação de entidades associativas em cada uma das 07 comunidades; a capacitação das comunidades para a construção e gestão de projetos e de seu futuro e a permanente busca e resgate do conhecimento tradicional Kaingang numa perspectiva da elaboração futura de um Guia de Boas Práticas Indígenas e Saberes Tradicionais nas áreas: Ambiental: manejo da natureza; Saúde: Farmácia Natural e Remédios do Mato; Cultural: Gastronomia típica/ Artesanato / Danças/ Cantigas/ Rituais de Cura.

No período de 26 de abril a 17 de maio de 2012, foram realizadas (sete) oficinas de planejamento participativo nas comunidades envolvidas e um seminário de projetos reunindo as representações e lideranças das 07 comunidades no período de 15 a 21 de maio, em Porto Alegre/RS,

previamente identificadas e inscritas nas oficinas de planejamento, com prioridade para os representantes das associações indígenas constituídas.

Percebendo a dinamicidade do processo e a transversalidade das ações previstas no Programa de Apoio as Comunidades Indígenas Kaingang reuniu-se uma série de ferramentas e metodologias participativas que auxiliaram no resgate do conhecimento tradicional de forma permanente em todos os momentos do trabalho com as referidas comunidades. Desta forma, todas as ações tiveram como resultado a construção de um arcabouço de informações acerca do conhecimento tradicional Kaingang no que se refere ao uso dos remédios do mato, a gastronomia tradicional, seus mitos e crenças, os usos e costumes xamãs, a confecção do artesanato e suas relações com a natureza.

No dia 24 de maio, no turno da tarde, foi realizada a primeira oficina de resgate do conhecimento tradicional. Para tanto foi utilizada a construção de álbum seriado a partir das falas dos participantes. Para nivelar termos e conceitos foram convidados a abordar alguns conceitos que seriam trabalhados na oficina, Sugerimos: O que as palavras a seguir significam para cada um? Comunidade, Conhecimento, Tradicional, Mitos.

Primeira fase da oficina: Os participantes deveriam se apresentar com o nome de batismo, o nome indígena e seu respectivo significado e o mito correspondente à cultura Kaingang, Kainru ou Kamé. Nesta etapa observamos que os mais jovens desconhecem ou não mantêm o nome indígena.

Segunda fase da oficina: Buscamos resgatar identificar o conhecimento do grupo referente ao mito Kainru e Kamé. Também foi feito através da construção coletiva do álbum seriado, para tanto sugerimos uma série de perguntas orientadoras: Origem do Mito, Formato, características e desenho corporal.

Na terceira fase da oficina: promovemos trabalho em grupo a partir de um formulário básico que buscava identificar o conhecimento acerca dos “remédios do mato”. A estrutura do formulário solicitava a indicação

do nome indígena? Nome popular ou científico? O que cura? Parte da planta que é utilizada?(folhas, casca, raiz...); Forma de uso? (chá, banho, afumantação, xarope, unguento...).

Na fase final da oficina: novamente divididos em grupos foi proposta a construção de uma receita de duas comidas identificadas nas oficinas de planejamento: Kumig e o Fuá. A estrutura solicitava a indicação dos ingredientes e da forma de fazer. Ao final, duas receitas foram detalhadas.

Para todas as fases houve intensa troca de saberes entre os participantes concluindo que os resultados devem ser divididos entre todos. Na finalização mapeamos as referências de repasse de conhecimento em cada comunidade, na maioria as referências estão em pessoas mais velhas e experientes. Esta etapa foi concebida e coordenada pela técnica da FAPEU Eneida Brasil.

ANEXO - Registros das atividades de resgate do conhecimento tradicional

LISTA DE PRESENÇA

OFICINA DE RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL – PBA 386

Fortalecimento Comunidades Kaingangs 24 DE MAIO DE 2012

Casa Vila Betânia - Porto Alegre RS - Duração 03horas

Nome		Significado	Kamé ou Kairukré	Comunidade
ROSANE				MORRO DO OSSO
ANTONIO PAUL DAS SILVA	KĀSĒ NHYR	NÓ DE PINHO	KAMĒ	MORRO DO OSSO
Alipio Flávio	SOKrē	Tribo	Kamē	Morro do Oso
Luiz Felipe Lourenço	vêrdg	engulir algo	Kamē	Morro do Oso
Wesley Kildis Ribeiro	jag tánh	Passaro verde	Kamē (Rá teg)	Morro santana
edilei Fidelis	kasim	Rato	KAMĒ (Rá teg)	Morro santana
Gregorio A da S			KAMĒ KAMĒ	Lageado
Maisés da Silva			KAMĒ	Lageado
Verjélimo	RE JUN	copim Brabo	KAIRUKRÉ	Lageado

OFICINA DE RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL – PBA 386

Fortalecimento Comunidades Kaingangs 24 DE MAIO DE 2012

Casa Vila Betânia - Porto Alegre RS - Duração 03horas

Nome		Significado	Kamé ou Kairukré	Comunidade
Yair de Silva			RATÓJ	
Fernando			KAMĒ	
Paulo			Kairu	Lomba
Samuel			KAMĒ	I
Taiame			PĒNI	Costela
Silvio			KAMĒ	Touropilha
Paulo			KÓUE	Peruupilha

EXPRESSÃO ESCRITA EM KAINGANG

jag to há
ẽg tỹ nỹ tĩ.

Nos AMAMOS

Vocês

RECEITAS

Fuaí

Ingredientes

- Fuaí (100g)
- Água 1 litro e meio
- Sal a gosto
- banha ou óleo - 1 colher de sopa
- ~~farinha torrada de milho~~

Modo de preparo

*Fuaí:
Numa panela você esquenta a água até ferver. Após isso coloca-se ~~fuaí~~ a folha do fuaí e deixa por 40 minutos. Pode ser temperado junto com a água fervendo ou depois de cozido.

Kumig.

É feito da folha do mandioca Braba
é cortada e socada e depois cozida

Vai no mato colhe as folhas novas do mandioca
brava (brotinho novos) tira despenca fixa as
folhas e coloca no pilão para depois socar.
Passa um pouco na água fria. Coloca na panela
enche bem de água. Deixar secar a primeira
água, enche de novo e deixa secar de novo por
3 vezes. Quando estiver secando coloca sal a
gosto, a banha, torresmo, deixa cozinhar
mais um pouco e é só servir.

Pode-se comer com farinha torrada

Piche, e bolo na cinza.

Paulo Sérgio Trindade *Paulo Sérgio Trindade*
Imax

Yair da Silva, Silvano Ribeiro

Taizome Soares Silva
Rosângela dos Santos

Dainna Soares

REMÉDIOS DE USO KAINGANG

RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL PBA 386 - Plano de Fortalecimento das Comunidades Kaingangs -

REMÉDIOS DO MATO 24 de maio de 2012

Comunidades Kaingang: Estrela

Participantes: Raunildo, Elaine

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
	marcela	para dor de cabeça dores de barriga	utilizada as folhas e a flor.	chá / e para banhos
	ortiga	Para infestações	raiz	para chá
	pirikina	Para banhos e tomar	utilizada a folha	para chá


Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
	riço do mato	para dor de cabeça e dor nos estomago		Para banho e chá
	Ruizis	para colica dos mima	As folhas	chá
	canela	para estomago dores de barriga Para canela e raiz para banhos e tomar	casca	chá
Kakai	bananinha do lanche Alegre do mato	e bom para gripes para a febre	frutas folhas	Para fazer Xarope para febre afumantação?

RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL PBA 386 - Plano de Fortalecimento das Comunidades
Kaingang -

REMÉDIOS DO MATO 24 de maio de 2012

Comunidades Kaingang: Assaí-filha
Participantes: [assinaturas]

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
	prata			
	figueira	gus-brubusa	raiz	afumantação
	pinna	gostoso ou ulgava	casca	chá
	cutieira	gripe	folha	chá

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
			Banhe de cuati.	
	casca de totó	ferida	deve ser queimado	
				

RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL PBA 386 - Plano de Fortalecimento das Comunidades
Kaingangs -

REMÉDIOS DO MATO 24 de maio de 2012

Comunidades Kaingang: COMUNIDADE DE RAJEA DO
Participantes: VERGELINO E GREGÓRIO - E MOSES DA SILVA

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumetação/ xarope)
Carqueijo	Pau amargo Concorôja	^{Dor de} estomago ^{diabetes}	casca folha	chá
	Jambanbrim	Pontada	folha e Raiz	chá
	flor de coco folha yabali- casca	amarelão ^{afiar} Dor variga	flor folha e casca	chá e banho
	Articum		folha	chá
	Guarivera	Para yestante	folha	chá e banho

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumetação/ xarope)
	carqueijo sipo ^{leiteiro}	sarna quebradura	folha e Raiz casca	banho afumetação
	sidreira Caraguata	Gripe Arma	folha Raiz e semete	chá
	marrica cadela	Recaida	Marrica Cadela	casca chá
	calipito Vergamote Marela	cenuzite	folhas Paparaca	Paparaca

RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL PBA 386 - Plano de Fortalecimento das Comunidades Kaingangs -

REMÉDIOS DO MATO 24 de maio de 2012

Comunidades Kaingang: FAG NAIA DA LOMBA DO PINHEIRO

Participantes: _____

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
Kanin Par fe Kakai	Salsa Porrilha P. le crim	e Bom Poro. mulheres que Bom Poro Filho	Mistura para o innesm o efeito que os mulheres e dar a us	chá
fésofi Mór mag Köntan	Carne de vaca Varaneira	Para: malte ou que tenham defeitos. Urinarior	Mistura Raiz e casca	o máximo 30 dia
Muniorê	junto com o antigo			

RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL PBA 386 - Plano de Fortalecimento das Comunidades Kaingangs -

REMÉDIOS DO MATO 24 de maio de 2012

Comunidades Kaingang: Marro da Dssa

Participantes: Alípio Mineiro, Luiz Felipe Laureiro, Rosane Gonçalves,
Antônio Raul da Silva

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
Mör Ger	cipó melome	dor de barriga	toda a parte da planta	chá
Hunh	guiné	dor de dente	raiz	esmagar e colocar junto ao dente
Kefa	Rau amargo	indigestão	casca e folha	chá

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
	Macela	dor de estômago, cabeça, etc...	Flor, folha, caule	chá
mê fair	Casca de jaboticaba	colica, dor de barriga	casca da fruta	chá
ranjinh fair	Casca da laranja	gripe	casca da fruta	chá
	ipê-roxo	colesterol	casca	chá

RESGATE CONHECIMENTO TRADICIONAL PBA 386 - Plano de Fortalecimento das Comunidades Kaingang -

REMÉDIOS DO MATO 24 de maio de 2012

Comunidades Kaingang: Março Santana
 Participantes: Wesley Kibelis Ribeiro, Cecília Fideles
Esidara Fideles

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
Marcela	Marcela	ancião de vomito, de barriga	flor = folha	chá
	cipó milom babosa	Para cortes e feridas.	casca	chá
	laranja laranja	cha quente para a tosse	casca	chá

Nome Indígena	Nome popular ou científico	O que cura	Parte que é utilizada (Folha, casca, raiz)	Forma de uso (Chá/ banho/ afumantação/ xarope)
	Nanoscada unto	Para Pontada Para cortes	Semente espina de porco	chá Massagem
	catinga de Mulata	Dor de umbigo de criança	folha	chá Extrato
	alho	Para vermes	cabeça ou dentes	Aspiração do cheiro.
	Limoeiro Bata de galinha	Para cortes.	Folha gorduro	Massar a folha e aplicar. Molida e massagem imediata para o hongo
	hortelã Nó de Pinheiro Vermeinho	ouvido. Para Reumatismo	Folha Nó	banho

Após a realização dessas primeiras oficinas referentes ao resgate do conhecimento tradicional, o DNIT e a FAPEU contrataram equipe especializada em antropologia para o levantamento dos aspectos culturais ainda presentes nas 07 comunidades indígenas Kaingang atingidas pela duplicação.

A antropóloga Marlinda Patrício e o consultor Michel Melo Patrício foram acompanhados pela equipe de gestão ambiental da Fapeu, Eneida Brasil, Ronaldo Machado e Odirlei Fidélis, nas sete comunidades no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013.

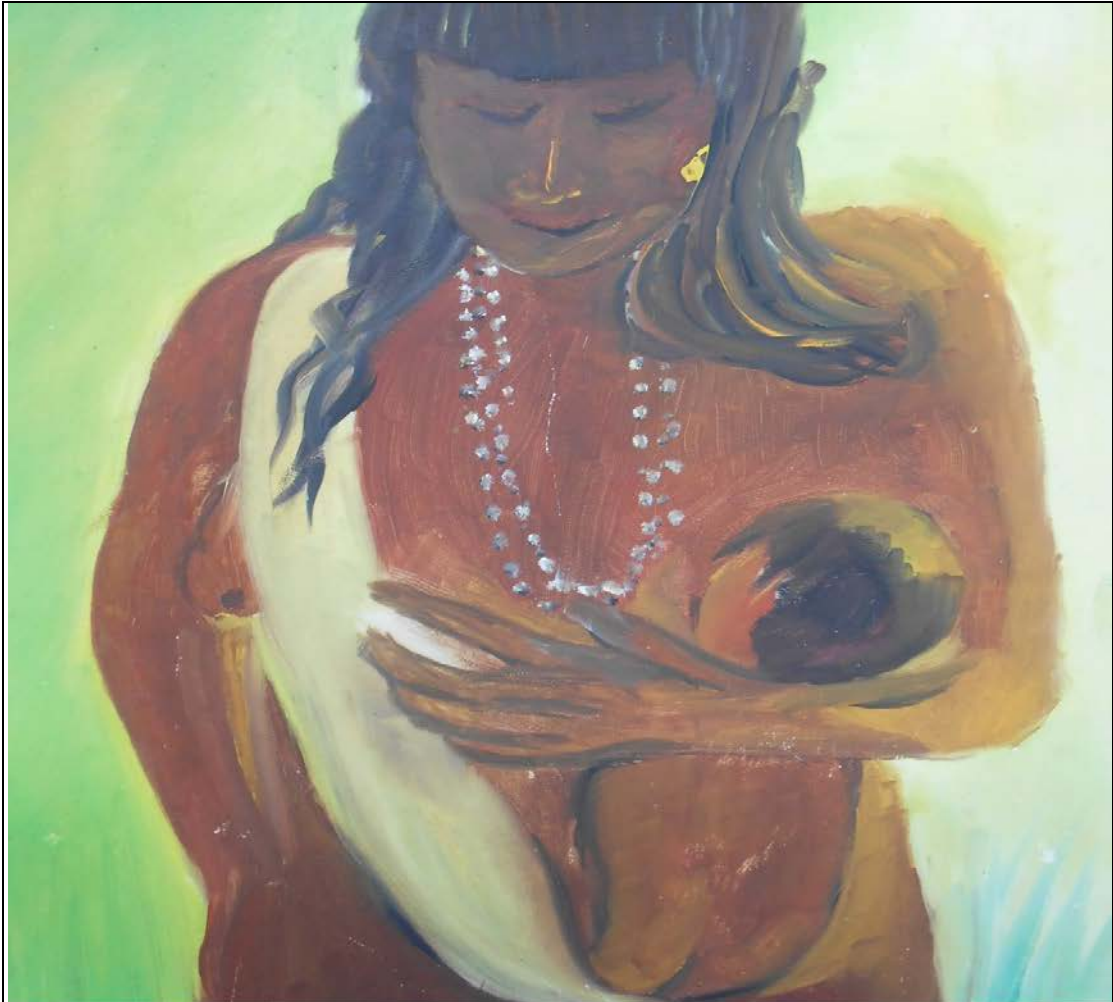
As oficinas possibilitaram resgatar aspectos culturais como a dança, músicas e letras, significados, história local, saúde da mulher, com ênfase no parto. Além dos adultos as crianças participaram através de suas expressões em desenhos e pinturas.

A equipe acompanhou e registrou ainda o encontro de *cunhãs* que ocorreu na Aldeia do Morro do Osso de 21 a 24 de novembro de 2012 e que resultará num vídeo que será entregue às 07 comunidades.

Os resultados das oficinas originaram o documento (ANEXO) que sistematiza e resgata aspectos da cultura Kaingang no que se refere ao parto e a medicina tradicional. Foi ainda editado um vídeo, que

distribuídos entre as 07 comunidades, acerca da história de cada uma das aldeias em seu processo de ocupação e resistência nas atuais áreas.

ANEXO - Documento – Resgate dos aspectos da Cultura Kaingang



**MUDANÇAS NO PROCESSO DO PARTO E A TROCA
DE SABERES TRADICIONAIS ENTRE OS ESPECIALISTAS
KAINGANG DO VALE DO TAQUARI E GRANDE PORTO ALEGRE.**

KAINGANG

Mudanças no processo do parto e a troca de saberes tradicionais entre os especialistas Kaingang do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre

Marlinda M. Patrício

2013

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Presidente da Fundação Nacional do Índio
Marta Maria do Amaral Azevedo

Realização



Apoio à edição.
Apoio Institucional

CRÉDITOS

Lídia Soares (Matriarca da família da aldeia Estrela), Altair Soares (Vice Liderança da aldeia Estrela), Maria Sandra (Irmã da Cacique Maria Antonia), Viviane Reginaldo da Silva, Sílvia Regina dos Santos, Odirlei Fidelis Kãsin (Cacique da aldeia Morro Santana), Ana Fidelis, Teresa Lopes (Garum-Matriarca do grupo Fidelis), Ari Ribeiro (Kainhgág Kré), Neli Fidelis, Noeli Fidelis, Eva dos Santos, Valdomiro Vergueiro Xê (Cacique aldeia Morro do Osso), Erondina dos Santos Vergueiro (Veigrê), Francisco dos Santos (Cacique da aldeia Lajeado), Marina dos Santos, Lurdes Carvalho, Jussara Isaias (Agente indígena de Saúde – AIS da aldeia Lajeado), Eloi Tongue, Neri Ribeiro (Cacique da aldeia Farroupilha, Aurelino Góg (Ribeiro Professor), Eduardo Daniel Ribeiro Sales, Berenice Salvador (Hepru), Davi Nãn Vãn Ribeiro, Alécio de Oliveira (Cacique São Leopoldo), Darci Rodrigues Fortes, Antônio dos Santos, Marino Garcia Doufa, Josme Fortes, Josiel Oliveira, Alcides Antonio Pereira, Adélia Ferreira, Maria Iranilda Fortes, Rosalina Aires de Paula (esposa do Cacique e professora), Maria Ivanilda, Madalena Silvério, Maria de Fátima Nascimento, Cleusa Lopes (Agente Indígena de Saúde - AIS), Rolaine Camargo, Felipe da Silva (Vice Cacique da aldeia Lomba do Pinheiro), Jaime Kentag Alves, Clenir Cavalheiro da Silva, Jair Rentag da Silva.

Editora

FAPEU

Revisão

Juliana Sartori

Diagramação e produção gráfica

FAPEU

Capa

Tela de Francisco Melo (2008) intitulada Amamentação. Acervo pessoal da autora.

Foto: Michel Patrício.

Agradecimentos

Odirlei Fidelis

Ronaldo Machado

Eneida Brasil

"A cultura aparece na dificuldade."

(Cacique Kaingang, 2013)

SUMÁRIO

Apresentação	
PRIMEIRA PARTE	
Introdução	
SEGUNDA PARTE	
História das Mudanças	
TERCEIRA PARTE	
Narrativa dos especialistas em parto: “Nós tratamos da recaída eles dão remédios”	
QUARTA PARTE	
Reflexões acerca das narrativas	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

Apresentação

O livro *Mudanças no processo do parto e a troca de saberes tradicionais* entre os especialistas Kaingang do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre traz várias narrativas das mulheres Kaingang sobre o acontecimento do parto, de que forma dependem das plantas medicinais colhidas nas matas e do saber tradicional para transforma-las em chás, unguentos, banhos e afumegações. As famílias que vivem nas sete aldeias espalhadas por essa região - Estrela, Morro do Osso, Morro Santana, Lajeado, Farroupilha, São Leopoldo e Lomba do Pinheiro – são as que se vai dar enfoque neste trabalho. Suas experiências, dificuldades para manter a tradição na íntima relação com o meio ambiente, o qual frequentemente passa por processo de (re)construção da paisagem, e a convivência com o modelo do sistema oficial de saúde é o ponto focal do que se quer mostrar.

O desmatamento e a supressão vegetal que vem ocorrendo na região devido à realização de empreendimentos de diferentes naturezas no estado do Rio Grande do Sul tem reduzido drasticamente a disponibilidade de plantas medicinais e material vegetal, os quais são utilizados nos rituais necessários a manutenção das tradições. Dentre estas estão os sistemas tradicionais de parto indígenas, pois durante a gestação, parto e pós-parto se utilizam de uma diversidade de plantas para fazer chás e banhos indicados às mulheres grávidas pelas parteiras reconhecidas pelo grupo social e ou parentes experientes nesta prática.

É importante evidenciar que as mudanças ambientais, políticas e econômicas ocorridas nas terras indígenas no estado do Rio Grande do Sul, as quais já passaram pelo processo de regularização, tem levado inúmeras famílias a saírem compulsoriamente de suas terras, onde são obrigadas a irem em busca de novas áreas para fixação. A supressão vegetal, por diferentes motivos, vem contribuindo para o desequilíbrio das

regras da tradição e tem feito com que o sistema oficial de saúde seja procurado com maior frequência pelas mulheres mais jovens. Assim, este processo tem impacto direto no que se refere a continuidade do conhecimento tradicional Kaingang.

As experiências narradas deixam ver que o acontecimento do parto, entendido como um processo, é vivido juntamente com seus maridos, sogras, tias, avós, ou seja, com a família extensa e nuclear, uma noção culturalmente situada que envolve não só os praticantes das medicinas tradicionais indígenas, mas a organização social. A união entre os Kaingang se constrói por metades sociais, kamé e kairukré, desta forma seus filhos são o resultado destas uniões, ou pelo menos tradicionalmente querem que estas permaneçam assim. O casamento entre membros da mesma metade social é censurado, apesar de ocorrer.

O Programa de Apoio as comunidades Kaingang, Plano Básico Ambiental das Obras de duplicação da rodovia BR-386, segmento 350,8 - km 386,0 (2010) é o resultado do Estudo de Impacto Ambiental (2009) da referida rodovia. O estudo apontou diversos impactos sob o meio ambiente com a supressão de material vegetal, a qual inviabiliza as práticas dos conhecimentos tradicionais e com isso apontou, também, a diminuição de espaços para a reflexão sobre medicina tradicional. A ausência destes espaços impede que os conhecedores das plantas medicinais e da elaboração dos remédios transmitam o conhecimento aos mais jovens.

Para melhor compreensão do leitor, fazem-se necessárias algumas explicações que fazem parte da história da evidência da medicina tradicional indígena (MTI) nas discussões, no âmbito do sistema de saúde oficial e em outros segmentos organizacionais.

Por medicina tradicional a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma um conjunto de práticas e conhecimentos sobre saúde utilizados “para manter o bem-estar, além de tratar, diagnosticar e prevenir as enfermidades” (OMS, 2002, p. 7). A compreensão da Organização

necessitará ser ampliada para atender as diferentes maneiras para se alcançar o bem-estar.

Para esta Organização as populações deveriam ter acesso aos serviços de saúde, os quais careceriam ser ampliados, na medida em que estes contariam com a cooperação dos praticantes tradicionais para “a disseminação eficaz de mensagens sanitárias importantes entre as comunidades, além de fomentar a prática segura da Medicina Tradicional” (OMS, 2002, p. 28).

As medicinas tradicionais indígenas também foram contempladas neste documento produzido pela OMS. Estas são aqui entendidas como sistemas sociomédicos, os quais estão imersos os conhecimentos e as práticas indígenas de prevenção, promoção e recuperação da saúde, os mesmos são de domínio dos próprios grupos indígenas, tanto das comunidades quanto de seus praticantes.

Diz Pedro Kuremãg Sales, enfermeiro kaingang, da TI Guarita, bacia do alto rio Uruguai: “A medicina tradicional é a nossa referência. É nela que está a essência da nossa vida”. Isto mostra a íntima relação destes povos, visto que o conhecimento tradicional permeia o cotidiano destas pessoas, porque esse faz parte da cosmologia.

Para desenvolver as estratégias de articulação dos sistemas tradicionais indígenas ao sistema de saúde oficial, conforme foi preconizada pela Diretriz 4.4 do Plano Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI) (Brasil, 2002), foi criada a Área de Intervenção a Medicina Tradicional Indígena (AMTI), no âmbito Subcomponente 2 – Ações Inovadoras em Saúde Indígena, do Projeto Vigisus II/Fundação Nacional de Saúde. Durante o ano de 2003, a partir das poucas experiências existentes no Brasil, foi elaborado o Plano de Ação da AMTI que começou a ser executado no final de 2004, quando teve início a vigência do Projeto Vigisus II.

Conforme Gil (2006), a "AMTI foi organizada em três eixos temáticos: saúde da mulher e da criança; recursos terapêuticos; xamanismo e

intermedicalidade". O eixo saúde da mulher e da criança deu luzes as relações forjadas entre os sistemas tradicionais de parto indígenas e o sistema oficial de saúde. Neste sentido, o "parto" é percebido como um acontecimento que ocorre no interior do processo de gestação, parto e pós - parto, portanto, um processo onde diversos cuidados e práticas são realizados para preservar a saúde da mãe e da criança. Este acontecimento, como processo, ocorre nas diferentes culturas. É neste sentido, que a manutenção da tradição, no que tange aos cuidados com a mulher grávida, por meio do uso das plantas medicinais cabe ser tratado neste livro.

Freitas e Rokàg (2007, p 211) evidenciam que o sistema articula, com base em redes societárias estruturadas no parentesco, saberes e práticas que relacionam os xamãs/kujà às parteiras/wón téin tòn fág unbrëg nir guéi fón fag tár, curandores-rezadores/péin, cozinheiras-nutricionistas/won téin fón-fág, guerreiros-dançadores/wãnh wuntar, lideranças políticas/pai, mas também os profissionais indígenas da saúde, professores indígenas bilíngues, cuja interface de papéis e processos estão em fase de definição pelos kaingang.

A valorização das parteiras é um projeto urgente, segundo Freitas e Rokàg (2007), o qual "está emergindo no horizonte do povo kaingang". O II Encontro dos Kujà mostrou a necessidade da realização de eventos que tratem de medicina tradicional onde o tema da gestação, parto e ainda a definição de programas diferenciados voltados à saúde da mulher e da criança Kaingang é uma necessidade urgente. Desta forma confirma-se que esta produção, que ora se apresenta, vai no sentido do que os Kaingang vem discutindo em suas reuniões e do que pede o objetivo do subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional.

O tratamento do tema medicina tradicional que se propôs abordar para atender o item 5.5 do subprograma do Plano Básico Ambiental da duplicação da BR 386/RS têm como cenários as aldeias e os núcleos familiares que nelas vivem. Estes últimos se deslocaram de terras

indígenas regularizadas, onde ainda é possível encontrar a vegetação necessária para fazer os chás e banhos, e foram se fixar em lugares os quais historicamente foram de seus antepassados e atualmente já ocupados por empreendimentos de diferentes naturezas.

Em suas narrativas, durante o processo de colonização, os Kaingang se remetem a este passado histórico. Povo de língua Jê, viviam na área do Tietê - Uruguai, a qual se subdivide em: Kaingang de São Paulo e Kaingang Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), segundo Eduardo Galvão (1960:36-38). Informações mais recentes de Fernandes (2001) verificam a presença de famílias vivendo nas zonas urbanas e rurais próximas às terras indígenas de origem, as quais sempre que podem vão visitar seus parentes e aproveitam para trazer plantas medicinais para o tratamento de todo o tipo de mal - estar, tanto do corpo físico quanto do espiritual.

Assim, o conteúdo deste livro quer oportunizar o espaço para a comunicação e o compartilhar do conhecimento tradicional por meio das narrativas feitas pelas mulheres Kaingang, bem como a troca de saberes entre os especialistas indígenas das aldeias mencionadas e o incentivo a continuidade do conhecimento tradicional. Com isso, espera-se que contribua com a valorização de uma parte do conhecimento tradicional ao se considerar que o conhecimento de um povo é vasto e não cabe no espaço dedicado a este livro, por isso a eleição de uma parcela deste saber.

PRIMEIRA PARTE

Introdução

O livro aborda a medicina tradicional sob a perspectiva do conhecimento tradicional indígena Kaingang, com ênfase nas narrativas do acontecimento do parto entre as mulheres Kaingang que vivem nas sete aldeias localizadas na região do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre. A presença de agentes de saúde indígena (AIS), pertencentes ao próprio grupo, permitiu informações quanto aos procedimentos do sistema oficial de saúde no que se refere ao atendimento, neste caso, para as mulheres grávidas e o uso que fazem das plantas medicinais extraídas das matas existentes nas redondezas de algumas aldeias.

As mulheres Kaingang consideraram importante este enfoque dentro da medicina tradicional indígena, devido o assunto precisar ser mais abordado para as jovens terem conhecimento de como era e como está ocorrendo atualmente. De outro modo, as narrativas que serão apresentadas são uma forma de reafirmação constante dos conhecimentos tradicionais em um espaço em construção, no sentido das aldeias estarem se estruturando.

Os saberes de um povo, formas de expressão e os lugares são considerados bens de caráter imaterial depois que o Decreto 3551/2000 determinou a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), órgão do Ministério da Cultura, a implementação de um sistema que salvaguarda o conjunto de bens culturais.

Organizou-se o livro da seguinte forma: a primeira parte a qual tratará do objetivo, justificativa e metodologia; a segunda parte abordará a história das mudanças ocorridas pelos núcleos familiares no que tange ao espaço e os deslocamentos; na terceira parte se apresentará as narrativas dos especialistas em parto na perspectiva do saber sobre o processo do parto e de como este é tratado com as plantas medicinais; a

quarta parte é composta pela análise das narrativas; e por fim, a conclusão.

Justificativa

A valorização do conhecimento tradicional é tarefa constante, pois o (re)aprendizado, visto como processo dialético, das quais as culturas são inseparáveis, ocorre cotidianamente. Desta forma, o conhecimento tradicional sobre o parto apresentado pelas mulheres Kaingang justifica sua seriedade, na medida em que o local onde as aldeias estão situadas passa por modificações. Diz-se devido áreas possíveis de adquirirem material vegetal que sirva para a coleta, utilização e elaboração de remédios, assim como para a produção de seus artesanatos estarem em processo de alteração.

Conforme já se mencionou, na região do Taquari e Grande Porto Alegre, principalmente na primeira, ocorre a eliminação de grande parte da vegetação tanto por motivos do crescimento das cidades gaúchas e fazendas, quanto pelo avanço dos grandes empreendimentos na região mencionada, a duplicação da BR-386/ RS. Estas ações provocam a escassez e até a falta total de material vegetal que sirva para produção de remédios. Estes são fatores que levam a urgência em se tratar do conhecimento tradicional e sua disseminação entre os próprios Kaingang e demais instituições relacionadas a área de conhecimento aqui tratada.

Portanto, justifica-se a produção do livro como espaço de exposição, difusão e troca do conhecimento tradicional Kaingang, o qual sabe-se que as narrativas nele contidas podem chegar a lugares distantes e, com isso, levar modos de pensar, agir, ensinar e entender a vida. A valorização do conhecimento tradicional está presente no discurso desses Kaingang, contudo o contato com o sistema oficial de saúde e os ensinamentos passados pelo mesmo nos postos de saúde e colocados em prática por seus profissionais tem trazido efeitos sediciosos para algumas mulheres

mais jovens, que veem na forma tradicional de ter seus filhos algo que pode lhes colocar em perigo. Reforça-se, isto justifica o espaço criado neste livro.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa por meio da obtenção da narrativa do trabalho feminino e por vezes masculino, de assistência a gestante e ao parto. As narrativas são relatos orais, método que vem sendo utilizado nos últimos vinte anos mais assiduamente. A técnica “(...) faz reaparecer os sujeitos face às estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído. (NÓVOA, 1993, p. 18). Ou seja, o sujeito é o protagonista de sua história

O método narrativo caracteriza-se como inovador nas Ciências Humanas por considerar como um de seus instrumentos de pesquisa a subjetividade individual, oferecendo a oportunidade de dar voz aos sujeitos que pouco eram ouvidos ou tinham um pequeno espaço para expor-se. (Boldarine, 2010, p.15).

Além das entrevistas e da observação utilizar-se-á a metodologia do uso da fotografia, já comprovado como importante recurso para a pesquisa etnográfica. No século XX, a fotografia teve o seu lugar como “[...]substrato de ilustração ou então como lembrança de que o pesquisador esteve de fato no local em que pesquisou.” (TABALLI e JORGE, 2007, p.65-65).

A escolha deste tipo de abordagem surgiu num misto de informações inicialmente obtidas no relatório das oficinas realizadas no primeiro semestre de 2012 (Relatório Trimestral, 2012) e depois a partir dos quatro trabalhos em campo quando se finalizou a coleta de dados, por meio de reuniões em todas as sete aldeias. As narrativas foram obtidas em cada aldeia onde os especialistas existentes no local se reuniram para conversar. Somente os de Morro Santana e Morro do Osso é que se

reuniram durante a exposição das experiências na última aldeia. Os demais consideraram que seria melhor as entrevistas ocorrerem em suas próprias aldeias.

Um trabalho de campo consistiu na participação no encontro de kujãs e observou-se que o evento é uma forma de reafirmação da tradição, pois promoveu a reunião entre as parteiras, kuyãs/kujãs (pajés) e lideranças os quais vieram principalmente das terras indígenas de onde são oriundas algumas lideranças, suas famílias entre outras. Neste encontro a cultura tradicional se fortalece, pois torna-se possível tratarem das questões políticas, as mulheres se reúnem e conversam sobre o exercício da ocupação de parteiras, os pajés trocam informações, realizam batismo, fazem comidas típicas e se confraternizam.

As demais idas a campo consistiram nas entrevistas informais feitas as mulheres que mostraram a preocupação e os cuidados que têm com as crianças quanto a manterem-nas saudáveis, por isso conservam-nas recebendo aleitamento materno por tempo prolongado. Outra preocupação dessas mulheres referia-se aos cuidados em tomarem os remédios do mato para se manterem saudáveis e se ressentiam por perder a vegetação que serve de remédio. É necessário ir cada vez mais longe para buscar as plantas necessárias para a elaboração dos remédios ou pedir para trazerem das terras indígenas de origem, quando alguém vai visitar um parente.

Durante a pesquisa em campo reforçou-se a metodologia e a importância do tema abordado neste livro, visto que trouxe a possibilidade da criação de um espaço reservado para a explanação do mesmo. A narrativa das experiências dos Kaingang para seus pares e para outros, que não são seus pares, avigorou o valor da troca de saberes. Neste sentido, acentua-se que este subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional está inter-relacionado com outros subprogramas. Ressalta-se, portanto, que a metodologia adotada tem interface com a

multidisciplinaridade, entendida no PBA, onde diferentes disciplinas devem dialogar.

No espaço do livro a interação, no que tange ao subprograma de comunicação social, necessita ser estendida aos envolvidos com a saúde em atendimento nos postos e nos hospitais para que os mesmos estejam inteirados da importância da participação tanto da parteira, as vezes do kuyã, curandeiro, quanto da presença do médico(a) ou enfermeiro(a) num trabalho conjunto, conforme acordo prévio entre as partes.

Quanto à segurança alimentar, ao enfrentarem a diminuição gradativa dos recursos naturais existentes as proximidades de suas aldeias, a caça ou coleta se torna mais difícil, para não dizer impossível. Na situação das famílias Kaingang das sete aldeias, se vem mencionando a questão ambiental, onde a sustentabilidade alimentar sofre impacto em diferentes aspectos: primeiro, não vivem mais de agricultura e a caça é rara, contar com esses alimentos em primeira instancia, já não faz parte do cotidiano; segundo, os alimentos industrializados fazem parte da refeição destas famílias, portanto, se houver restrições alimentares, e tem, novos arranjos vão sendo feitos, ou seja, a cultura alimentar é reinventada.

Certamente, paralelo ao tema da medicina tradicional, os caciques demonstravam a importância de suas histórias de luta pela fixação nos lugares e os entraves políticos, os quais eram e ainda são obrigados a enfrentar para firmar o novo território. Eles entendem que este novo território precisa ter material vegetal para a confecção de seu artesanato, assim como o espaço para realizarem esse comércio, tanto perto de suas aldeias, nas margens das rodovias, quanto no Brique da Redenção, localidade no bairro Bom Fim em Porto Alegre. Esta atividade tradicional, mesmo que renda pouco, é a que os mantém, antes de qualquer outra renda, portanto, a confecção do artesanato é a atividade econômica principal.

Diante disso, para atender ao item Incentivo ao Conhecimento Tradicional e a importância de suas histórias, optou-se pela produção de um DVD que mostra a narrativa histórica das sete aldeias contadas pelos caciques. Assim, é dentro deste contexto encontrado em campo que se procedeu na produção de um livro e de um DVD.

SEGUNDA PARTE

História das Mudanças

Aproveita-se para lembrar o contexto histórico brasileiro nos anos de 1960 a 1980 e da inserção da história do Rio Grande do Sul neste período. A reforma agrária, o movimento dos sem-terra (MASTER), criado pelo PCB, e o golpe militar de 64 deixou a questão indígena às margens do processo sem que tivessem representatividade que defendesse seus interesses. De toda forma, no momento histórico mencionado, os povos indígenas estavam na periferia de qualquer direito que se pudesse reivindicar naquela época. Somente na segunda metade da década de 80 é que alcançaram direitos mais consistentes com a luta de muitas lideranças associadas às Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com o apoio de muitos antropólogos e tantos outros que são defensores dos direitos dos diferentes grupos étnicos.

A complexidade do momento histórico não favoreceu que grande parte das comunidades indígenas entendessem o por que se viam em situações de terem que buscar outros lugares para viver. Assim, é dentro deste contexto que se entende os deslocamentos e a formação de novas aldeias na região do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre.

Neste sentido, muitos empreendimentos foram edificados e a rodovia 386/RS faz parte, na atualidade, da política de infraestrutura do país. A referida rodovia passa na frente da aldeia Estrela e com a duplicação cortará um trecho da terra indígena. A compra de 17 hectares de terra como compensação, situação em processo, está em negociação para atender os impactos apontados nos estudos EIA e PBA da BR 386/RS. Esta compra de terra se estende às sete aldeias, Estrela, Morro Santana, Morro do Osso, Lajeado, Farroupilha, São Leopoldo e Lomba do Pinheiro

num acordo entre os caciques e o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT.

Aldeia Estrela

As primeiras famílias que chegaram, onde atualmente é a aldeia Estrela são naturais do município de Santa Cruz⁵, de um local chamado de Gruta dos Índios⁶. Disseram que hoje o lugar é um zoológico e de vez em quando vão passear. Informaram que ainda existem os resquícios das ocas, onde os avós moraram. Ao saírem de lá contaram que vieram acampando, parando nas margens das estradas fazendo artesanato e dormindo embaixo das pontes viadutos, isso entre as décadas de 60 a 70. Quando se questionou sobre os motivos que os fizeram sair da Gruta dos Índios não souberam responder.

A família do senhor Manoel Soares (já falecido) e Lídia Soares (70), matriarca das famílias que hoje habitam a aldeia Estrela, foram os condutores do pequeno grupo que se deslocou de um município para outro. Disse dona Lídia que na época da mudança passaram por muitas dificuldades até encontrarem o local onde vivem. Acampamentos foram feitos para dar acomodações para as famílias. Maria Sandra (32), filha da dona Lídia lembra que seu pai ia no mato para buscar cipó para fazer o artesanato.

Ela recorda que:

[...] aqueles pés de laranjeira que tem lá na Aldeia Velha, tudo ele que trazia para plantar e dizia que ele não iria comer, mas que os netos dele comeriam. Durante esse tempo o nosso pai foi atropelado e veio a falecer [...]. (Informação verbal, 2012).

⁵ Localiza-se na mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense e na Microrregião de Santa Cruz do Sul.

⁶ Parque ecológico de lazer e recanto natural chamado de Gruta dos Índios e localizado a 2 km do município de Santa Cruz.



Figura 1: Fotografia obtida do quadro da casa da família. Dona Lídia e Seu Manoel Soares.
Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Estrela, 2012.

Quando da realização do trabalho em campo, a aldeia estava sob o comando da filha mais velha de dona Lídia, Maria Antônia (52), a qual se encontrava ausente e tem seu irmão Altair Soares (Vice Liderança) no comando do grupo. A aldeia tem 13 hectares e até o momento do levantamento das informações compunha-se de 21 famílias correspondendo a 86 pessoas que moram lá há 32 anos. (Dados obtidos do vice cacique, 2012).



Figura 2: Dona Lídia e sua família.
Fonte: Michel Patrício, Acervo pessoal, 2012.

ALDEIA MORRO SANTANA (VILA SAFIRA)

Os Kaingang que vivem na aldeia Morro Santana vieram das Terras Indígenas Nonoai⁷, Iraí⁸, Guarita⁹ dentre outras. Disseram ter ficado desanimados em Nonoai porque havia tempo em que chovia demais e estragava a plantação, a qual usavam para o artesanato, e havia tempo que vinha a seca e o cultivo do feijão não ia adiante. Esse foi o motivo que disseram tê-los feito sair da Terra rumo a grande Porto Alegre.

Saíram e adotaram como economia, não mais a agricultura e sim a venda do artesanato. Faziam suas vendas em longas caminhadas que iam do estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina até o Paraná, passando por cidades que consideram boa para venda de seus produtos, como Foz do Iguaçu, Florianópolis e Curitiba.

⁷ Município de Nonoai está localizado a Noroeste do Estado/RS.

⁸ Município de Iraí situado no extremo norte do estado do Rio Grande do Sul.

⁹ Município Barra do Guarita situado no estado do Rio Grande do Sul na encosta do Rio Uruguai, que faz divisa com Itapiranga/SC.

Estão em Morro Santana há quase 20 anos, onde nas década de 90 e 2000 um número significativo de 23 famílias indígenas já moravam no local. (Dados estimados pelo cacique, 2012). Os Kaingang informaram que quando chegaram era uma região com cobertura vegetal e assim que avizinharam-se o lugar ficou conhecido como “beco dos índios”. Outros parentes chegaram e aos poucos formaram uma aldeia. Vale ressaltar que a localidade se constitui em uma vila onde tanto famílias indígenas quanto famílias não indígenas vivem no lugar. Por isso, as famílias Kaingang desejam conseguir um espaço para que o grupo formado por vários núcleos familiares, dentre eles os Fidelis, tenham uma terra.



Figura 3: Dona Teresa Lopes (Garum), Matriarca do grupo Fidelis.
Fonte: Michel Patrício, Acervo pessoal, 2012

ALDEIA MORRO DO OSSO - TÜPE PĚN

As famílias hoje instaladas na aldeia de Morro do Osso vieram da Terra Indígena Nonoai, bem como Iraí, Terra Indígena Votouro¹⁰, Guarita e Serrinha¹¹.

Nestas terras viviam da agricultura e, por um período, este foi o meio de subsistência destes Kaingang até o momento em que os recursos para manter a lavoura escassearam e as mudanças climáticas não favoreceram a colheita do que era plantado. Como trabalhavam também com o artesanato, decidiram ficar em transito entre estas Terras indígenas e outras cidades, como Porto Alegre e São Leopoldo, para comercializar suas produções. Os atuais habitantes de Morro do Osso compravam passagens para estas cidades e ficavam entre idas e vindas para que pudessem vender seus artesanatos. Devido terem que acampar nas rodoviárias destas cidades, arriscavam-se a serem assaltados e perderem suas produções artesanais. Assim, ficam claros os fatores decisivos para a ida definitiva destas famílias para Porto Alegre em 2004.

Assim que chegaram a capital gaúcha, acamparam-se em estruturas de lona com suas crianças. Alegam não ter tido apoio na época e sofriam, pois suas crianças ficavam desabrigadas em meio a chuvas e tempestades.

Relataram que após muitas tentativas do município em tirá-los da cidade, levando suas roupas e comidas para outro lugar, e o recebimento de uma liminar da justiça para tirá-los dali, entraram com recurso junto a FUNAI, a qual sugeriu a realização de um estudo antropológico para que essas famílias permanecessem em Morro do Osso.

O Morro do Osso é uma formação geológica que faz parte da cadeia de morros graníticos localizados na cidade de Porto Alegre e que se insere

¹⁰Terra Indígena Votouro, localizado no município de Benjamin Constant do Sul – RS.

¹¹ Reserva indígena de Serrinha-RS, localizada no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, que abrange parte do território dos municípios de Constantina, Engenho Velho, Três Palmeiras e Ronda Alta. No passado foi terra de índios, habitada mais tarde (por volta de 1930) por colonos, originando a expulsão de seus antigos moradores.

no Parque Natural Morro do Osso, um parque municipal de Porto Alegre, criado em 1994. O Morro do Osso conta com 143 metros de altitude, e localiza-se na bacia do lago Guaíba, na zona sul da cidade, entre os bairros Tristeza, Camaquã e Ipanema. Para ser mais preciso, a ocupação dos Kaingang em 2004 ocorreu somente na porção leste do local. (Plano de Manejo do Parque Natural Morro do Osso, 2006).

O argumento utilizado pelos Kaingang das sete aldeias é que a fixação nestes lugares não foi escolha aleatória, e sim o resultado de terem visto em um mapa, que frequentemente foi mencionado por eles, que aquela região fora no passado território indígena e que se sentiam no direito de reocupá-la. Provavelmente o mapa de que tanto falaram possa ser o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú (1981). Além da referência a este mapa, no caso de Morro do Osso, em 2006 foram encontrados pelos Kaingang evidências arqueológicas que confirmam a habitação deste território pelos seus antepassados. Os objetos encontrados foram levados por eles para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente encontra-se no acervo do laboratório de Arqueologia e Etnologia daquela universidade. (Plano de Manejo do Parque Natural Morro do Osso, 2006).

A população indígena da aldeia Morro do Osso está hoje em torno de 38 famílias, 180 pessoas. (Dados obtidos do cacique, 2012). Na aldeia existe uma escola com três professores, uma técnica indígena e um Agente Indígena de Saúde - AIS.

ALDEIA LAJEADO - FOXÁ

Os membros da comunidade de Lajeado vieram de várias regiões do estado, como Terra Indígena Nonoai, Guarita, Serrinha e Votouro.

Fixados na aldeia desde 2006, estes indígenas já transitam e acampam-se ao longo da rodovia RS 130 há 15 ou 20 anos.

A área de moradia da comunidade de Lajeado foi doada pela prefeitura em 2006 e a construção das oito primeiras casas no local foi resultado de um projeto da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE/RS. Posteriormente um projeto da FUNAI estava em discussão para serem implementadas casas emergenciais, já que muitas famílias estavam ainda em barracos, bem como outros projetos para a construção de escolas dentro da aldeia.

Estes Kaingang acreditam que o processo de escolha desta área, onde os membros da comunidade de Lajeado estão fixados, tem ligação com a vontade dos espíritos de seus antepassados, quando mencionam que mesmo tendo recursos naturais disponíveis nas outras áreas e até mesmo a proximidade com um posto de saúde, a área localizada no bairro Jardim do Cedro foi a escolha de todos, antes mesmo de terem conhecimento de que lá já viveram seus "velhos" e era uma aldeia indígena.

Atualmente contam com 15 famílias com tendência a aumentar. (Dados obtidos do cacique, 2012).



Figura 4: Crianças na aldeia Lajeado.
Fonte: Michel Patrício, Acervo pessoal, 2012.

ALDEIA FARROUPILHA

As famílias que se encontram na aldeia Farroupilha saíram do município de Tenente Portela, onde fica a Terra Indígena Guarita. Em 1986 os membros dessa aldeia já transitavam pela região de Caxias do Sul, Gramado e Farroupilha onde vendiam seus artesanatos.

Em 1998 montaram seu primeiro acampamento em Farroupilha, em um terreno do lado da rodoviária.



Figura 5: Criança Kaingang em acampamento na rodoviária de Farroupilha.
Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Farroupilha, 2012.

Em 2001 agentes sociais e da prefeitura chegaram ao local do acampamento, na rodoviária, com o objetivo de cadastrar as famílias e saber por quanto tempo ainda ficariam no local. A partir daí iniciou-se uma negociação com a prefeitura, FUNAI, Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPI para que estas se deslocassem para o município de Farroupilha.

Em seguida, montaram acampamento no terreno da empresa Grandene a qual, em parceria com a prefeitura, negociou a construção de 15 casas para alojar todas as famílias acampadas anteriormente no centro do município.



Figura 6: Acampamento com lonas no terreno da empresa Grandene em 2001. Momento em que a prefeitura fez o cadastro das famílias que queriam ficar e das que queriam ir embora.

Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Farroupilha, 2012.



Figura 7: Reunião para empossar um representante.

Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Farroupilha, 2012.

Certamente todo este processo exigiu que este grupo se organizasse para as reuniões junto as instituições e organizações estaduais.



Figura 8: Kaingang na prefeitura em 2005 em manifestação das lideranças para negociar terreno de Farroupilha.

Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Farroupilha, 2012.

Depois de várias reuniões e acordos firmados, as primeiras casas começaram a ser erguidas.



Figura 9: Construção das casas em meados de 2006 na aldeia Farroupilha.
Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Farroupilha, 2012.



Figura 10: Casas construídas na aldeia Farroupilha.
Fonte: Foto tirada do acervo pessoal dos Kaingang da aldeia Farroupilha, 2012.

Atualmente os membros da comunidade contam 23 famílias sobre um terreno de 7.070 m². (Dados obtidos do cacique, 2012). A área cedida pela prefeitura situa-se na Estrada Geral Parque Santa Rita, no bairro Nova Vicenza.

Estas pessoas, assim como os membros da comunidade Morro do Osso, mencionaram a existência e passagem de seus antepassados pela região como uma forma de reafirmar a necessidade de alojarem-se ali.



Figura 11: Aldeia Farroupilha na atualidade.
Fonte: Michel Patrício, acervo pessoal, 2012.

ALDEIA SÃO LEOPOLDO – POR FI

Os Rodrigues Fortes Kaingang vieram da Terra Indígena Nonoai, onde não tinham mais condições de viver como agricultores. Na década de 90 deslocaram-se para as cidades e trouxeram consigo seus artesanatos para comercialização, e foi na rodoviária de São Leopoldo que estes

indígenas se alojaram por um tempo. Relatam que o município os acolheu até retornarem à terra indígena de origem.

Em 1992 voltaram a São Leopoldo novamente com suas produções artesanais e juntamente com famílias que também vieram, porém de outras aldeias como Charrua¹², agruparam-se em São Domingos¹³.

A partir deste momento de definitiva mudança, os membros da comunidade de São Leopoldo conseguiram que a prefeitura os alojasse em outro espaço, e todos permaneceram por três anos próximo a estrada do trem que sai para o município de Novo Hamburgo.

Em 1995 mudaram-se para um terra cedida pela prefeitura, porém por problemas com a entrada de pessoas não indígenas no local, estes Kaingang decidiram se mudar daquele lugar e migraram para um ponto na BR 116 onde permaneceram de quatro a cinco anos até 2002.

Até o ano de 2002 estes indígenas não possuíam uma liderança no grupo, mas sentiram a necessidade, pois o Ministério Público Federal os alertou neste sentido, da nomeação indispensável de alguém que intercedesse na questão de saúde, educação e moradia, por todos os membros deste grupo.

Através desta articulação por parte da liderança, foi encontrado o território para esta comunidade que hoje está organizada nesta aldeia chamada São Leopoldo. Atualmente há na aldeia uma agente de saúde, uma professora indígena e, conseguiram através da mobilização e intensa negociação com FUNAI e FUNASA, que a aldeia fosse estruturada com saneamento básico, rede de esgotos e energia elétrica.

Atualmente a aldeia compreende 35 famílias e 21 casas. (Dados obtidos do cacique, 2012).

¹² Pertence à Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à Microrregião de Passo Fundo, o município caracteriza-se por suas variadas formas de relevo.

¹³ Localiza-se na micro região do alto do Taquari, na encosta superior do nordeste, com uma área de 82 K m², distante da capital, 242 km, acesso pelas rodovias RS 129, RS 324 e BR 285.



Figura 12: Aldeia São Leopoldo na atualidade.
Fonte: Michel Patrício, Acervo pessoal, 2012.

LOMBA DO PINHEIRO – FÁG NHIN

Na década de 80 os membros da comunidade de Lomba do Pinheiro transitavam por Porto Alegre, em acampamentos, com a finalidade de vender seus artesanatos. Eles relatam que na época o prefeito se preocupou com os indígenas que estavam acampados pelas ruas e conseguiu moradia para todos através de um projeto aprovado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Primeiro, com a comunidade composta por 10 ou 12 famílias, foi possível morar nesta terra, mas depois, com a chegada de mais famílias, surgiu a necessidade de um espaço maior, que é a Lomba do Pinheiro, o qual foi comprado pela prefeitura.

No dia 11 de fevereiro de 2003 o prefeito de Porto Alegre se reuniu com todos os integrantes da Lomba do Pinheiro ali presentes e entregou o documento do terreno a eles.

Para morar no terreno, outros indígenas foram convidados, estes também saíram das terras indígenas onde moravam e, devido a

dificuldades vividas nestas terras, também se deslocaram para os centros urbanos. "[...] Quem trabalha como colono sabe que se o tempo correr bem dá produto, mas quando não corre bem só dá despesa. Vem o temporal, chuva e acaba com a agricultura." (Informação verbal, 2013).

No final de 2003, em parceria com o colégio Inerite, foi feito um projeto de habitação para a Lomba do Pinheiro, projeto este que foi aprovado em um milhão de reais e financiado pelos países baixos.



Figura 13: Centro cultural da aldeia Lomba do Pinheiro.
Fonte: Michel Patrício, acervo pessoal, 2012.



Figura 14: Rua principal da aldeia Lomba do Pinheiro.
Fonte: Michel Patrício, acervo pessoal, 2012.

Desta forma conclui-se que os deslocamentos ocorreram entre os anos de 1960 até 2000 e que todos passaram por situações de acampamento e a economia firmou-se na produção do artesanato. Num processo longo de negociação dos Kaingang e fixação nos lugares em que estão suas aldeias, o diálogo com as instituições e organizações do estado do Rio Grande do Sul teve fundamental importância para juntos encontrarem soluções para atender as demandas e os direitos desta etnia.

TERCEIRA PARTE

Narrativa dos especialistas em parto: “Nós tratamos da recaída eles dão remédios”.

A análise das várias narrativas mostra como as mulheres das aldeias em questão abordaram o conhecimento que possuem sobre o acontecimento do parto dentro da perspectiva do conhecimento tradicional.

ALDEIA ESTRELA NARRATIVA 01

Todos os filhos eu ganhei em casa, tomava chá do mato e quem estava comigo era a minha tia mais velha, a tia do falecido meu marido (Manoel Soares) era ela que estava comigo, eu ganhei a guria em casa, ela cortou o umbigo e me ensinou a cortar também, pois outros eu cortei, media uns três dedos, amarrava com um fio e daí cortava. O umbigo do neném levava de 8 a 11 dias para cair e nós colocávamos um pozinho que fazíamos da pena da galinha, colocávamos até cair o umbigo e quando caía ou guardava ou enterrava perto de casa. Agora estão todos bem e com saúde.

Hoje é bem ruim ganhar uma criança em casa. No hospital eles tomam outros cuidados, contudo nasceram na aldeia cinco crianças.

Depois de ter a criança nós tomávamos chá que pegava do mato, minha tia que fazia e dava para eu tomar porque eu não sabia fazer. Nós ficávamos somente três dias de resguardo e depois saía para dar conta do serviço.

Maria Sandra, minha filha, teve todos os partos cesarianos no hospital, foi acompanhada um pouco por aqui e um pouco no hospital e

disse que queria ganhar o seu primeiro filho aqui na aldeia, ela sabia o dia que iria ganhar só que ela passou muito mal e teve que ir para o hospital.

Algumas jovens terão filho no final de março de 2013 e se caso elas ganharem aqui não tem problema, pois as sogras podem ajudar a ganhar na aldeia, por serem mais experientes. Mas se der tempo de ir para o hospital, elas ficam mais tranquilas. As jovens são acompanhadas no pré natal por um médico na cidade, e quando elas não entendem alguma coisa perguntam para as sogras. Não tomam chá e comem de tudo, sem restrições.

Na aldeia antiga ocorreu um caso em que por pouco nasce um neném. Começamos a chamar a ambulância e nunca vinha e aí a gestante saiu para a rua e quando nós vimos ela parou debaixo do pé da laranjeira, deitou-se lá e as outras mulheres começaram a pegar cobertor, e por um fio se não chegasse a ambulância ela teria tido a criança debaixo da árvore. Caso a ambulância não tivesse chegado, as mulheres dariam conta de fazer o parto. Houve outro caso, só que a criança nasceu ali.

Nós batizamos as crianças em casa, pegamos um pouco de água na sanga, rezamos, lavamos e depois jogamos a água de volta. Um casal é o padrinho e depois batizamos a criança na igreja católica.

Narradora: Lídia Soares

ALDEIA MORRO SANTANA

NARRATIVA 02

A maioria das mulheres só tem filho no hospital agora. Às vezes quando é preciso, uma coisa urgente, então a gente examina primeiro o paciente e vê se a criança está bem, se está no lugar certo e se pode ganhar em casa, agora se ela está mal colocada daí a gente vai para o hospital. Eu ganhei em casa os meus primeiros filhos, eu usei a parteira, e ficava olhando bem a minha parteira que cozinhava estes remédios do

mato e daí fazia bafo na gente para a criança vir mais ligeiro e ela afumentava a criança e a gente ganhava e a parteira dava o chá. Depois do chá, se a criança não desce logo ela dá um café bem forte. Em Morro Santana a maioria das mulheres já estão ganhando os filhos em hospital.

Eu sempre usei meu marido para ser meu parteiro, daí ele atendia só que ele não sabia cortar o umbigo da criança. Eu tinha a minha parteira que chamava-se Ernesta Fátima, ela era tia do meu marido mas no momento em que ganhei a criança pela primeira vez ela tinha saído, e ele ficou esperando ela voltar para cortar o umbigo da criança e a mesma o ensinou como fazia quando descia a criança. Ela disse que quando a gente corta o umbigo tem que medir quatro dedos, amarrar com uma linha e medir logo acima mais três dedos, pega a tesoura, queima e passa em cima do umbigo para queimar ele por cima para não arruinar e então o meu marido sempre estava a observar o que ela ensinava.

As mulheres mais antigas que são mais assim do mato mesmo, muitas vezes não vão no hospital porque tem vergonha, pois elas tem um jeito de ter filho. Eu não ia para o hospital porque tinha vergonha e me obrigava a ganhar em casa, mas daí no último filho eu comecei a inchar, tive pressão alta e tive que correr para o hospital para fazer cesárea. No hospital o médico disse que a minha próxima gravidez não poderia ser em casa e depois daquela vez não tive mais filhos.

Hoje em dia a maioria das parteiras estão sendo usadas no hospital e se a criança não estiver bem colocada na barriga da mãe então a parteira tem que saber arrumar a criança até que ela se coloque no lugar.

Os médicos sabem como a gente ganha as crianças, pois dizemos para eles como os índios ganham filhos nas aldeias, mas hoje em dia a gente aceita a forma como eles fazem porque a gente não tem mais aquele costume que a gente tinha na aldeia

Após a mulher ter filho só podia tomar banho depois de dez dias e nos deixavam só as custas de remédios do mato. A minha parteira mandava e eu já ia tomando remédio para recaída, hoje em dia é

depressão, mas nós tratamos de recaída e elas dão remédio. Às vezes a gente se incomoda e é onde que a gente recai, avistando a morte, diminui o leite e pode até morrer.

Comigo aconteceu, até agora não descobri o que era, mas me deu um tremor de frio, tremia que me chacoalhava toda, daí meu marido pôs todas as cobertas que tinha em cima de mim, naquele tempo ele tinha cavalo e tinha até pelego, ele colocou os pelegos por cima de mim e eu tremia tanto que derrubava todos aqueles pelegos. Ele foi na curadora e trouxe remédio do mato, trouxe até um litro para eu tomar, daí encurtou até o leite. Eu tomei aquele remédio, fui tomando, tinha que tomar tudo para voltar o leite porque senão meus seios secariam. Mas nós já somos de Morro de Santana, isso é uma história que a gente tá contando quando vivíamos na Terra Indígena Nonoai porque todos que vem de lá tem uma história para contar, assim como estou contando. Hoje não acontece isso mais, porque hoje tem a saúde de fora.

A criança as vezes tem muita cólica, então a gente faz o chazinho como o chá de endro, maçanilha e se não tem aqui a gente vai no mercado comprar, mas nas aldeias a gente usava isso, e para tratar o umbigo da criança era catinga de mulata e pariparoba. Os antigos mandavam a gente queimar uma pena de galinha e aquele carvão a gente tinha que colocar no umbigo da criança e atar, enquanto não fizesse três meses a gente não podia tirar a faixa. Eu sempre fiz quando me ensinavam, mas aí quando vim para cá não ganhei mais filho.

A parteira me falava que eu tinha que fazer emplasto de alho porque o alho é contra o ar, que muitas vezes a gente enxerga essas crianças defeituosas e o ar gera aquilo lá, falta de cuidado com o umbigo, daí os antigos diziam que aquele remédio é para curar por dentro para não pegar doença e a gente fazia e graças a Deus nunca aconteceu nada com os meus filhos, porque eles não foram tratados assim no hospital. Às vezes eu vejo muitas notícias na cidade de crianças que chegam em perigo porque não foram bem cuidadas.

Narradora: Tereza Lopes (Garum) (75)

NARRATIVA 03

Em Morro de Santana nasce pouca criança, mas as mulheres que ganham vão direto para o hospital.

Pelo conhecimento que eu tenho, principalmente pelo tempo que eu tive de vínculo com o hospital específico para gestantes do município, onde trabalhei por 7 anos como agente de saúde, foi fechado um vínculo e eles começaram a conhecer a primeira comunidade que seria a Lomba do Pinheiro, então normalmente era indicado sempre as gestantes para o Hospital Presidente Vargas em Porto Alegre.

Eu e meu marido que éramos agentes de saúde fizemos umas oficinas e demos algumas dicas para as mulheres grávidas, dicas essas que seriam o básico dos nossos costumes. O homem tem que ficar se movimentando bastante, as mulheres são muito preservadas, elas tem muita vergonha, então dissemos a elas como se comportar a partir do momento que ela chega lá, respeitando o jeito que ela é e o jeito que ela reage no momento de um parto. Os médicos não avançavam muito, o que eles fazem é tipo examinar para constatar se vai ganhar de parto normal ou se vai fazer cesárea, então antes de levar ela para o hospital a gente conversa bastante com a mulher.

No Morro de Santana, a gente faz assim, se tiver uma gestante e precisa levar para o hospital tem que ter ervas, ela tem que se preparar desde o primeiro mês, tem que ir para o hospital lavada com ervas e até o neném nascer ela tem que estar preparada com esses remédios. No Morro do Osso eles ainda tem bastante mata, tem raízes, folhas e cascas para o remédio que serve para preparar uma gestante.

Os médicos sempre respeitavam e aceitavam as dicas que a gente dava, então as gestantes nunca tiveram problemas, principalmente as que eu acompanhei. Tem pouco tempo que eu estou nessa comunidade nova,

mas da família, eu sou filha da Dona Teresa, eu nunca vi problema nenhum aqui. Nunca teve caso de óbito nem da mãe nem da criança.

As mulheres fazem parto normal dentro do hospital na posição de cócoras, e é a orientação que eu sempre dava e fazia chegar ao conhecimento dos médicos no hospital.

O meu sogro, quando as noras estavam grávidas, ele conseguia ver. Hoje os médicos usam a palavra examinar, os índios velhos também examinavam, mas do jeito deles e o meu sogro conseguia ver' se a mulher conseguiria ganhar bem em casa ou se ela precisaria do hospital, pela posição que o neném estava. Ele examinava a gente e dizia se o filho seria mulher ou homem. Até uns oito meses ele já sabia e dizia que podíamos ficar em casa porque nosso parto seria uma beleza, mas também já te dizia se seria necessário procurar um hospital. Ele era bem certo quando me examinava, os meus três filhos eu tive que ir para o hospital porque eu não conseguia ter em casa, mesmo depois de tudo, mas ele nunca deixava que a gente parasse de tomar os banhos e tomar os remédios.

Quando voltávamos do hospital ele já estava esperando com outros remédios para a mulher continuar tomando e ser limpa por dentro, porque as vezes tu sara fisicamente mas internamente tu não tá bem. Ele cuidava com chá, cuidava da alimentação, o que podia comer e o que não podia comer. Ensinava também os cuidados que deveríamos ter depois do neném nascer.

Com sete dias da criança nascida ele dizia: tu tranca tudo, minha filha, tu não tira o neném nem para fora. Ele dizia que como a criança era frágil, ela corria o risco de pegar os maus espíritos. E hoje a medicina diz que se não for bem vacinado pega o tétano ou pega outras doenças. O que ele dizia era que a criança corria o risco de pegar ar no umbigo, era costume dele, ele dizia para ter muito cuidado para não pegar o mal que, de certo, afetava o umbigo, porque era o cuidado que ele sempre tinha. E a mãe também, a mãe já era bem forte nesses sete dias, mas não pegava

sol, não pegava clarão não pegava nada. O meu pai trancava tudo, todos os buracos da casa.

Ali na Lomba do Pinheiro eu já encaminhava as mulheres para o seu Jair Rentag e para e a Dona Clenir, pois eles sabem muitos remédios. Houve um caso que veio uma mulher com recaída, os médicos chamam de depressão pós parto, e ela diminuiu o leite, tinha fortes dores de cabeça e inchume na barriga e eu encaminhei para o Seu Jair. Ele sabia e sabe, eu aprendi muitos remédios com ele, e ele usa até hoje, mesmo sendo evangélico, e os resultados foram ótimos.

Eu não sei se é porque eu nasci e me criei com raízes, folhas e casca, eu uso muito isso. Quando vou para aldeia Nonoai trago diversos tipos de remédios porque é só lá que tem. Aqui tem, mas é muito pouco. Remédio bom mesmo existem nas aldeias das terras de onde viemos.

Eu diria que essa recaída é depressão pós parto, porque até hoje ela sente dor de cabeça, e o que os velhos disseram para a gente? Que se você tem recaída pós parto e não se curar na quarentena, vai curar só quando tiver o próximo filho e se tratar. Os velhos dizem isso para a gente.

Quando eu estava gestante, eu morava bem distante da minha mãe e do meu pai, o meu sogro ia para o mato fazer palanque e trazia ervas de lá e dava para todas as noras tomarem banho. Tomávamos banho, hoje os médicos dizem terapia, e ele fazia terapia nas águas, ensinava as noras e dizia que a gente tinha que tomar banho em cima de umas pedras dentro da água que tinha aqueles limos e ele tratava de uma forma que aquilo era remédio, dizia até que era para a criança vir mais rápido. Eles faziam assim, pelo conhecimento que ele me trouxe, pois cada um tem uma técnica diferente.

Hoje o que eu observo muito é que depois que os índios começaram a ter mais atendimento e usar mais a medicina do não índio eu notei lá nas aldeias que tem muita criança com umbigo saltado. Quando as nossas crianças nasciam, o pai usava muito com nós, usávamos muito essa tal

faixa, muito remédio no umbigo e hoje não se usa mais. Deus o livre, se tu levar uma criança com uma faixa no hospital os médicos e as enfermeiras dizem que você quer matar a criança. Para começar nem existe mais faixa para vender e eu gosto de olhar as coisas que a gente aprendeu lá e a diferença de nós na cidade.

O que os velhos sempre nos dizem é que você sempre irá para onde teu umbigo é enterrado, você gira, gira, gira mas acaba sempre voltando ao lugar onde ele está. É o que os velhos dizem, você enterra teu umbigo onde você vai ficar até o fim da tua vida.

Pode ser que tenha parteira lá para o lado do Capinzal, onde tem aquelas índias puras mesmo, mas na região que a gente morava, que é uma região bem grande, não tem mais nenhuma parteira, as parteiras que eu conhecia já morreram tudo. As parteiras, e os Kuyã foram esquecidos, foram tão esquecidos que os conhecimentos deles esqueceram até de passar para os novos, essa é a real.

Narradora: Neli Fidelis ex agente de saúde indígena (AIS) (40)

NARRATIVA 04

Todos os meus filhos eu tive no hospital. Nas aldeias não existe esse tipo de negócio de erva, lá já nem fazem mais então quando eu senti a dor do meu parto eu ia direto pro hospital e lá eu tive eles. No hospital eles tratavam todos iguais, tive um em cada aldeia, mas eles nos tratavam bem na hora do parto. Tem muitos hospitais que as vezes a gente conversa com as mulheres e elas dizem que os médicos deixam ela sentir dor. Eu não, fui muito bem tratada.

Nunca tive parteira e tomei remédio só do meu primeiro guri, porque o meu avô fez, mas os outros não tomei chá de nenhum tipo de erva.

Quanto ao umbigo eu não dei importância para o que fizeram com ele no hospital, claro que os cuidados eu tive, coloquei a faixinha até três meses, os remédios do mato eu macetava e antes de ter a criança eu já

derretia a banha da galinha, macetava com martelo o remédio, colocava na banha morna em um paninho branco, colocava em cima e depois envolvia a barriga da criança com a faixinha até os três meses e graças a Deus não aconteceu nada. Colocava muita arruda, alho, que eles falam que é contra o ar, porque muitas vezes a criança fica toda torta e repuxa, e leva a criança no médico mas não tem mais cura. Tem que ter muito cuidado com o umbigo e eu sempre tive muito.

Quando comecei a sentir as dores, meu marido achou um carro e fomos para o hospital. Um dos meus filhos ganhei no banheiro, não deu nem tempo de tirar a roupa, aí a enfermeira veio correndo e pegou o neném para que ele não caísse. Quando sentia as dores já ia para o hospital, porque é muito raro parteira hoje em dia, a maioria das mulheres vai para o hospital. Pelo menos lá para o meu lado não tinha parteira.

Narradora: Eva dos Santos (43)

NARRATIVA 05

Fiz pré natal como é até hoje, tive quatro filhos e somente o último foi cesárea. Creio que isso não mexe com a nossa cultura porque é necessário, se for atrás da cultura é arriscado morrer. Hoje em dia não tem mais aquelas parteiras de antigamente. Tudo mudou.

Na época meu leite secou, me deu muita dor de cabeça. Eu tinha uma prima que sabia, mas já aprendeu com a sogra dela, que hoje já é falecida, aí ela foi no mato fez o remédio, cozinhou e tomei e quando foi a noite já estava com os seios cheios de leite. Essa recaída que a mulher tem é porque não se cuidou direito, tomou banho na água fria. Comigo aconteceu porque a mãe tinha uma área grande, eu tinha engravidado fazia uns quatro dias, e eu peguei e fui lavar aquela área com bastante água aí não deu outra.

Hoje em dia muitas vezes a gente vai ficar em casa, e não sabe o que vai acontecer enquanto outras mulheres já estão nos recursos de saúde. Isto é o que eu penso.

Sempre tive muito cuidado com o umbigo dos meus filhos, sempre com a faixa. Só a última que não foi assim, os remédios a gente nem tem mais em casa quase para colocar, mas dos outros eu cuidei bem com os remédios do mato.

Antigamente os índios batizavam a criança desde pequeno na água e ali já dava o nome Kaingang e hoje em dia os índios não são mais batizados assim. Meu sogro ensinou que tínhamos que batizar na igreja católica, como vocês fazem, batiza em casa e depois tem os batizados com ervas e água, e aí já dava o nome de Kaingang. Minha neta foi batizada assim e tudo o que o meu sogro me passou, eu venho passando para os meus filhos e netos, por isso que é bom e vale a pena sentarmos com os velhos e passarmos o dia todo conversando com eles. Quanto mais cedo batizarmos melhor, porque criança é um instrumento frágil então para não pegar esse tipo de mau espírito que ele diz, quanto mais cedo batizar é melhor.

Meu sogro velho conhecia muita coisa da questão cultural porque vinha gente lá de Roma ver qual era o conhecimento que ele tinha.

Narradora: Noeli Fidelis (38)

ALDEIA MORRO DO OSSO
NARRATIVA 06

Aqui no Morro do Osso ainda não aconteceu nenhum parto, mas lá fora, na aldeia onde nós vivíamos, sim. Quando a gente morava lá, eu ganhei os meus três primeiros filhos em casa e ele, o meu esposo, e a minha mãe faziam o parto. Lá a gente fazia tratamento, tinha remédio que a gente tomava e que nós mesmos preparávamos com as ervas do mato.

Depois que nós viemos para o Morro do Osso não foi mais possível se tratar durante a gestação como se fazia na aldeia da Terra Indígena Nonoai. Aqui ganhei cinco filhos e já faz 20 anos que eu estou em Porto Alegre.

No Morro do Osso ainda não aconteceu parto como se fazia antigamente, porque os jovens que se criaram por aqui vão ao médico e este juntamente com as enfermeiras começam a assustar os mais novos ao dizer que não podem fazer o parto em casa porque hoje em dia não é como antigamente. Mesmo assim a gente dá um chá que cada parteira, pode ser a mãe, a avó ou outra pessoa que faça esse trabalho específico, tem uma forma peculiar de fazer, que aprendeu com sua mãe. É como um pré-natal, a parteira faz um tratamento com os remédios do mato desde os oito meses até os nove meses de gestação que aceleram o trabalho de parto e a mãe não sofre tanto como sofre no hospital.

No hospital eles atendem bem só que nos nossos costumes nós mesmos pedimos para nos arrumar para ganhar. O médico depois só vem para cortar o cordão. Se agora tivesse uma mulher com coragem poderia ganhar aqui mesmo, mas até os maridos já ficam com medo de acontecer algum mal, mas mesmo assim vão no hospital e tudo corre bem. É assim que nós fazemos aqui no Morro do Osso.

Depois que as mulheres ganham seus filhos, temos aqui um remédio para logo ficar são, para se limpar e não ter aquele problema de recair, de ter uma cólica, ficar bom e logo fazer as coisas, e quando vem do hospital não trazem receitas, já começam a tomar chás no lugar dos antibióticos. Como sou a mais velha daqui, já digo que vou procurar os chás e conforme chega do hospital e não está passando bem eles já vem me avisar para que eu possa preparar os chás.

Depois que a criança nasce nos hospitais, o corte do umbigo é feito com tesoura e os médicos colocam um prendedorzinho e demora de quinze a vinte dias para cair. Quando eu ganhava os meus filhos na Terra Indígena Nonoai, minha mãe amarrava com linha e o corte era feito com

lasca de taquara, de forma que a criança não sentia aquela ferroada que sente quando se corta com tesoura. A criança sente dor, chora, acorda assustada com dor e começa a gritar, é o aço da tesoura que faz isso, então tínhamos muito cuidado e o umbigo da criança demorava somente uns três dias para cair.

Todos os meus filhos tiveram o umbigo cortado com lasca de taquara e após cair enterrávamos no chão, mas no hospital eles não nos deixam levar e nem ver e eles tinham que nos deixar trazer, mas isso não acontece, e isso é bem diferente para nós.

Eu não aceito que as jovens tomem remédios para evitar filhos e para não ter família, isto eu não aceitei quando era mais nova, pois prejudica muito os indígenas, essas injeções, essas pílulas. Hoje acontece de muitas mães novas já estarem até tirando o útero. Aqui nós temos remédios do mato para se nós quisermos ter só menina nós temos, e se quiser ter só homem, também temos.

Os filhos que eu tive aqui em Morro do Osso eu tenho que ensinar, porque a maior parte dos que eu tive lá na Terra Indígena Nonoai, são guris, estes eu sempre ensinei, e as meninas a mesma coisa. Agora esses que se criaram aqui e que tem mais de 20 anos é que estão com mais dificuldade de ter a sabedoria desses chás.

Somos indígenas mas não é qualquer um que pode ser parteira, somente alguns no meio, e aqui só tem eu, por isso eu estou passando a minha sabedoria para as minhas meninas e quando eu ficar velha e não puder mais dar remédios, as minhas filhas já estão sabendo e então o que eu ensinei para elas e para os meus filhos amanhã poderá ser útil para eles ajudarem a ganhar família.

Quando a gente vai tirar as raízes, as folhas ou sementes da mata para fazer remédio, pedimos ao espírito, eles são vivos, e depois que está cozido não mais. A gente vai lá e antes de colocar as mãos, nós conversamos com eles e dizemos para que tipo de doença a gente está

tirando aquele remédio, aquele chá e, somente depois da conversa com eles a gente tira e faz o chá.

Às vezes acontece que cada vez que a mãe descansar em algum lugar com o filho na mata, ela tem que chamar o espírito dele para irem juntos embora, senão o espírito da criança fica por lá, perdido no meio do mato, onde ela descansou. Se o espírito ficar, a criança chora demais e pode pegar doença, perturbar os pais e não os deixar dormir à noite. Se ela esquecer ela tem que ir até onde descansou para chamar o espírito do filho e levar embora para casa de volta, só assim a criança acalmará e vai parar de chorar.

Eu batizei minhas afilhadas que estão na Terra Indígena Nonoai todas com remédio do mato, pois aprendi com meu pai, e no momento do batismo dávamos o nome indígena.

Narradora: Erondina dos Santos Vergueiro - Veigrê (57)

ALDEIA LAJEADO NARRATIVA 07

Agora as novatas não procuram muito as mulheres que fazem o parto, porque já se acostumaram a ganhar no hospital e antigamente, quando minha finada mãe vivia, ninguém sabia que tinha recursos no hospital, então tinha que ganhar em casa, de um tempo para cá, nem que eu me ofereça para que elas ganhem na minha mão, elas terão confiança em mim, vai confiar no hospital porque sabe que lá tem recurso, e antes tinha em casa, as custas de remédio porque a gente usava.

Antigamente a mulher se cuidava sempre tomando remédio e as vezes quando a gente faz bastante serviço, de noite a gente já não dorme bem e sente dor aí já tem remédios, fazemos um chá a noite, tomamos um copo e nos deitamos, se é dor então acalma tudo e de manhã cedo a gente já se levanta bem aliviado.

Quando chega o dia de ganhar neném, remédio nenhum acalma, aí a gente já tem outros remédios para dar porque já chega o dia do nascimento, toma aquele remédio e aí já vai rápido e antes disso quando estamos atendendo a mulher, tem que cuidar, já faz massagem nela e sente se a criança está no ponto ou se está atravessada. Depois disso já se sabe onde está a cabecinha do neném e já vai fazendo massagem e vai virando, assim que coloca a criança no lugar, damos aquele chá e a criança nasce rapidinho, a mulher faz uma forcinha ali e já tem. E a dor para nascer passa rápido e se a mãe estiver sentindo dor porque o neném está meio atravessado, aí já acalma também.

Minha mãe quando ficava grávida, se tratava desde o começo. Para ela ganhar neném a gente nem sabia, nem via. Meu irmão nasceu no meio do mato, atrás do chiqueiro, a mãe não quis mostrar e ninguém sabia que ela estava doente. Quando ela estava lá no mato ela me chamou, eu já era maiorzinha, pediu para eu chamar o pai e o pai estava indo para o mato buscar remédio, porque ele sabia, ela contou para ele. Ele correu para ajudar e eu já ouvia o choro do neném e a mãe já havia colocado ele dentro da saia. A irmã da minha mãe estava junto morando com a gente e minha mãe nem contou para ela, mas eu corri e contei para minha tia que a mãe estava tendo neném, e ela já saiu com cobertor para ilhar o neném com umbigo e tudo.

Cortaram o umbigo do neném dentro de casa, a minha mãe veio tranquila porque ela se tratava com remédio desde o começo da gravidez, então, aquela dor quando vem é rápida. Ela ganhou dois assim, este meu irmão e uma irmã.

Minha mãe ganhou a minha irmã na estrada, naquele tempo ela ia para o comércio com o pai para fazer compra e na estrada deu aquela dor nela e não aguentou mais. Estava vindo um temporal que ninguém sabia o que ia acontecer com ela e aí tinha um lugar em cima de um barranco onde estendiam fumo, colocavam palha de milho para as criações e o pai levou a mãe lá e ela entrou debaixo daquele lugar, ficou de cócoras e o

neném nasceu. Minha mãe Jurema. Ela era rápida e quando vinha aquela dor era rápido, porque ela se tratava no começo da gravidez com remédios do mato que ela mesma fazia. Nesse dia eles vinham da Terra Indígena Nonai, em Pinhauzinho.

Atualmente, com a chegada dos médicos, enfermeiros e hospitais, as mulheres não confiam mais nos nossos remédios do mato, eu confio ainda. Quando minhas noras e minhas filhas estão grávidas eu passo ainda remédios durante toda a gravidez para elas tomarem para que no dia não precisem sofrer.

As mulheres que estão hoje aqui em Lajeado procuram mais o hospital e já tem uma agente de saúde que cuida dos índios. Tenho uma filha que vai ter neném e agora já tem agente de saúde, hoje em dia nossos filhos procuram mais o hospital e não querem ter seus filhos na mão da gente.

Já acompanhei quatro mulheres para ganhar neném. Na hora de cortar o umbigo eu fiz assim: media no dedo, dois dedos, levava o sangue para baixo e já atava com linha no meio, bem atadinho e cortava mais em cima com tesoura. Em seguida eu passava uma banha de galinha quente no pano bem ensopado e enrolava o umbigo, depois passava a faixa em torno da barriga do neném aí, se é em casa, com quatro dias arrebenta o umbiguinho do neném e quando arrebenta, cai a parte que estava amarrada acima da linha. A parte que fica para baixo volta para dentro para o umbigo ficar normal. Algumas parteiras mediam da cintura para o joelho do neném e cortava bem no meio. Eu não, já media no dedo.

Depois que nasce a gente já traz uma água morna em uma bacia e lava o neném bem lavadinho, já põe um pano, põe na cama, coloca roupa nele, enrola e leva na cama para a mãe. Damos banho na mulher também e deixamos ela deitada na cama e fica lá até quatro dias.

O neném tem que ficar sete dias dentro de casa porque se ele pega ar antes disso, ele começa a chorar muito, então tem que ter cuidado para não pegar aquele ar e nem sol, porque ainda está muito novinho. Somente

depois de sete dias é que a gente traz a criança para fora. Hoje em dia já não acontece isso, por isso que às vezes muitas criancinhas choram muito a noite. A gente pensa que é umbigo, pensa que é ouvido não sabe de onde é a dor e já leva para o hospital para consultar. Naquele tempo não tinha isso. Toda noite a gente tem que passar uma banha de galinha quente em roda da orelha, do umbigo, tira aquela faixa e vai colocando outra, e a gente usava todos os remédios caseiros e nunca pensávamos que iria existir hospital.

Eu sou mãe de 12 filhos e os quatro últimos eu tive no hospital e eu não sabia o que era hospital, porque minha finada mãe também não sabia.

A mulher de resguarde só podia comer farinha de milho torrado, bem cozido porque por dentro ela tinha tudo machucado, então era capaz de fazer mal, pegar infecção e o remédio cozido sempre tinha que tomar. Hoje em dia não se resguarda mais e antes a gente sempre acompanhava com remédio. A mulher de resguarde só podia comer banha de galinha e não de porco, hoje em dia elas saem do hospital e já está comendo de tudo, por isso que faz mal e dá inchume por dentro e a mulher parece que nem ganhou neném, fica com aquela barriga grande e nós não, quando sara, sai da dieta e já fica boa.

Narradora: Marina dos Santos -Totri (60).

NARRATIVA 08

Existem comidas que a mulher que tem neném não pode comer. Tem dieta que se a gurria seguir durante o crescimento até ela se casar e tiver filho, ela ganha tranquilo, hoje não existe mais porque existe a tecnologia. Nossos remédios e chás, muitos não confiam mais, e os médicos antes não existiam e hoje existe hospital e ambulância em qualquer lugar, qualquer município, e naquela época não havia. A mulher tinha que atender o pai, o pajé e ir se tratando desde pequena para ter um parto tranquilo.

Narrador: Francisco Santos (Xé) (52) Cacique.

NARRATIVA 09

Já nasceram quatro crianças na minha mão, porque só faz quatro anos que eu trabalho. Mas todas elas me procuraram para experimentar deste remédio. Elas pediram porque tem umas que depois de fazer tem dor nas costas embaixo da barriga e daí eu sempre peguei uns remédios para elas, mas eu tenho um pouco de vergonha por causa da minha pouca idade. Minha mãe me ensinou sobre isso e o pai me ensinou também.

Quando a primeira criança nasceu, e a mulher tinha muita dor e nós íamos para o hospital, eu levava ela aí o doutor via e dizia que não era a hora da criança nascer e mandava a gente voltar. Quando cheguei em casa meu pai aconselhou que desse para ela os remédios, então fui no mato, peguei, fervei e dei para ela tomar. Pouco tempo depois levamos para o hospital e ela já teve o filho. E todas as outras mulheres eu fiz a mesma coisa porque todas pediram para eu experimentar e depois todas passaram a me procurar.

Todos os matos que eu uso para o banho existem por aqui, mas a primeira moça que ganhou filho comigo eu não dei os remédios para ela como a minha mãe me dava. A moça me chamou e disse que escorria muito sangue dela, que estava se sentindo estranha e que estava sujando todos os meus lençóis e me perguntou: será que não tem remédio para isso? Meu pai me chamou no mato para pegar os remédios para eu dar para ela, eu fiz o remédio e dei para ela e no outro dia ela estava bem limpinha, parou de sangrar. Depois que a criança nasce, a mulher tem que chegar em casa e logo tomar o chá.

Eu fiz o chá para uma sobrinha minha e a criança acho que está com sete meses e ela não menstruou ainda. As mulheres antigamente, que tomavam remédio não menstruavam logo, a mãe sempre falou para mim e quando eu ganhei o meu filho mais velho na cidade, depois de um mês

eu menstruei. Perguntei para minha mãe por que tinha acontecido isso e ela disse que era porque eu não havia me cuidado. Perguntou se eu tinha tomado remédio do mato e eu disse que não, então ela pegou um remédio, colocou na chaleira, cozinhou e me mandou tomar três chaleiras cheias de chá e parei de sangrar e só quando meu filho completou os nove meses eu menstruei de novo.

No hospital eles fazem diferente, por isso que depois de um mês já estão menstruando e já engravidam de novo, elas não tomam remédio, elas tomam umas injeções que fazem mal para a mulher.

As enfermeiras sempre falam para mim que as mulheres tem que tomar remédio para não engravidar, porque elas vão engravidar bem logo, eu disse que dou remédio do mato, mas elas não confiam na gente. Daí como é que elas vão confiar em mim também se eu dou o remédio e as enfermeiras chamam elas e dizem que elas vão engravidar se não cuidar? Então elas não sabem se vão confiar em mim ou nas enfermeiras.

Não adianta eu ensinar aqui as gurias, porque tem um monte de gurias que tem que ensinar, hoje em dia elas não ganham mais em casa. Quando a criança nasce, a gente coloca a faixa no umbigo, eu fiz e levei a criança para fazer o teste do pezinho, hoje eles fazem isso depois de quatro dias e eu não sabia disso, quando a mãe leva a criança com o umbigo enfaixado para o hospital ou postinho, as enfermeiras tiram e colocam no lixo a faixa do umbigo da criança. E aí as indígenas mais novas não confiam mais no que a gente faz.

O batizado antigamente as crianças recebiam nomes do mato, já escolhiam o nome e quando nasciam já chamava o neném por aquele nome. Agora para a gente ter comadre, a gente procura por pessoas para serem padrinhos da criança, daí eles vem batizar. Acontece assim o batizado, a madrinha traz a vela e o padrinho pega a água, pega um ramo, o sal e põe na água. Ele vai buscar a água lá na ponte, não pega de dentro de casa, aí batiza. Isso tudo é para ser chamado de comadre. Agora o nome do mato a gente já tem escolhido antes, se é piá vamos colocar um

nome e se é menina colocamos outro. Quando nasce a gente já chama por aquele nome.

Narradora: Jussara Isaias (35) Agente Indígena de Saúde AIS.

**ALDEIA FARROUPILHA
NARRATIVA 10**

Eu sou da Terra Indígena Nonoai e vi somente dois partos normais que foi o da minha mãe que eu ajudei a fazer junto com a minha tia.

Minha mãe nunca gostou de ir para o hospital, os dois irmãos eu vi nascerem porque a minha tia me colocou junto para ver, pois eu já era casada e poderia fazer também. Minha mãe sempre dizia para mim que o parto normal era uma coisa natural e quando ela sentiu que ia ter o parto, minha tia me chamou e disse que eu teria que participar porque um dia eu também teria uma experiência igual e se caso precisasse rapidamente e que não tivesse tempo para ir para o hospital eu também poderia fazer. No momento que ela sentiu, eu estava perto dela e vi a criança nascer.

Acho que o parto no hospital é seguro, mas por outro lado não é porque lá de todo jeito a criança tem que nascer naquele momento. Minha mãe sempre dizia que eu teria que ter força para ter os meus filhos em casa porque ela dizia que seria mais confortável e mais bem feito, e foi bom eu ter participado dos dois partos dela, porque pode acontecer a qualquer momento aqui onde estou morando.

Eu acho que é mais fácil recuperar de parto normal do que parto feito nos hospitais, porque no hospital você as vezes pode fazer um pique e um monte de besteiras. E a minha mãe se recuperou bem, nunca a ouvi reclamando de dor. Ela dizia que as mulheres que vão para o hospital e tem dor no corpo depois de ter filho é porque tem a criança fora da hora.

Minha mãe já tem 54 anos e até hoje não diz que tem dor e nem fica doente. Ela teve todos os filhos de parto normal, e antes de ter no último mês deixava os remédios tudo preparado e quando estava perto do mês

do neném nascer, minhas tias já iam colocando no fogão para ir cozinhando e ela tomava um copo cheio, tomava como água.

Não conheço todos os remédios, só conheço dois que elas me mostraram, e os outros disseram que iriam me mostrar porque pretendo conhecer mais. Acho que é melhor ter filho em casa a ter no hospital, pelo que eu vejo da minha mãe.

Meus filhos não nasceram em casa porque tive pressão baixa, então não consegui fazer o parto normal. Parto normal foi só dos meus três filhos, mas da última filha fui para o hospital por conta da minha pressão baixa.

Falta a mãe e a tia encorajar as mulheres de hoje, as mais novas, porque tenho umas primas da mesma idade e a maioria delas tiveram em casa e eu podia ter também, mas desde o começo da minha gravidez eu tive problemas.

A pessoa mais velha tem como entender se a criança está bem ou não, se ela tem como ter um parto normal e ainda assim vai para o hospital é porque falta uma pessoa mais velha orientá-la quanto a isso, mas acho que não vai ser sempre assim, se nos juntarmos e dermos força, aí a pessoa vai ter confiança.

As mulheres que tem filho no hospital, há ajuda de um agente de saúde para fazer o pré natal. Sempre vem um agente ver se a mulher tem uma consulta para fazer, orienta a fazer o pré natal corretamente, e os agentes de saúde estão fazendo o bem para as pessoas.

Eu estou contando o que aprendi e o pouco que sei, pois ainda tenho 33 anos e quero saber mais coisas. Daqui um tempo vou ter minhas noras e tenho que estar preparada, pois como uma pessoa mais velha tenho que saber. Tenho uma filha que está com três anos e tenho que pensar que um dia ela vai crescer também, que vai ficar moça e ela vai ter que se preparar mais.

Durante o tempo que estou morando na aldeia Farroupilha, o recurso é mais perto então eles acham que é melhor ir no hospital.

Quando a mulher volta do hospital, as pessoas que tem mais idade, já deixam preparado o remédio para limpar a mulher por dentro, para não ter infecção e para ter energia e se recuperar mais rápido do que tomar remédios de fora.

A recaída dá forte se a pessoa não toma remédio e se a pessoa faz as coisas antes de terminar a dieta, que nós índios fazemos durante 30 ou 40 dias tomando remédios do mato misturado com os remédios contra recaída. Essa recaída dá porque o sangue que não é para ficar, fica e vai para a cabeça e daí a mulher sente dor de cabeça. Se tem recaída é porque não fez a dieta direito.

Alguns matos para o remédio nós temos aqui, mas outros é difícil de achar. Remédio para infecção minha sogra pega aqui em cima, mas não tem bastante, tem pouco agora. Há poucos dias fiz um exame e os médicos disseram que tenho farelo de pedra no meu rim e então eu estou tomando remédio contra isso para tirar. Antes de ficar grande dá para tirar mas depois que vira pedra, fica difícil tirar. A grande maioria dos remédios tem por aqui, só contra doença séria mesmo que é difícil, mas contra infecção nós temos.

Quando voltamos do hospital, eu sei fazer o remédio para pôr no umbigo da criança. Agora se não cuidar a criança vai ter dor, e tem que ter muito cuidado com isso. Coloca o remédio junto com uma faixa para ficar um mês e depois que o umbigo cai tem que continuar colocando porque aquele remédio, o cheiro daquele remédio vai entrando e tirando a infecção, aí recupera muito rápido. Eu não cuidei direito do meu filho porque depois de um ano ainda ele sentiu a dor e a minha mãe teve que fazer tudo de novo senão depois que ele ficar grande iria prejudicar ele. Ele estava com o umbigo meio saltado e o remédio empurrou ele de volta para dentro. Agora ele é normal, não tem umbigo para fora.

A criança que tem umbigo para fora é porque não é são por dentro, ele pode sentir dor em qualquer momento. Minha mãe disse que o umbigo da criança tem que estar bem fundo para ele ser são em tudo, porque se

ele não é molinho é porque não é são. E é a orientação que a minha mãe e as minhas tias me dão.

Quando o umbigo cai, tem uns que guardam e a minha avó dizia que quando cair o umbigo da criança, se você não quiser guardar, coloca em cima de uma árvore dura para a criança ser forte, uma árvore que tenha folhas verdes para a criança ser sã. Eu convivia com a minha avó que era mãe do meu pai, e a gente é mais chegada com a avó, mas o meu avô sempre me ensinou muito sobre os remédios dele também. Minhas tias sempre estão ensinando nós que somos os mais novos, e o que eu aprendo elas mandam eu passar para minhas irmãs.

Até quando a gente tem cólica tem que tomar os remédios. Quando temos cólica é uma infecção que tá querendo pegar e aí tomamos o remédio e aquela dor passa e da próxima vez já não dá mais.

Eu enterrei o umbigo da minha filha onde eu morava que era cheio de arvoredo e disse que um dia quando ela crescer eu mostraria onde está o umbigo dela, o lugar onde ela nasceu.

O batizado aqui em Farroupilha eu acho que essas mães já escolhem o nome Kaingang dos seus filhos antes da criança nascer e o batizado faz logo quando a criança completa um mês. Entre eles que já sabem os remédios, chamam os padrinhos que eles escolhem e fazem em casa mesmo. Uns tem que fazer com o padre mas eu acho que é bom batizar na igreja, mas eu não gosto desse jeito, tem que ser em casa porque a gente que é índio tem que lavar com remédios a cabeça da criança, com remédios mais fortes para a criança ser livre do mal, de doença ruim daí eu acho que o batismo é isso, pelo tempo que conheço e onde eu morava também era assim.

As crianças que nasceram aqui, seus batismos tem sido feito em casa. Temos uma igreja evangélica mas lá nós fazemos o que chamamos de consagração, porque eu também sou evangélica e eu sempre gosto de participar muito das coisas, não sei se sou curiosa ou o que é, mas quero aprender mais. As pessoas lá da igreja as vezes batizam em casa e as

vezes eles levam também para apresentar, como eles dizem, para a criança ser do bem, nunca ser do mal e pelo que entendo eles dizem que temos que levar para apresentar para Deus para a criança sempre ser uma pessoa animada e alegre.

O meu pensamento é o seguinte, como sou evangélica, meus filhos tomam remédio do mato e tudo, mas eu não vou batizar eles, vou apresentar eles, só que eu pequei e levei os padrinhos deles, depois de ser consagrado. As minhas tias sempre lavaram eles com remédio também, e a gente nunca deixa nossas coisas de lado, que são as coisas do mato, que são os remédios. Eu sou evangélica mas tomo remédio do mato, tem uns que dizem que não é bom, mas todos os remédios que estão sobre a terra é tudo dado por Deus, porque se não fosse de Deus os remédios não nos curariam. Nossos mais velhos, nosso avós já conheceram e sabem que aquilo ali dá a cura.

Narradora: Berenice Salvador (Hepru) (33).

ALDEIA SÃO LEOPOLDO NARRATIVA 11

Eu tenho nove filhos e somente dois nasceram no hospital. Nós fazíamos o parto em casa e tomávamos um chá que a nossa mãe preparava com plantas e raízes tiradas da mata para acelerar o trabalho de parto e depois de ganhar tomávamos mais chá para ficar logo boa e fazer as coisas em casa.

Narradora: Adélia Ferreira (71),

NARRATIVA 12

Há muito tempo atrás quando eu ia ganhar meus filhos era em casa. Em uma das vezes eu preparei tudo sozinha, nós tínhamos casa de chão e daí eu fiz um buraco para colocar o umbigo da criança, pois nós não jogávamos fora, não é como no hospital que eles jogam não sei onde.

Quando ganhei minha filha, coloquei cinzas ali primeiro para não doer o umbigo, medi dois dedos e cortei com a tesoura, amarrei com linha, fiz um emplasto e enfaixei. E ela está aí, nunca ficou doente e nunca teve dor no umbigo. Era uma baita de uma menina. Coloquei as roupas dela perto de mim na cama, ilhei a criança e tomei os chás que já tinha cozinhado. Um é o montain, o cipó mirome e o outro é o derdor.

Um outro piá eu tive sozinha também, eu que preparei tudo, mas os outros filhos eu contei com a ajuda da minha falecida sogra. Os dois mais novos eu tive na enfermaria, pois tinha um filho rapaz que estava em casa, então eu fui para a enfermaria que era pertinho e ganhei esse casal. Se meu filho não estivesse em casa eu teria ganhado ali mesmo também.

Para cuidar do corpo eu ia tomando o chá durante uns 15 a 20 dias. As crianças se criavam bem sadias porque para elas eu nunca dei remédio para o umbigo. Nosso alimento era uma galinha e depois milho torrado socado no pilão, pois não podíamos comer outra coisa e tínhamos que ficar de resguarde por um mês.

Narradora: Maria Iranilda Fortes (55).

NARRATIVA 13

Tive todos os meus 4 filhos no hospital. Nos nossos costumes, tínhamos que manter o filho até sete dias dentro de casa para não pegar ar, mas no hospital podemos ficar no máximo até dois dias. Quando chegamos em casa, nós continuamos cuidando da criança e do umbigo para ele não ficar saltado. No hospital os médicos não deixam usar nada no umbigo da criança, apenas um líquido, que agora esqueci o nome. Em casa nós enfaixávamos, colocávamos ervas do mato, que a mãe sempre ensinou, por três meses, e os meus quatro filhos nunca sofreram de dor de umbigo. Além do leite materno eu gostava de dar chá para os meus filhos, para não pegar gripe ou outros tipos de doenças.

Narradora: Rosalina Aires de Paula (43) (esposa do Cacique e professora).

ALDEIA LOMBA DO PINHEIRO

NARRATIVA 14

Antigamente tínhamos filhos nas aldeias porque tínhamos nossas mães e avós que cuidavam, e agora como não tem os mais velhos, nós não estamos segurando mais para que elas ganhem neném aqui dentro. Agora as mulheres daqui de Lomba do Pinheiro ganham no hospital e voltam para casa para tomar o remédio que nós preparamos. Até agora tenho bastante remédio e sou eu que estou sempre dando a elas. Nunca deixamos de usá-los. Já aconteceu de nascer criança aqui nas nossas mãos, foi bem cuidado, bem tratado e a gente dá o remédio até 30 dias.

Tem mulheres que não querem ir para o hospital, ganham em casa mesmo e aí a gente cuida, mas não são muitas porque não é mais como era antigamente, mas o remédio a gente nunca deixa de dar.

A criança a gente cuida do umbigo, coloca remédio e depois que o umbigo cai a gente guarda ou planta para que não fique rolando por aí. Na nossa cultura a gente não pode jogar o umbigo de qualquer jeito.

Até 30 dias a gente tem que cuidar da mulher e da criança. Esta não pode pegar frio nem nada no umbigo e a mãe fica tomando os remédios durante esse tempo.

A mulher do cacique teve filho no hospital e nós que estamos tratando dela com remédio do mato para que ela fique boa por dentro.

Aqui na Lomba do Pinheiro não tem os remédios na mata, a gente manda trazer de fora, lá de Guarita. Esses dias meu genro trouxe para nós duas bolsas de remédio porque cada um tem que ter tudo separado, aí tenho que comprar dele ou senão dar a passagem de volta para ele porque aqui não tem nada.

Às vezes falta até passagem para irmos buscar, pois não conseguimos todo o dinheiro com a venda do artesanato, temos que comprar o que comer e, por isso não sobra nada. O preço da passagem está 100 reais para ir e 100 reais para voltar.

Esse conhecimento do tratamento com o filho e do remédio, nem todas as mulheres sabem, aqui só quem sabe sou eu e o meu velho, a comunidade nos considera como os mais velhos para fazer os remédios para eles. O Jair Rentag, meu esposo também sabe fazer os remédios.

Nós fazemos para nossa comunidade e fazemos até para os brancos de fora, eles vem até aqui buscar remédio para gripe, para asma, para as mulheres quando tem infecção por dentro da bexiga. Para eles a gente não dá de graça, mas para a nossa comunidade sim.

Até agora nenhuma mulher se interessou em saber sobre os remédios do mato, sobre as ervas. Quando nós ficarmos mais velhos um pouco nós vamos passar para os nossos filhos que já estão aprendendo com a gente, por isso tem esse projeto que o Jaime mencionou. As mulheres fizeram um projeto que foi aprovado para buscar os remédios em outras aldeias, ir com os pajés para eles mostrarem os remédios e a gente trazer as mudas para plantar aqui, por isso que nós vamos ensinar todos eles.

Aqui tem uma casa separada que é para fazer os remédios caseiros, a gente faz remédio para as mulheres e faz remédio até para os pequenos tomarem banho até os 15 anos para não pegar essas doenças que andam por aí. Nós moramos muito próximo da cidade então a gente tem que tratar muito as mulheres e as crianças.

Os nossos filhos nós não cuidamos em casa, a gente deixa solto, porque para nós a criança trancada e fechada fica doente, por isso desde pequeno nós damos remédio para beber e para tomar o banho também. Quando completa os 15 anos, nós damos o último remédio. Então por isso esse projeto, para ensinarmos as gurias, eu aprendi com minha avó e meu esposo aprendeu com o bisavô e com o pai dele.

Quando minha avó estava velha me disse para irmos no mato para ensinar os remédios, porque ela disse que não sabia quantos dias ia durar. Ela estava ficando cega e não podia mais colher os remédios e me levou no mato e me ensinou tudo de remédio que é para a mulher, o que é para a criança, para adultos e para homens. Tudo que eu aprendi com ela agora estou ensinando aos meus filhos.

Aqui na aldeia nasceram mais de 15 ou 20 crianças e eu peguei a criança, junto com a mãe e com o pai da mulher. A criança só pode sair no sol depois dos sete dias, antes disso ela é capaz de pegar uma doença, uma gripe, algum espírito mal que atenta por isso tem que ficar sete dias no quarto com a mãe. Quando não tínhamos as casas fechadas assim nós enrolávamos bem a criança com alguma coisa, com folhas e cobria bem a criança para só depois dos sete dias botar para fora.

Quando a criança nasce, nós damos remédios do mato, chazinho de hortelã, da casca da laranja, até os 30 dias juntos com a mãe e nesse período ela vai amamentando. E enquanto tiver tomando remédio pode comer qualquer tipo de coisa, mas tem que se cuidar até 30 dias antes de se encostar com o marido se a criança for menino e 45 se for menina, porque ele pode passar um problema para o útero dela e se ela pega uma doença no útero custa a curar e quem vai sofrer é a mulher.

Temos sete noras e nós que cuidamos de todas. As crianças aqui todas me chamam de vó e de tia. Qualquer coisa que sentem vem aqui para tomar remédio.

Nós temos contato frequente com Guarita porque viemos de lá, onde tem um mato muito grande. São 22 mil hectares, mais da metade dessa mata aqui e daí ninguém mexe, nem roça nem corta, é tudo preservado para tirar o remédio. Em Nonoai tem muito mato também e nós vamos buscar de monte para trazer para cá. As mulheres mais velhas não tem medo de ter filho aqui, mas as mais novas tem. Às vezes vem nos chamar aqui de madrugada e a gente levanta e vai cuidar, se é para levar no médico a gente leva e se é para ganhar o neném ligeiro dá um chá

também. É bem ligeirinho, não precisa machucar a mulher, é só segurar ela.

Quando a mulher se incomoda na dieta ela tem recaída, as vezes dá uma dor de cabeça e aí ela recai, mas só se ela não tomar remédio, se ela tomar não acontece. Ela não vai ter susto, é susto que sobe para a cabeça e dá recaída, depois a mulher anda com dor de cabeça, com dor no corpo e tudo, aí se ela está tomando remédios não tem isso. Toma remédio para o sangue não parar dentro da mulher, a sujeira tem que sair toda e depois a mulher anda leve e boa.

Dias depois que a criança nasce uns batizam a criança e marcam o dia para o batizado com o pajé, outros são evangélicos, ocorre a apresentação na igreja e depois o nome indígena é dado. É no batizado que ele recebe o nome Kaingang. Se ele é Kamé vai ter nome diferente e se é Kairu tem nome diferente também.

Narradores: Clenir Cavalheiro da Silva (50), Jair Rentag da Silva (61).

QUARTA PARTE

REFLEXÕES ACERCA DAS NARRATIVAS

Existem, certamente, outras formas de analisar estas narrativas, mas caminhou-se neste sentido. Vem-se da antropologia e realizou-se trabalho de campo entre estes Kaingang. Muitas vezes interpreta-se deste modo apenas descrevendo o que se viveu entre eles. Para a análise do discurso, a descrição já é uma forma de interpretação.

Michel Pêcheux(1983) mostra como compreender “o acontecimento, a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação”, neste caso fazendo-se análise dos momentos que se seguiram ao resultado dos deslocamentos realizados por todas estas famílias que saíram de uma organização - das terras indígenas com estrutura socioeconômica, política e cosmológica - para uma nova organização.

Ainda vale ressaltar utilizando-se do entendimento de Foucault, o qual diz:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2000: 8-9).

As narrativas seguem uma linha de raciocínio compartilhada pelos entrevistados, aonde todos foram unânimes em mostrar que a tradição quanto aos cuidados com a gestante é acompanhada paralelamente aos cuidados do sistema oficial de saúde. Menções acerca do contrário foram consideradas minoria e confirmaram não representar a realidade de sua rotina de vida.

Desta forma, se estará analisando as narrativas considerando a dicotomia entre o fato de ao mesmo tempo que defendem a permanência da tradição, entendem não ser aconselhável ignorar o atendimento da medicina oficial. Ainda, as lembranças do tempo em que os partos aconteciam nas terras indígenas, onde toda a estrutura favorável ao acontecimento estava presente, se confunde com as narrativas que retratam as condições da atualidade.

A presença familiar durante o processo do parto está em todas as narrativas, as mulheres mais experientes, como sogra, avó, tia, mãe, o marido e até o pai compõem o segmento familiar que podem atender a mulher no momento do parto.

As dificuldades para terem seus filhos em casa, no caso das sete aldeias, na atualidade, apresenta alguns problemas, tais como:

(a) não estão vivendo nas condições oferecidas pelas terras indígenas de origem, onde todos os parentes, que fazem parte da experiência e possuem o conhecimento tradicional utilizado, durante o acontecimento do parto, não se encontram presente na situação atual, outras condições estão em construção;

(b) a mudança do hábito alimentar trouxe prejuízos à saúde, devido passarem a consumir produtos industrializados, aonde a alta concentração de sódio, gorduras saturadas, por exemplo, provocam problemas de saúde, como a hipertensão, durante a gravidez, causada pelo sal; (BRASIL, 2009).

(c) a inserção da autoridade do médico(a) e ou enfermeiro (a) como detentores do saber dentro dos hospitais fez com que o pajé, a parteira ou a(s) pessoa(s) da família que detêm o conhecimento dos procedimentos para a realização do parto fiquem como figuras secundárias nas aldeias;

(d) a utilização dos remédios que são receitados e que em algumas situações fazem efeito imediato também fortalecem a presença da medicina do sistema de saúde oficial em detrimento do saber tradicional Kaingang;

(e) o pré natal realizado dentro do conhecimento da medicina oficial deixa evidenciado para as jovens que esse é o melhor tratamento e não mais aquele feito na aldeia pelas parteiras. Assim, legitimam o discurso do perigo, o qual as jovens grávidas ficam expostas, caso optem por ter seus filhos em casa e que essa prática é coisa do passado;

(f) devido haverem poucas mulheres conhecedoras das plantas medicinais, como prepará-las e ainda como aplicá-las faz com que diminua ainda mais a crença das mais jovens no tratamento tradicional dentro das aldeias, quando comparam com o aparato que veem dentro dos hospitais ou mesmo nos ambulatórios, não que sejam tão bem equipados assim, com poucas exceções;

(g) a tecnologia, ambulâncias e muitos hospitais são outros elementos que passam a estas pessoas a ideia de estarem em segurança para o parto acontecer no hospital;

(h) a ausência de vegetação abundante nas redondezas das sete aldeias limita o acesso as plantas medicinais o que dificulta a existência de um espaço de convívio para o aprendizado das jovens Kaingang com as especialistas na questão e, com isso, fortalecer a cultura.

Diante desses problemas detectados entende-se por que a crença no tratamento tradicional Kaingang perde força na prática, visto que no discurso afirmam utilizá-lo. Poucas disseram que não haviam parentes capazes de apreender o conhecimento como um todo e que assegurasse a vida delas e da criança recém nascida. Mas esse tipo de opinião é repudiado pelos caciques e pelas mulheres que narraram suas experiências. A questão é tratada com seriedade e respeito por esses, pois consideram que "[...] os que falam que a tradição não existe mais não merecem ser Kaingang, pois somente quem perdeu a cultura é que não valoriza suas tradições." (Informação verbal, cacique Kaingang).

Todas as mulheres entrevistadas que detém o conhecimento deixaram claro que fazem o acompanhamento da gestante dentro do saber tradicional somente se forem procuradas. Não as forçam, não as procuram, deixam-nas à vontade, ou seja, fazem o acompanhamento paralelo ao feito no posto de saúde. Disseram seguir a gestante até o último momento com chás, unguentos, banhos, alimentação, veem a barriga, tudo que estiver ao alcance delas. É a forma de cuidarem dos seus jovens, assegurarem a tradição e passarem o saber. Com isso estas jovens transitam entre a cultura do sistema da medicina oficial e o sistema da medicina tradicional Kaingang.

As agentes indígenas de saúde (AIS) entrevistadas mencionaram experiências que tem sido feitas quanto a capacitação mínima que procuram dar aos profissionais nos hospitais onde trabalham. Essas profissionais indígenas buscam passar o máximo de informações para que o respeito à cultura seja praticado na hora em que os enfermeiros(as) ou médicos(as) recebem as mulheres indígenas para terem seus filhos. Ao mesmo tempo procuram passar informações as gestantes de como o hospital e seus profissionais procedem. Com isso os AIS tem procurado fazer a conexão entre o saber da medicina oficial e o da medicina tradicional Kaingang. Estratégia que precisa ser mais reforçada pelas instituições por meio de políticas públicas.

Existem experiências que têm sido propagadas pelos meios de comunicação, as quais tem ocorrido, por exemplo com os Guarani. Menciona-se o trabalho noticiado em 2008 exibido no Portal do governo do Estado de São Paulo, o qual dizia que dez hospitais da capital, interior e litoral estariam oferecendo atendimento diferenciado às parturientes da etnia Guarani respeitando as tradições indígenas quanto a alimentação e a entrega da placenta às mães.

Outro informe vem da Agência de Saúde em 2011, que se refere ao desafio da Diretora de Atenção à Saúde Indígena do Ministério da Saúde, no Seminário Sul/Sudeste de Saúde Indígena, o qual menciona a necessidade de se entender a “importância dos pajés, da parteira tradicional, dos xamãs e dos curandeiros na prática da medicina no dia-a-dia”. Com isso é possível perceber que ações de políticas públicas, que tem sido postas em prática ainda são insuficientes. A participação das diferentes etnias tem demonstrado que o assunto é do interesse deles e querem mudar a situação atual de segmentação dos saberes, onde a balança tem pesado em favor da medicina oficial em detrimento da medicina tradicional indígena.

Ocorre que a parteira tradicional nem sempre é aceita no sistema oficial de saúde, imagina-se a presença do pajé para contribuir no tratamento da parturiente que vai ter seu filho no hospital, mesmo que os eventos mencionados acima tenham acontecido. A ideia está na pauta das discussões das comunidades indígenas e de comunidades não indígenas que vivem em lugares distantes nas regiões de nosso país, como por exemplo na Amazônia.

No portal do EcoDebate – Cidadania & Meio Ambiente (2010), encontrou-se informações sobre a questão do parto tradicional, que estende-se as parteiras não indígenas, as quais também vivenciam a dificuldade, junto ao sistema oficial de saúde, em assimilar a importância de seus trabalhos. O que elas têm reivindicado é a parceria com profissionais de saúde e o apoio do SUS para fazerem o parto domiciliar

assistido. O tema foi discutido em agosto de 2010, em Brasília, por profissionais da categoria em questão, profissionais das instituições de saúde, gestores, representantes de organizações não governamentais e pesquisadores de 15 estados brasileiros. Todos participam do Encontro Nacional de Parteiras Tradicionais: Inclusão e Melhoria da Qualidade da Assistência ao Parto Domiciliar no Sistema Único de Saúde.

A subsecretária nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Lena Peres disse, na época, entender que a partir do reconhecimento do SUS, as parteiras poderão ser cadastradas e receber qualificação para orientar as mães sobre os cuidados com os recém nascidos e ter acesso a materiais, como por exemplo, luvas, álcool e transporte, caso haja complicações no parto. O cadastro ajuda, segundo a subsecretária na identificação para facilitar o registro civil. As parteiras deixaram claro no Encontro que também buscam o direito à remuneração e aposentadoria. Portanto, evidencia-se fazer parte da rotina encontrar parteiras no interior dos estados do Norte e Nordeste do país, em geral, em regiões pouco urbanizadas.

A dificuldade de integração entre o trabalho feito pelas parteiras e o Sistema oficial de saúde também foi citada como um dos motivos para a necessidade de que a profissão seja reconhecida pelo SUS. Edna Brandão, da etnia Shanenawa do estado do Acre, coordenadora da Sitöakore, organização de mulheres indígenas reforça que:

Parteiras são barradas em maternidades quando querem acompanhar a mulher ou pedir materiais, mas elas são as verdadeiras profissionais de saúde da floresta porque são formadas lá e têm mais experiência do que quem possui a teoria.

As experiências na prática do processo do parto e as incursões para que políticas públicas ocorram neste campo são inúmeras. As distâncias relativas ao patamar das reivindicações é que as diferencia. O reconhecimento quanto ao saber tradicional não está presente apenas nas

narrativas das mulheres indígenas, mas também das não indígenas. Portanto, o sistema oficial de saúde pública, no que se refere ao processo de parto e por que não estender ao campo mais amplo o da saúde da mulher não está preparado para compartilhar os saberes da diversidade cultural.

Desta maneira, conclui-se que a narrativa constitui um novo momento, um novo discurso. Estes discursos textualizados são interpretações que as sociedades dão para a sua história. Portanto, a narrativa, interpretada a partir da história do grupo, revela as transformações acontecidas na organização das famílias Kaingang das sete aldeias fixadas no Vale do Taquari e Grande Porto Alegre. Além disso, entendeu-se que a falta de conexão entre os saberes dificulta, não somente o atendimento das mulheres que buscam o conhecimento médico oficial, mas também impede que haja o diálogo e a prática efetiva dos dois conhecimentos durante o processo da gestação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das plantas medicinais colhidas no mato, para a preparação dos chás, banhos, bafo, afumegação para o tratamento durante o processo do parto estão presentes em todos os relatos. Isso deixa evidente a importância de que as aldeias tenham ao seu redor uma cobertura vegetal abundante. Diante disso, viu-se que estas famílias Kaingang vivem um novo momento e o fortalecimento do grupo com o incentivo ao conhecimento tradicional é fundamental.

Mesmo com as mudanças ocorridas tanto de lugar, para formarem novas aldeias, quanto ao uso das medicinas tradicional e oficial, os Kaingang não abandonaram seus antigos costumes de tratamento do corpo físico e espiritual. Certamente, as mudanças de lugar e a divisão do grupo familiar extenso formou lacunas no saber, visto que os mais velhos

permaneceram nas terras indígenas. Além disso, deve-se considerar que o meio ambiente em que vivem hoje não é o mesmo, todavia, os espaços do conhecimento foram preenchidos com a aquisição de outros saberes. Diante disso, eles têm procurado associar um tratamento com outro e compreende-se hoje serem complementares.

Apesar das mais jovens demonstrarem medo de terem seus filhos nas aldeias não deixam de fazer o tratamento com as mulheres que detém o conhecimento, de trocar informações com as mais experientes, por mais que tenham dúvidas do que é o melhor para elas. Isso não tem impedido que crianças tenham nascido em algumas aldeias e em outras aldeias se tenham procurado os hospitais, ou ainda, as duas situações acontecerem na mesma aldeia.

A cultura permanece mesclada, como toda cultura, uma colcha de retalhos pronta para ser interpretada, reconhecida e até mesmo lida, como parte da construção do saber de um povo.

Todas as narrativas mostraram o valor da mata, como depositaria da matéria prima e constituinte da relação entre homem/meio ambiente/homem, para a cultura tradicional permanecer.

Diante do exposto concluiu-se que a valorização do conhecimento tradicional ficou evidenciada nos relatos, assim como o fortalecimento da tradição faz parte do cotidiano destas aldeias. Isto porque os acompanhamentos feitos às mulheres grávidas após o nascimento da criança, deixam claro a permanência da tradição e o incentivo à cultura, mesmo com os problemas levantados e as mudanças mencionadas nos relatos.

Entendeu-se que nem toda pessoa é certa para adquirir o conhecimento, por isso não é fácil passa-lo adiante, fato mencionado por algumas mulheres. Esta observação coletada em campo também foi ouvida de pajés e curandeiros de outras etnias que vivem em outros lugares do país. Neste sentido, o encontro de Kujãs que vem sendo realizado na aldeia Morro do Osso se tornou um evento importante, pois

não somente reafirma a identidade étnica como reúne os ícones fundamentais de uma organização sócio política e cosmológica. No encontro participam pajés, parteiras e curandeiros das terras indígenas, que se mencionou ao longo deste texto, onde trocam suas experiências e as colocam em prática, como por exemplo realizam batizados e fazem curas. Portanto, esta é uma estratégia para o fortalecimento do conhecimento tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA Brasil. ECODebate. Cidadania & Meio Ambiente. Encontro Nacional de Parteiros Tradicionais discute inclusão do parto domiciliar no SUS, Brasília, 2010.

ANAÍ- Associação Nacional de Apoio ao Índio. Disponível: <<http://portal.mj.gov.br>>. Consultado em 21/04/2013.

ANAIS da I Reunião de Monitoramento - Medicina Tradicional Indígena em Contextos. Luciane Ouriques Ferreira e Patricia Silva Osório (org.). Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Carências Nutricionais. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002 (DOU nº 26 - Seção 1, p. 46 a 49, de 6 de fevereiro de 2002).

BOLDARINE, Rosaria de Fátima. Representações, narrativas e práticas de leitura: um estudo com professores de uma escola pública / Rosaria de Fátima Boldarine. – Marília, 2010

DECRETO nº3551 de 4 de agosto de 2000. Disponível em <<http://www.planalto.org.br>>. Consultado em 30 de abril de 2013.

ESTUDO de Impacto Ambiental das obras de duplicação da rodovia BR-386/RS trecho: entr BR-158 (a) (div SC/RS) – entre BR-116 (b) /290 (Porto Alegre), subtrecho: entr BR-453/RS-130 (p/Lajeado) – entr BR-287 (a) (Tabaí), segmento: km 350,8 – km 386,0, com 35,2 km de extensão. Brasília, 2009.

FREITAS, Ana Elisa de Castro e ROKÀG, Francisco dos Santos. O kujà e o sistema de medicina tradicional kaingang – “por uma política do respeito”: Relatório do II Encontro dos Kujà, Terra Indígena Kaingang Morro do Osso, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. V. IV, nº7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2007.

NEVES, Ivânia dos Santos. Narrativas tupi de criação da lua: recorrências e dispersões. In: ANAIS DO SETA, nº 3, 2009.

PLANO Básico Ambiental das Obras de duplicação da rodovia BR-386, segmento 350,8 - km 386,0 RS trecho: entr BR-158 (a) (div SC/RS) – entre

BR-116 (b) /290 (Porto Alegre), subtrecho: entr BR-453/RS-130 (p/Lajeado) – entr BR-287 (a) (Tabaí), segmento: km 350,8 – km 386,0, com 35,2 km de extensão. Brasília, 2010.

PLANO de Manejo Participativo do Parque Natural Morro do Osso/Maria Carmen Sestren-Bastos (Coord.), Porto Alegre, 2006.

RELATÓRIO Trimestral de Acompanhamento. Jan/12 a Mai/12. Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC, 2012.
Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

SOARES, Juliana. Aspectos comuns da organização social Kaingang, Xavante e Bororo. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 44-67, jan./jun. 2008.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes e JORGE, Luiz Eduardo. A Etnofotografia como meio de conhecimento no campo da educação. In: Habitus, Goiânia, v. 5, n.1, p. 63-76, jan./jun. 2007.

TOMMASINO, Kimiye e FERNANDES, Ricardo Cid. Kaingang. 2001. Disponível: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/286>>. Consultado em 21/04/2013.

VEIGA, Juracilda. Cosmologia e práticas rituais Kaingang. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2000.

VIRGÍLIO, Corrêa Filho. “Curt Nimuendajú”. In Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

1.6 SUBPROGRAMA DE AQUISIÇÃO FUNDIÁRIA

A equipe da FAPEU – escritório de Porto Alegre/RS – tem como objetivo localizar áreas a venda que possam ser destinadas para os índios da etnia Kaingang, os quais necessitam de terras com vasta extensão de mata nativa, como por exemplo, o cipó, para a confecção de produtos artesanais que hoje são vendidos às margens das rodovias e nos principais centros urbanos das cidades.

O Subprograma de Aquisição Fundiária previa a aquisição de 33 ha em favor da comunidade Indígena de Estrela e de 17 ha em favor das comunidades de Lajeado, Farroupilha, São Leopoldo, Morro Santana, Morro do Osso e Lomba do Pinheiro. No ano de 2012, foi dada prioridade às comunidades de Estrela e Lajeado tendo em vista serem as áreas situadas na área de influência direta do empreendimento. Tal prioridade foi solicitada pela FUNAI quando da anuência para a emissão da LI. Foram realizadas oficinas de definição do perfil das áreas a serem adquiridas, com participação da FUNAI, conforme já relatado em relatórios anteriores.

Ao longo do ano de 2012, procederam-se diversas discussões acerca dos mecanismos viáveis de aquisição de tais áreas por parte do DNIT, tendo em vista as particularidades e limites de atuação da administração pública federal. Tais discussões se deram no sentido de esgotar todas as possibilidades no que diz respeito aos mecanismos de aquisição e sua viabilidade técnica e administrativa.

Para realocação da Aldeia Estrela, em área contígua a área atualmente ocupada pela Comunidade, foi realizada a desapropriação de uma área de 6,4 ha. Para tanto, foi realizado levantamento topográfico e cadastral da área e instauração de processo administrativo no DNIT. Tal processo foi objeto de questionamento por parte da PFE DNIT e mediante a demonstração do nexos causal entre as obras e a necessidade de realocação da aldeia Estrela, o mesmo foi aprovado. Tal processo culminou com a expedição da Portaria nº 1.251 de 01/12/2011 por parte

DNIT declarando de utilidade para fim social de construção da aldeia Indígena Kaingang de Estrela uma área de 6,4 ha.

Tendo em vista o sucesso do mecanismo de desapropriação no caso da área destinada a nova aldeia Estrela e considerando que este é um mecanismo tecnicamente viável para a administração pública, a Superintendência do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul solicitou a realização de consulta à FUNAI quanto à possibilidade de que a aquisição de áreas a título de compensação fosse realizada por meio de desapropriação. Tal consulta foi realizada em reunião junto à CGGAM no dia 10 de fevereiro de 2012.

Em 18 de abril de 2012 a Procuradoria da FUNAI se manifestou positivamente quanto à aquisição de áreas por meio de desapropriação.

De posse de tal manifestação a Superintendência do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul realizou consulta à PFE DNIT a fim de obter anuência prévia da mesma para a realização da aquisição em tela por meio de processos de desapropriação. Destaca-se que neste caso a desapropriação é o mecanismo de aquisição, sendo que os processos são consensuais, ou seja, os proprietários tem que manifestar interesse na negociação das áreas. O DNIT realizou consulta à FUNAI anteriormente à consulta a sua própria Procuradoria tendo em vista que aquela Fundação já havia estabelecido o roteiro metodológico a ser adotado na aquisição das áreas a título de compensação e o mesmo não envolvia desapropriação e sim aquisição direta. No momento aguarda-se a manifestação da PFE DNIT a fim de dar continuidade à procura das áreas previstas no Subprograma Fundiário.

Em 09 de julho de 2012, na sede da FUNAI, em Porto Alegre, a equipe de Gestão Ambiental, o DNIT e as lideranças das 07 Comunidades Indígenas Kaingang reuniram-se para a apresentação da equipe técnica que acompanhará o processo de aquisição de terras e para a discussão e levantamento do perfil básico desejado pelas Comunidades quanto à terra

a ser adquirida. A equipe contratada, conjuntamente com as lideranças das 07 Comunidades Kaingang, já está trabalhando na identificação de áreas, na consulta cartorial da situação das áreas identificadas, na apresentação das áreas propostas às lideranças e comunidade e nos encaminhamentos quanto ao processo de aquisição. O registro da ata da reunião segue em anexo.

A partir desta reunião a equipe responsável pelo subprograma fundiário realizou visitas a todas as comunidades, a fim de detalhar suas expectativas, e deu início às atividades de busca de áreas no mercado, verificação de sua aderência aos parâmetros estabelecidos em cada comunidade, conversas com os proprietários, e avaliação de preços.

Posteriormente a esta primeira etapa a equipe organizou a ida, das Lideranças e dos membros das Comunidades que se mostraram interessados, a cada uma das áreas identificadas a fim de que as mesmas escolhessem a terra que atendia a suas expectativas e demandas. Relatórios das visitas às áreas e atividades do fundiário são apresentados em anexo ao presente subprograma.

Deste modo a equipe estabeleceu como meta o fechamento de uma área para cada Comunidade e, posteriormente, serão tratados os remanescentes de área de cada uma delas. Outra situação que vem sendo vivenciada é a disponibilidade de áreas de dimensões superiores àquelas previstas no PBAI. Nestes casos em geral as propriedades são mais afastadas das áreas urbanas e, portanto, possuem valores mais baixos. A equipe vem considerando tais áreas, de dimensão maior, caso os valores sejam inferiores àquelas situadas no entorno das cidades, de modo que os processos de aquisição se mantenham equilibrados financeiramente.

As áreas já em fase de montagem de processo no âmbito do subprograma são apresentadas nos quadros abaixo.

Aldeia em Estrela	
Descrição	
Área	6 hectares
Localidade	Estrela
Proprietário	Herivelto Villanova
Situação	Levantamento de documentação

Aldeia Lomba do Pinheiro	
Descrição	
Área	22ha
Localidade	Porto Alegre, bairro Restinga
Proprietário	Mirna Beatriz Geiss
Situação	Levantamento de documentação

Aldeia de Lajeado	
Descrição	
Área	14ha
Localidade	Tabaí
Proprietário	João Alfredo Meurer
Situação	Levantamento de documentação

Aldeia de São Leopoldo	
Descrição	
Área	8ha
Localidade	São Leopoldo
Proprietário	Casa Mena Magazine Ltda.
Situação	Levantamento de documentação

Aldeia Morro Santana – Vila Safira	
Descrição	
Área	31ha
Localidade	Porto Alegre, bairro Restinga
Proprietário	Maria da Graça Pereira Rodrigues
Situação	Levantamento de documentação

ANEXO - Declaração de Utilidade Pública da área destinada à Aldeia Estrela

<p>Diário Oficial da União - Seção I</p>	<p>Nº 231, sexta-feira, 2 de dezembro de 2011</p>
<p>DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>PORTARIA Nº 1.251, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011</p> <p>O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, inciso IX, do art. 82, da Lei nº 10.233, de 05/06/2001, inciso XIX, do art. 1º da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27/04/2006, art. 5º, alínea "f", do Decreto-Lei nº 3.363, de 21/06/1941, e a competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DQ/DNIT nº 1035, de 10/10/2011, publicada no D.O.U. de 11/10/2011, para exercer as atribuições constantes dos incisos III IV e V, do art. 124, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, de 31/01/2007, e Conselho de Administração do DNIT, publicada no D.O.U. de 26/02/2007, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 50610.001864/2011-08, resolve:</p> <p>Declarar de utilidade pública para efeitos de desapropriação e afetação a fins socioambientais uma área de terras de 67.189,50 m² e as benfeitorias porventura nela existentes, necessárias à relocalização de comunidade indígena Kamgangs e à reconstrução da Aldeia Estrela, conforme exigido por condicionante ambiental (item 2.16 da Licença de Instalação nº 709/2010 do IBAMA referente às obras de adequação de capacidade, duplicação e melhoria da rodovia BR-386/RS Trecho Entr. BR-158(A) Divisa SC/RS - Entr. BR-116(B) Porto Alegre, Segmento: Km 351,5 - Km 385,3, entre as estações BR-567,79 LD a BR-953,72 LD, conforme levantamento planimétrico e memorial descritivo acostados às folhas 38-39, do Processo nº 50610.001864/2011-08, aprovados pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul e contendo a seguinte descrição de perímetro: A área demarcada pela linha perimétrica. Início no vértice P1 de coordenada N=6.730.071,8960 e E=413.299,457 situado na cerca da faixa de domínio do lado direito da BR-386/RS, Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, na divisa com a área remanescente de propriedade de Ervelton Villanova, que segue em azimute (247°19'07") e distância de 250,39 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Ervelton Villanova até o vértice P2 (18°57'32") de coordenadas N=6.729.975,3511 e E=413.068.3573, deste segue com azimute (198°14'44") e distância de 114,26 metros, confrontando com a área de propriedade de Antônio Jacob Zwartes até o vértice P3 (82°40'34") de coordenadas N=6.729.861,7730 e E=413.055,8636, deste segue com azimute (89°10'13") e distância de 581,46 metros, confrontando com a área de propriedade de Valdomiro Edelwein até o vértice P4 de coordenadas N=6.729.870,1870 e E=413.631,3207 e deste segue com azimute (300°50'12") e distância de 396,30 metros em uma linha curva, confrontando com a cerca da faixa de domínio da BR-386/RS, Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, até o vértice P1, ponto final da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas estão georeferenciadas ao sistema geodésico brasileiro, monocêntrico representado no sistema UTM, referenciados ao meridiano central -45°WGR, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros estão calculados no plano de projeção UTM. O desenho FEET nº 1182/11, relativo ao levantamento planimétrico da área declarada de utilidade pública, fica depositado no Arquivo Técnico da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.</p> <p>TARCÍSIO GOMES DE FREITAS</p>	<p>II - formular, implementar, monitorar e avaliar a gestão da Política de Tecnologia da Informação;</p> <p>III - aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do DNIT;</p> <p>IV - definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação para o DNIT;</p> <p>V - estabelecer e propor Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;</p> <p>VI - monitorar os valores definidos no orçamento para o conjunto de todos os segmentos do DNIT, relacionados à Tecnologia da Informação, de tal forma que o seu uso se dê sempre de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;</p> <p>VII - avaliar os sistemas de informação do DNIT e propor suas atualizações, revisões e desativações;</p> <p>VIII - recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e da Intranet;</p> <p>IX - estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços Internet/Intranet, bem como dos novos sistemas e tecnologias existentes no mercado;</p> <p>X - aprovar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação, em especial para os servidores lotados na Área de Tecnologia da Informação;</p> <p>XI - recomendar adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas e inventário dos principais sistemas e base de dados;</p> <p>XII - formular, implementar e monitorar o processo de gestão de contratos de TI;</p> <p>XIII - implementar o gerenciamento do processo de contratações de bens e serviços de TI com seus respectivos níveis de acordos de nível de serviço, aderindo-o à Instrução Normativa nº 04/2010, da SLTI;</p> <p>XIV - elaborar o seu regimento interno, no prazo de 90 dias, contados da data de publicação desta portaria e submetê-lo ao Diretor-Geral do DNIT;</p> <p>XV - criar grupos de trabalho e câmaras técnicas para encontrar soluções diante de exigências suscitadas pelo DNIT e/ou pelo Governo Federal;</p> <p>XVI - participar de fóros de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, bem como ser órgão difusor dessas participações junto ao DNIT;</p> <p>XVII - divulgar um cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI.</p> <p>Parágrafo único. Caberá ao CTI desenvolver ações estruturantes e de controle para a plena implantação do alinhamento estratégico e para o estabelecimento de metas anuais, em conformidade com o que determinar a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI vigente, ou, ainda, para o cumprimento dos compromissos periódicos acerca das demandas da área de TI.</p> <p>Art. 3º - O CTI será composto pelos seguintes membros:</p> <p>I - Diretor-Geral;</p> <p>II - Diretor Executivo;</p> <p>III - Diretor de Administração e Finanças;</p> <p>IV - Diretor de Infraestrutura Rodoviária;</p> <p>V - Diretor de Planejamento e Pesquisa;</p> <p>VI - Diretor de Infraestrutura Aquaviária;</p> <p>VII - Diretor de Infraestrutura Ferroviária;</p> <p>VIII - Coordenador-Geral de Modernização e Informática.</p> <p>§ 1º - O CTI será presidido pelo Diretor-Geral do DNIT e em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto/vogante, qual seja, o Diretor-Geral Substituto, assim como os demais membros do Comitê, em seus afastamentos e impedimentos legais, serão representados por seus respectivos Diretores Substitutos ou Coordenador-Geral substituído no caso do Coordenador-Geral de Modernização e Informática.</p> <p>§ 2º - A substituição confere plenos poderes de decisão para os substitutos, para que as deliberações produzam todos seus efeitos no âmbito da Administração.</p> <p>Art. 4º - Incumbe ao Presidente do Comitê de Tecnologia da Informação, ouvido os demais membros do Comitê</p> <p>I - criar grupos ou comissões para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do CTI e indicar os coordenadores dentre os membros do Comitê;</p> <p>II - indicar representantes para participar de fóruns de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, e</p> <p>III - exercer outras atribuições que lhes forem atribuídas em regimento interno.</p> <p>Art. 5º - A Diretoria de Administração e Finanças prestará o apoio técnico e administrativo ao Comitê.</p> <p>Art. 6º - O regimento interno do Comitê definirá o detalhamento e o funcionamento do CTI.</p> <p>Art. 7º - Revoga-se a Portaria nº 454, de 29 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 29 de julho de 2003, Seção 1, Página 51, e todas as disposições em contrário.</p> <p>Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>TARCÍSIO GOMES DE FREITAS</p>
<p>PORTARIA Nº 1.252, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011</p> <p>O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 1.035/DQ, de 10/10/2011, publicada no DOU, de 11/10/2011, o artigo 21 e Parágrafo 2º, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27 de abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006, e o artigo 124, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007, e considerando a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de informática para assegurar o cumprimento das políticas institucionais da autarquia, e tendo em vista o constante no processo nº. 50600.021039/2011-31, resolve:</p> <p>Art. 1º - Instaurar, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI, com a finalidade de planejar e integrar todas as iniciativas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, abrangendo os Sistemas e Serviços de Informática, comunicação de dados, banco de dados, internet, intranet, extranet e identificação do suporte de TIC nos processos do DNIT, com o objetivo de assegurar a qualidade, a eficiência e a eficácia das referidas atividades e otimizar a relação custo-benefício na aquisição e no desenvolvimento de software e hardware, além de garantir a manutenção de padrões adequados condizantes com os usuários.</p> <p>Art. 2º - Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação - CTI:</p> <p>I - propor e executar a Política de Tecnologia da Informação do DNIT por meio de um plano integrado de ações, considerando o Planejamento Estratégico da autarquia, suas orientações mercadológicas e as políticas e orientações do Governo Federal,</p>	<p>Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.</p>

ANEXO - Registro da ata da reunião geral

ATA REUNIÃO GERAL DO SUBPROGRAMA FUNDIÁRIO PBA 386 RS
 09 de junho de 2012 - Sede FUNAI (EM TEMPO: 09/07 de 2012)
 Participantes: Comunidades Indígenas Kaingang, Equipe FAPEU, DNIT, FUNAI (lista presenças anexa)
 Pauta:
 *Exposição do processo de aquisição de terras indígenas;
 *Explicação dos procedimentos para aquisição da terra;
 * Esclarecimento de dúvidas e demandas;
 *Levantamento do perfil da terra desejada por Comunidade Indígena;
 Encaminhamentos:
 Perfil desejado:
 Estrela – 06 hectares junto a cidade de Tramandaí e as demais junto a atual aldeia (já definidas);
 São Leopoldo – preferencialmente área disponível junto a atual aldeia, preferencialmente no município de São Leopoldo, total de 10 hectares (reivindicam a permuta dos valores correspondentes aos demais 7,5 hectares); área com água, mato nativo, área para plantio, acesso desde que para aldeia, relevo não é condicionante.
 Morro do Osso – preferencialmente área junto a atual aldeia, área com mato nativo, água, junto à estrada ou rodovia para venda de artesanato.
 Morro Santana – pede prazo de uma semana para definir junto à comunidade em consenso. Farão reunião da comunidade e encaminharão ata com as definições.
 Lomba do Pinheiro - preferencialmente ampliação da atual área, 03 proprietários, preferencialmente no bairro. Área com acesso a avenida do trabalhador ou outra na região; para produção de matéria prima para artesanato, com água, mata nativa, área para plantio.
 Farroupilha - preferencialmente avaliar área contígua junto a atual aldeia. Próxima ao acesso de rodovia, área com mato nativo, terra plana, com água, preferencialmente próxima a atual área, em zona próxima aos serviços urbanos. Lajeado – demanda área junto a acesso de rodovia e do ponto de artesanato; área de mata e campo; água; abrem a possibilidade de ser em outro município próximo.

Aleixo de Oliveira
Francisco dos Santos
Guilherme
Mario
Valdomiro Verjueiro
Adriano
Adriane F. Fidelis

Reunião Comunidades Kaingang

Data: 09 de Julho 2012

Assunto: Terras Indígenas

Nome	Comunidade	Entidade
Marcia PASSIVA NERI Ribeiro. Quilômetro de fronteira	Estrela	
Antônio Vilela Quilômetro São Lourenço		
Alcides de Almeida cacique Calebe Ribeiro	São Leopoldo Foz de Azevedo	
Fri. Rubem	Morro Santana	
Domil Ribeiro	Foz de Azevedo	
Daurio VAZ		
Elis Fidelis	Morro Santana	
Armando Galo		
Saul Sato	L. Pinheiro	
Jaime Alves	L. Pinheiro	
Valdomiro Venâncio	Mar do Oesso	
Francisco da Santa	Aldeia Lajado	
HILSON PINHEIRO da Silva	DNIT/RS	
André Miranda Lopes	FAU	
Edirlei Fidelis	morro Santana	
Alexander C. Ribeiro	Foz de Azevedo	

Edifício Manoel Comia	-	FAPES - UFSC
Manoel Z. Dornas	-	FAPES - UFSC
Encida Brasil	-	FAPES - UFSC
Jorge Carvalho	-	FUNAI - POA
Ronaldo Machado	-	FAPES - UFSC


No dia 11 de abril de 2013, na aldeia de Estrela, município de Estrela reuniram-se Caciques e Lideranças das Comunidades Indígenas Kaingang de Estrela, Lajeado, Farroupilha, Morro Santana, Morro do Osso, Lomba do Pinheiro e São Leopoldo, membros da Equipe FAPEU, representantes do DNIT, FUNAI, Ministério Público Federal, coordenadoria regional de educação e Conselho de Missão entre Índios (COMIN) para nivelamento das ações e deliberações acerca da situação atual dos processos de aquisição fundiária e deliberações da compra do caminhão. O registro da ata e lista de presenças segue anexo.

ATA DA REUNIÃO GERAL DO SUBPROGRAMA FUNDIÁRIO PBA 386 RS

Aos 11 dias do mês de abril de 2013, às 10h, encontraram-se na Aldeia de Estrela os Caciques e Lideranças das Comunidades Indígenas Kaingang de Estrela, Lajeado, Farroupilha, Morro Santana, Morro do Osso, Lomba do Pinheiro e São Leopoldo, Equipe FAPEU, DNIT, FUNAI, Ministério Público Federal, coordenadoria regional de educação e representantes do COMIN para tratar do Subprograma fundiário do PBA 386. A Cacique Maria Conceição e o Vice Cacique deram as boas vindas a todos e explicam que o objetivo da reunião convocada pelas 07 Comunidades tem o objetivo de cobrar a compra da terra e a construção das casas previstas para a Aldeia de Estrela. Na sequência se pronunciaram as principais lideranças, pela ordem: Felipe da Lomba do Pinheiro, Jaime Alves da Lomba do Pinheiro, Eli Fidélis do Morro Santana, Zacheu da Lomba do Pinheiro, Valdomiro do Morro do Osso, Alécio de São Leopoldo, Odirlei Fidélis do Morro Santana, Francisco de Lajeado, Carlos de Estrela, Ari Feliciano de Morro do Osso, Antonio de São Leopoldo, e Neri de Farroupilha. As falas giraram em torno da cobrança pela terra, “cumprimento do que está no papel”; indicam “faremos outro tipo de movimento caso não tenhamos a resposta hoje”; “uma das alternativas é recorrer ao Ministério Público”; indicam “a obra vai parar caso não saiam às terras”; que “todos estão juntos para trancar a estrada”; alegam que “até agora apenas cestas básicas e agora a semente, qual o prazo da terra? O que vai ser cumprido?”; ressaltam que a “prioridade é a terra, da terra brota o resto”; “terra é um espaço de expressão cultural”; “a estrada não vai passar antes de tudo ser cumprido”; “DNIT não está fazendo mais que a sua obrigação, quem tirou a riqueza do índio foi o branco, quem tirou o Brasil de nós?”; “índio não quer migalha índio quer a terra que foi roubada”. Diante das críticas algumas lideranças se manifestaram acerca das ações realizadas e que não estavam previstas no PBA “agradecemos ao DNIT pelo apoio na organização das associações”. Cobram “estão tentando levar pra fora o saber do indígena, não interessa pro DNIT o que acontece dentro das

aldeias” foi lembrado ainda que “o apoio ao resgate do conhecimento tradicional estava previsto no PBA”; com relação à entrega das cestas básicas questionam “como que as cestas básicas serão suspensas em agosto se a obra ainda não terminou?”; cobram ainda demora na entrega das sementes. Com relação à aquisição do caminho não demonstram consenso algumas lideranças alegam que “a prioridade é a terra”. Ao final das manifestações a palavra foi passada para a Coordenadora do PBA Juliana Roscoe que passou a esclarecer ponto a ponto das manifestações. Ressalta que as cestas básicas serão entregues enquanto durar a obra; Que o primeiro convênio vence em 18 de junho de 2013 e que já foi encaminhado plano de trabalho para prorrogação do prazo até 14 de maio de 2014; Manifesta que entende e reconhece a relevância da cobrança pela aquisição da terra; Explica o pioneirismo do DNIT neste tipo de desapropriação uma vez que até então o DNIT tinha atribuição única a desapropriação em faixas de domínio da obra; Explica a complexidade da compra de terra por parte do Governo diferente do setor privado onde basta ter o dinheiro e terra disponível e a negociação tá pronta, para o Governo é necessário todo um processo e neste caso foi necessário criar um modelo de aquisição de terras além da faixa de domínio o que se explica por tratar-se de compensação; Explica que os processos que já foram definidos farão parte da audiência que ocorre de 20 a 24 de maio onde serão feitas as homologações por parte da justiça para desapropriação; lembra todos que muitos dos atrasos se deve a indefinição por parte das lideranças quanto a terra; Ressalta que a aquisição da terra também é prioridade pro DNIT porque este precisa atender o programa de recuperação de áreas degradadas nas novas terras uma vez que nas atuais aldeias todo as áreas são de uso. Esclarece que o DNIT precisa da terra para implantar os centros culturais; informa que o PBA da BR 386 está sendo e será cumprido. Com relação à situação atual dos processos de aquisição da terra esclarece que parte das áreas de São Leopoldo, Lajeado, Estrela e Lomba do Pinheiro já estão prontos e encaminhados para a audiência de maio. As áreas de Morro do Osso, Farroupilha e Morro Santana estão em fase de finalização do processo para encaminhamento ao jurídico do DNIT e o restante de hectares de Estrela, Lajeado, São Leopoldo e Lomba do Pinheiro precisam ser definidos com urgência e será prioridade da equipe do Fundiário. Explica que após a definição da área por parte das lideranças se faz necessário à conferência da área através da topografia e da certidão em cartório e que em muitas situações não conferem. Após esta conferência é montado o processo que segue para parecer do jurídico do DNIT, prazo que chega a oscilar entre 01 mês e 01 mês e meio. Após parecer favorável a área precisa ainda de homologação na justiça em audiência específica. Na sequência Juliana esclarece a situação atual do caminho cujo pregão eletrônico para compra já tem data marcada para 16 de abril e após a assinatura do contrato o caminho estará disponível num prazo de 40 a 60 dias. Lembra que as lideranças e a FUNAI precisam acertar aspectos da gestão do

caminhão uma vez que o mesmo será repassado pela FAPEU diretamente para FUNAI; As lideranças sugerem uma reunião com a FUNAI no dia 17 de maio, no turno da tarde, para tratarem da cedência do caminhão; Jorge da FUNAI irá buscar as alternativas da FUNAI para a transferência do caminhão à uma das associações indígenas e como funcionará as despesas de manutenção, combustível e motorista. Juliana explica ainda que o atraso na distribuição das sementes se deve aos prazos de coleta e secagem de algumas sementes. Quanto ao cronograma de entrada dos processos Juliana explica que parte da área de Estrela foi decretada em dezembro de 2012, em março foi feita a audiência de homologação da desapropriação, em 30 dias será feito o depósito em juízo para o proprietário quando a comunidade já pode ocupar a terra. Na sequência Juliana esclarece o atraso na confecção das casas da aldeia de Estrela. Explica que o processo de construção das casas exige uma série de licenças dos órgãos envolvidos, que foi definido que a contratação da empresa que irá construir será feito através do Regime Diferenciado de Contratação e que foi preciso criar um processo de preço novo uma vez que a maior parte do material de construção das casas não faz parte da tabela oficial de preços do DNIT. Nada mais havendo a ser tratado e esclarecido é encerrada reunião às 15h do dia 11 de abril de 2013. Segue lista de presenças.



PLANO BÁSICO AMBIENTAL BR-386 / SUBPROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG

LISTA DE PRESENÇA

Data: 11/04/2013 TEMA: _____

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ORGÃO	ASSINATURA
JULIANA SARTI ROSCOE	FAPEU	<i>[Handwritten Signature]</i>
Cleber Oliveira		<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Handwritten Name]</i>		<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Handwritten Name]</i>		<i>[Handwritten Signature]</i>
MARTIN SCHMACHTENBERG	EMATER-RS	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Orgão]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
Antonio dos Santos	Vice Cacique	
Mario C. Soares		<i>[Handwritten Signature]</i>
VANER BATISTA CAMPOS DE SA		MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL/LEIARDILES
Roger Machado		" " "

1



PLANO BÁSICO AMBIENTAL BR-386 / SUBPROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG

NOME	ORGÃO	ASSINATURA
Araceli Soares da Silva de Estrela		
Jorge Luis Carvalho	FUNAI/PA	
Araceli Soares de Estrela		
Graciano dos Santos		
Virgínia Menezes	Cooperado	
Dr. Moisés Gomes Santos		
Neli Ribeiro de Fagundes		
Priscilla Oliveira		
Tracyan S. Silva		
Albino Soares		
Elis Fidélio Moura Santana		
Marcos Vinícius Silva		



PLANO BÁSICO AMBIENTAL BR-386 / SUBPROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG


LISTA DE PRESEÇA




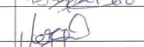


Data: 11/04/2013

TEMA: Terras, Casas e Caminhos

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ORGÃO	ASSINATURA
Araceli Fidélio Moura Santana		
Elis Fidélio Moura Santana		
Tereza Pezzer Moura Santana		
Maria Ione Pilger	COMIN	
Zaqueu F. Claudino		
Henri W. P. Vinício		
Neli Ribeiro de Fagundes		
Graciano dos Santos		
Enilda Brasil	FAPU	
CARLOS SOARES DE ESTRELA		

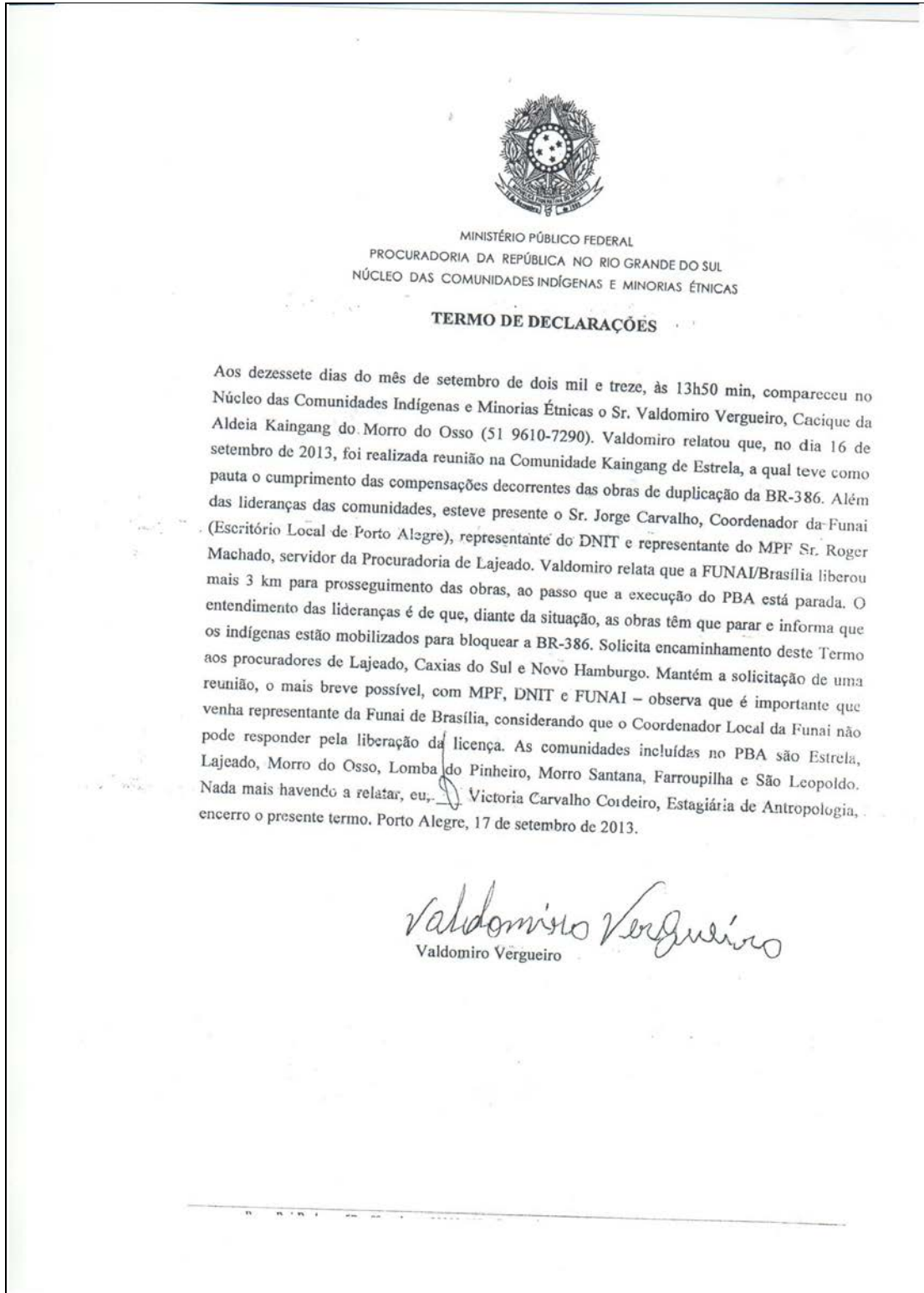

 PLANO BÁSICO AMBIENTAL BR-386 / SUBPROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG


NOME	ÓRGÃO	ASSINATURA
Felipe vicê cacique lomb do Piratino		
Valdomiro Venduciano - morro do asso		
Samuel Lopes da Piraia da		
Alencar G de Oliveira		
Jaimé Alves Lomba Vinheiro		
Ituma Kelle Sales		
Valdomiro Venduciano		
Silvia Ribeiro		

4

Novamente em 2013, em reunião(Figura 18) realizada na Aldeia de Estrela em 16 de setembro questionava-se a situação da aquisição fundiária. Tendo em vista que não houve consenso entre os participantes a referida reunião encerrou sem ata lavrada gerando a declaração (Figura 17) firmada junto a FUNAI pelo Cacique Valdomiro da Aldeia do Morro da Cruz, anexa abaixo, e marcação de uma reunião a ser realizada em 23 de outubro de 2013 entre a equipe da FAPEU, DNIT, FUNAI, Lideranças e Ministério Público Federal em Porto Alegre para apresentação da situação atual de compra de terras e explicações quanto aos processos e passos administrativos e jurídicos em andamento.

Figura 17 - Declaração




 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
 NÚCLEO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e treze, às 13h50 min, compareceu no Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas o Sr. Valdomiro Vergueiro, Cacique da Aldeia Kaingang do Morro do Osso (51 9610-7290). Valdomiro relatou que, no dia 16 de setembro de 2013, foi realizada reunião na Comunidade Kaingang de Estrela, a qual teve como pauta o cumprimento das compensações decorrentes das obras de duplicação da BR-386. Além das lideranças das comunidades, esteve presente o Sr. Jorge Carvalho, Coordenador da Funai (Escritório Local de Porto Alegre), representante do DNIT e representante do MPF Sr. Roger Machado, servidor da Procuradoria de Lajeado. Valdomiro relata que a FUNAI/Brasília liberou mais 3 km para prosseguimento das obras, ao passo que a execução do PBA está parada. O entendimento das lideranças é de que, diante da situação, as obras têm que parar e informa que os indígenas estão mobilizados para bloquear a BR-386. Solicita encaminhamento deste Termo aos procuradores de Lajeado, Caxias do Sul e Novo Hamburgo. Mantém a solicitação de uma reunião, o mais breve possível, com MPF, DNIT e FUNAI – observa que é importante que venha representante da Funai de Brasília, considerando que o Coordenador Local da Funai não pode responder pela liberação da licença. As comunidades incluídas no PBA são Estrela, Lajeado, Morro do Osso, Lomba do Pinheiro, Morro Santana, Farroupilha e São Leopoldo. Nada mais havendo a relatar, eu, *Victoria Carvalho Cordeiro*, Estagiária de Antropologia, encerro o presente termo. Porto Alegre, 17 de setembro de 2013.

Valdomiro Vergueiro
 Valdomiro Vergueiro

Fonte: Ministério Público Federal, Brasil, 2013.

Figura 18 – Registro da Reunião de 16 de setembro de 2013, na aldeia Estrela.



Lideranças e FUNAI presentes na reunião



Lideranças e FUNAI presentes na reunião



Coordenadora do Programa pela FAPEU esclarece dúvidas dos presentes



Coordenadora do Programa pela FAPEU esclarece dúvidas dos presentes



Fonte: Equipe FAPEU

1.7 SUBPROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR

A constatação de impactos em decorrência de Projetos de Desenvolvidos prevê o cumprimento das medidas de compensação e mitigação aos povos indígenas atingidos, o que previne o empreendedor de incidir em irregularidade legal, tanto com base na legislação indigenista brasileira quanto em normas internacionais, que garantem os direitos das sociedades indígenas. Estas ações preventivas/corretivas foram desenvolvidas pela equipe de Gestão Ambiental da FAPEU/UFSC por meio dos Programas propostos no PBA.

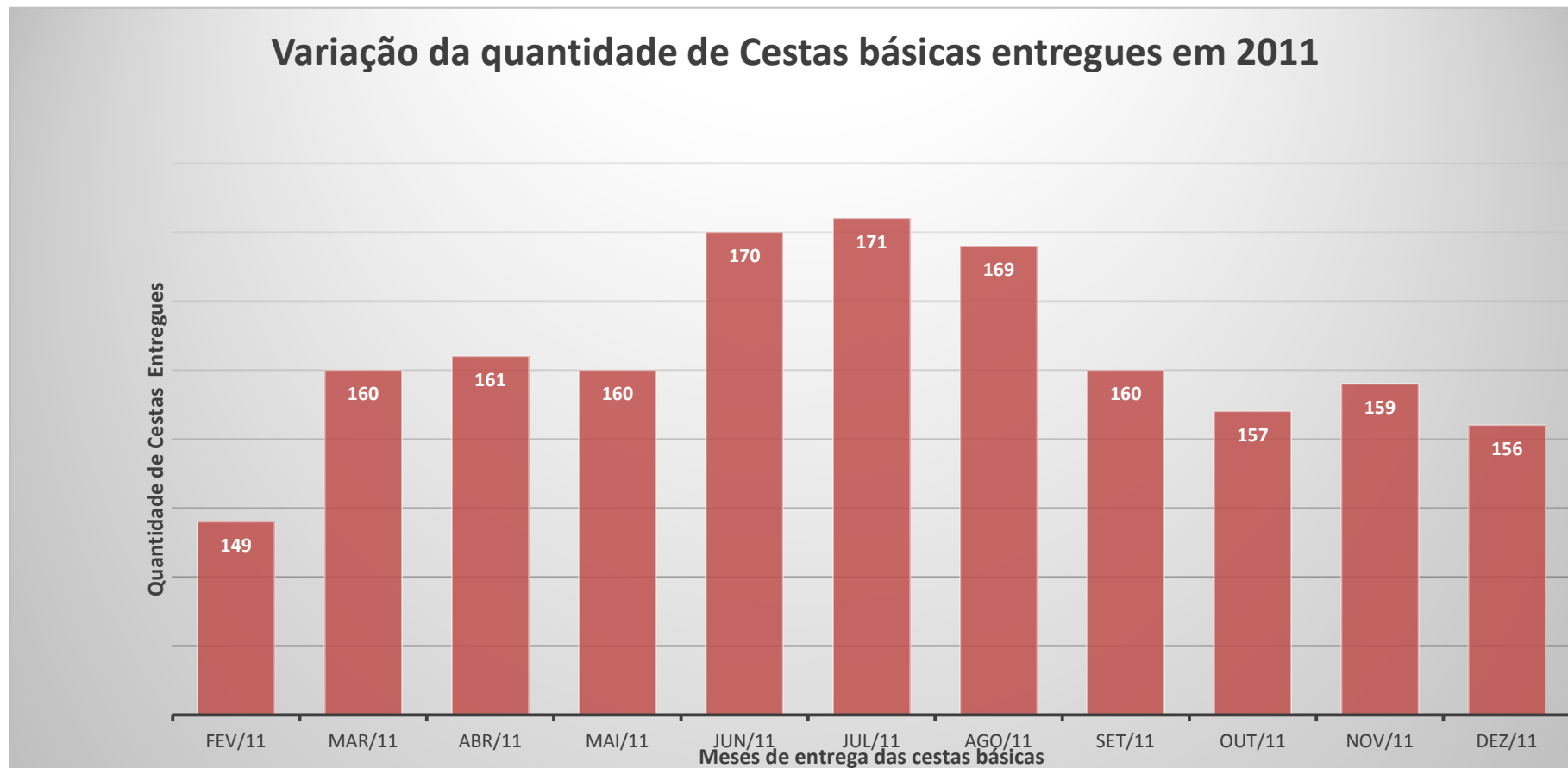
Este subprograma visa auxiliar na subsistência das comunidades indígenas afetadas durante o processo de construção da obra de duplicação da BR 386 Sul, trecho Estrela - Tabai; incentivar a produção de renda futura e buscar a autonomia de sustentabilidade indígena.

O subprograma de segurança alimentar faz parte do PBA e é parte da estratégia indígena de subsistência e sustentabilidade afetadas pelo processo de supressão vegetal decorrente da duplicação da rodovia. A área a ser suprimida representa um espaço de sustentabilidade efetiva para os Kaingang de Estrela (AID – Área de Influência Direta) e uma importante reserva de uso para as Comunidades de Lajeado e da Grande Porto Alegre (AII- Área de Influência Indireta). Estas últimas, cada vez mais pressionadas pelos processos de urbanização, possuem poucas reservas de material vegetal, sendo que o mesmo está cada vez mais escasso. Isto faz com que busquem áreas alternativas mais distanciadas de suas aldeias. A faixa de domínio das rodovias, por ser uma área pública, representa um importante espaço de uso potencial. Neste sentido, este Projeto representa um empenho para assegurar condições de alimentação para as famílias da AID e da AII, durante a obra de duplicação; aquisição de matéria prima alternativa; e incentivo de melhorias das condições de escoamento de matéria prima.

Este documento relata a entrega mensal das cestas básicas conforme a demanda das comunidades indígenas, orientações do PBA, e acordos com a FUNAI. De forma objetiva, demonstra a quantidade de famílias assistidas nas comunidades, e a quantidade de cestas básicas entregues.

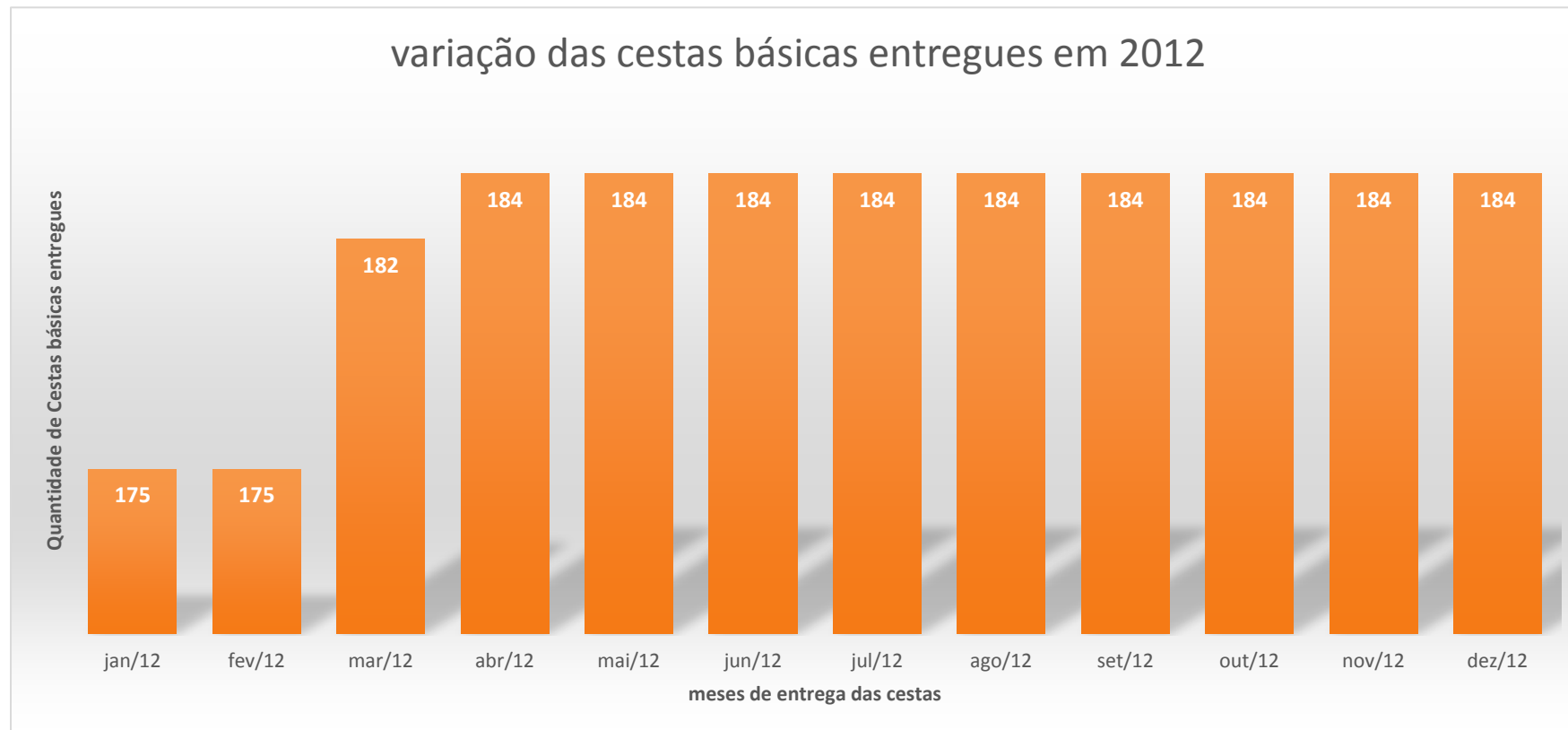
Os gráficos (1 a 4) demonstram as quantidades de cestas básicas distribuídas às comunidades indígenas durante a vigência do convênio.

Gráfico 1 – Distribuição de cestas básicas no ano de 2011.



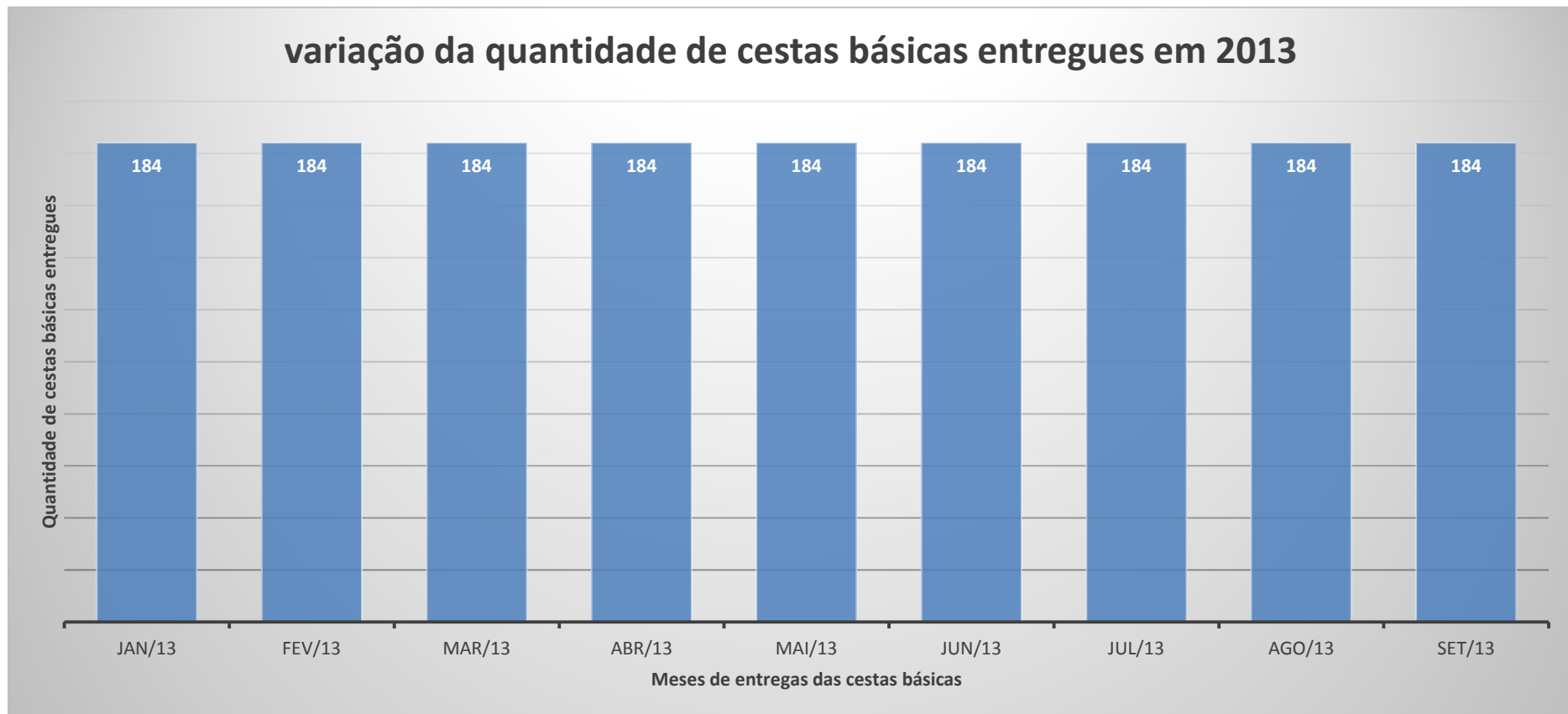
Fonte: Equipe FAPEU.

Gráfico 2 – Distribuição de cestas básicas no ano de 2012.



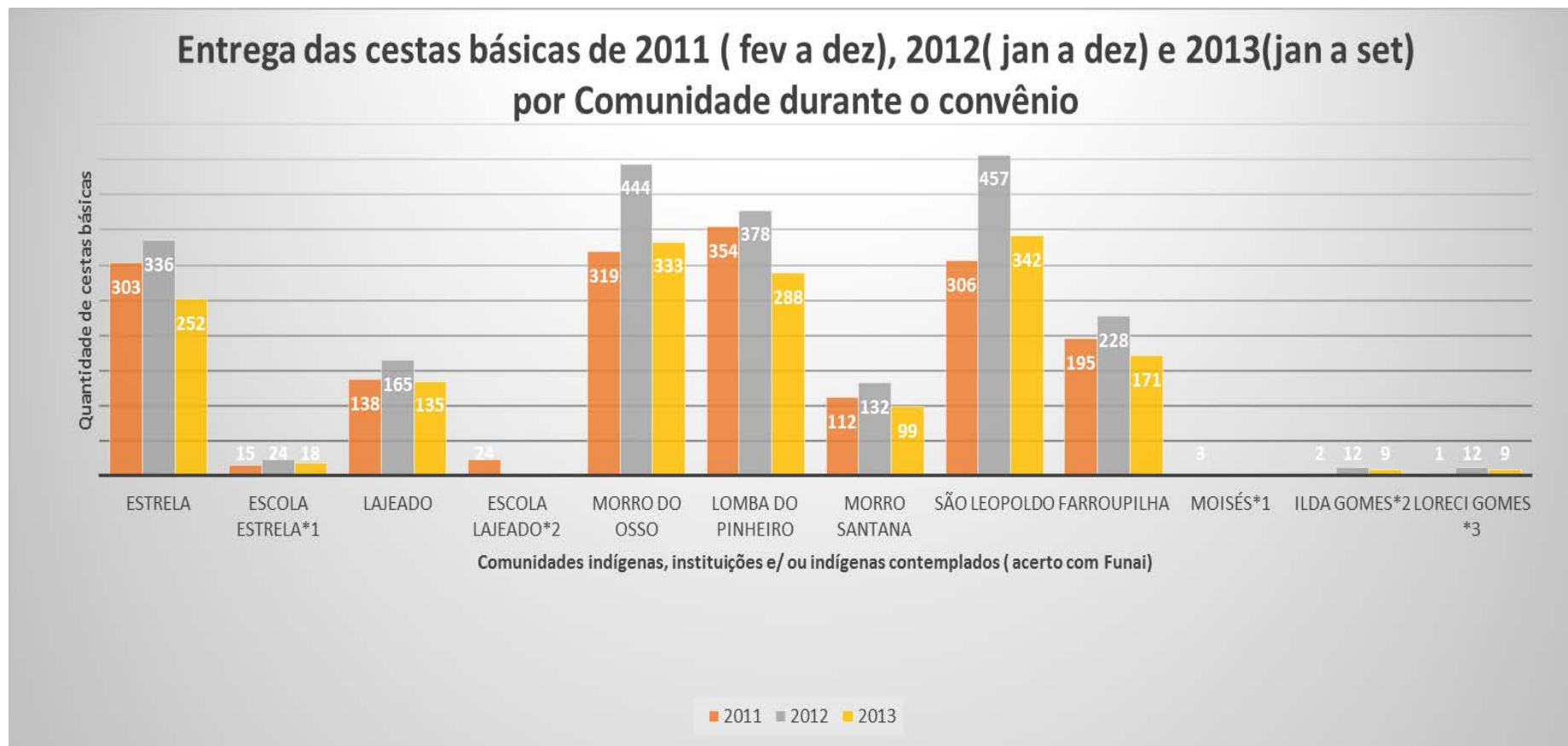
Fonte: Equipe FAPEU.

Gráfico 3 – Distribuição de cestas básicas no ano de 2013.



Fonte: Equipe FAPEU.

Gráfico 4 – Distribuição de cestas básicas por comunidade nos anos de 2011 a 2013.



Fonte: Equipe FAPEU.

1.8 SUBPROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE

Como estratégia para a recomposição das áreas indígenas, sejam elas, de moradia ou social, afetadas pelo processo de supressão vegetal decorrente da duplicação da rodovia o incentivo do empreendedor à alternativas de produção e manejo florestal em áreas adquiridas este programa vem na busca da garantia da sustentabilidade indígena, ajudando a criar um sistema agroflorestal sustentável em atividades diversificadas de produção de subsistência nas áreas preservadas adquiridas.

Assim descrevemos na sequencia deste documento o relatório de entrega de sementes para artesanato.

Relatório de Entrega de Sementes para Artesanato

Na sequência passamos a relatar a entrega dos 10 Kg de sementes para artesanato, por família, nas comunidades indígenas, conforme previsto no PBA. Para a comprovação da entrega, será demonstrado a seguir os recibos de entrega e as observações que se fizerem necessárias com as fotos ilustrativas do evento.

Procedimentos Metodológicos utilizados

Como não havia especificação dos tipos de sementes no PBA, era importante que se verificasse que tipo de semente seria mais apropriado para os objetivos propostos. A equipe da Gestão Ambiental da FAPEU pesquisou junto com as comunidades o tipo de adornos que eles já produziam e o que existia de material possível no mercado, idealizando um KIT com as principais sementes para artesanatos que poderiam

atender as necessidades dos indígenas. O kit era composto de uma caixa plástica rasa com 16 divisórias onde foram colocadas amostras dos 16 tipos principais de sementes, que eram comercializados no mercado nacional, para que eles escolhessem quais desejavam.

No Quadro 1 é apresentada uma tabela com os tipos das sementes e a caixa utilizada para compor o kit.

Quadro 1 – Tipos de sementes

Olho de Cabra	
Açaí Natural	
Açaí Verde Escuro	
Coco Guariroba	
Saboneteira	
Bacabá Vermelho	
Pau Brasil	
Bacabá Rosa	
Olho de Boi	
Açaí Branco	
Carnaúba Rosa	
Paxiubião Amarelo	
Bacaba Laranja	
Paxiubião Azul	
Bacabá Azul	
Bacabá Branco	

Após, foram entregues para cada comunidade, um kit como o demonstrado acima e um formulário conforme exemplo abaixo, onde as famílias puderam escolher livremente quanto iriam querer de cada tipo de semente, desde que totalizassem os 10 kg por família, conforme previstos no PBA.

Exemplo do formulário para entrega do Kit de sementes para escolha do tipo da preferência dos indígenas.

Aldeia Lajeado		(10 Kg por família)
Nome:	Tipo de semente:	Quantidade (Kg)
Margarte G. Fernandes	Olho de Cabra	2 kg
	Açaí natural	
	Açaí Verde escuro	1 kg
	Coco Guariroba	1 kg
	saboneteira	
	Bacaba vermelho	
	Pau Brasil	2 kg
	Bacaba Rosa	
	Olho de Boi	1 kg
	Açaí Branco	2 kg
	Carnaúba Rosa	
	Paxiubião Amarelo	
	Bacaba laranja	
	Paxiubão azul	
	Bacaba azul	
Bacaba branco	1 kg	

Aldeia Lajeado		(10 Kg por família)
Nome:	Tipo de semente:	Quantidade (Kg)
Eliane A. Silva	Olho de Cabra	3 kg
	Açaí natural	3 kg
	Açaí Verde escuro	
	Coco Guariroba	
	saboneteira	
	Bacaba vermelho	
	Pau Brasil	2 kg
	Bacaba Rosa	
	Olho de Boi	
	Açaí Amarelo	2 kg
	Carnaúba Rosa	
	Paxiubião Amarelo	
	Bacaba laranja	
	Paxiubão azul	
	Bacaba azul	
Bacaba branco		

Para facilitar o trabalho das comunidades e o melhor aproveitamento da matéria prima e a sua conservação, mesmo sem estar descrito no PBA, foi decidido que as sementes (Figura 19) já viriam furadas, polidas, embaladas em pacotes menores a vácuo e tratadas para evitar problemas de contaminação (normal em situações de armazenagem inadequada).

Figura 19 – Exemplo de sementes entregues.



Fonte: Equipe FAPEU

Visando ainda completar o conjunto de matérias primas necessárias para confecção dos adornos artesanais, juntamente com os 10 Kg de sementes, cada família recebeu três rolos de cordão encerado (Figura 20), sendo um de cor branca, um de cor marrom e um de cor preta.

Figura 20 – Entrega de material.



Fonte: Equipe FAPEU

Completando o estudo das necessidades e seguindo o objetivo do PBA de dar um primeiro impulso na autonomia sustentável das comunidades, foi acrescentado aos 10 Kg de sementes beneficiadas e os rolos de cordão encerado, um KIT (Figura 21) de ferramentas contendo furadeira especial para artesanato, suporte, brocas especiais e EPI's para cada comunidade. Desta forma, além dos indígenas poderem dar continuidade com as atividades artesanais e de confecção dos adornos com as sementes doadas, poderiam adicionar outros tipos de materiais alternativos encontrados localmente, como outras espécies de semente, madeira, bambu (taquara), casca de côco, etc.

Figura 21 – KIT entregue as comunidades.



Fonte: Equipe FAPEU

Para facilitar a distribuição das sementes, a equipe da Gestão Ambiental separou as sacolas (Figura 22) com os kits das diversas sementes escolhidas pelas famílias, juntamente com os cordões encerados, e identificando com etiqueta o nome do responsável pela família e a comunidade.

Figura 22 – Preparação dos KITS entregues as comunidades indígenas.



Fonte: Equipe FAPEU

As comunidades foram assim atendidas:

Comunidade Indígena de Estrela

Número de Famílias: 28

Número de Sacolas de Sementes com 10 Kg: 28

Número de Carretéis de Cordão encerados: 84

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:



Cacique segurando as sementes recebidas



Comunidade recebendo as sementes




Conferência do peso das sacolas (10 Kg)



Sementes entregues na comunidade

Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio Nº 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Conceição Soares**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de Estrela**, situado no município de **Estrela – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, a quantia de **280 KG** de sementes, devidamente detalhadas no quadro abaixo, e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de **Estrela**, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU.

Tipo de Semente	Quantidade	Valor
Olho de Cabra		25,00
Açaí natural		21
Açaí Verde escuro		16
Coco Guariroba		27
Saboneteira		17
Bacabá vermelho		17
Pau Brasil		24,25
Bacabá Rosa		11
Olho de Boi		18
Açaí Branco		20
Carnaúba Rosa		14,25
Paxiubião Amarelo		18,5
Bacabá laranja		9,25
Paxiubão azul		18
Bacabá azul		8,25
Bacabá branco		15,5
Total em KG	280	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Maria C. Soares (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03/04/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
 Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU
 Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805
 Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Convênio Nº 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Maria Conceição Soares**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de Estrela**, situado no município de **Estrela – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Maria C. Soares (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03/09/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Comunidade Indígena de Lajeado

Número de Famílias: 15

Número de sacolas de Sementes com 10 Kg: 15

Número de Carretéis de Cordão encerados: 45

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:



Cacique e vice, conferindo a entrega do
KIT



Sacolas com as sementes e cordão



Comunidade olhando as sementes



Lideranças com as sementes a mão

Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio N^o 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Francisco da Silva**, representante da **comunidade Indígena Kaingang de Lajeado** situada no município de **Lajeado – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, a quantia de **150 KG** de sementes, devidamente detalhadas no quadro abaixo, e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de **Lajeado**, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU.

Tipo de sementes	Olho de Cabra	27,50
	Açaí natural	13,00
	Açaí Verde escuro	6,00
	Coco Guariroba	14,00
	Saboneteira	11,00
	Bacabá vermelho	9,00
	Pau Brasil	32,00
	Bacabá Rosa	2,50
	Olho de Boi	5,00
	Açaí Branco	5,50
	Carnaúba Rosa	6,50
	Paxiubião Amarelo	2,50
	Bacabá laranja	2,00
	Paxiubião azul	1,50
	Bacaba azul	5,50
	Bacabá branco	6,50
Total em KG		150

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Francisco da Silva (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03/04/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Convênio Nº 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Francisco da Silva**, representante da comunidade indígena **Kaingang de Lajeado** situada no município de **Lajeado – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por *Francisco da Silva* (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI *Jorge Carvalho* (Jorge carvalho)

Data: 03/04/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Comunidade Indígena de Morro do Osso

Número de Famílias: 37

Número de sacolas de Sementes com 10 Kg: 37


Número de Carretéis de Cordão encerados: 111

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:

<p>Cacique conferindo a entrega das sementes</p>	<p>Sementes expostas para conferência</p>
	
<p>Cacique recebendo o kit com a furadeira</p>	<p>Cacique assinando o recibo/sementes</p>
	

Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio N° 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Valdomiro Vergueiro**, representante da comunidade Indígena Kaingang de Morro do Osso situada no município de Porto Alegre – RS, declaro que recebi do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, a quantia de **370 KG** de sementes, devidamente detalhadas no quadro abaixo e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de **Morro do Osso**, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU.

Tipos de Sementes	Quantidade (KG)
Olho de Cabra	33,5
Açaí natural	36,5
Açaí Verde escuro	36,5
Coco Guariroba	10,5
saboneteira	25,5
Bacaba vermelho	11,5
Pau Brasil	34,5
Bacaba Rosa	26,5
Olho de Boi	4,5
Açaí Branco	36,5
Carnaúba Rosa	35,5
Paxiubião Amarelo	17,5
Bacaba laranja	4,5
Paxiubão azul	28,5
Bacaba azul	18,5
Bacaba branco	9,5
Total em KG	370

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Valdomiro Vergueiro (assinatura do Cacique)


Assinatura do Representante da FUNAI Jorge carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03/10/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
 Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU
 Escritório Florianópolis- SC– Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805
 Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Valdomiro Vergueiro**, representante da **comunidade Indígena Kaingang de Morro do Osso** situada no município de **Porto Alegre – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Valdomiro Vergueiro (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03 / 04 / 2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Comunidade Indígena de Lomba do Pinheiro

Número de Famílias: 34

Número de sacolas de Sementes com 10 Kg: 34

Número de Carretéis de Cordão encerados: 102

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:



Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio N° 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Samuel da Silva**, representante da **comunidade Indígena Kaingang de Lomba do Pinheiro**, situada no município de **Porto Alegre – RS**, declaro que recebi do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, a quantia de **340 KG** de sementes, detalhadas no quadro abaixo e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de **Lomba do Pinheiro**, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU. **Obsevação:** Destes 340 KG, 20 Kg serão entregues à FUNAI para entregar a Sra Ilda Gomes e Loreci Alves, que estão morando fora da Aldeia por questões específicas e aos cuidados da FUNAI.

Tipos de Sementes		
	Olho de Cabra	78
	Açaí natural	17
	Açaí Verde escuro	2
	Côco Guariroba	5
	Saboneteira	11
	Bacaba vermelho	10
	Pau Brasil	114
	Bacaba Rosa	4
	Olho de Boi	8
	Açaí Branco	17
	Carnaúba Rosa	18
	Paxiubião Amarelo	3
	Bacabá laranja	5
	Paxiubão azul	12
	Bacabá azul	9
	Bacabá branco	27
	Total em KG	340

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por *Juliana da Silva* (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI *Jorge Carvalho* (Jorge carvalho)

Data: *02/10/2013*

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Samuel da Silva**, representante da comunidade **Indígena Kaingang de Lomba do Pinheiro**, situada no município de **Porto Alegre – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por *Samuel da Silva vice cacique* (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI *Jorge* (Jorge carvalho)

Data: 03 / 04 / 2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Comunidade Indígena de Morro Santana

Número de Famílias: 11

Número de sacolas de Sementes com 10 Kg: 11

Número de Carretéis de Cordão encerados: 33

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:

<p>Comunidade recebendo as sementes</p>	<p>Sementes sendo entregues</p>
	
<p>Sacolas nominadas com as sementes</p>	<p>Lideranças conferindo a entrega</p>
	

Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio N° 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Odirlei Fidelis**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de Morro Santana**, situada no município de **Porto Alegre – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, a quantia de **110 KG** de sementes, devidamente detalhadas no quadro abaixo, e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de **Morro Santana**, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU.

Tipos de Sementes	Olho de Cabra	25
	Açaí natural	10
	Açaí Verde escuro	4,5
	Coco Guariroba	0
	Saboneteira	2,5
	Bacabá vermelho	2
	Pau Brasil	41
	Bacaba Rosa	0
	Olho de Boi	1
	Açaí Branco	6
	Carnaúba Rosa	2
	Paxiubião Amarelo	4
	Bacabá laranja	0
	Paxiubão azul	2
	Bacaba azul	4
	Bacabá branco	6
Total em KG		* 110

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por *Odirlei Fidelis* (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI *Jorge* (Jorge carvalho)

Data: *03, 04, 2013*

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Odirlei Fidelis**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de Morro Santana**, situada no município de **Porto Alegre – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Cacique Odirlei Fidelis (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03 / 04 / 2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Comunidade Indígena de Farroupilha

Número de Famílias: 19

Número de sacolas de Sementes com 10 Kg: 19


Número de Carretéis de Cordão encerados: 57

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:

Comunidade recebendo as sementes	Cacique assinando o recibo de entrega
	
Sementes sendo verificadas pela liderança	Cacique confere o Kit com a furadeira
	

Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio N° 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Neri Ribeiro**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de Farroupilha**, situada no município de **Farroupilha – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, a quantia de **190 KG** de sementes, devidamente detalhadas no quadro abaixo, e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de Farroupilha, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU.

Tipo de Semente		
	Olho de Cabra	11,875
	Açaí natural	11,875
	Açaí Verde escuro	11,875
	Coco Guariroba	11,875
	Saboneteira	11,875
	Bacaba vermelho	11,875
	Pau Brasil	11,875
	Bacaba Rosa	11,875
	Olho de Boi	11,875
	Açaí Branco	11,875
	Carnaúba Rosa	11,875
	Paxiubão Amarelo	11,875
	Bacaba laranja	11,875
	Paxiubão azul	11,875
	Bacaba azul	11,875
	Bacaba branco	11,875
Total em KG		190

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por *Cacique Neri Ribeiro* (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI *Jorge Carvalho* (Jorge carvalho)

Data: 03/04/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU
Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805
Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Convênio N^o 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Neri Ribeiro**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de Farroupilha**, situada no município de **Farroupilha – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Neri Ribeiro (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge Carvalho)

Data: 03/04/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

Comunidade Indígena de São Leopoldo

Número de Famílias: 38

Número de sacolas de Sementes com 10 Kg: 38

Número de Carretéis de Cordão encerados: 114

Kit de ferramentas contendo furadeira com suporte, brocas e EPI: 1

Relatório Fotográfico:



Cacique conferindo a entrega das sementes



Sacolas sendo pesadas para conferência



Lideranças com as sementes em mão



Cacique assinando o recibo de entrega

Recibos de Entrega das Sementes e Kit de Ferramentas:



Convênio Nº 2011/677 DNIT – UFSC/FAPEU

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Alécio de Oliveira**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de São Leopoldo**, situada no município de **São Leopoldo – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, a quantia de **380 KG** de sementes, devidamente detalhadas no quadro abaixo, e em conformidade com o Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA - Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. Informo que a composição de tipos de sementes abaixo discriminada é fruto da livre escolha de cada família que integra a Comunidade Indígena de **São Leopoldo**, a partir de kit de amostras fornecido pela FAPEU.

Tipo de Sementes		
	Olho de Cabra	86
	Açaí natural	21
	Açaí Verde escuro	5,5
	Coco Guariroba	21,5
	Saboneteira	4
	Bacabá vermelho	10
	Pau Brasil	104
	Bacabá Rosa	3
	Olho de Boi	11
	Açaí Branco	11
	Carnaúba Rosa	14
	Paxiubão Amarelo	24
	Bacabá laranja	3
	Paxiubão azul	32
	Bacabá azul	20
	Bacabá branco	10
Total em KG		380

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por Alécio de Oliveira (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI Jorge Carvalho (Jorge carvalho)

Data: 03 / 04 / 2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

DECLARAÇÃO

Eu, **Cacique Alécio de Oliveira**, representante da **Comunidade Indígena Kaingang de São Leopoldo**, situada no município de **São Leopoldo – RS**, declaro que recebi do **DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes**, o **kit de ferramenta**, conforme quadro abaixo. Esta atividade refere-se ao Programa de Apoio as Comunidades Kaingang do PBA – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386-RS, Segmento KM 350,8 à KM 386,6. A doação deste KIT visa incentivar na comunidade o desenvolvimento ainda maior de atividade de sustentabilidade, com a confecção de artesanato com a utilização de sementes.

Produto	Quantidade	Foto do Kit
Furadeira , marca Dremel, modelo 3000 com 10 acessórios	1 unidade	
Suporte Workstation para furadeira, marca Dremel	1 unidade	
Jogo com 7 brocas de precisão, marca Dremel	1 jogo	
EPI -Óculos de Proteção individual com CA, marca Wonder	1 unidade	
EPI - Luva de proteção individual com CA marca Promat	1 par	

Este repasse está sendo efetuado com a supervisão e a ciência do representante regional da FUNAI.

Recebida por *Alécio de Oliveira* (assinatura do Cacique)

Assinatura do Representante da FUNAI *Jorge Carvalho* (Jorge carvalho)

Data: 03/04/2013

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Escritório Florianópolis- SC- Cx Postal 5153 - CEP: 88040-970 – Tel.: (48) 3338 1805

Escritório Estrela - RS – Rua 13 de Maio, 231 – Sala 101-Bairro Centro - CEP: 95880-000 – Tel.: (51) 3720 2277

TOTAL DE SEMENTES ENTREGUES

Sementes

Comunid. Indígena	Cidade	Familias	Kg
Morro do osso	Porto Alegre	37	370
Lomba do Pinheiro	Porto Alegre	34	340
Morro Santana	Porto Alegre	11	110
São Leopoldo	São Leopoldo	38	380
Farroupilha	Farroupilha	19	190
Estrela	Estrela	28	320
Lajeado	Lajeado	15	150
Total: 182 familias			1820

ILUSTRAÇÃO FINAL

Adornos (Figuras 23 a 28) confeccionados com as sementes doadas e já sendo comercializados pelas comunidades indígenas kaingang.

Figura 23 – Adornos confeccionados com as sementes doadas.



Fonte: Equipe FAPEU

Figura 24 – Adornos confeccionados com as sementes doadas.



Fonte: Equipe FAPEU

Figura 25 – Adornos confeccionados com as sementes doadas.



Fonte: Equipe FAPEU

Figura 26 – Adornos confeccionados com as sementes doadas.



Fonte: Equipe FAPEU

Figura 27 – Adornos confeccionados com as sementes doadas.



Fonte: Equipe FAPEU

Figura 28 – Adornos confeccionados com as sementes doadas.



Fonte: Equipe FAPEU

1.9 SUBPROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O subprograma de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está relacionado as obras realizadas nas proximidades da Aldeia Estrela.

Quando da realização das obras, serão realizadas as atividades de informação dos profissionais sobre a ocupação indígena no local, além do desenvolvimento de um plano de controle de resíduos sólidos e efluentes líquidos específicos para a população indígena de Estrela, proporcionando proteção aos integrantes da Comunidade Indígena Kaingang, provenientes das atividades da construção civil.

1.10 AÇÕES RELATIVAS AO USO DA RODOVIA (SINALIZAÇÃO, PASSAGENS)

Quando do início das obras de duplicação na extensão da Comunidade Indígena Kaingang no município de Estrela, a equipe de Gestão Ambiental estará acompanhado as solicitações determinadas no Plano Básico Ambiental – Programa de Apoio às Comunidades Kaingang.